

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

GISELE MARTINS GUIMARÃES

**RACIONALIDADES IDENTITÁRIAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
ALIMENTOS COLONIAIS NA QUARTA COLÔNIA-RS**

Porto Alegre

2011

GISELE MARTINS GUIMARÃES

**RACIONALIDADES IDENTITÁRIAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
ALIMENTOS COLONIAIS NA QUARTA COLÔNIA-RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Série PGDR - Tese Nº 46

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

M963r Guimarães, Gisele Martins

Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos
coloniais na Quarta Colônia-RS / Gisele Martins Guimarães. – Porto
Alegre, 2011.
206 f. : il.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

(Série PGDR – Tese, n. 46).

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Ruralidade. 3. Relações sociais :
Espaço rural. 4. Agricultura familiar. 5. Alimentos : Comercialização. I.
Gehlen, Ivaldo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade
de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural. III. Título. IV. Série.

CDU 631.1.016

GISELE MARTINS GUIMARÃES

**RACIONALIDADES IDENTITÁRIAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
ALIMENTOS COLONIAIS NA QUARTA COLÔNIA – RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Prof. Dr.IVALDO GEHLEN (Orientador – Presidente)
Departamento de Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. EGON ROQUE FRÖHLICH
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. MARCELO KUNRATH
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. CLAYTON HILLIG
DEAER/UFSM

Prof. Dr. PEDRO NEUMANN
DEAER/UFSM

*A meu filho Gabriel, fonte de renovação de minhas
forças e inspiração maior de meus feitos;
A meu amor, amigo e colega, Maninho Pinheiro,
pela compreensão e amor dedicados a mim durante
todas as minhas escolhas e ausências;
A minha família pelos momentos de alegria e apoio;
A meus colegas e alunos pela felicidade de
convivência e aprendizado diário.*

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho me reporto a uma série de acontecimentos e pessoas que corroboraram para que ele se concretizasse. Pessoas simples, complexas, alegres, introvertidas e por vezes cheias de dúvidas, que assim como eu, permitem-se questionar sobre a razão de suas escolhas.

O que nos leva a assumir desafios diz respeito à nossas concepções de mundo, de compreensão de nossos limites e porque não dizer habilidades. Assumi o desafio árduo e ao mesmo tempo doce de ser doutora em Desenvolvimento Rural, quando conheci os sentidos da docência, com todas as dores e amores que ela proporciona. Ensinar é muito mais do que dividir ou compartilhar conhecimento, é perceber que ele significa nossa libertação e crescimento, onde mais se adquire do que se leva, sendo essa troca a válvula motora que nos impulsiona a novas descobertas.

Neste trajeto, agradeço imensamente ao Professor Paulo Silveira por ter acreditado em mim desde nossos primeiros contatos no curso de graduação em Zootecnia na UFSM. Seu apoio, palavras e ações de incentivo são até hoje catalisadoras de minhas buscas. A Ele também agradeço a oportunidade de trabalhar em inúmeros projetos junto ao Departamento de Extensão Rural da UFSM e Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura de Santa Maria, onde muito aprendi.

Às colegas e amigas, Sílvia Zimmermann e Tatiana Ballen, meu carinho e agradecimento pelo convívio, debates, aventuras e desafios nos impostos em “início de carreira” quando ainda éramos “pequenas patrolas”. Amadurecemos, mas continuamos sonhando!

Meu agradecimento dirige-se também a “família UERGS”, instituição que me acolheu e possibilitou, dentro de suas limitações que eu crescesse profissionalmente. Aos meus colegas professores, parceiros de vidas viajantes, um agradecimento especial pelo conforto que a boa amizade proporciona. Trabalhar com alegria é o que faz dessa Instituição guerreira a cada dia! Aos alunos que creditam seu futuro em nossos conhecimentos, minha dedicação e afeto, especialmente à Fernanda Ventorini, Ezequiel Redin, Cristiano Zanon e Ritiele pelas ajudas prestadas a esta tese.

Aos professores do PGDR, pelos preciosos ensinamentos, em especial ao Professor Egon pelo carinho e dedicação com que conduz sua missão de ensinar. Conduta inspiradora!

A querida Eliane Sanguiné, meus eternos agradecimentos pela acolhida, profissionalismo e sensibilidade, foste minha âncora nos mais diversos momentos.

Também aos meus colegas de arte, meus agradecimentos pela magia que a música proporciona, são de fundamental importância para lembrarem-me do que sou.

A meu orientador Ivaldo Gehlen pelos momentos de orientação, esclarecimentos Weberianos, rodadas de mate e trocas de ideias. Sua força, inteligência e paixão pela vida, levo como maior aprendizado!

E por fim aos meus queridos Maninha e Ocyr, que me acolheram nos momentos finais desse trajeto, com suas palavras, gestos, passeios, incentivos e ajudas com a tese. Vocês são especiais!

RESUMO

Esta tese analisa as racionalidades produtivas em transformação na Quarta Colônia, composta por nove municípios da região central do RS, que mobilizam recursos específicos, dentre eles, as identidades socioculturais presentes de forma histórica entre os atores, como estratégia para oportunidades de desenvolvimento. A exploração de novas atratividades, estabelecidas por meio do turismo, valorizam as tradições e modos de vida local, com ênfase na ruralidade e gastronomia típica, através da oferta de produtos coloniais processados artesanalmente por processos que simbolizam saberes fazer tradicionais que permanecem ou estão sendo recriados. O discurso de valorização das identidades, na ótica do mercado, favorece quem produz segundo normativas legais, “mercantilizando” as identidades culturais e socioprofissionais como estratégia de valorização do território. Os conceitos de ação social e racionalidade de Weber possibilitaram identificar e analisar os Sistemas de Produção Tradicional e Transformado e as redes de trocas entre os produtores. Através de análise documental e de entrevistas semiestruturadas foi reconstruído e analisado o processo em que convivem simultaneamente três tipos identitários, o original, o em transformação e o transformado, que constituem as racionalidades que atribuem originalidade e especificidade ao território Quarta Colônia.

Palavras-chave: Desenvolvimento de território. Identidades em transformação. Racionalidades e Identidades. Quarta Colônia-RS.

ABSTRACT

This thesis analyzes the Quarta Colônia changing rationalities, comprised by nine cities from central region of Rio Grande do Sul, that mobilize own resources, among them, the sociocultural identities presents by historic way between the actors, as strategies to endogenous development opportunities. The new attractiveness exploration value the tradition and local way of life, with emphasis on ruralities and typical gastronomy, through the colonial handmade products offer by process that symbolize traditional do knowledge that remain or are being created. The identity valorization speech, on market perspective, favors who produces as legal normative, “commercializing” the cultural and socioprofissional identities as territory values strategy. The Weber social acts and rationality concepts enabled to analyse and identify the Traditional Production and Transformed System and the changing networks between the producers. Through documental analyses and semi-structured interviews was rebuilt and analysed the process where three identities simultaneously live, the original, the changing, and the changed one, that constitute the rationalities that attribute originality and specificity to Quarta Colônia territory.

Keywords: Territory development. Changing identities. Rationalities and identities. Quarta Colônia-RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos municípios da Quarta Colônia	18
Figura 2 - Zonas Fisiográficas homogêneas do COREDE/Centro – RS	19
Figura 3 - Agricultura na Quarta Colônia.....	23
Figura 4 - Esquema dos procedimentos investigativos da pesquisa.....	41
Figura 5 - Núcleos da Ex-Colônia Silveira Martins	67
Figura 6 - Diferentes agroecossistemas da Quarta Colônia-RS	70
Figura 7 - Mapa da Quarta Colônia.....	72
Figura 8 - Logomarca da Quarta Colônia.....	81
Figura 9 - Subprojetos do PRODESUS e feedback entre os eixos.....	83
Figura 10 - Fôlder de divulgação das atividades de Ecoturismo na Quarta Colônia.....	88
Figura 11 - Fôlder de divulgação da cultura da Quarta Colônia/CONDESUS	91
Figura 12 - Fôlder de divulgação da Religiosidade da Quarta Colônia/CONDESUS	92
Figura 13 - Fôlder de divulgação da Rota Gastronômica da Quarta Colônia/CONDESUS. ...	94
Figura 14 - Placas de sinalização da Quarta Colônia	96
Figura 15 - Postos de comercialização de produtos coloniais.....	97
Figura 16 - Reportagens do “Caderno da Quarta Colônia”	98
Figura 17 - Casa da Quarta Colônia	103
Figura 18 - Terminal de Comercialização direta do COOESPERANÇA (Imagens da Feira do Cooperativismo)	111
Figura 19 - Selo de identificação de qualidade social auferida aos produtos comercializados pelos produtores da COOESPERANÇA	112
Figura 20 - Cursos de capacitação dos produtores da COOESPERANÇA.....	116
Figura 21 - Produtos coloniais: pães, cucas e bolachas.....	117
Figura 22 - Atividades de produção artesanal	126
Figura 23 - Estabelecimentos de produtos coloniais	132
Figura 24 - Placas indicadoras de produtos coloniais no interior dos municípios	142
Figura 25 - Sinalização dos estabelecimentos Placas indicadoras de produtos coloniais	143
Figura 26 - Esquema representativo das Dinâmicas Produtivas do Território a partir de seus Sistemas de produção, Organizações Sociais e Instituições de Apoio	145
Figura 27 -Percurso utilizado para identificação e análise das Racionalidades Identitárias na Produção e comercialização de alimentos coloniais para o turismo na Quarta Colônia	151

Figura 28 - Documentos apresentados pelos imigrantes italianos ao governo Imperial Brasileiro, quando chegavam ao Brasil: a) Certificado Penal; b) Documentos de legalização da imigração italiana.....	156
Figura 29 - Placas indicadoras dos elementos naturais e culturais do território.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo dos atores entrevistados da tese.....	41
Quadro 2 - “Grupos” de produtores segundo Instituições organizativas e de apoio técnico, ações de qualificação e mercado alcançados – 2011.....	115
Quadro 3 - Sistemas de Produção de Alimentos Coloniais na Quarta Colônia – 2011.....	124
Quadro 4 - Elementos socioprodutivos observados nas famílias processadoras de alimentos coloniais, como determinantes para as dinâmicas produtivas na Quarta Colônia - RS.....	133
Quadro 5 - Distribuição dos estabelecimentos (%) nas Redes de Abastecimento ao Turismo, segundo motivação dos atores na produção e seus contextos Produtivos	138
Quadro 6 - Caracterização socioprodutiva da Racionalidade Identitária “de origem”	154
Quadro 7 - Caracterização socioprodutiva da Racionalidade Identitária “Transformada”	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCENTRO	Associação dos Municípios da Região Central
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAMNPAL	Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma
CISPOA	Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal
CNPJ	Código Nacional de pessoa Jurídica
CONDESUS	Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
COOESPERANÇA	Cooperativa Esperança
COOPAGRO	Cooperativa de Produtores Agropecuários da Quarta Colônia
COREDE Centro	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do RS
COTRIJUC	Cooperativa Triticola Júlio de Castilhos
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DEAER	Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPP	Empresário de Pequeno Porte
EPS	Economia Popular Solidária
FEICOOOP	Feira Estadual do Cooperativismo
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto Histórico e Artístico Nacional
PED	Programa de Execução Descentralizada
PNAM	Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente
PREP	Projeto Regional de Educação Patrimonial
PRODESUS	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAT	Redes de Abastecimento ao Turismo
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REAT	Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo
RIAT	Rede Informal de Abastecimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
TER	Turismo em Espaço Rural
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDESSM	Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 APRESENTAÇÃO DO RECORTE EMPÍRICO DA PESQUISA.....	18
1.1.1 Caracterização Socioeconômica da Quarta Colônia	20
1.1.2 A Emergência do Problema	27
1.2 O PROBLEMA	31
1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESES	32
1.3.1 Objetivo Geral.....	32
1.3.2 Objetivos Específicos.....	32
1.4 HIPÓTESES	33
1.5 METODOLOGIA.....	33
1.5.1 Procedimentos Metodológicos	38
1.6 ESTRUTURA DA TESE	42
2 TERRITÓRIO, ATORES SOCIAIS E IDENTIDADES: ELEMENTOS OPERACIONAIS DO DESENVOLVIMENTO	44
2.1 IDENTIDADE COMO OPORTUNIDADE PRODUTIVA: VALORIZAÇÃO DO SABER-FAZER	52
2.2 O TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS COMO POTENCIALIZADOR DE ATIVIDADES PRODUTIVAS IDENTITÁRIAS	59
3 DE REGIÃO GEOPOLÍTICA À TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO.....	63
3.1 A GÊNESE.....	64
3.2 A “DEMARCAÇÃO” DO TERRITÓRIO.....	73
3.2.1 O Resgate das Identidades	73
3.2.2 Legitimação das Identidades	77
3.2.3 Institucionalização das Identidades.....	80
3.3 O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO.....	82
3.3.1 O Turismo na Quarta Colônia	86
3.3.2 Ações de Atratividade ao Território.....	95
3.3.3 Ações de Capacitação.....	100
3.3.4 Qualificações para o Mercado.....	107

4 AS DINÂMICAS PRODUTIVAS DO TERRITÓRIO	121
4.1 OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COLONIAIS	123
4.1.1 Sistema Tradicional.....	125
4.1.2 Sistema Transformado	127
4.2 AS REDES DE ABASTECIMENTO AO TURISMO	136
4.2.1 A Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo - REAT	138
4.2.2 A Rede Informal de Abastecimento do Turismo - RIAT	141
5 RACIONALIDADES IDENTITÁRIAS E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O TURISMO	148
5.1 RACIONALIDADES IDENTITÁRIAS DE ORIGEM, EM TRANSFORMAÇÃO E TRANSFORMADA	150
5.1.1 Racionalidade Identitária “De Origem”: Tradição como oportunidade.....	152
5.1.2 Racionalidade Identitária “Em Transformação”: representações sobre o território....	163
5.1.3 Racionalidade Identitária “Transformada”: Legitimação do território	170
5.2 LIMITES E POTENCIALIDADES DAS DIFERENTES RACIONALIDADES PARA A CONSOLIDAÇÃO DO “NOVO” TERRITÓRIO	180
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
REFERÊNCIAS	191
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PRODUTORES	203
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES	204
APÊNDICE C – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DA TESE	205
APÊNDICE D – AGENTES	206

1 INTRODUÇÃO

Os diferentes caminhos de desenvolvimento, assumidos pelas políticas públicas e as contribuições acadêmicas das últimas décadas, vêm instigando e aprimorando a capacidade do homem de “ler” o universo que o rodeia segundo alguns paradigmas instituídos. Dentre estes, o que se convencionou de chamar de “novas ruralidades”, fundamentado na articulação de três elementos chaves: as relações urbano-rural, a proximidade da sociedade com a natureza e os laços interpessoais estabelecidos entre os atores.

Sob este paradigma destacam-se os estudos acerca de territórios construídos e identidades socioculturais presentes entre os atores, como condutores das racionalidades da vida rural, onde as “formas” de articulação entre estes elementos, acompanhados de reflexões no universo científico, compõem, na atualidade, diferentes teorias.

Sem o propósito de classificar ou mesmo revisar distintas e vastas teorias sobre desenvolvimento, mas com a finalidade de visualizar elementos centrais em suas ações, é possível classificar duas perspectivas: a perspectiva exógena e a perspectiva endógena do desenvolvimento.

A perspectiva exógena de desenvolvimento pressupõe a exigência de alavancas externas aos espaços considerados como fundamentais para se alcançar níveis desejados, sobretudo, econômicos e tecnológicos. Cabe, dessa forma, aos agentes locais e regionais a mera execução de projetos, formulados em esferas centralizadas.

Nos espaços rurais, tal perspectiva sugere segmentação entre campo e cidade, apostando no desenvolvimento daqueles, a partir do crescimento dos processos de urbanização das cidades, conforme cita Mior (2005, p.38):

O modelo de desenvolvimento exógeno apostava na possibilidade do desenvolvimento rural articulado com processos de urbanização e industrialização. Isto é, enquanto o meio urbano seria o espaço por excelência das atividades econômicas dinâmicas, industriais e de serviço, ao meio rural cabia contribuir para a concretização do modelo, oferecendo alimentos e outros produtos primários.

Neste sentido, faz-se importante destacar que os polos dinâmicos, constituídos pelas cidades, para as áreas rurais caberiam a restrita tarefa de agricultura. No meio rural, o desenvolvimento viria “via” industrialização e especialização agrícola o que caracterizou tal

perspectiva como “Modelo de Desenvolvimento Agrícola”, por sua centralidade na base tecnológica de produção e ênfase na oferta de produtos para o mercado externo (*commodities*). Este modelo promoveu a ruptura das famílias rurais com o seu passado, ligando-as à nova racionalidade de produção, mercantilizando gradualmente a vida social (NAVARRO, 2001).

Outra característica marcante advinda deste modelo é a desconexão do homem com a natureza. A partir da evolução da ciência (em “prol” do capital), ela passa a representar uma barreira a ser transposta dada a sua impossibilidade de controle e domínio.

Sem o objetivo de analisar em profundidade tal perspectiva, atenta-se para os efeitos desta no universo social, tais como a perda da diversidade cultural, a dependência dos atores locais/regionais a fatores externos de produção, as iniciativas guiadas por políticas globais de valorização do capital e a dependência tecnológica, gerando exclusão e pobreza.

A fragilidade da perspectiva exógena do desenvolvimento parece residir na sua incapacidade de proporcionar sustentabilidade aos seus agentes constituintes: sociedade e natureza. Na impossibilidade de considerar a sociedade como formada por sujeitos capazes de reflexão, vontades e racionalidades próprias e, portanto, apta a escolher os seus caminhos, as instituições e os agentes são entendidos meros elementos para a execução de projetos e políticas, geralmente, dirigidos a uma minoria e representados pela força do capital. Já a natureza, adotada a mesma perspectiva, simboliza o atraso, um limitante a ser superado.

Modelos centralizados na perspectiva exógena tiveram o seu “ápice” dentro das políticas públicas entre as décadas de 50 a 70 e constituíram um divisor de águas para as atividades agrícolas, que passaram a ser transformadas com base no uso intensivo de equipamentos e técnicas, como máquinas e insumos modernos que permitam maior rendimento aos processos produtivos, promovendo, daí, transformações nas relações sociais de produção.

Superando a perspectiva exógena do desenvolvimento, surgem, a partir das limitações observadas neste paradigma, novos elementos a serem incorporados nas políticas, programas e projetos de cunho desenvolvimentista, balizados por valores locais, seus sujeitos e racionalidades, evidenciando, a partir dos atores sociais, diversas formas de se pensar e agir.

A perspectiva endógena do desenvolvimento, por sua vez, reconhece o local, as suas características identitárias e os recursos materiais e imateriais como elementos a serem ativados na geração de trabalho e renda aos atores sociais. Os atores dão sentido às suas vidas

e, por isso, o cotidiano e os seus significados oferecem dinâmicas complexas para o desenvolvimento a partir de constantes mediações e re-configuração de seus interesses (PLOEG, 1995).

Zander Navarro (2001), em seu artigo intitulado “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”, atenta para uma minuciosa explicação em torno dos elementos presentes no termo desenvolvimento rural, muitas vezes, confusos e incapazes, se vistos em forma separada, de dar conta de seu amplo significado. Para tanto, o pesquisador busca um resgate conceitual para as designações: desenvolvimento, agrícola, agrário, rural.

No Desenvolvimento Agrícola, estariam os elementos associados às condições de produção agropecuária; no Agrário, as condições de uso e posse da terra e as relações sociais daí derivadas. Já o desenvolvimento rural seria o conjunto de estratégias e ações de uso prático e normativo que visam a alterar ou melhorar as condições de vida no meio rural.

Assim entendidos, emerge a noção do local como resultado e resposta ao processo de intervenção exógena (evidenciado pela globalização de todos os setores da sociedade), considerada de fundamental importância para as bases do desenvolvimento endógeno, por incluir, em suas perspectivas, os atores locais e as suas demandas de caracterizações específicas.

Neste contexto, surge o território como unidade de planejamento, análise e ação do desenvolvimento, buscando-se superar a visão setorial da perspectiva exógena, abordando-se agricultura, indústria, comércio, serviços e sociedade de forma integrada.

A abordagem territorial do desenvolvimento visa a articular as potencialidades específicas de um dado espaço, onde os atores locais, as suas redes de cooperação, os recursos naturais, as identidades, a cultura, os valores e as vocações, constituem fatores de dinamismo, diferenciação e competitividade, sendo reconhecidos como capazes de potencializar o desenvolvimento do lugar e de seus atores (ALBAGLI, 2004).

Nesta multiplicidade, a realidade social apresenta os seus interesses, as formas de ação, os agentes e as suas variadas racionalidades no modo de perceber e re-criar o local, evidenciando-se importantes campos empíricos para estudos de caráter sociológico.

Neste contexto, esta tese realiza uma imersão no universo dos atores sociais da Quarta Colônia-RS, localizada na região central do Rio Grande do Sul, distante cerca de 30 km da Cidade de Santa Maria e 250 km da Capital, Porto Alegre. A área em estudo tem seu território formado por nove municípios: Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Dona

Francisca, São João do Polêsine, Ivorá, Agudo, Nova Palma e Restinga Seca. Estes possuem, em comum, as suas etnias (predominantemente italiana e alemã), a caracterização de suas dimensões geográficas como “pequenos municípios” e ainda a contextualização de seus processos de emancipação dos maiores municípios da região: Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos.

Tais municípios, objetivando o fortalecimento de suas economias e estratégias de desenvolvimento, em 1996, formaram o CONDESUS - Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, buscando integração de suas esferas políticas, por meio de projetos e ações em comum, tendo como eixo central, em suas iniciativas, o desenvolvimento do turismo.

A denominação “Quarta Colônia” deve-se ao fato desta região ter sido escolhida pelo governo imperial brasileiro para receber a quarta “leva” de imigrantes italianos, vindos para o Brasil do norte da Itália, tendo como sede os “barracões” de imigração do Núcleo Colonial de Silveira Martins¹. As três primeiras colônias haviam sido Conde D’Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres (atuais Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente).

Como resultado do processo histórico de ocupação territorial, os traços identitários deixados pelos colonizadores europeus ainda repercutem entre os atores sociais, achando-se expressos no cotidiano das famílias, como formas de vida, agricultura (predominantemente familiar) e gastronomia típica, os quais, sob perspectivas endógenas de desenvolvimento, vêm sendo acionados em atividades turísticas no campo da gastronomia, cultura e lazer.

Estes traços, somados à beleza paisagística do lugar, fazem da Quarta Colônia um local de particularidades, tendo, de um lado, a singularidade de seus recursos naturais como patrimônio paisagístico e, de outro, as limitações ambientais impostas por esta condição, já que parte considerável de suas terras está localizada em Áreas consideradas de Preservação Permanente – Apps².

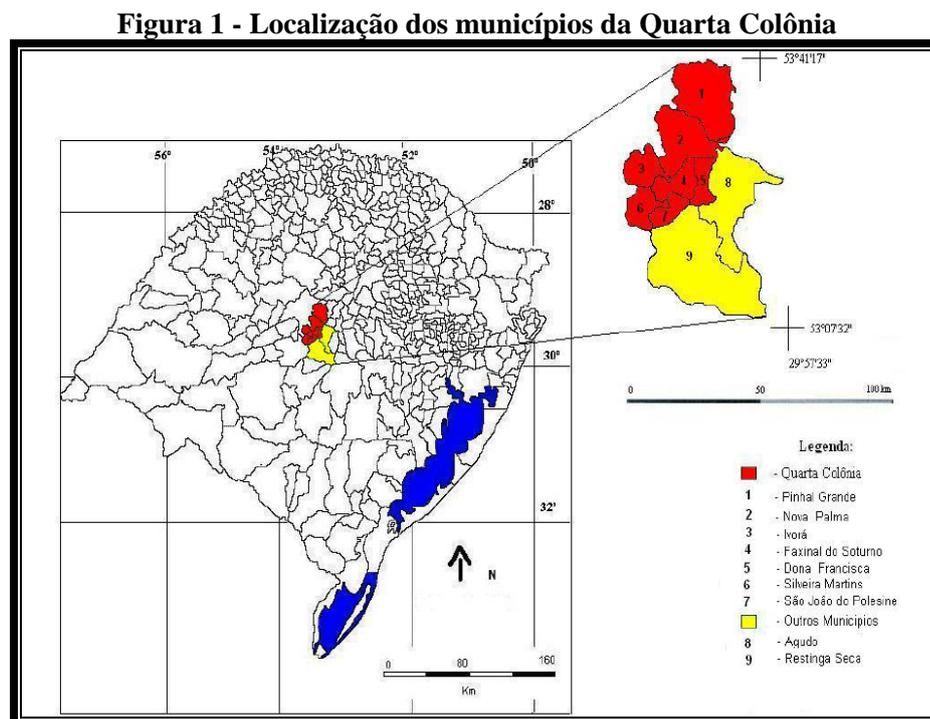
¹ Os Barracões de Silveira Martins haviam sido estabelecidos em função da primeira tentativa de povoamento da região sobre áreas públicas ou devolutas, em regiões de terra montanhosa da Serra Geral, onde os primeiros imigrantes foram os russos e os alemães. No entanto, estes colonizadores não aceitaram ficar no local em função das dificuldades de acesso e cultivo das áreas, abandonando-as em direção a localidades mais planas (SPONCHIADO, 1996).

² As Áreas de Preservação Permanente – Apps são delimitadas pela Lei Federal 4.771 de 15 de setembro de 1965 como áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar da população. A caracterização destas áreas está nos artigos 2 (dois) e 3 (três) da referida Lei e, atualmente, em 2011, encontram-se sob processos de transformação de suas diretrizes normativas em função de alterações no Código Florestal Brasileiro.

1.1 APRESENTAÇÃO DO RECORTE EMPÍRICO DA PESQUISA

Formada por nove municípios, a Quarta Colônia está situada em região de transição entre o Rebordo da Serra Geral e a Depressão Central, fazendo parte da Área Prioritária da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica³, tombada pela UNESCO⁴ como patrimônio natural da humanidade desde 1992. Além disso, a região abriga importantes elementos naturais de fauna e flora e, ainda, sítios paleontológicos do período triássico, Médio e Superior (BEVILACQUA et al., 2010).

Considerado em seu espaço sociogeográfico, o seu território abrange uma área total de 2.923 Km², onde o ponto mais alto localiza-se no município de Agudo (600 m do nível do mar) e o mais baixo em Restinga Seca (40 m de altitude do nível do mar).



No que se refere à exploração agrícola, o território apresenta áreas com aptidões distintas, uma com maior desenvolvimento da agricultura e da pecuária, caracterizada por

³ A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros, onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite a sua atuação na escala de todo o Bioma (Site Oficial da RBMA, disponível em: <http://www.rbma.org.br>).

⁴ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A Zona I é caracterizada pela presença de grandes e médias propriedades com o cultivo de soja e a pecuária, incluindo os municípios de Júlio de Castilhos, Santiago, Tupanciretã, São Martinho da Serra, Quevedos, Jarí, Unistalda e Santiago.

Na Zona II, há o predomínio de propriedades pequenas, com diversificação dos cultivos e com expressiva representatividade da agricultura familiar; localiza-se em área de transição entre a região serrana e as regiões de planalto, incluindo a maioria dos municípios da Quarta Colônia (exceto Restinga Seca) e mais Cerro Branco, Jaguari, Jarí, Mata e Nova Esperança do Sul.

Já na Zona III, denominada de Depressão Central, tem-se a presença de grandes e médias propriedades com destaque para o cultivo do arroz e a bovinocultura. Situam-se, nessas áreas, os municípios de Cacequi, Dilermando de Aguiar, Restinga Seca, Formigueiro, Novo Cabrais, Santa Maria, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Vila Nova do Sul e São Francisco de Assis.

Para esta tese, importam as características socioeconômicas pertinentes à Zona II e parte da Zona III, que se passa a explorar como subsídio na compreensão da problemática em evidência neste trabalho.

1.1.1 Caracterização Socioeconômica da Quarta Colônia

Segundo dados do último Censo Populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Quarta Colônia possui uma população total de 60.711 pessoas, sendo que, destas, 30.386 moram no meio rural, perfazendo cerca de 50,05% da população. Estes dados, quando comparados aos de 2006, alertam para uma significativa diminuição da população rural, que constava até aquele ano com cerca de 70% da população total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

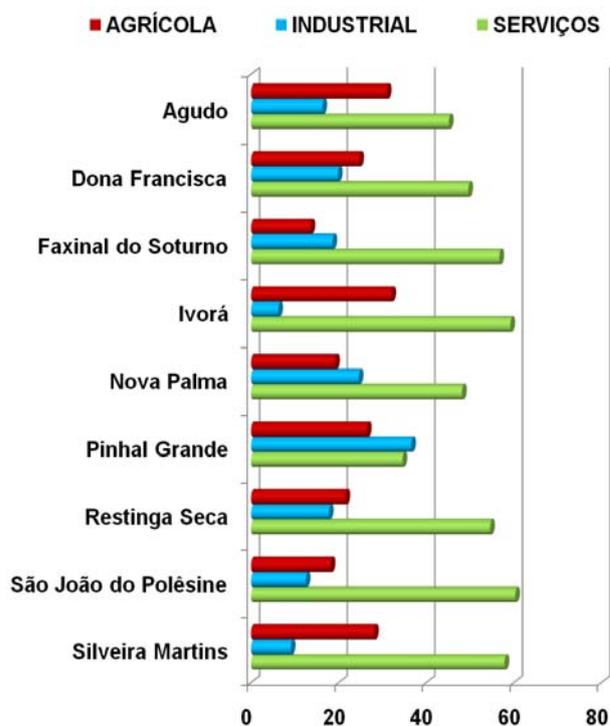
Com relação a sua caracterização de gênero, a região apresenta 49,83% de sua população constituída por homens e 50,17% por mulheres, sendo que, entre os moradores rurais, se dá destaque para os homens com 51,5% da população, em oposição a 48,4% de mulheres. Já na relação gênero e idade, os números apontam que, sobre o total de habitantes homens, 24,3% destes possuem até 34 anos e 7,8% mais de 60, enquanto que, entre as mulheres, a relação é de 24,1% até 34 e 9,36% com mais de 60 anos de idade, caracterizando uma população jovem (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2010).

No que se refere à educação, o território conta com Escolas Municipais, Estaduais (ensino fundamental e médio), uma de caracterização pedagógica não formal (pedagogia da alternância) voltada para filhos de agricultores no Município de Agudo - Casa Familiar Rural e ainda Centros de Ensino Superior, com a UDESSM⁷ em Silveira Martins e Polo da UAB⁸ em Faxinal do Soturno, Restinga Seca, Agudo e São João do Polêsine.

Os cursos de nível superior oferecidos são de graduação tecnológica, voltados para o Agronegócio, o Turismo, a Gestão (Ambiental e Pública), a Administração e a Agricultura Familiar, além de licenciaturas (UAB) em Física, Letras e Pedagogia.

No que diz respeito às atividades econômicas, medidas pela expressividade de cada setor na constituição do PIB dos municípios, concede-se relevância para a prestação de serviços, sendo que os empregos localizam-se nas prefeituras municipais e nas cooperativas agropecuárias (SPANEVERELLO, 2008).

Gráfico 01 - Percentual setorizado do PIB da Quarta Colônia, 2005.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006)

⁷ UDESSM - Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins. Informações disponíveis em: <http://w3.ufsm.br/udessm/>

⁸ UAB - Universidade Aberta do Brasil. http://uab.capes.gov.br/sisuab/PesquisasUAB/Polo_show.action?id=238

Compreendendo a conjuntura do setor de serviços, exposto no gráfico anterior, salienta-se a presença das Cooperativas CAMNPAL e COTRIJUC⁹ como expressivas no setor industrial (beneficiamento de matérias primas de origem animal e vegetal) e serviços.

As cooperativas, fundadas na década de 60, são dotadas de infraestrutura para atender o seu quadro social no setor de insumos agrícolas e veterinários, assistência técnica (agronômica e veterinária), supermercados, lojas de confecção, seção de peças e ferragens, silos, armazéns para recebimento e estocagem de produção e frota de caminhões de recolhimento da produção, quando necessário.

A CAMNPAL – Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma possui sede em Nova Palma e, além disso, filiais em Dona Francisca e São João do Polêsine (mais Caemborá, São Cristóvam e Val de Serra), onde a sua importância, visualizada no gráfico 1, expressa-se nos dados relativos ao PIB nos setores de serviços e indústria. A cooperativa atende os seus associados no recebimento, na comercialização e na agroindustrialização dos produtos, investindo em agregação de valor por meio de marcas próprias, sendo as principais “Caldo de Ouro” e “Bella Dica”.

Já a Cooperativa Tritícola Júlio de Castilhos (COTRIJUC) tem a sua sede em Júlio de Castilhos e possui filiais em Pinhal Grande e Ivorá, onde o PIB também vai ter destaque nos setores de serviço e indústria, com a localização de unidades comerciais (supermercado, agropecuária, insumos e posto de combustível) e administrativas. Tais cooperativas, além de suporte no recebimento e na comercialização dos produtos agropecuários, são também fontes geradoras de empregos para filhos de agricultores na região, que saem do meio rural para empregar-se na cidade (SPANVELLO; LAGO, 2007).

Levando-se em consideração a estrutura fundiária da Quarta Colônia, caracterizada pela presença de propriedades familiares com áreas médias de 30 hectares, tem-se, no setor agrícola, ênfase para as culturas do milho, feijão, fumo, batata, soja e arroz (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2006).

⁹ CAMNPAL – Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma. Possui sede em Nova Palma e filiais em Pinhal Grande, Dona Francisca e São João do Polêsine. A COTRIJUC – Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos tem sua sede em Júlio de Castilhos e filial em Pinhal Grande.

Figura 3 - Agricultura na Quarta Colônia



Fonte: Arquivo da autora (2011)

Sobre estas informações, considera-se que a expressividade de cada uma destas culturas é diferente entre os municípios em função de seus distintos sistemas produtivos, compostos pelas condições de relevo e tipos de solo.

Assim sendo, os municípios situados em áreas mais planas, próximos à calha do rio Jacuí (Dona Francisca, São João do Polêsine e parte de Faxinal do Soturno), apresentam destaque no cultivo do arroz (Imagem “c”), sendo que Dona Francisca evidencia-se como um dos municípios de maior produtividade no Estado do RS, segundo o IRGA - Instituto Rio Grandense do Arroz.

Já nos municípios localizados em áreas mais íngremes e com restrições ambientais (Apps), como Agudo e Ivorá, o fumo, o milho e o gado leiteiro aparecem como atividades em destaque, ilustradas nas imagens “a” (área de pastagem para gado leiteiro em Silveira Martins) e “b” (áreas de fumo em Faxinal do Soturno), associadas à batata, com expressividade no município de Silveira Martins (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2006).

Diante desse cenário, devido às limitações de uso do solo, dado pelas condições ambientais, a agroindustrialização de alimentos aparece como importante alternativa de renda às famílias, sendo esse potencial percebido como impulsionador da economia local, ancorada basicamente na agricultura e nos serviços rurais não-agrícolas.

Com o propósito de identificar e conhecer este potencial produtivo foi realizado em 2006, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), um diagnóstico e cadastro das propriedades processadoras de alimentos na Quarta Colônia. Este trabalho foi coordenado pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM com participação do CONDESUS, do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do RS (COREDE-Centro) com financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

O trabalho, que foi intitulado “Diagnóstico e cadastro das Unidades de Produção de Hortigranjeiros e de produtos Coloniais da Quarta Colônia e Estudo Regional de Mercado na Região central do Estado” aponta para variadas informações acerca da produção e da comercialização de alimentos no território em estudo.

Elementos como percentagem de propriedades envolvidas com atividades de agroindustrialização de alimentos, principais tipos de matéria prima processada, mão de obra utilizada e ainda relações efetivadas pelos produtores com o mercado contribuíram para o reconhecimento do panorama produtivo na Quarta Colônia.

Das 148 Unidades de Produção Agrícola cadastradas, 68% possuem atividades de agroindústria com significativo potencial para geração de renda aos seus produtores, sendo a diversidade de produtos elaborados uma das principais características do território. Dentre os produtos produzidos, estão massas, panificados, vinhos e salames, revelando ligação do saber-fazer dos antepassados com as práticas produtivas em curso no território, a partir da predominância da mão de obra familiar na elaboração dos produtos.

Tabela 01 - Presença de atividades de agroindustrialização nas Unidades de Produção da Quarta Colônia, RS, 2006.

Categorias de Unidades de Produção	N. de Observações	%
Sem atividades de agroindustrialização	47	31,8
Destilados	7	4,7
Destilados e POA ¹⁰	2	1,4
Massas	16	10,8
Massas e POV ¹¹	7	4,7
Massas e POA	7	4,7
Massas, POA e POV	1	0,7
POA	11	7,4
POA e POV	4	2,7
POV	20	13,5
Vinhos	14	9,5
Vinhos e Destilados	5	3,4
Vinhos e POA	2	1,4
Vinhos e POV	2	1,4
Vinhos, Destilados e POA	1	0,7
Vinhos, Destilados e POV	1	0,7
Vinhos, POA e POV	1	0,7
Número total de observações	148	100

Fonte: Neumann e Souza (2008).

Sob este aspecto, os dados indicam que 88% da mão de obra utilizada na produção de vinhos e vinagre é familiar, bem como 87% na produção de derivados de origem animal (carne, leite e ovos), 84,6% na produção de aguardente e licor e 65,2% em massas e panificados (NEUMANN; SOUZA, 2008).

O diagnóstico demonstra ainda o potencial dos recursos específicos da região, que é expresso na presença de um saber-fazer ligado às imigrações europeias, em que produtos como massas e vinhos aparecem presentes em grande parte dos estabelecimentos cadastrados, acenando para um universo produtivo imbuído de tradições passadas de geração a geração.

Com relação aos aspectos mercadológicos, segundo a pesquisa, os produtos da Quarta Colônia são escoados em sua maioria (30,8%) em mercados varejistas ditos convencionais,

¹⁰ POA - Produtos de origem animal.

¹¹ POV - Produtos de origem vegetal.

seguidos de 26,9% que comercializam direto ao consumidor. As estatísticas mencionadas revelam estratégias endógenas de desenvolvimento, calcadas no fortalecimento dos mercados locais, onde mesmo os mercados convencionais, caracterizados pelo uso de mecanismos de regulação à distância como selos de origem e certificações de qualidade (LOCKIE, 2001), comercializam produtos de caracterização tradicional, em sua grande maioria, provenientes de estabelecimento não legalizados. Percebe-se, ademais, que o apelo à identidade movimenta o mercado turístico, atraindo consumidores e estruturando o mercado varejista convencional como potencial para estes produtos.

A pesquisa ainda aponta que, diferentemente de outras regiões, o grau de importância atribuído pelos consumidores no momento da compra não é guiado por informações de rótulo, embalagem ou selos de inspeção sanitária, mas por elementos de validação social, como o sabor com 92,6% das respostas e caracterizações de procedência do produto com 88,9% de preferência. Este dado explica, em parte, a entrada destes produtos, sem condições legais de comercialização, em mercados convencionais, historicamente exigentes em apresentação de selos certificadores de qualidade, dados pelos serviços de fiscalização sanitária.

O que se percebe é certo “aceno” de estratégias informais de validação social dos produtos e dos serviços do território, em que o consumidor valida o produto no mercado, mesmo sem selos certificadores de qualidade, impulsionando também os empreendimentos convencionais como pequenas redes de supermercado para comercialização dos referidos produtos.

Este comportamento de procura e aceitação dos produtos, “como eles são”, constitui indicadores de valorização das formas de vida tradicional, onde os agricultores resignificam as suas atividades, instalando novas formas de cooperação sociedade/natureza, melhorando a conversão produtiva de suas unidades de produção a partir de modelos de agricultura mais compatíveis com as suas dinâmicas familiares e menos dependentes de modelos exógenos.

Os resultados do diagnóstico realizado pela UFSM evidenciam o potencial do território como centro distribuidor de produtos “singulares”, diferenciados por suas dimensões simbólicas e materializados em dinâmicas de produção próprias, sendo ambas caracterizadas, na sua maioria, por técnicas tradicionais de produção, utilização de mão de obra familiar e comercialização em mercados, tanto convencionais (redes varejistas) como alternativos (feiras de produtores), demonstrando as atividades de processamento e comercialização de alimentos coloniais como geradoras de renda às famílias.

1.1.2 A Emergência do Problema

Constata-se que frente às condições naturais geográficas do território, as ocupações produtivas, consideradas não-agrícolas como os serviços de processamento e comercialização de alimentos coloniais, adquirem relevância dentre as atividades produtivas exercidas no território, verificando-se a presença de um elevado número de estabelecimentos envolvidos com o processamento e ou a comercialização destes alimentos em sistemas tradicionais de produção¹².

Nesta condição, a agroindustrialização de alimentos, atividade historicamente exercida pelos imigrantes europeus como forma de melhor o aproveitamento da matéria-prima produzida (conservação, processamento para consumo da família e venda do excedente), apresenta expressividade, sendo que os atores sociais buscam valorização econômica de suas identidades socioculturais, expressas no saber-fazer das famílias, potencializado-as em oportunidades produtivas.

Assim como parte da identidade cultural herdada, a agroindustrialização de alimentos de caráter artesanal tem constituído importante alternativa de renda às famílias em complementaridade às suas atividades agrícolas, dadas às limitações ambientais de exploração do solo. Esta atividade, aliada ao turismo, vem sendo potencializada como oportunidade de reprodução socioeconômica aos atores.

Ressalta-se que, desde a formação do CONDESUS, a visibilidade da Quarta Colônia vem crescendo via subsídios e concretização de projetos voltados para a promoção turística, em que uma série de investimentos foi e continuam sendo realizados. Dentre estes, merecem destaques melhorias na infraestrutura, saneamento e estradas de acesso e ainda a qualificação dos atores em atividades de processamento de alimentos, hotelaria e restaurantes.

Da visibilidade do território, via turismo, novas oportunidade produtivas vêm sendo criadas, resultando em transformações nas dinâmicas produtivas dos atores locais, caso da produção e da comercialização de alimentos coloniais. Esta atividade, em sua grande maioria, exercitada por famílias de produtores imbuídas de um saber-fazer específico, passado de geração a geração, caracteriza um universo produtivo dotado de técnicas artesanais, mão de

¹² Segundo Dufumier (1996), por sistemas de produção compreende-se a combinação de sistemas de cultivo e/ou sistemas de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção que uma Unidade de Produção Agrícola dispõe, ou seja, disponibilidade de força de trabalho, superfície agrícola, equipamentos. Assim, os Sistemas caracterizados como tradicionais concentram seu trabalho basicamente na mão de obra familiar sem uso de equipamentos e máquinas ditas modernas (características dos sistemas produtores de *commodities*).

obra familiar e formulações (receitas) tradicionais, constituindo as chamadas “agroindústrias artesanais” (GUIMARÃES, 2001, GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007; SILVEIRA et al., 2008).

As agroindústrias artesanais possuem os seus sistemas de produção ligados à agricultura, organizando as suas atividades produtivas para o mercado local sem especificidades técnicas e preocupações com escalas, evidenciando, por meio dos produtos elaborados, suas formas de vida. Neste caso é a **arte** presente em cada família e o seu saber-fazer que impulsionam a motivação do produtor a ofertar produtos “típicos” como continuidade de suas atividades agrícolas, caracterizadas pela diversificação e pela produção voltada para o mercado local.

De outro lado, o turismo traz consigo exigências de mercado não condizentes com as condições estruturais da maioria dos estabelecimentos agroindustrializadores, como padronização dos produtos e enquadramentos legais sanitários, o que inclui o uso de máquinas, equipamentos e instalações específicas que a maioria das famílias não dispõe. Tais exigências legais, sanitárias, ambientais e tributárias, às quais os estabelecimentos processadores de alimentos são submetidos, são incompatíveis com a realidade das agroindústrias artesanais devido à caracterização identitária de seus produtos, resultantes de pequenas escalas, uso de utensílios tradicionais e significações específicas de produção (GUIMARÃES, 2001; SILVEIRA; ZIMERMANN, 2004).

A partir das exigências legais do mercado e dos incentivos vindos das instituições propulsoras do turismo, principalmente o CONDESUS, as famílias, em alguns casos, deixam de processar os produtos como tradição (saber-fazer) ou como complementaridade de renda, para ter a produção de alimentos coloniais como atividade principal.

O resultado deste processo, estudado em trabalhos que antecedem a esta tese (GUIMARÃES, 2001, GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007; CENCI, 2007) acena para um quadro de conflitos entre produzir a matéria-prima e processá-la, tendo estas duas atividades como nem sempre compatíveis em função da mão de obra disponível nas famílias, em muitos casos não serem suficientes para contemplar as horas de trabalho que as atividades de agroindustrialização requerem (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Esta situação acaba por promover a desarticulação do produtor na relação produção e processamento, em que, da condição de agricultor, os atores passam a “empresários”, configurando novos enquadramentos socioprofissionais, nem sempre legitimados por

processos fiscais e tributários legais, ocasionando distorções no campo da cidadania, pela ausência de direitos concedidos¹³ (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Sob este processo, como contraponto e/ou complementaridade aos sistemas produtivos tradicionais, surgem as iniciativas de re-criação de produtos identitários: as Agroindústrias Artesanais Re-criadas, que, como um “negócio”, investem em instalações, equipamentos, qualificação dos processos de produção e legalização de seus estabelecimentos, gerando, em muitos casos, produtos semelhantes aos produzidos pelas grandes agroindústrias, mas auto-denominados por seus produtores como coloniais.

Tais empreendimentos caracterizam-se pelo resgate do saber-fazer (receitas, técnicas artesanais) das famílias que, a partir da valorização das práticas identitárias, promovidas pelo turismo, mobilizam saberes passados de geração a geração, transformando-os e materializando-os em produtos de significação identitária sob a denominação “colonial” (SILVEIRA et al., 2006).

Estes, voltados para a perspectiva de mercado, costumam ser os mais subsidiados pelas instituições locais (CONDESUS e Prefeituras Municipais) a partir de investimentos em cursos de qualificação, suporte técnico e recursos financeiros para as melhorias estruturais em suas instalações. São também os de maior visibilidade nos roteiros turísticos, devido às suas localizações, geralmente privilegiadas em relação à movimentação dos turistas (acessos facilitados com placas de identificação e asfalto).

É relevante salientar que, embora unidas pela designação produtos coloniais, as “Agroindústrias Artesanais” e as “Artesanais Re-criadas” configuram universos socioprodutivos distintos. A primeira guiada pelo saber-fazer tradicional das famílias, como um dos elementos expressos nas identidades socioculturais dos imigrantes, e a segunda orientada por normas e legislações resultantes de saberes específicos, orientados pela cientifização das atividades e a legalização dos empreendimentos para a circulação de produtos no mercado.

Assim, a valorização das atividades de processamento de alimentos de caráter colonial ocorre de forma dinâmica, onde se combinam a expansão e a diversificação da produção

¹³ Muitos são os relatos em entrevistas para esta tese, ou mesmo já elucidados por outros autores (PREZOTTO, 1999; RAUPP, 2005; DILLEMBURG; RAUPP, 2009), que apontam para o processo de legalização das agroindústrias (no seu sentido fiscal e tributário) como responsável pela perda do agricultor, de seus direitos trabalhistas (o que inclui a aposentadoria) já que, em muitos casos, devido à escala ou ao tipo de produto processado, os produtos não podem ser comercializados com bloco de produtor, necessitando de nota fiscal e, conseqüentemente, formação de empresas, com CNPJ, o que faz com que o produtor perca sua condição de agricultor, passando a ser empresário, com novas obrigações e tributos fiscais.

artesanal de alimentos, característica do território, com a “re-criação” de agroindústrias artesanais. Nesta dinâmica, ao mesmo tempo em que se valorizam saberes tradicionais, passados de geração a geração, há espaço para criação de novas oportunidades, não necessariamente existentes do ponto de vista intergeracional, mas re-criadas em função da existência de um mercado favorável à produção artesanal de alimentos, estimulado pelas atividades de turismo no território.

De um lado, tem-se a agroindústria artesanal como um “modo de vida”, a partir do “saber-fazer” herdado de gerações passadas, e, de outro lado, a agroindústria artesanal como “um negócio”, em que nem sempre há esse saber inter-geracional, mas um empreendimento voltado a atender uma demanda de mercado.

As diferentes motivações que guiam a racionalidade de seus produtores, bem como as suas dinâmicas produtivas, acabam por estimular disputas entre eles, por visibilidade e benefícios, balizados pela valorização das identidades socioculturais presentes, historicamente entre os atores e, agora, potencializadas em oportunidade produtivas pelo advento do turismo.

No que se refere à produção e à comercialização de produtos coloniais, tem-se a atividade como favorecida pela perspectiva do consumidor turista, movimentando as dinâmicas produtivas do território, no sentido de potencializar habilidades existentes entre os atores sociais como patrimônio cultural a ser ativado em sua condição de oportunidade produtiva.

As diferentes percepções e “formas” de ativação dos elementos identitários vêm promovendo re-arranjos nas Unidades de Produção e, conseqüentemente, transformações nas identidades socioprofissionais de seus atores. A imbricação do turismo com o mercado (e suas condições legal-burocráticas) acaba por promover a intercessão das perspectivas endógena e exógena, complexificando o processo de desenvolvimento em curso no lugar.

1.2 O PROBLEMA

Percebe-se que o turismo, ao mesmo tempo em que propicia alternativas de reprodução socioeconômica às famílias, o faz sob a perspectiva do “mercado”, marcada por uma série de regramentos na ordem da produção, do processamento e da comercialização de alimentos, apresentando-se incompatível com as “formas de fazer” cultuadas entre os atores como patrimônio cultural identitário.

Neste setor produtivo, o discurso de valorização das identidades do território, seus saberes-fazer e formas de vida, quando inseridos na ótica legal do mercado, acabam por sucumbir, favorecendo àqueles estabelecimentos que produzem sob as normativas legais, com pouca ou nenhuma ligação com saberes típicos e que, sob a ótica dos agentes públicos, passam a exercer certo “domínio” sobre as dinâmicas produtivas do lugar.

Frente a um cenário de “mercantilização” de identidades como estratégia de reprodução socioeconômica dos atores do território, quais seriam as implicações das oportunidades geradas pelo turismo nas identidades socioculturais e profissionais dos atores produtores?

Levando-se em consideração as forças que movimentam estas dinâmicas, alerta-se para o fato de que os empreendimentos re-criados parecem ser os mais favorecidos pelas ações institucionais (CONDESUS) que subsidiam o turismo, evidenciando, entre os atores, diferentes racionalidades na forma de perceber e exercitar as suas identidades.

Se a singularidade do território está nas identidades socioculturais e profissionais de seus atores, a inserção do turismo, como elemento exógeno, marcado pela presença formal do mercado e o seu conjunto de normas e regramentos, não estaria descaracterizando suas potencialidades identitárias? Ou, ainda, os alimentos coloniais processados sob manifestação “simbólica” seriam o suficiente para demarcá-los como típicos do território e, assim, garantir singularidade?

Desse modo, tendo a Quarta Colônia como um território socialmente construído e em constante resignificação por seus atores, desenha-se um cenário com diferentes atuações. Assim sendo, o desafio desta tese consiste em desvelar os seus “bastidores”, buscando-se a compreensão dos distintos papéis exercidos pelos “atores em cena”, bem como as racionalidades que os guiam. A perspectiva de análise, aqui escolhida, centra a narrativa e as reflexões advindas desta, nos atores sociais do território, nas suas dinâmicas produtivas e nas

racionalidades identitárias expressas na produção e na comercialização de alimentos coloniais para o turismo.

Para tanto, pergunta-se:

Como os atores sociais constroem as suas racionalidades identitárias, na produção e na oferta de alimentos de caracterização colonial, a partir das dinâmicas produtivas estabelecidas pelo turismo?

1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESES

A seguir são apresentados os objetivos e hipóteses deste Trabalho.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral consiste em identificar e compreender as diferentes racionalidades identitárias expressas nas dinâmicas de produção e comercialização de “alimentos coloniais” na Quarta Colônia, ativadas em oportunidades produtivas a partir das identidades sociocultural e socioprofissional, presentes, historicamente, entre os atores do território.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) identificar as oportunidades produtivas resultantes dos processos de ativação das identidades, sociocultural e profissional do território, pelo turismo;
- b) identificar e analisar as dinâmicas produtivas do território, no que se refere à qualificação dos atores sociais e às oportunidades produtivas relacionadas às suas identidades socioprofissionais;
- c) analisar as diferentes racionalidades identitárias evidenciadas nas representações sociais do território, através do significado das práticas de suas dinâmicas produtivas.

1.4 HIPÓTESES

- a) as racionalidades identitárias presentes entre os atores produtores e/ou comercializadores de alimentos coloniais na Quarta Colônia constroem-se ou modificam-se a partir de racionalidades utilitaristas de suas identidades, devido às oportunidades de mercado promovidas pelo turismo;
- b) a legitimação das dinâmicas produtivas do território é inspirada nas identidades, socioculturais de origem presentes entre os atores, promovendo alterações em suas identidades socioprofissionais;
- c) as transformações nas identidades socioprofissionais dos atores sociais são promovidas pelas exigências em qualificação dos processos de produção de alimentos - dinâmicas produtivas - impostas pelo mercado trazido pelo turismo.

1.5 METODOLOGIA

Os pressupostos metodológicos desta tese possuem os seus alicerces na sociologia compreensiva de Max Weber, em que os esforços intelectuais objetivam captar e compreender o sentido que subjaz às ações humanas e não apenas o aspecto exteriormente perceptível que elas contêm.

Weber propõe que a sociologia, em seu sentido compreensivo, significa uma ciência que pretende compreender explicativamente o agir social e, assim, explicá-lo em seus efeitos (WEBER, 1991). Para tanto, o conceito de racionalidade é tido como recurso analítico para a abordagem da realidade empírica, propondo-se, por meio deste, a compreensão dos sentidos das manifestações produtivas em curso no território.

A racionalidade é o sentido expresso nas manifestações da vida ou objetivações de experiências vividas, é ainda o sentido por trás da ação, o “porquê” fazemos as coisas que fazemos, seja em direção a resultados objetivos ou subjetivos (WIKLUND, 2008). A partir desse conceito, nega-se a existência de leis universais que expliquem os fenômenos sociais, que devem ser analisados como movidos sempre por significados e motivações nos contextos em que são gerados.

Compreender pressupõe experiência e é demonstrável, enquanto válido, apenas se referenciado na experiência [...] Assim todo compreender em sua constituição psíquica, pressupõe o empiricamente observável, sendo este considerado válido na medida em que estabelece meios de referência aos componentes dessa experiência, apreendendo-os como base de cálculo para fins previamente determinados por um propósito cognitivo (WEBER, 1991 apud SENEDA, 2008, p. 173).

Como objeto de análise sociológica, Weber toma como referência, para o reconhecimento das racionalidades, a ação social, compreendida como toda ação que o indivíduo faz, orientando-se pela ação de outros. A ação social manifesta-se no momento que uma ação recebe um sentido, atribuído pelo sujeito em relação à conduta dos outros, sendo que a compreensão sociológica dessa ação resulta de um esforço sistemático e rigoroso para melhor entender a realidade social, ou seja, a conduta desenvolvida pelo protagonista da ação (FERREIRA, 1995).

Pode-se afirmar ainda que é um comportamento humano, uma atitude interior ou exterior voltada para a ação ou a sua abstenção. No entanto, esse comportamento só é considerado ação social quando o ator atribui à sua conduta um significado ou um sentido próprio e esse sentido relaciona-se com o comportamento de outras pessoas (TRAGTENBERG, 1980).

A partir deste conceito, Weber caracteriza quatro tipos de ação como conceitos operacionais para apreensão das racionalidades: a ação racional com relação a um fim (*zweckrational*); a ação racional com relação a um valor (*wertrational*); a ação afetiva ou emocional e, por último, a ação tradicional (ARON, 2003).

A **ação racional com relação a um fim** é determinada pelo “cálculo” racional do ator que coloca fins e organiza os meios necessários para atingir o seu objetivo. A **ação racional com relação a um valor** é aquela fiel a sua ideia ou honra. A **ação afetiva ou emocional** é orientada pelas emoções e pelos sentimentos do sujeito e a **ação tradicional** é entendida como aquela determinada por um hábito arraigado ou costume presente entre os atores.

O método compreensivo de Weber busca, na ação social, a compreensão dos sentidos que cada ator atribui à sua conduta, atribuindo-lhe a possibilidade de percepção de uma estrutura.

Para Weber, a ciência das realidades humana, da história e da cultura, tem os seus conhecimentos subordinados a um sistema de valores como procedimento de seleção e de organização das sociedades, é, por assim dizer, “[...] um esforço destinado a compreender e explicar os valores aos quais os homens aderiram e as obras que construíram” (ARON, 2003, p. 736).

Sob tal ótica, as pesquisas, por exemplo, para delimitarem o seu campo de estudo são obrigadas a fazerem as suas escolhas de “realidade”, em que os fatos e os conceitos são selecionados em procedimentos do tipo “relação a valores”. Como salienta Seneda (2008), a compreensão recorta o dado a ser explicado, mas só a teoria pode constituir validade científica.

Na medida em que a seleção e a construção do objeto da ciência dependem de questões propostas pelo observador, os resultados são entendidos no contexto histórico em que ele situa-se, sendo a história componente essencial na captação de sentidos e compreensão de ações promovidas pelos atores.

Em sua contribuição no campo da metodologia em Ciências Sociais, Weber apontava que os fenômenos da vida humana possuem um caráter de transitoriedade, em que ainda que ocorram permanências ou preservações conceituais no decurso da história, a realidade está sempre assumindo formas novas, impulsionando o cientista a praticar uma ciência da realidade.

Ressalta-se, assim, a racionalidade, na concepção de Weber, como recurso analítico desta tese para a compreensão das motivações e das significações presentes nas dinâmicas de produção e comercialização de alimentos coloniais no território estudado.

Ainda como recurso analítico, utiliza-se o conceito de representações sociais proposto por Moscovici, que o compreende como as ações em que o homem manifesta a sua capacidade de projetar-se no mundo em que vive, por meio de afirmações, conceitos e valores como forma de comunicação, convivência e aceitação em um determinado grupo social (MOSCOVICI, 1998).

Segundo Jodelet (2001), as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativos na vida social. Em sua riqueza fenomênica, manifestam-se de formas diversas, como elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos e ainda crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens. Sempre organizados como uma espécie de saber que afirma alguma coisa sobre a realidade.

As representações sociais, enquanto formas de conhecimento prático que orientam as ações do cotidiano, se dá na interface de duas forças monumentais. De um lado temos os conteúdos que circulam em nossa sociedade e, de outro, temos as forças decorrentes do próprio processo de interação social e as pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas (SPINK, 2004).

Trata-se, pois, de uma forma de conhecimento diferente do científico, com ações e sentidos particulares, daí a importância deste conceito como suporte para a identificação e a compreensão das racionalidades expressas nas ações dos atores sociais, já que, como “produtos sociais”, as representações sociais têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendram, ou seja, ao seu contexto de produção. Este último fundamental para a análise e a explicação das construções que, dele, emanam e transformam-se.

Quanto à caracterização da pesquisa, ela apresenta-se como qualitativa que, como propõem Spink e Menegon (1999), é a abordagem que aponta para a complexidade dos fenômenos sociais, permitindo compreender a subjetividade do objeto a partir de diálogos do pesquisador com a realidade estudada.

Triviños (2009) apresenta a pesquisa qualitativa como àquela que: a) tem o ambiente natural com fonte de dados e o pesquisador como instrumento-chave; b) apresenta-se de forma descritiva; c) preocupa-se com o processo e não apenas com o produto; d) o fenômeno social é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo; e) o significado é a preocupação essencial do pesquisador.

Assim, buscando-se a compreensão das motivações dos atores para o desenho de suas dinâmicas produtivas, pressupõe-se a abordagem qualitativa como apropriada para captação das motivações e dos significados que conduzem estas dinâmicas, tendo, como ponto de partida, as identidades socioculturais edificadas de forma histórica no território.

Para tanto, ressalta-se a re-constituição dos principais fenômenos históricos ocorridos no território desde a sua colonização, pelos imigrantes italianos, até os dias atuais. A partir deste resgate histórico, passa-se a captar a essência de comportamentos e consciências coletivas formadas ao longo dos tempos entre os atores, destacando-se que a ideia deste recorte, como suporte metodológico, dá-se no intuito de apreensão das intencionalidades presentes entre as ocorrências históricas.

Segundo Triviños (2009), a pesquisa qualitativa, quando com apoio teórico nos fenômenos históricos, apresenta-se como essencialmente descritiva, em que os processos históricos descritos estão impregnados de significados que o ambiente conferiu-lhes, sendo os dados observados considerados como resultantes de um contexto. Por meio deste contexto, busca-se compreender e explicar as origens do território, bem como as relações, as mudanças

e as consequências que derivam de sua história. Assim, os resultados são expressos através de narrativas ilustradas, declarações, fotografias, documentos e fragmentos de entrevistas.

Destes elementos, seguindo a tradição compreensiva, pressupõe-se que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que o seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado, tendo a história como um dos recursos para este desvelamento (GROULX, 2008).

Como instrumentos de pesquisa para a captação das essências, das motivações e da posterior compreensão de seus significados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas direcionadas de forma específica aos atores objetos da pesquisa, seguindo critérios pré-estabelecidos a partir de estudos exploratórios no território, a fim de delinear a direção de seus conteúdos investigativos. Também recorreu-se a imagens fotográficas como elementos de complementação textual, salientando particularidades e momentos significativos para a compreensão da realidade investigada.

Em conformidade com Achutti (2004), fotografias são recortes traduzidos da realidade, escolhas feitas para demarcar o tempo e o espaço. Uma fotografia é a materialização e o discurso de um olhar. Neste sentido, o autor atenta para o fato de que o uso de imagens fotografadas pelo pesquisador têm a sua significação como parte das descobertas deste, em que o objetivo é relatar, através de imagens, uma situação específica como parte explicativa de um contexto teórico maior. O autor ainda menciona que:

Contrariamente ao que se costuma acreditar, o trabalho de interpretação não se efetua apenas após, mas também durante o ato fotográfico, pois ele é determinante para as escolhas que deverá fazer o pesquisador em campo (ACHUTTI, 2004, p. 112).

Assim sendo, as imagens, aqui, selecionadas objetivam ilustrar significações, emoções, valores e ações presentes entre os atores do território, bem como evidenciar particularidades significativas para o contexto do processo investigativo.

Por fim, ressalta-se que esta tese possui um conceito analítico como suporte teórico à investigação e à análise dos dados: Racionalidade – e dois conceitos operacionais como suporte ao recorte empírico da realidade estudada – Ação Social e Território.

1.5.1 Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, foi realizado um estudo exploratório no território, durante o mês de julho de 2009, a fim de conhecer a realidade dos empreendimentos e a identificação do perfil dos atores a serem entrevistados. Neste processo, foram utilizados dados secundários como fonte de informações orientadoras, advindas de artigos científicos, dissertações e teses elaboradas sobre a Quarta Colônia. Dentre os trabalhos acadêmicos utilizados, inclui-se o Relatório de Pesquisa elaborado pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) intitulado “Diagnóstico e Cadastro das Unidades de Produção e de Produtos Coloniais da Microrregião da Quarta Colônia e Estudo Regional de Mercado na Região Central do Estado do RS”, o qual traz dados sobre a produção, o número de empreendimentos e o Perfil Agroindustrial¹⁴ de cerca de cento e cinquenta estabelecimentos produtores e processadores de alimentos no território, contribuindo para a identificação prévia da localização dos possíveis atores a serem entrevistados.

A partir daí, foram realizadas visitas aos municípios no sentido de estabelecer conversas informais com os atores sociais envolvidos com produção e comercialização de alimentos e, ainda, com agentes técnicos das instituições locais como EMATER, Prefeituras Municipais e CONDESUS. As conversações foram efetivadas no intuito de buscar indicação de informantes chaves, estabelecer contatos com as referidas instituições e testar os instrumentos de pesquisa, ajustando questionários e delimitando o perfil da amostra de atores a serem entrevistados.

Após o reconhecimento de campo, estabeleceu-se que as entrevistas seriam direcionadas a produtores – GRUPO A, e a agentes – GRUPO B.

GRUPO A: produtores e/ou comercializadores de alimentos coloniais, selecionados a partir dos seguintes critérios:

- a) Possuir estabelecimento processador e/ou comercializador de alimentos com visibilidade e inserção no mercado do território. Isto porque a atividade de

¹⁴ O termo Perfil Agroindustrial faz referência ao tipo de produto processado (tipo de agroindústria, o que caracteriza os empreendimentos como processadores de alimentos de origem animal ou vegetal).

processamento faz parte do cotidiano das famílias em caráter identitário, ou seja, são muitas famílias envolvidas com alimentos coloniais, mas nem todas o fazem no intuito da sua comercialização. Daí, a necessidade de delimitar aquelas com inserção de seus produtos no mercado, seja ele formal (padarias, supermercados e pequeno varejo) ou informal (pontos de venda e feiras de produtores);

- b) ser reconhecido, dentre os atores do território, como produtor e/ou comercializador de alimentos coloniais, evitando-se distorções de caracterização da amostra, visto a ocorrência de Cooperativas com processamento de alimentos em nível industrial em alguns dos municípios.

Sob estes critérios, foram, pois, entrevistados 30 atores no GRUPO A, dividido em agricultores-produtores e “produtores-empresários” (proprietários de agroindústrias e restaurantes), sendo que as entrevistas e as visitas aos empreendimentos foram dirigidas no sentido de identificação das ações dos atores, os seus sistemas produtivos e as perspectivas futuras com relação à atividade, abordando os seguintes aspectos:

- a) identificação do Perfil Agroindustrial e a caracterização dos produtos;
- b) condição de legalização dos estabelecimentos;
- c) aspectos socioprodutivos com relação à produção da matéria-prima, tecnologia, mão de obra, inserção dos produtos no mercado (comercialização), perspectivas de sucessão das atividades na família.

Estas informações viabilizaram a identificação e a caracterização dos Sistemas de Produção e Comercialização dos alimentos coloniais no território, bem como as análises das ações dos atores no que se refere à potencialização de suas identidades socioculturais (a partir do saber-fazer presentes entre as famílias) em oportunidades de trabalho e renda, possibilitando identificação de suas identidades socioprofissionais.

GRUPO B: agentes de desenvolvimento, tanto técnicos, quanto políticos, estes últimos compreendidos, aqui, no sentido da promoção e do fomento de articulações socioprodutivas entre os atores.

Sob esta designação foram entrevistados 11 agentes de desenvolvimento, entre técnicos da Emater, agentes de turismo, Secretários de Agricultura dos Municípios e representantes de instituições locais com atuação no segmento, mais especificamente CONDESUS, Projeto Esperança/Coesperança, Associação Rede da Casa e Banco do Brasil. Ressaltam-se estas instituições em função dos estudos exploratórios acenarem para a participação das mesmas como atuantes nas dinâmicas produtivas do território.

Neste grupo, as entrevistas foram dirigidas no sentido da busca por elementos para a compreensão dos processos produtivos e a relação destes com a atuação das instituições, assim como auxílio na reconstrução histórica da formação do território a partir dos olhares dos atores participantes. Assim, as entrevistas abordaram os seguintes aspectos:

- a) identificação das principais potencialidades e limitações dos atores produtores na produção e na comercialização de alimentos coloniais;
- b) reconhecimento das ações dos agentes e das instituições na capacitação e na organização dos atores produtores;
- c) perspectivas futuras para o território no âmbito de suas atividades produtivas.

As informações obtidas proporcionaram a visualização das formas de ação das instituições locais no que se refere à valorização das identidades socioculturais e à promoção de “garantias” de incremento de renda das famílias, a partir de novos enquadramentos socioprofissionais dos atores, estes promovidos por transformações nas dinâmicas produtivas do território.

Desse modo, as entrevistas dirigidas aos produtores, aos técnicos e aos agentes políticos propiciaram a observação da ação dos atores para posterior análise de suas motivações e significados:

GRUPO A: Identificação das ações dos atores produtores a partir de seus sistemas de produção e inserção de seus produtos no mercado.

GRUPO B: Identificação das ações dos atores agentes a partir das formas de atuação de suas instituições na promoção do turismo e amparo técnico/organizacional aos atores produtores.

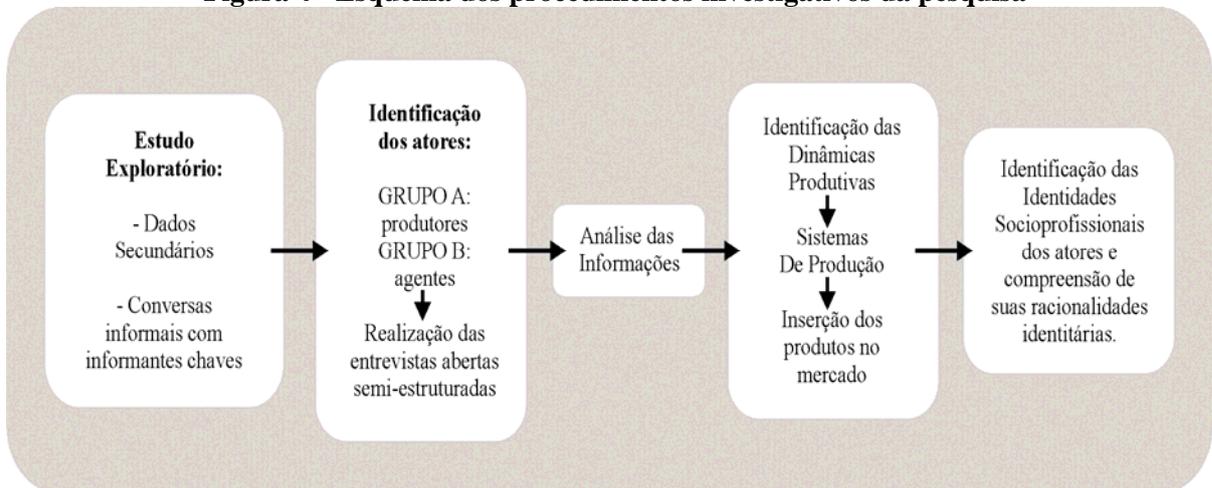
Quadro 1 - Demonstrativo dos atores entrevistados da tese

Grupo de Entrevistados	Caracterização	Entrevistados	Total
GRUPO A Atores Produtores	Produtores “agricultores”	14	30
	Produtores “empresários”	16	
GRUPO B Atores Agentes	Agentes técnicos	7	11
	Agentes políticos	4	
Total de entrevistados			41

Fonte: Elaborado pela autora

Com a identificação dos atores e as suas motivações, acrescentando-se os reconhecimentos das dinâmicas de funcionamento dos estabelecimentos visitados, identificaram-se os Sistemas de Produção e comercialização de alimentos coloniais em curso no território, possibilitando agrupamento dos atores, segundo as suas identidades socioculturais expressas nos produtos e as identidades socioprofissionais, derivadas da condição legal-burocrática de seus estabelecimentos.

A seguir, o esquema representativo do procedimento investigativo adotado.

Figura 4 - Esquema dos procedimentos investigativos da pesquisa

Fonte: Elaborado pela Autora.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

A presente tese é composta por seis capítulos. O capítulo um, apresenta a introdução, o universo empírico da pesquisa, o problema evidenciado, os objetivos delimitados, as hipóteses elaboradas e a metodologia utilizada.

No capítulo dois, intitulado, “Território, atores sociais e identidades: elementos de operacionalização do desenvolvimento endógeno”, procede-se à revisão teórica que serviu de base para o desenvolvimento conceitual da tese. Inicialmente, abordam-se as conceituações em torno de território, as suas dimensões e as suas implicações para o planejamento e a ação do desenvolvimento rural. Em continuidade, trata-se dos elementos presentes em suas dimensões:

- a) social, como os seus atores e as identidades socioculturais e profissionais presentes como elementos propulsores de oportunidades produtivas;
- b) natural, a partir de sua configuração paisagística com recursos materiais específicos elevados à condição de patrimônio ambiental a ser ativado como elemento de singularidade.

Ainda neste capítulo, aborda-se a relação do turismo com o desenvolvimento territorial a partir da ativação dos elementos presentes nesta dimensão.

O capítulo três “De região geopolítica a território de desenvolvimento”, demonstra a transformação sociopolítica da Quarta Colônia, exibindo os elementos históricos que corroboraram para esta configuração. A partir daí apresenta-se o território construído por meio de investimentos institucionais e implementação do turismo, nas dimensões natural e cultural, como estratégia endógena de desenvolvimento, apontando os recursos específicos ativados como oportunidades produtivas.

O capítulo quatro descreve e analisa “As dinâmicas produtivas do território”, no que se refere à produção e à comercialização de alimentos coloniais. Nele, identificam-se os Sistemas de Produção em curso, as redes de abastecimento ao turismo que são formadas entre os estabelecimentos produtores e as diferentes concepções referentes às manifestações identitárias nos produtos, expressas pelos atores por meio do saber-fazer tradicional presente entre as famílias.

No capítulo cinco, “Racionalidades identitárias e mobilização de recursos para o turismo”, apresentam-se as diferentes racionalidades identitárias presentes entre os atores na produção e na comercialização de alimentos coloniais para o turismo na Quarta Colônia: as racionalidades Identitárias “de origem” a “em transformação” e a “transformada”. A partir destas, são tecidas considerações acerca das potencialidades e limitações de cada uma para a consolidação do “novo” território.

Por fim, no capítulo seis têm-se as principais conclusões do trabalho e a estimativa de contribuições para o território.

2 TERRITÓRIO, ATORES SOCIAIS E IDENTIDADES: ELEMENTOS OPERACIONAIS DO DESENVOLVIMENTO

Os atuais debates sobre território configuram uma aglomeração de visões que vão desde a sua configuração estática até a sua compreensão como realidade móvel e dinâmica, incluindo concepções designativas de espaço geográfico até a sua percepção como “lugar da vida”. Dessa forma, o conceito carrega consigo uma multiplicidade de sentidos, resultando, daí, a necessidade de esclarecimentos sobre o seu uso no intuito de se evitar distorções dos ambientes por ele referidos.

Assim, tem-se que, nas Ciências Naturais, o conceito de território estabelece a relação entre o domínio de espécies animais e vegetais em uma determinada área física. Na Geografia, relaciona espaço, recursos naturais, sociedade e poder. No sentido antropológico, é o ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade, já na Sociologia, é entendido como uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades (FLORES, 2006).

A Economia, por sua vez, apropria-se do conceito de território buscando entender e explicar em que medida a localização espacial de determinado recurso produtivo pode influenciar nos seus custos, na formação de seus preços, na qualidade e nos mercados consumidores a serem atingidos (SCHNEIDER, 2006). Sob este viés, geógrafos como Milton Santos, David Harvey e Doren Massey, vêm buscando demonstrar como as sociedades modernas produzem determinados meios de interação com a natureza, gerando, a partir destas relações, formas específicas de uso e apropriação do espaço.

Como sugerem Gehlen e Riella (2004, p. 20):

O território é uma referência globalizante, algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento à pretensão uniforme da idéia de globalização. Outras vezes a idéia do território oferece chances de inclusão do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade.

Como comumente o conceito de território vem associado ao sentido de espaço, faz-se importante destacar a diferença conceitual entre ambos. Para tanto, Raffestin (1993) aponta que o

espaço relaciona-se ao patrimônio natural existente em uma região definida, enquanto que o conceito de território incorpora a apropriação deste espaço pela ação social de diferentes atores.

Dentre os vários sentidos que o conceito carrega, destacam-se, para esta tese, aqueles auferidos pela Sociologia que o entende como espaço de ação coletiva, construído a partir de seus atores sociais. Sob esta concepção, o conceito de território envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que o agir dos indivíduos produz sobre a “base física” em que vivem (SCHNEIDER, 2004).

O território surge, portanto, como “[...] resultado de uma ação social, que de forma concreta e abstrata, se apropria de um determinado espaço (tanto física como simbolicamente) sendo por isso denominado de construção social.” (FLORES, 2006, p. 4).

No entanto, autores como Souza (2003) e Haesbart (2002) atentam para o território não apenas como expressão do espaço construído, mas também como um cenário, onde atuam forças, relações de poder e dominação.

Assim sendo, observa-se que a definição de território sob a perspectiva da Sociologia está centrada nas relações dos indivíduos com o espaço em que vivem, resultando, daí, as suas condições de sociedade, atividades produtivas e apropriações que derivam destas relações. Como sugere Becker (1983, p. 8), “[...] o território surge como um produto produzido pela prática social, mas também como um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social.”.

Reside aí a importância de se conhecer as racionalidades, as motivações e os interesses de seus atores sociais no sentido de compreender o que se dá por trás desses processos de construção, tidos como complexos, no que se refere aos acordos e às percepções tratados entre as partes que o constituem.

Os atores, com base em suas identidades, dão sentido às suas vidas, por isso, o cotidiano em que estão inseridos, bem como os significados de suas ações, oferecem dinâmicas complexas a serem contempladas, porque, como espaço de construção social, a sua conjuntura é condicionada por uma série de normas e valores culturais que, presentes entre os atores, passam a assumir papel de destaque no âmbito de suas motivações.

Conceituar sociologicamente ator social implica identificá-lo numa relação alterativa, validada pelo(s) outro (s) numa realidade social mediada por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, por natureza, pela religião, enfim, pela realidade complexa que o cerca (GHELEN, 2009, p. 29).

Neste sentido, Blume e Schneider (2003) assinalam que, no tocante ao exercício e à ação do poder, o território assume uma caracterização de arena, onde a disputa de visões de mundo, alianças políticas e interesse, possibilitam a demarcação dos “lados” e das ocorrências de fenômenos de dominação.

Assim posto, o território é um espaço de desenvolvimento multidimensional (FLORES, 2006), onde desenvolvem-se dinâmicas produtivas e econômicas específicas que superam a dicotomia rural/urbano e estabelecem articulações próprias entre o local e o global.

Nestas articulações as diferentes racionalidades (produtivas e econômicas) presentes entre os atores interagem, sendo seus resultados dependentes do capital social existente ou mobilizado pelas forças que o compõem. Dessa forma, tem-se o sentido do conceito de território construído, como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento de seus atores ao espaço de ação coletiva, criando-se laços de solidariedade entre eles, por meio de identidades, socioculturais e profissionais, partilhadas (BRUNET, 1990).

As identidades socioculturais remetem o indivíduo a uma condição de existência privada, expressa por relações interativas com o seu universo social, demarcado culturalmente por um conjunto de valores, cultura, hábitos ou condições de semelhanças. Reprisando as palavras de Ghelen (2006, p. 266):

Cada um se define pela semelhança, pelos gostos, pelo cheiro, pelos hábitos, validados pelos que pertencem ao mesmo privado, à mesma cultura, se entendem por gestos, meias palavras. As normas são de tradição, de consenso e, em geral não escritas.

Por sua vez, as identidades socioprofissionais referem-se a um conjunto de significações e interesses atribuídos a fatos ou demandas específicas de grupos de atores sociais que partilham de objetivos em comum. As atividades profissionais, bem como as profissões formalizadas, são exemplos de condições de identidades socioprofissionais estabelecidas entre atores, que se autoreconhecem como semelhantes, a partir do trabalho, partilhando interesses e significações.

Têm-se que as identidades ganham sentido como orientadoras das ações territoriais, mobilizando dinâmicas e resultados em torno de significações, dando, assim, sentido de lugar às comunidades (SANTOS, 2002). Sob este aspecto, materializam-se, por meio de expressões sentimentos, valores, cultura e trabalho, como forma de demarcação de suas experiências.

No entanto, é importante esclarecer que a cultura à qual a identidade se reporta não é algo estanque no tempo, nem marcada exclusivamente pela ideia de se voltar os olhos para fatos ou valores dados somente pelo passado, mas algo que se configura por um processo contínuo de transformações dadas pelas relações sociais e pelas suas significações.

O conceito de identidade, como um código local, material e cognitivo é produto social da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações (monumentos, infra-estruturas, cidades, pontes), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos atos territorializantes dos atores sociais e históricos. Significa sedimentos em um certo lugar, no qual há uma co-evolução social e natural (SAQUET, 2007, p. 148).

Desse modo, a reivindicação das identidades aparece como condicionada por um dado momento, alterando os seus discursos e as suas expressões através dos tempos, de acordo com as diferentes situações ou os interesses, mas sempre conduzidas por significados.

Ainda no intuito da caracterização do termo, Pecqueur (2000) alerta para a possibilidade da ocorrência de outro tipo de território, que não o construído, mas instituído por decisão político - administrativa, cujos interesses são, geralmente, o estabelecimento de acordos para o desenvolvimento de uma determinada região.

Este tipo de território, entendido pelo autor como “território dado”, é, muitas vezes, confundido com o primeiro, causando distorções de leitura de seu tecido social. O “território dado” aparece a partir de acordos ou definições de objetivos em comum, em geral, traçados entre municípios ou localidades que se unem em torno da efetivação de objetivos pré-estabelecidos entre eles.

Neste tipo de território, as identidades socioculturais e profissionais, podem não assumir papel de destaque nas instâncias de decisão e articulação dos atores sociais de suas dinâmicas produtivas e econômicas, ficando estas a cargo de instâncias decisórias de caráter institucional e ou políticas, geralmente constituídas de agentes externos ao território, com objetivos e significações alheios às identidades.

Ao contrário desta abordagem, o território construído tem o seu início a partir de fronteiras que os grupos determinam-se, nas quais a cultura exerce papel fundamental, sendo expressa nas formas de vida, nas atividades produtivas, nas relações sociais e até mesmo nos mercados efetivados a partir de relações de proximidade.

Em esclarecedor artigo, intitulado “O território em tempos de globalização”, Haesbaert e Lomonad (2007) atentam para o fato de que a preponderância da dimensão mais subjetiva e/ou simbólica de apropriação do espaço nas sociedades tradicionais cede lugar, nas sociedades modernas, à dimensão mais objetiva ou funcional de construção deste espaço. Preponderância, note-se bem, pois nunca existiram espaços puramente simbólicos ou puramente funcionais.

A partir desta abordagem, observa-se o fato de que as identidades diversas que compõem os territórios como base em culturas históricas de origem e/ou construídas derivam das diferentes racionalidades de seus atores sociais. Destas racionalidades, decorrem-se distintas interações entre culturas externas e culturas locais, cujo resultado pode expressar o capital social de um território.

No que se refere ao capital social, ele é resultado de um consenso entre teorias econômicas (de cunho institucionalista) e sociológicas (BOURDIEU, 1980; COLEMAN, 1990), revestindo-o de um caráter multidimensional e multiforme (civil, governamental, estrutural e cultural). O caráter amplo do quadro analítico, que lhe é associado, dificulta a escolha de uma definição precisa.

Putnam (2000), por sua vez, foi o primeiro autor a fazer um amplo estudo empírico assimilando as instituições ao capital social. Este autor identifica o capital social às características das organizações sociais tais como as redes, as normas e a confiança que facilitam a coordenação e a cooperação em vista de um benefício mútuo. O argumento de Putnam é o de que regiões que têm uma forte tradição de engajamento cívico (elevado estoque de capital social) conseguem acionar mecanismos que melhoram o desempenho das instituições e dos governos locais: “o capital social que existe nas normas e nas redes de engajamento cívico parece ser uma condição necessária tanto ao desenvolvimento quanto a eficácia dos governos” (PUTNAM, 2000, p. 37).

Ostrom (1995), por seu turno, completa a compreensão do conceito de capital social, ao associá-lo aos conhecimentos dos atores, adquiridos de forma histórica ou condicionados por elementos locais, como clima e vegetação. Tais conhecimentos, passados como patrimônio entre as gerações, são capazes de produzir bens e serviços com singularidades específicas que têm o seu sentido dentro do território, caso dos saberes fazer presentes entre os atores sociais de um determinado espaço que, como patrimônios socioculturais, são passados de geração para geração como forma de reivindicação de suas identidades.

Nesta abordagem, o saber-fazer local é uma forma de expressão da cultura local que, estabelecendo relações entre os atores sociais através de conhecimentos herdados de geração a geração, é capaz de promover desenvolvimento por meio de características e elementos endógenos. São, neste caso, as identidades socioculturais acionadas como estratégia de valorização produtiva.

O saber-fazer, neste sentido, compreende um conjunto de atividades exercitadas de forma específica, conferidas por habilidades próprias criadas e legitimadas por um determinado grupo de atores sociais. Sobre este aspecto, Abramovay (2002) argumenta que esse capital social, que se baseia em conhecimentos específicos presentes entre os atores, pode ser construído, não unicamente herdado, desde que existam estruturas capazes de fomentar ações políticas locais que potencializem a formação e/ou o desenvolvimento desse capital.

Assim, é possível estabelecerem-se formas de fortalecer as identidades territorializadas, ao estimularem-se laços de solidariedade e parceria entre as partes constituintes do território por meio de redes.

Tratar-se de redes, por sua vez, significa trabalhar com concepções variadas, nas quais parecem misturar-se ideias baseadas no senso comum, na experiência cotidiana do mundo globalizado ou ainda em determinado referencial teórico-conceitual. Existe uma diversidade de definições que, no entanto, parece conter um núcleo semelhante relacionado à imagem de fios, malhas, teias que formam um tecido comum.

A presença de um ponto central, de uma fonte geradora/ propulsora, não figura no significado popular de rede. A igualdade e a complementaridade entre as partes são seus aspectos básicos, reforçados pela regularidade entre as malhas (LOIOLA; MOURA, 1997, p.54).

Assim entendidas, as redes compõem um conjunto de relações sociais entre grupos de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações (COLONOMOS, 1995).

Sabourin (2002) completa que estas redes podem ser formadas por relações econômicas (redes de comercialização), relações com base técnica, redes de diálogo técnico e ainda redes socio-técnicas. Neste aspecto, salienta-as como formas institucionais de catalisação dos processos econômicos dos territórios, onde, quanto maior o elo entre as partes que o constituem, maior a força coletiva de valorização de seus produtos.

Albagli (2004) também se referindo à importância das redes sociais, nos processos de construção territorial, identifica-as como fundamentais para a criação de dinâmicas internas de cooperação entre os atores no sentido de potencializar as suas identidades. No entanto, a autora atenta para a impossibilidade de se construir estas territorialidades a partir unicamente do externo, sem estar baseada no capital sociocultural do território, sendo esta ação tida como de mero interesse mercantil ou exploratório que, dada a sua característica predatória (de bens naturais especialmente), efetiva-se como insustentável ao longo dos tempos.

Dessa forma, tem-se uma articulação entre território, identidade, cultura e mercado, em que as identidades construídas e delimitadas socialmente podem conferir espaços geográficos de caracterizações específicas e de potencialidades singulares.

O saber-fazer como resultante de um conjunto de elementos socioprodutivos específicos, como os sistemas de produção, a sua localização, as tecnologias próprias e/ou adaptadas às suas singularidades, conferem especificidade aos territórios por meio da materialização de suas identidades, expressas em bens e serviços.

Neste sentido, alguns aspectos aparecem como importantes nas estratégias de relação entre produtos produzidos e identidade:

- a) a singularidade que expressa que os diferenciais do produto estão enraizados em uma cultura local;
- b) a possibilidade de identificação de origem desses produtos pelo consumidor, ambientando-o no universo social e cultural em que o produto é elaborado;
- c) por último, a qualidade dos produtos que precisa estar alicerçada na base cultural e organizacional dos produtores (ARANTES, 2004).

No Rio Grande do Sul, sob este contexto, há os chamados “produtos coloniais”, associados às formas tradicionais de produzir dos imigrantes europeus (italianos e alemães, principalmente), elaborados a partir de tradições associadas às colônias de imigração estabelecidas no Brasil, no século XVII e XVIII. As estratégias de diferenciação dos produtos, a partir de características identitárias, permitem que os consumidores percebam os sentidos dos produtos, estabelecendo laços de confiabilidade entre os produtores e os seus consumidores, a partir da significação de seus produtos.

Dessa forma os produtores poderão consolidar a conquista de novos espaços de mercado, desenvolvendo novas formas de produtividade, a partir da inovação, dos novos conhecimentos e da flexibilidade que permitem tanto as tecnologias da informação, comunicação e gestão, como a ampla diversidade de oportunidade em matéria de agregação de valor a produtos e serviços (FLORES, 2006, p. 9).

Mas, para as estratégias de valorização dos produtos identitários obterem êxito, se faz necessária a articulação entre o saber-fazer local e o saber científico, sendo este diálogo fundamental para inserção destes produtos no mercado consumidor, dotado de normas e regramentos de ordem sanitária, muitas vezes, incompatíveis com os saberes tradicionais. Tais limites devem ser superados por acordos entre atores e instituições, aliados às iniciativas de geração de conhecimento e qualificação de produtores e consumidores, no sentido de garantir possibilidade de circulação dos produtos, sob condições de rastreabilidade ou certificações de origem, como salientam Moity-Maizi et al. (2001, p. 62):

Dentro desse tipo de diferenciação dos produtos, é esperado que a rastreabilidade permita que os consumidores percebam mais facilmente os fatores e identidade, de garantia de origem e de confiança. Esta relação inovadora permitiria a construção de mercados solidários e cooperativos, que necessitam os sistemas produtivos locais para se desenvolverem.

Assim, como propósito de diferenciação dos produtos e garantia de rastreabilidade de sua origem, tem-se as Indicações Geográficas ou Denominação de Origem como sistemas que estabelecem relações entre produtos e territórios.

As Indicações Geográficas referem-se ao nome de um país, região ou lugar para designar produtos originários de espaços definidos, já a Denominação de Origem constitui uma modalidade de propriedade intelectual, pela qual se atribui um direito de propriedade coletiva aos produtores e às organizações de uma região delimitada (CHADDAD, 1996).

Tais sistemas “certificadores” contribuem para o fortalecimento e a validação de estratégias de desenvolvimento calcadas em arranjos produtivos locais. No entanto, tem-se que, para sua efetivação, a articulação entre as partes que o constituem, atores sociais e instituições, é determinante para a consolidação das relações de troca a serem efetivadas entre os elementos internos e externos ao território, permitindo a ativação dos recursos específicos em oportunidades.

Neste particular, salientando os elementos ativados como potencialidade produtiva, Pecqueur (2005) afirma que os territórios possuem dois tipos de recursos a serem acionados: os genéricos e os específicos, cada um com as suas caracterizações e habilidades específicas.

Os recursos genéricos são definidos de forma independente ao seu processo de produção, tendo o seu domínio transferível por relações entre oferta e procura. Eles não possuem diferenciação entre si, sendo, portanto, desprovidos de caracterizações identitárias como especificidade local. Os recursos específicos, por sua vez, são resultados de aprendizagens entre os atores, que produzem conhecimento para uso comum, tendo o seu diferencial com base em valores de uso, significados no âmbito em que são produzidos.

A relação entre os dois, considerada como operacionalização das especificidades do território, efetua-se com base em diferentes estratégias, obtendo distintos resultados. Quando os recursos genéricos são transformados em ativos voltados para a produção de renda, eles levam a não produzir diferenciação entre os territórios, ou seja, são formados ativos genéricos, que não produzem uma caracterização identitária com especificidade local.

A diferenciação em termos e recursos disponíveis ocorre quando se utilizam os recursos específicos como ativos nas estratégias locais de desenvolvimento. Assim, a possibilidade de formação de estratégias com base na diferenciação está diretamente ligada à compreensão de quais são os recursos específicos disponíveis e da capacidade de organização das ações que promovam o território a partir das diferenças proporcionadas por essas especificidades (PECQUEUR, 2004).

Sob tal perspectiva, a construção de um território pode estar associada a estratégias de valorização de produtos locais como base dos elementos que o caracterizam, promovendo a afirmação de seus recursos específicos como potenciais na promoção de inovações.

2.1 IDENTIDADE COMO OPORTUNIDADE PRODUTIVA: VALORIZAÇÃO DO SABER-FAZER

O saber-fazer local e a capacidade dos atores para promover desenvolvimento fundado em suas características endógenas fortalecem os sentidos de territorialidade. Tais características não podem ser analisadas apenas pelo viés da cultura histórica dada, mas também pela construída, através dos atores locais e das suas leituras do mundo contemporâneo.

Abramovay (2002) alerta para o fato de que os projetos de desenvolvimento, quando apoiados exclusivamente nos atores sociais e em seus elementos histórico-culturais dados ou de origem, podem limitar ou inibir a descoberta de novas potencialidades a partir de sinergias entre o local e o externo.

Nesta ótica, a identidade aparece como uma construção cultural de artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza e atores sociais. Ela é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas e está relacionada a sentimentos de pertencimento territorial, ocorrendo, aí, um forte vínculo com a questão espacial, pois os atores se reconhecem a partir de sua territorialização num determinado lugar. Como cita Castells (1999, p. 23):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e de revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e culturas enraizadas em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espço.

Assim compreendida, a construção de territórios, a partir de identidades culturais presentes entre seus atores objetiva garantir a preservação do patrimônio cultural e estabelecer estratégias de valorização de seus produtos. Sob este aspecto, salientam-se as análises realizadas pela sociologia econômica sobre as dinâmicas rurais na perspectiva dos atores. Esta abordagem evidencia a importância deles nas dinâmicas produtivas territoriais, argumentando a ocorrência de uma re-localização do rural e de suas funções, por meio do território e das suas identidades, explicitando uma valorização do cotidiano e de seus significados como forma de viabilização de iniciativas rurais.

Buscando a compreensão dos elementos que constituem a abordagem do desenvolvimento rural, elencam-se quatro pilares básicos, nos quais todas as ações almejam centrar suas experiências: 1) erradicação da pobreza rural; 2) questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política; 3) o território como unidade de referência para as ações; 4) a preocupação central com a sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2004).

Autores como Ploeg (1995), Marsden et al. (2000), Murdoch e Marsden (1995) vêm trabalhando na perspectiva de que há espaços para diferentes estilos de agricultura e suas

funcionalidades e não somente para a agricultura dita “moderna”, alicerçada na inovação tecnológica.

Na visão desses autores, a noção de progresso técnico alia-se a novas perspectivas de inovação, como a possibilidade de adoção de tecnologias adaptadas ou ainda apropriadas a cada sistema de produção, compreendendo as atividades agrícolas e os serviços dela derivados como um processo social territorializado e vinculado às pressões culturais e ambientais.

Tais autores evidenciam as identidades presentes nos territórios (de origem ou construída) como importantes elementos de diferenciação produtiva e, portanto de competitividade mercadológica.

Sem objetivar o aprofundamento deste debate, não tido como foco nesta tese, essa “vantagem” mercadológica dá-se pelos chamados circuitos curtos de mercado, apontados, por Ploeg (2008), como responsáveis pela produção, pela distribuição e pelo consumo de alimentos produzidos em tempo e distância menores, aproximando produção e consumo, tornando possível novas relações de mercado, interconectadas com o local e as suas especificidades.

É esta peculiaridade dos circuitos curtos que é tomada como referência pelos autores que trabalham na perspectiva da ativação das identidades territoriais como valorização produtiva, constituindo a crescente abordagem dos Sistemas Agro-Alimentares Localizados - SIAL. Estes sistemas centram as suas estratégias de reprodução na ativação dos recursos potenciais dos territórios, possibilitando a busca de mercados específicos, situados em valores simbólicos dos produtos elaborados (PECQUER, 2005).

Na análise de Gómez, Boucher e Requier-Desjardins (2006), o sistema agroalimentar localizado surge para descrever as concentrações agroindustriais nas quais se observa a vantagem da proximidade, caracterizando o SIAL como:

Sistemas constituidos por organizaciones de producción y de servicio (unidades agrícolas, empresas agroalimentarias, empresas comerciales, restaurantes, etc) asociadas, mediante sus características y su funcionamiento, a un territorio específico. El medio, los productores, las personas, sus instituciones, su saber-hacer, sus comportamientos alimentarios, sus redes de relaciones; se combinan en un territorio para producir una forma de organización agroalimentaria en una escala espacial dada (GÓMEZ; BOUCHER; REQUIER-DESJARDINS, 2006, p. 18).

Para Pecqueur (2005), trata-se de cada território conseguir identificar e mobilizar o que chama de “recursos específicos”, aqueles que não podem ser transferidos, pois, são de natureza subjetiva, resultam de processos cognitivos e interativos próprios a determinados atores condicionados pelo ambiente em que se geraram. Exemplificando, pode-se afirmar que, ao contrário de matérias primas e capital financeiro que são transferíveis, buscando a sua valorização no mercado, os recursos específicos referem-se ao saber-fazer historicamente desenvolvido em torno de uma atividade produtiva, na relação com o ambiente natural ou as formas de re-construção destes saberes em um determinado espaço.

No entanto, o mesmo autor ainda deixa claro que “[...] os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitir.” (PECQUEUR, 2005, p. 13). Expresso de outra forma, os recursos podem estar presentes em um território e não serem mobilizados em ativos, não viabilizando a sua valorização.

Sob este contexto, adverte-se ainda que a vinculação produto-território nem sempre é alcançada como fator de potencialização e consolidação dos SIALs, mesmo quando o saber-fazer está presente (GÓMEZ et al., 2006). Assim sendo, a ativação do recurso específico de um território pode estar bloqueada pela falta de clareza da importância de valorização da identidade cultural e, até mesmo, pela indefinição da estratégia a ser seguida. Este é o caso das políticas de incentivo à agroindustrialização familiar no Brasil que aparecem, a partir da década de 90, como alternativa de geração de trabalho e renda ao setor produtivo familiar, com a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Pesquisas realizadas no intuito de desvelar o conteúdo, os objetivos e os resultados de tais políticas e programas (RAUPP, 2005, CENCI, 2007; GUIMARÃES, 2001; GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007) revelam, em seus interiores, conflitos de ordem conceitual e operacional a serem explicados. Percebe-se que a falta de conhecimento entre as diferentes situações técnico-econômicas e sócio-culturais envolvendo o processamento de alimentos, inadvertidamente agrupadas sobre a terminologia agroindústria familiar rural, acabam por influenciar negativamente as políticas públicas de estímulo à agregação de valor aos produtos da agricultura familiar em sua concepção e implantação (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Tais políticas, influenciadas pela falta de clareza conceitual de qual público pretendem atingir, resultam em ações do poder público e comportamento dos serviços de apoio técnico

ou gerencial que tratam como homogêneo um universo heterogêneo com efeitos sociais e econômicos diferentes dos pretendidos. Tal indistinção sobre distintos públicos pode implicar o fracasso ou, pelo menos, resultados aquém dos esperados nos programas de estímulo à implantação de agroindústrias familiares, onde há uma proliferação de denominações incapazes de captar as diferenças essenciais que caracterizam os diversos tipos de situações envolvendo o processamento de alimentos no espaço rural.

Mior (2005), estudando as agroindústrias de Santa Catarina, adverte para uma infinidade de termos que, embora possam ser alvo de diferentes significações, são utilizados como sinônimos, como agroindústria familiar, agroindústria rural, indústria artesanal, agroindústria de pequeno porte ou ainda a agroindústria caseira. O autor percebe que as diversas terminologias acentuam diferentes aspectos, mas todos procuram caracterizar a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar como oportunidade de geração de trabalho e renda.

Nota-se que se misturam, nestas terminologias, variadas e diversas dimensões referentes:

- a) à localização do empreendimento (rural);
- b) ao processo de produção (artesanal);
- c) ao tipo de produto (colonial);
- d) e à escala de produção (pequeno porte), onde cada termo traz em si a concepção sobre qual elemento assume posição central para caracterizar a atividade.

No caso da produção de alimentos de caracterização colonial, assinala-se esta como historicamente associada à agricultura familiar, como forma de conservação e armazenagem de produtos produzidos como práticas alimentares tradicionais em zonas de imigração europeia e agregação de valor aos produtos.

Neste sentido, dentre as várias reflexões advindas dos debates acerca da conceituação de agroindústrias (não relevantes para esta tese), destaca-se, como ponto de partida para a diferenciação entre os conceitos, o tipo de produto processado, as suas significações (sentidos) e as intencionalidades mercadológicas. Assim, há, na produção e na comercialização de alimentos coloniais, uma série de fatores de ordem específica como mão

de obra utilizada, instalações, máquinas, equipamentos e formulações tradicionais que possuem, em sua essência, significações culturais. É o saber-fazer como expressão da identidade sociocultural de um determinado território que, passado de forma histórica, entre as gerações pode constituir recurso específico a ser ativado.

Desjardins (2006) e Cerdan (2002), referindo-se especificamente às agroindústrias familiares rurais, destacam que, mesmo em um cenário de globalização dos sistemas alimentares, permanece a competitividade destas unidades de processamento como associadas a uma dinâmica de mobilização e integração dos atores sociais locais. Tais dinâmicas, quando fortalecidas e reconhecidas pelas políticas locais, podem ser empregadas como ferramentas para fortalecimento e competitividade das agroindústrias familiares rurais:

Hoy lo que quisiera decirles es que estamos listo para hacer de SIAL, que ha sido al inicio de un concepto muy teórico, muy académico, una poderosa herramienta para fortalecer y dar competitividad a las concentraciones de agroindustrias rurales localizadas en muchos ‘territorios’ de América Latina y Caribe. Concentraciones de queserías rurales, de trapiches paneleros, de rallanderías de yuca, de transformadores de frutas, de productores de vino, miel de abeja, etc. (BOUCHER, 2006, p. 2).

Como lembra Mior (2005, p. 198), as agroindústrias familiares rurais podem ser analisadas como parte de “[...] um processo de criação, evolução e estabilização de redes sociais, ligando os espaços de produção ao de consumo alimentar.”. Desse modo, a agroindústria não se caracteriza como uma forma de produção somente, mas como produto de determinadas relações entre produtor-consumidor, onde o alimento assume dimensão simbólica e um sentido histórico-cultural (GUIMARÃES, 2001).

Neste sentido, percebe-se que o processo de constituição de agroindústrias familiares rurais está relacionado aos recursos humanos envolvidos (capacidade de trabalho, saber-fazer herdados, conhecimentos em comercialização), recursos produtivos acionados (matérias primas, instalações e equipamentos) e aspectos financeiros (poupança interna da família).

A partir daí, constata-se que as relações que mantêm produtores e consumidores, dentro de uma rede de trocas, possuem os seus sentidos enraizados sob alicerces sociais, incluindo o “desenho” dos sistemas de produção como tradicionais e, assim, imbuídos de práticas radicadas de forma sóciohistórica entre seus atores.

Assim posto, dentre de um leque de conceitos e significados que o termo agroindústria familiar rural pode abarcar, aquele referente aos processos produtivos geridos por um grupo específico de atores sociais e a sua capacidade de mobilização de recursos específicos em bens e serviços de caracterização identitária, são os que assumem centralidade nesta tese.

Este tipo caracteriza-se pelo caráter artesanal do produto final, ligado a um saber intergeracional como base nos procedimentos adotados, ainda que aprimorados por cursos e trocas de experiências para incorporar Boas Práticas de Fabricação (BPF), visando a avançar na qualidade sanitária.

As formulações são oriundas de tradição familiar ou de práticas alimentares regionais que, mesmo passando por aprimoramento de suas especificidades, são responsáveis pela elaboração de produtos com identidades singulares. Tais produtos são geralmente associados como de qualidade superior, quando comparados aos produtos convencionais, produzidos pelas indústrias de alimentos.

Os produtos típicos (chamados de coloniais no caso do Rio Grande do Sul) possuem atributos que lhes são auferidos em dimensões não contempladas pela indústria. Dentre estas estão: a dimensão social, advinda do reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria produtiva específica; a dimensão natural, que confere aos produtos caracterização de “limpos”, em função da ausência de aditivos e conservantes em suas formulações, somando-se, aí, dimensões relativas à saúde; e ainda a dimensão cultural, tendo como referência a aparência dos produtos, o sabor, o cheiro e a apresentação final deles como resultantes de todo um contexto socioprodutivo, calcado, sobretudo, na tradição e nas identidades socioculturais presentes entre os atores produtores (WILKINSON, 2008).

Este tipo de produto, inicialmente, direcionado ao mercado local/regional, em função de sua falta de condições estruturais, exigidas pelas questões de legalização do mercado de alimentos, pode-se favorecer de uma tendência de transformação nos hábitos alimentares, potencializando as suas especificidades em novas oportunidades produtivas dadas por movimentos em prol do “retorno da qualidade” (GOODMAN, 2003).

Tal movimento faz crescer nichos de mercado dedicados à elaboração e à oferta de produtos diferenciados da produção industrial em massa, sendo que os consumidores buscam saúde, produtos social e ambientalmente corretos e produtos típicos da culinária característica de determinada região. Na Europa, tal movimento associa-se à certificação de denominação

de origem, vinculando o produto a atributos naturais e culturais da região onde é produzido (MIOR, 2005).

A preocupação com a saúde leva os consumidores a buscarem a garantia de que o alimento a ser consumido não é prejudicial, sendo que, neste tipo de agroindústria, há uma composição entre a validação social e a validação legal. As relações de confiança estabelecidas com os consumidores em canais de comercialização direta somam-se aos mecanismos de validação legal, quando a agroindústria familiar artesanal vai alcançando os patamares exigidos em lei, ganhando, assim, o direito de contar com os serviços de inspeção sanitária. Nestes casos, a validação social, que funcionava na informalidade, pode instituir-se em selo de qualidade, coletivo ou individual, identificando o produto junto ao consumidor.

Dentro deste contexto, as agroindústrias familiares artesanais agregam em suas dinâmicas produtivas, além das práticas exercidas sob o viés da tradição, outras dadas pelo saber científico, dominante nos serviços de inspeção sanitária e fiscalização de qualidade dos produtos.

Este, por sua vez, acaba por promover mudanças de racionalidade entre os produtores, onde não há a subordinação de uma lógica a outra, mas o desenvolvimento de uma lógica nova, superadora das anteriores, transformando os processos produtivos, as suas significações e, conseqüentemente, as identidades anteriormente presentes entre seus atores (SILVEIRA, 2004).

2.2 O TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS COMO POTENCIALIZADOR DE ATIVIDADES PRODUTIVAS IDENTITÁRIAS

É no contexto de valorização das identidades como oportunidade produtiva, que surgem as estratégias de turismo rural, relacionado não apenas ao seu aspecto natural, mas como um espaço social de cultura e forma de vida específica.

Esta compreensão é tida como consequência de uma alteração de valores que vêm efetuando-se no mundo todo. Trata-se de uma mudança cultural, cujos aspectos mais visíveis são representados pelo surgimento de uma consciência, firmada como ecológica, que se efetiva em escala planetária e que postula a reivindicação de identidades locais (ALVES, 2004).

Nela, aparece o turismo rural, que Tulik (2003) aponta como uma expressão genérica, aplicada a qualquer forma de turismo que se realize no espaço rural, ou não urbano, tendo a expressão aparecido no contexto europeu. O autor ainda completa que no caso brasileiro, a expressão faz referência à totalidade dos movimentos turísticos que se executam no meio rural, aparecendo expressões como Turismo em Espaço Rural ou Turismo nas Áreas Rurais.

Sem o objetivo de discutir tipos ou conceitos específicos sobre o turismo, salienta-se o fato de que este, aliado aos projetos de desenvolvimento territorial, vem proporcionando rearranjos significativos nos espaços considerados, mobilizando formas de vida e saberes-fazer em torno de oportunidades produtivas.

O turismo em espaços rurais valoriza as unidades produtivas típicas, sendo que o turista interage com o meio. Destaca-se, nele, a oferta de diversas atividades, como diferentes formas de lazer, demonstrações tecnológicas de produção e comercialização de artesanato e outros produtos agropecuários (processados ou *in natura*) e ainda a gastronomia típica, demonstrando saberes-fazer herdados em caráter intergeracional.

O turismo rural pode estar ligado a heranças culturais étnicas, como é o caso das áreas de imigração, destacando-se no Rio Grande do Sul as áreas de imigração italiana, como é o caso da região da Serra Gaúcha [...] Este tipo de turismo apresenta-se alçado sobre o signo da fé, de hábitos culturais, rememorando aspectos dos antepassados, seus principais atrativos. Dessa forma a atividade turística se dá através de passagens por capelas, igrejas, paisagens, contrastando plantações e antigos casarões, pequenas agroindústrias, culminando na gastronomia característica da região (LINDNER, 2008, p.41).

Neste sentido, Froehlich (2007) identifica a formação de um novo imaginário social sobre o mundo rural que assume, assim, uma nova legitimidade. Observa-se a fuga aos padrões de uniformidade e modelação dos hábitos da sociedade contemporânea e o aparecimento de tendências de valorização e busca por estilos de vida históricos, bem como espaços de pertencimento e rememoração.

Como propõem Feldman e Capinha (2000), a busca pelos chamados localismos está cada vez mais presente na sociedade de consumo que encontra, na cultura de um povo ou local, o sentido de pertencimento e localização.

Assim sendo, como uma estratégia de valorização produtiva, as identidades ordenam os setores produtivos através de “vocações” socioculturais específicas, representadas pelos saberes-fazer de origem ou adaptados a necessidades contemporâneas, o que acaba por

promover o empreendedorismo local, resgatando, valorizando e aperfeiçoando “tradições” locais por meio de projetos de valorização de formas de vida, como o turismo rural.

A forma como essas oportunidades são percebidas, valorizadas e efetivadas por seus atores sociais expressam diferentes racionalidades, sendo a compreensão delas fundamental para a efetivação dos propósitos desenvolvimentistas contemporâneos. Contudo, o turismo, como fenômeno socioeconômico está em constante transformação, devido à competitividade e às exigências impostas pelo mercado gerado por ele.

Cammaratta (2006) analisando os fenômenos de turismo rural na América Latina, aponta que, a partir do turismo como estratégia de valorização de recursos específicos, as iniciativas produtivas, outrora tradicionais ou genuínas, passam a oferecer produtos especializados calcados em normativas legais. Assim, o turismo transforma a base dos recursos específicos, orientando a constituição de novos produtos, orientados pelas demandas turísticas.

Neste sentido, ressalta-se a dupla face das iniciativas de turismo pensadas a partir das identidades locais como oportunidades produtivas. De um lado, a ativação deste como potencial produtivo endógeno e, de outro, a possibilidade de mercantilização das potencialidades territoriais, transformando recursos específicos em genéricos, desmantelando as singularidades locais e possíveis ganhos por vantagens comparativas.

Equalizar tais desdobramentos implica a capacidade dos atores e das instituições em negociar conflitos existentes, procurando-se formas de entendimento em busca da construção de processos de cooperação significativos aos atores.

Desse modo, para que o turismo rural efetive-se como potencializador de especificidades locais, é imprescindível o enfrentamento dos conflitos entre os diferentes grupos de atores. O conflito e as negociações são partes fundamentais na formação de autonomia das sociedades, constituindo um processo solidário e de cooperação coletiva, já que o desenvolvimento com base no território, suas identidades e atores sociais, requer uma nova “arquitetura” institucional, em que o Estado e a sociedade civil passem a atuar de forma combinada e complementar em seus múltiplos sentidos.

Assim, com o objetivo de resgate e demonstração do processo histórico constituinte das dinâmicas socioprodutivas da Quarta Colônia, alicerçadas, sobretudo, nas identidades culturais e profissionais presentes entre os atores sociais, faz-se no capítulo que segue, uma

reconstituição do processo sociohistórico da região que vai dar origem a construção desta como território de desenvolvimento.

3 DE REGIÃO GEOPOLÍTICA À TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo apresenta o objeto de estudo desta tese sob a perspectiva da reconstituição histórica do lugar. Neste processo, objetiva-se a demonstração de elementos factuais que evidenciam a transição da Quarta Colônia de Região Geopolítica a Território de Desenvolvimento.

Tais conceitos, embora compreendidos de forma separada, ao serem usados conjuntamente em uma mesma abordagem empírica, podem causar confusões, imagens distorcidas da realidade em evidência e até mesmo descaracterizar a abordagem escolhida, confundindo as reflexões do pesquisador e a posterior compreensão do leitor, necessitando, portanto, de esclarecimentos acerca de seu uso.

Ocorre que, ao buscar-se a compreensão dos fenômenos ocorridos no objeto em estudo, as “imagens sociais” direcionam-se para os dois conceitos, em momentos diferentes e com argumentos distintos, mas ambos necessários na demonstração dos processos de transformação ocorridos. Assim sendo, o mesmo objeto, de Região passa a Território, devido ao caráter de transformação de sua realidade.

Desse modo, para dar conta desta complexidade, apresenta-se uma reconstituição da formação da Quarta Colônia, sob sua perspectiva sociohistórica, buscando-se entender, à luz da sociologia, os elementos que contribuíram para a sua atual configuração.

Nesta jornada, marcada pela reconstrução e pela reflexão de fatos, faz-se menção à Quarta Colônia, ora como Região (considerada como localização geográfica, elementos naturais de solo e vegetação, mais organização sociopolítica e econômica), ora como Lugar (compreendido como um espaço de construção única, singular, carregado de simbolismo, ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam) e, por último, Território. No que se refere ao último, ele é compreendido, ao longo de toda tese, como um espaço socialmente construído por laços de partilha e pertencimento entre os seus atores e demarcado institucionalmente por ações conjuntas entre os nove municípios formadores.

Assim, optou-se por usar os diferentes conceitos não como antagônicos, mas como complementares e significativos na demonstração dos processos de transformação em curso no universo empírico em estudo, cada um com o seu significado e os desdobramentos epistemológicos, porém, fundamentais para o enfoque explicativo adotado para este trabalho.

Para tal, utilizam-se registros históricos, documentos oficiais de prefeituras e acervos particulares, livros, trabalhos acadêmicos e ainda memórias de atores sociais locais (produtores e agentes) entrevistados no percurso investigativo, com a finalidade de dar o fechamento necessário para as informações que ligam acontecimentos do período de colonização do Brasil Imperial aos dias de hoje.

3.1 A GÊNESE

A criação e o fortalecimento da Quarta Colônia tem a sua trajetória intimamente atrelada à história de colonização do País com a participação de imigrantes europeus.

Desde que o Rio Grande do Sul passou a ter importância econômica para o Brasil Colônia, várias foram as iniciativas portuguesas de povoar o território, cuja área, em boa parte composta por matas fechadas e relevo acidentado, constituía um limitante para a expansão da atividade pecuária, que tinha, ao mesmo tempo, objetivos econômicos e militares.

Importante lembrar que antes da chegada dos primeiros italianos, em 1877, os imigrantes alemães já haviam se estabelecido no território por meio dos Projetos Oficiais de Colonização do Império¹⁵, sendo que, em 1857, fundaram a Primeira Colônia da “Região Serrana”, a Colônia de Santo Ângelo, formada pelos atuais municípios de Agudo e Paraíso do Sul (NEUMANN, 2003).

Neste período, várias denúncias eram feitas sobre a condição de recepção dos imigrantes alemães no país, tendo em vista que muitos passavam privações, como fome e doenças, acarretando, assim, em restrições, via Alemanha, na vinda deles para o Brasil (DE BONI; COSTA, 1984).

Os italianos foram atraídos para o Sul do Brasil com o intuito de substituir a colonização alemã. Porém, com a chegada dos alemães de forma antecessora, restaram aos italianos as áreas de mata, visto que os germânicos que, ainda migravam para o Brasil neste

¹⁵ O período da implantação das Colônias Oficiais de Colonização na Região pode ser dividido em duas fases: a primeira marcada pela colonização oficial (realizada pelo Governo da Província de São Pedro do Rio Grande, com o apoio Imperial), e tem início com a chegada dos primeiros imigrantes em 1857, terminando em 1882, com o Ato Provincial, o qual emancipou as colônias oficiais, suspendendo todos os auxílios econômicos. É neste período que são estabelecidos os dois principais polos coloniais da região: a Colônia Alemã de Santo Ângelo (1857) e a Quarta Colônia Italiana (1877). A segunda fase é marcada pela desorganização da colonização e pela criação de um mercado de terras, estabelecido a partir da retirada do governo do processo de loteamento. Também é caracterizada pela venda de lotes por parte dos grandes proprietários vizinhos e pelo surgimento de empresas particulares de colonização (NEUMANN, 2003).

período, se recusavam a aventurarem-se por estas áreas uma vez que já havia Colônias alemãs estabelecidas (NEUMANN, 2003).

Em função de seu relevo dobrado e das matas fechadas, a região não despertava o interesse dos pecuaristas, o que implicava em grandes quantidades “terras de ninguém”, preocupando a Coroa Portuguesa em função de constantes tentativas de invasão pelos espanhóis (DE BONI; COSTA, 1984).

Como continuação dos Projetos de Colonização, foi criada a Quarta Colônia para receber os Imigrantes Italianos vindos para o Rio Grande do Sul, em 1876: o Núcleo Colonial de Silveira Martins. A primeira Colônia foi a de Conde D'Eu, a segunda de Dona Isabel (ambas em 1870), atuais Bento Gonçalves e Garibaldi, a terceira Campo dos Bugres, em 1875 (atualmente, Caxias do Sul).

Os primeiros imigrantes passaram a ocupá-la em 1877, sendo que, inicialmente, chegaram setenta famílias e, no ano seguinte, de abril a maio, chegaram mais cento e setenta famílias (BATISTELLA, 2006).

Com a chegada dos italianos, os caboclos¹⁶, que ocupavam terras devolutas, foram desalojados de suas áreas e realocados em outras, (geralmente, de piores condições agroecológicas), no entanto, é significativo salientar que a maioria dos imigrantes era tão “miserável” quanto os caboclos.

A política oficial do governo entendia serem os imigrantes europeus capazes, através de seu trabalho, de produzirem a riqueza necessária ao pagamento de seus lotes, ao contrário dos caboclos, que eram considerados agricultores indisciplinados e, tecnicamente, menos capacitados (NEUMANN, 2003).

Para chegarem até a colônia, esses imigrantes vinham de barco até a cidade de Rio Pardo e faziam o restante do trajeto a pé, enfrentando mata e adversidades.

Os imigrantes queixavam-se amargamente do tratamento que recebiam, dos perigos que corriam na viagem e da precariedade dos meios colocados a sua disposição. O transporte terrestre, porém era ainda mais perigoso, lento e difícil, fazendo com que muitos dos imigrantes adoecessem e viessem a falecer mesmo antes de chegarem até os lotes a eles destinados (MANFROI, 1987, p. 181).

¹⁶ Para Gehlen (1998) parte dos caboclos dos campos nativos sul do Brasil se originaram nas fazendas de gado, entre a segunda metade do século XVIII e o final do século XIX, com o deslocamento de indígenas subjugados, principalmente guaranis das Missões, e que, em contato com outros grupos étnicos passaram a dividir o mesmo espaço, miscigenando-se biológica e culturalmente.

Ao chegarem ao local, as famílias ficavam abrigadas em tendas (barracões) improvisadas, sujeitas às epidemias, às intempéries e à miséria. Diante da penúria, as autoridades agilizaram a demarcação dos lotes, providenciando ajuda para a construção de casas, fornecimento de sementes e implementos agrícolas. Os lotes oficiais cedidos pelo governo mediam 220m x 1000m, somando 22 hectares (DE BONI; COSTA, 1984).

Do ponto de vista da produção, os primeiros anos foram marcados pela preocupação em garantir alimentos para o consumo. Como possuíam relações com a agricultura, em seu país de origem, os italianos passaram a produzir para a sua subsistência¹⁷. Cultivavam milho, feijão, batata, uva e mandioca. Também criavam suínos (com a finalidade de produção de banha para a conservação dos alimentos) e gado. Para tal, utilizavam a agricultura de queimada, derrubando a mata para os seus cultivos e fazendo uma rotação das áreas de trabalho, devido às baixas condições de fertilidade do solo. Os equipamentos empregados eram artesanais, com destaque para enxadas, arados e tração animal, principalmente o “lombo do burro” (NEUMANN, 2003).

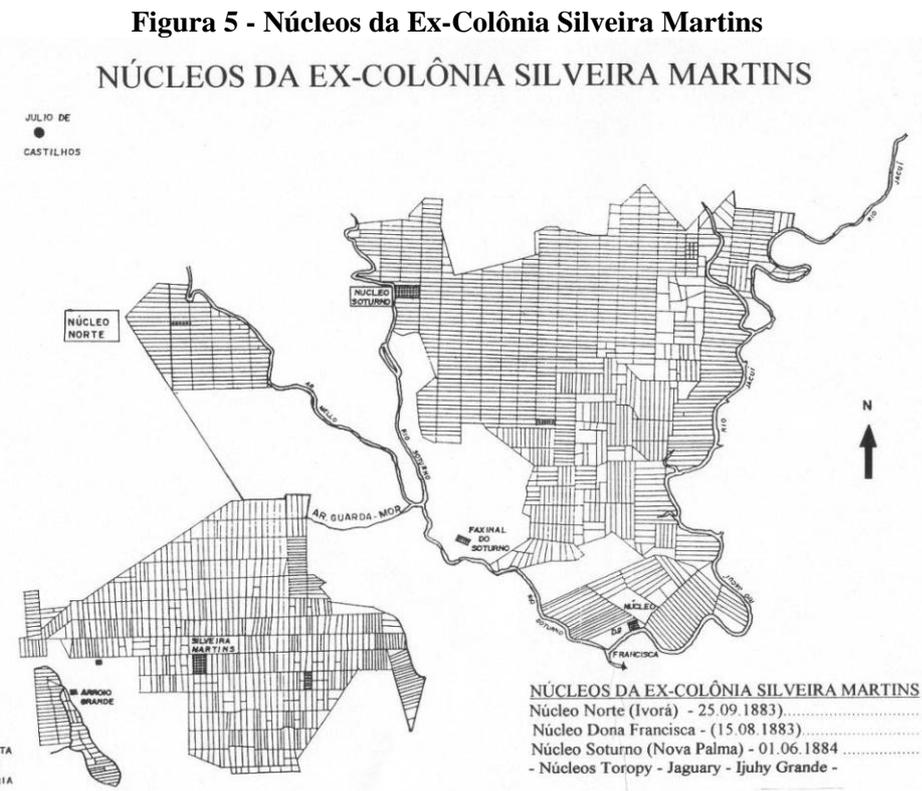
Ocorreram, neste período, transformações no espaço agrário, influenciado pela expansão da Colônia, sobretudo pela possibilidade de Comércio com Santa Maria, próxima 30 km da Colônia e dotada de um comércio em expansão.

Salienta-se que, em 1882, havia 20 mil colonos inscritos para vir ao Estado. Para se ter uma ideia do fluxo de imigrantes, Santin (1986) chama a atenção ao fato de que, quatro anos após a sua fundação, a Colônia já possuía uma população de 8.000 habitantes e, em 1883, passou a 20 mil, o que representava uma população maior que a da cidade de Santa Maria.

Neste mesmo período, o gerenciamento das quatro colônias, Conde D’Eu, Dona Isabel, Colônia Caxias e Núcleo Colonial de Silveira Martins, começou a dar problemas de corrupção e desmandos administrativos. Para pôr fim a esta situação, o governo Imperial decretou, também em 1882, a autonomia da Quarta Colônia de Silveira Martins e, logo em seguida, em 1884, decretou a autonomia das outras três colônias restantes, passando a serem conhecidas como ex-Colônias. Contudo, para a Colônia de Silveira Martins, a autonomia não chegou. Situada numa região fronteira de três municípios mais antigos e consolidados politicamente (Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos), acabou tendo o seu território dividido entre eles.

¹⁷ Segundo De Boni e Costa (1984) os interesse do governo imperial brasileiro, ao procurar pessoas para o Rio Grande do Sul, volta-se para os agricultores, por isso a maioria dos imigrantes diziam-se agricultores de profissão. No entanto muitos se declaravam sob esta condição para serem aceitos, pois objetivavam exercerem outras profissões, surgindo daí muitos artífices e comerciantes.

O território da ex-colônia Silveira Martins foi anexado a três jurisdições municipais distintas, através de um decreto promulgado pelo Governo Imperial no ano de 1886 (SANTIN, 1986).



Fonte: Neumann (2003).

Com o desmembramento, houve um enfraquecimento em seus resultados econômicos e a ex-colônia entrou num processo de decadência.

No entanto, a Colônia, em seu sentido de lugar, permaneceu. Mesmo tendo parte de seu território anexado a outros municípios, maiores e fortalecidos jurídica e economicamente (Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos), as formas de agricultura foram mantidas, ditadas principalmente pelas restrições geográficas (áreas íngremes) que não atraíam investidores, associada à presença de uma cultura específica, fundamentada nas heranças europeias.

Esta situação levou o Núcleo Colonial de Silveira Martins ao esquecimento por muitos anos, tornando-a conhecida como a “prima-pobre” e esquecida entre as colônias italianas no Rio Grande do Sul, o que Santin (1986) denominou de “imigração esquecida”. Somente a

partir de 1900, ela passou a despontar com crescente papel no abastecimento do comércio regional. Com a chegada da linha férrea Uruguaiana-Porto Alegre, em 1911, melhoraram as condições de escoamento da produção e o acesso a outros mercados, dinamizando, assim, as economias locais, através de criação e consolidação de mercados (mercearias), pequenas agroindústrias processadoras de alimentos, moinhos, alambiques e madeiras (NEUMANN, 2003).

A força de trabalho familiar possibilitava o processamento de grande parte dos produtos agrícolas na própria unidade de produção ou na comunidade local (moinhos e alambiques), impulsionando o estabelecimento de casas comerciais no âmbito local e regional (SANTIN, 1986). Durante este período, os principais produtos eram: o feijão, milho, criação de “porcos” para extração da banha, o cultivo do tabaco (fumo em corda), da cana de açúcar, da batata inglesa, do trigo e da alfafa. Além destas, outras atividades tiveram importância em alguns momentos, como é o caso das culturas do centeio, da cevada, do linho, da uva e do vinho (NEUMANN, 2003).

A diversificação da produção, além de ter sido uma estratégia de auto-suficiência alimentar, parece ter sido uma alternativa para diminuir o risco frente às oscilações dos preços dos produtos agrícolas à época. Como algumas atividades eram altamente concorrentes pela mesma mão de obra (como é o caso, do fumo, do feijão e do milho), o incremento de uma ou outra dependia das condições do mercado.

Neste cenário produtivo, merece ênfase o cultivo do trigo, chegando a elevar o local à “terra do trigo”, destacando a Colônia de Silveira Martins como um grande centro produtor desse grão (SPONCHIADO, 1996).

Com um cenário mercadológico favorável, impulsionado pela chegada da linha férrea, os sistemas de produção, para darem conta das crescentes demandas, passaram a diminuir o tempo de pousio e rotação entre as culturas, causando exaustão dos solos e a consequente diminuição de produção e produtividade de seus sistemas. Com a limitação produtiva das áreas, dificultava-se o sistema de rotação de culturas no longo prazo, comprometendo-se, assim, a produtividade.

Bastante influenciada por este fato, ocorreu a migração de algumas famílias (em maior estágio de acumulação de capital) para outras áreas, em geral, aquelas mais próximas ao rio Jacuí com melhores condições de fertilidade (NEUMANN, 2003).

Merece destaque também a mobilidade dos jovens das atividades agrícolas para as não-agrícolas (geralmente mão de obra para as pequenas indústrias nascentes), estimulando os ofícios de trabalho remunerado fora da propriedade.

Com base na introdução de novas tecnologias de produção e, basicamente, a utilização de insumos ditos “modernos”, teve início uma nova fase, em que a introdução do adubo (por volta de 1945) passou a possibilitar, aos poucos, a recuperação da fertilidade das terras e a retomada produtiva de seus sistemas (BATISTELLA, 2006).

O Crédito subsidiado, implementado a partir dos anos 60, priorizou a agricultura nas áreas mais planas através da possibilidade da utilização de máquinas e implementos agrícolas, deslocando aqueles agricultores em maior estágio de acumulação capital para áreas mais propícias a lavouras, sobretudo de arroz, batata inglesa e, por último, o soja.

Paralelo a isso, ocorrem melhorias nas estradas de acesso à Colônia, viabilizando, inclusive, o aumento da área urbanizada. A chegada da estrada rodoviária asfaltada facilitou o escoamento da produção e ainda a entrada de novos produtos na região, movimentando o comércio local.

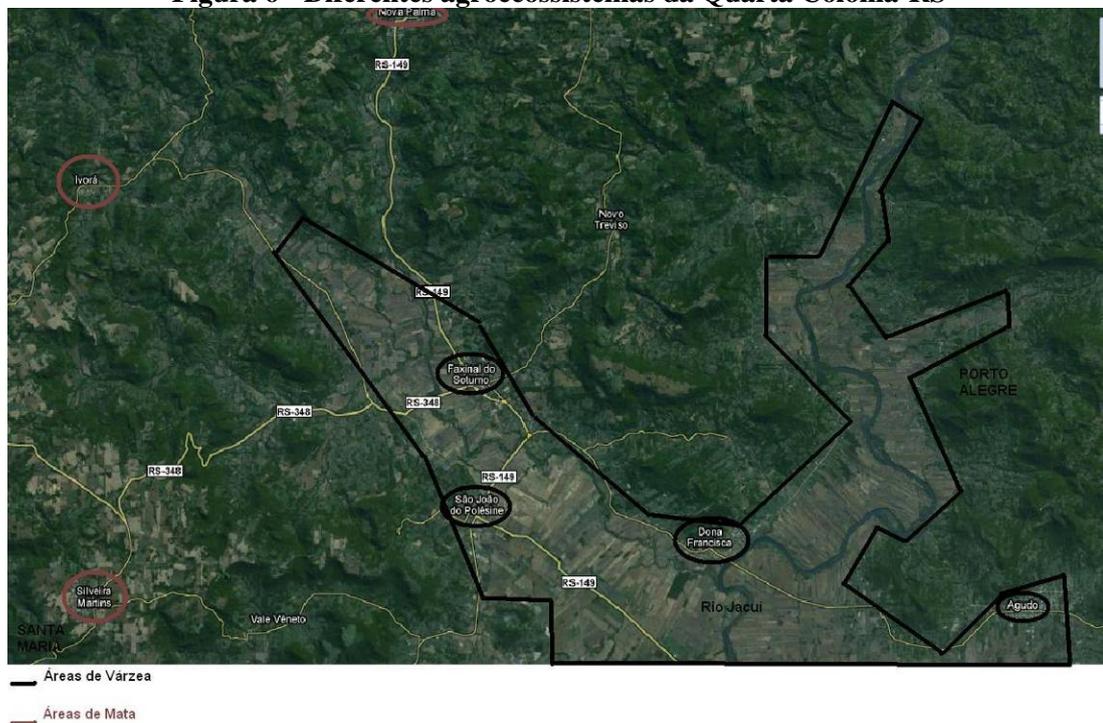
A modernização dos sistemas de produção pode ser entendida como uma “faca de dois gumes”, tendo em vista que, ao mesmo tempo, trouxe evolução e desemprego. A evolução para uma minoria de agricultores que, em maior estágio de acumulação de capital, conseguiu aumentar e/ou manter a produtividade em regiões agroecológicas desfavoráveis (a custos cada vez mais crescentes). De outro lado, o desemprego acentuou-se em virtude da substituição de parte da mão de obra por máquinas e equipamentos.

Assim sendo, a modernização da agricultura com base no crédito subsidiado não se estabeleceu na Quarta Colônia, excluindo uma gama acentuada de agricultores das políticas agrícolas em curso, deixando-os no esquecimento em função da localização da maioria de suas terras, consideradas de baixa fertilidade e não propícia ao uso de máquinas (áreas de mata).

Estes agricultores não sendo capazes de suportar os custos gerados pela implantação de novas tecnologias, não modernizaram os seus sistemas de produção, permanecendo em suas atividades tradicionais de cultivo (milho, suíno, fumo, trigo), contudo, como alternativa de renda, começaram a processar alimentos para o mercado local, cada vez mais crescente em função do número de mercearias estabelecidas, principalmente pelos comerciantes alemães (NEUMANN, 2003).

As propriedades de pequena extensão, caracterizadas pela mão de obra familiar e voltadas à subsistência, não foram alvo das políticas públicas de crédito e assistência técnica deste período. A Quarta Colônia, tendo como tamanho médio das propriedades 22 hectares, marginalizou-se do processo de expansão da agricultura dedicada à produção de *commodities*, ocasionando uma inserção parcial da região no processo modernizador (NEUMANN, 2003), que somente se estabeleceu nas áreas mais planas (várzeas do rio Jacuí) capazes de suportar a racionalidade da agricultura moderna (uso de máquinas e insumos agrícolas), dando origem às lavouras de arroz que, ainda hoje, perfazem o cenário rural dos municípios de Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Dona Francisca.

Figura 6 - Diferentes agroecossistemas da Quarta Colônia-RS



Fonte: *Google Earth*. Captada em 23 maio 2011. Adaptada pela autora

A imagem anterior ilustra a localização dos municípios, tendo como referência o rio Jacuí. Como se percebe, aqueles situados em áreas mais planas, próximos à várzea do rio (circuladas em preto na imagem) tiveram a possibilidade de construir as suas economias nos moldes da agricultura subsidiada na época, com foco na modernização dos sistemas produtivos a partir do uso de máquinas e equipamentos modernos.

Os demais municípios, localizados em áreas “dobradas” ou “de mata” (circulados em vermelho na imagem), ficaram à margem das políticas agrícolas por não serem capazes de dar resposta financeira aos investimentos subsidiados. Esta limitação, dada principalmente por

restrições ambientais, deixou tais municípios esquecidos durante muitos anos, conservando, nestas áreas, os sistemas produtivos de caracterização tradicional, em que a produção de alimentos artesanais manteve-se como estratégia de complementaridade de renda às famílias (SILVEIRA, 2004).

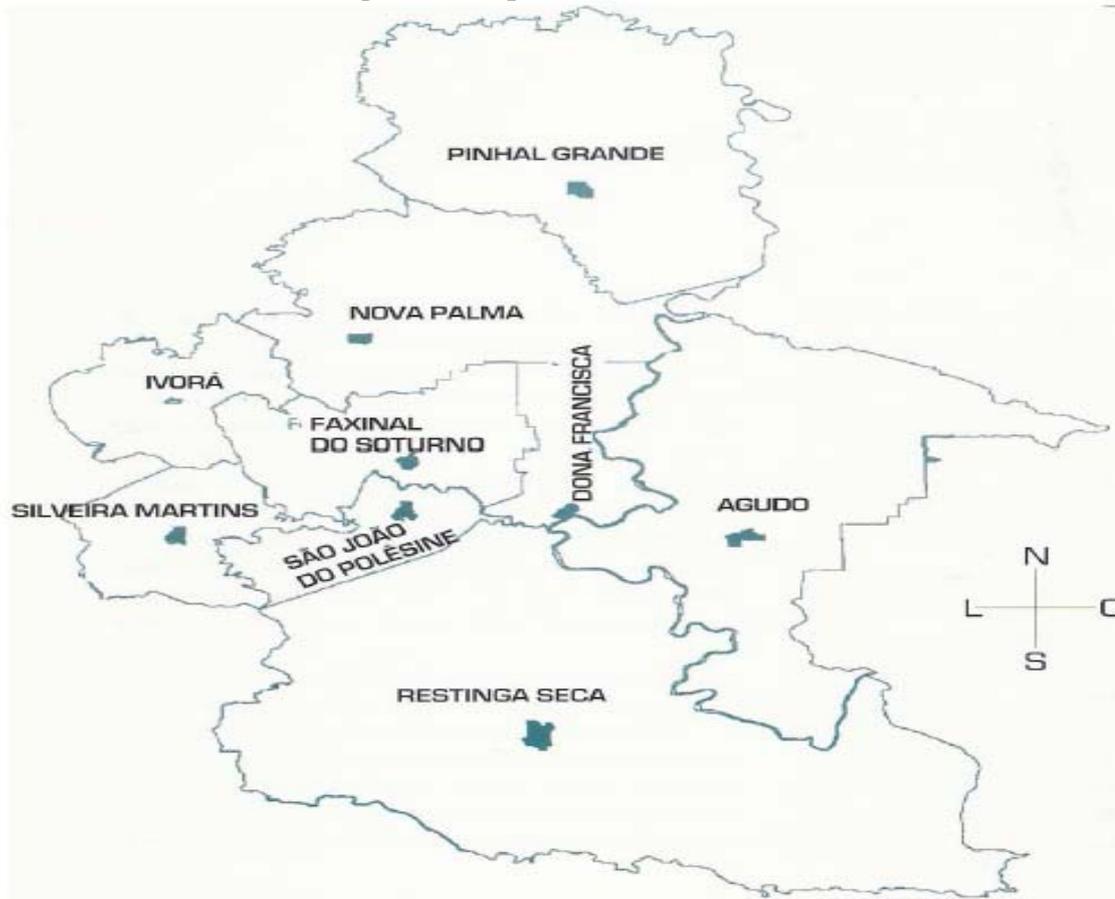
Porém, a partir da década de 60 e mais fortemente na década de 80, a Região principiou a usufruir novas expectativas para o seu desenvolvimento com o advento da emancipação de seus municípios, até então pertencentes a Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos: Restinga Seca, Agudo e Faxinal do Soturno, em 1959; Nova Palma, em 1960; Dona Francisca, em 1964; Silveira Martins e Ivorá, em 1988 e São João do Polêsine e Pinhal Grande, em 1993.

Movidos pela “entrada” de novas lideranças nos recém formados municípios, criou-se um ambiente favorável para o desenvolvimento de “novas ideias” para a região, que foi marcado por uma série de expectativas associadas às possibilidades de infraestrutura, às melhorias nas vias de acesso aos municípios e à atenção estatal por meio de direitos básicos como saúde, educação e geração de emprego.

Com os municípios emancipados, a região começou a buscar caminhos para o seu desenvolvimento, o que vai culminar, a partir da década de 90, na criação de estratégias locais de geração de renda, por meio de atividades complementares às atividades agrícolas, fortalecendo e qualificando as atividades de produção artesanal existentes no lugar, ainda mantidas sob condições de “esquecimento” e desvalorização.

Estas atividades foram potencializadas por meio das iniciativas de resgate e legitimação das identidades socioculturais presentes historicamente no território, buscando-se valorizar e qualificar os sistemas produtivos tradicionais locais como estratégia de desenvolvimento à região, articulando-o ao turismo.

Figura 7 - Mapa da Quarta Colônia



Fonte: Itaqui e Villagrán (2002)

Dessa forma, por meio de uma série de processos de resgates históricos e culturais, os municípios de Silveira Martins, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Silveira Martins, Ivorá e Pinhal Grande, em conjunto com os municípios vizinhos de Agudo e Restinga Seca, passam a elaborar estratégias para o seu desenvolvimento. Agudo é originário da “ex-colônia alemã” de Santo Ângelo e Restinga Seca, de colonização portuguesa, teve a sua origem marcada pela diversidade étnica (índios, portugueses, alemães, italianos e negros), sendo criado em 1959 após a sua emancipação de Cachoeira do Sul.

Esta “integração” entre os municípios deu início ao processo de territorialização da Quarta Colônia, marcado por projetos e acordos firmados institucionalmente por nove municípios vizinhos, com vistas ao desenvolvimento integrado.

3.2 A “DEMARCAÇÃO” DO TERRITÓRIO

As condições de semelhança sociocultural aliadas às questões geográficas de vizinhança aproximaram os nove municípios em caráter de “união de forças”, promulgando desafios conjuntos para inserção no cenário regional.

De um lado, as cidades de Santa Maria e Júlio de Castilhos, ambas estabelecidas como centros de serviços e base econômica agropecuária, respectivamente. Do outro lado, o município de Cachoeira do Sul, como importante produtor de grãos, principalmente o arroz, caracterizando um cenário socioeconômico voltado para a agricultura moderna, na qual os municípios da “ex Colônia” não se incluíam.

Emancipados, os municípios buscaram sua autonomia e a construção de uma base política que os representasse frente a outros municípios da região. Trata-se de um longo processo construído em várias etapas, envolvendo atores de diferentes segmentos locais, em torno de um objetivo comum: trilhar caminhos para o desenvolvimento, tendo a história de vida da Quarta Colônia e as identidades de seus atores como elementos centrais.

Demonstra-se na presente seção que o processo de construção do território partiu de ações conjuntas entre os nove municípios, passando pelo resgate, pela legitimação e pela institucionalização de suas identidades como alicerce para a integração sociopolítica, acrescendo-se a demarcação institucional do território com a formação de um Consórcio entre os municípios com vistas ao desenvolvimento sustentável.

3.2.1 O Resgate das Identidades

Com o objetivo de se refletir sobre os mecanismos de “desarticulação social” promovidos pelo processo de modernização da agricultura, nasceu, em 1989, o **Projeto Identidade**, iniciativa da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Silveira Martins e, posteriormente, ampliado para os demais municípios da Quarta Colônia. O Projeto surgiu com o objetivo de discutir a região sob o prisma de suas limitações, uma vez que seus sistemas produtivos não apresentavam resposta ao modelo agrícola vigente, levando os seus atores a crer em um possível “fracasso” de suas iniciativas de trabalho.

A história de um século de existência como Colônia de Imigração, na qual o Estado foi pouco presente, era ligada ao esquecimento e ao atraso pela falta de projeção econômica de suas atividades, quando comparadas a outras da região. A condição de “imigração esquecida”, aliada a um possível “estancamento” econômico e social das famílias, acarretou marcas de baixa auto estima à população¹⁸.

Para Itaquí e Villagrán (1998), o sistema educacional teve forte parcela de responsabilidade sobre este quadro já que centrava a sua atuação em conteúdos, livros, cartilhas e atividades de caráter universal, sem ligação ou vínculo com a realidade local. Exemplo disso era a pronúncia do português com sotaque italiano ser qualificada como erro ou ainda o fato das ilustrações de família, moradia e vestuário das cartilhas serem associadas a ambientes urbanos modernos, constituindo pouco a pouco o horizonte sonhado pelas crianças, fazendo-o em rejeição às formas de vida vivenciadas por elas em seu cotidiano.

Como contraponto a este cenário, o Projeto Identidade centrava suas ações em construção de espaços de troca de experiências, relatos, “filós culturais”, palestras, inventário histórico, etc. acerca dos “saberes herdados”, tendo como premissa a existência deles como patrimônio (ITAQUI, 2002).

Este projeto, fundamentalmente de resgate das identidades, foi determinante para o surgimento da Quarta Colônia como território, no momento em que os seus pequenos e novos municípios buscavam caminhos alternativos e adaptados às suas condições sociais, históricas e geográficas.

Inicialmente, capitaneado pela Prefeitura de Silveira Martins, o Projeto Identidade fomentou a criação de grupos de discussões locais e, posteriormente, regionais. Neste processo, Silveira Martins juntou-se a Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca e ainda alguns Distritos de Santa Maria (Arroio Grande, Três Barras e São Marcos). As pautas centravam-se no reconhecimento das identidades presentes como potencialidades culturais do território, passíveis de serem ativadas como iniciativas econômicas.

Destes encontros, derivou-se o 1º Fórum de Cultura da Quarta Colônia, reunindo, pela primeira vez, toda a comunidade regional para discutir, de forma crítica, a sua história. Importante salientar que não eram apenas os municípios da Quarta Colônia que queriam

¹⁸ No entanto, o esquecimento, em que permaneceu a região das ex-colônias, permitiu que grande parte de seu patrimônio cultural fosse preservado, embora, segundo Itaquí e Villagrán (1998), estes não fossem vistos por seus atores como bens, mas apenas como restos culturais.

discutir o “futuro da região”. Outros, como Santa Maria, Júlio de Castilhos, Restinga Seca e Cachoeira do Sul, também o fizeram, bastante motivados pela presença de italianos em suas sociedades, retirando-se, contudo, mais tarde, do processo (ITAQUI, 2002).

Naqueles encontros, eram debatidos temas como: “A Quarta Colônia no contexto da imigração italiana no Estado”, “A Quarta Colônia e sua integração Regional”, entre outros. Dessas ações, desencadearam-se outras que colocaram a preservação da memória local no processo de desenvolvimento socioeconômico e o papel da educação formal na formação das comunidades rurais.

Deste intenso processo de debates, derivou-se ainda a realização do 2º Fórum da Cultura da Quarta Colônia (em 1992), em que foram abordados temas como “Instrumentos de Trabalho e Técnicas de Uso”, “Cultivos e Alimentação” e outras temáticas condizentes com o resgate identitário de seus atores. Dentre estas, deve-se mencionar o enfoque “Educação: socialização primária e secundária”, em que foram mobilizadas as escolas municipais da região que, por meio de oficinas, apreenderam os rudimentos básicos de Educação Patrimonial, dando origem ao PREP - Projeto Regional de Educação Patrimonial.

Este projeto, como consequência de uma política cultural e parte importante no caminho de reencontro das comunidades com a sua cultura, os hábitos e os saberes, tinha o seu propósito no resgate, na compreensão e na validação da cultura local a partir da educação, tendo os professores como agentes fomentadores do conhecimento do aluno, problematizando a sua realidade através de uma leitura ativa, dinâmica, crítica e multidisciplinar (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998).

As iniciativas de encontros promovidos pelo Projeto Regional de Educação Patrimonial reuniam além de professores e alunos, seus familiares. Eram realizadas conversas, contação de histórias (memórias), exposição de fotos, elaboração de quadros de família, identificação de receitas, utensílios e técnicas de trabalho, usando como referência, para atuação pedagógica, a realidade local, compreendendo-a como resultante de um contexto histórico e social de mais de 100 anos. Todos os elementos eram abordados como riqueza cultural, modificando, aos poucos, a forma da população local perceber e compreender a sua história através da identificação, do registro, do estudo, da valorização, da preservação e da projeção de seus aspectos operativos como patrimônio.

O PREP, além de proporcionar o reencontro da comunidade com sua história, também estimulou a compreensão dos atores locais acerca das condições geográficas de suas áreas, bem como as limitações econômicas impostas em termos de exploração agrícola.

Assim, os elementos culturais e naturais do território, resgatados como patrimônio, proporcionaram um novo olhar sobre as comunidades, os seus modos de vida, os saberes, os valores e as atividades econômicas, estimulando, entre os atores locais, novas percepções a respeito de seus recursos, tanto materiais, quanto imateriais, agregando a este processo de redescoberta do lugar os municípios de Agudo e Restinga Seca.

Esta inclusão deu-se a partir do reconhecimento do papel de alemães, portugueses e afrodescendentes como fundamentais no estabelecimento da Colônia Italiana e da adaptação dos imigrantes às duras condições iniciais encontradas, lembrando que caboclos e alemães já haviam se estabelecido na região antes da chegada dos primeiros italianos, como explica o depoimento a seguir:

Os italianos quando chegaram por aqui, precisaram da contribuição dos alemães que já estavam nestas áreas, uns no Arroio Grande, outros no Val de Buia. Começa a ocorrer um comércio entre alemães e italianos. Os italianos vão produzir produtos que serão comercializados também para os alemães, os alemães a mesma coisa para os italianos. Quem dominava o comércio no Estado, principalmente de peças, ferramentas, essas coisas eram os alemães que vinham da região do Vale dos Sinos - Novo Hamburgo, São Leopoldo e andavam a cavalo por todo o Rio Grande do Sul. Portanto, tem essa contribuição de outras etnias. Tem ainda os negros escravos [...] Os italianos chegaram depois, um pouquinho antes da abolição. Assim, os negros também vão contribuir com os italianos, ajudando no manejo da mata, na seleção do que se come, o que não se deve comer, o que é perigoso, etc. Muito desses negros eram fugitivos que estavam enfiados na mata mais fechada, nos vales e que vão trabalhar com os italianos, ajudando a destacar as lavouras, enfim, começa haver um intercâmbio muito forte entre estas etnias todas (J.I., SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDESUS).

Dessa forma, as discussões passaram a envolver nove municípios: sete de descendência italiana, um de colonização alemã (Agudo) e um de predominância portuguesa, além de forte expressão afrodescendente devido à presença de quilombos (Restinga Seca).

Dessa “caminhada” de resgate e valorização das identidades presentes entre os atores locais, vão constituir-se laços territoriais significativos, consolidando a Quarta Colônia não apenas como núcleo da imigração italiana, mas como um local de encontros étnicos, reunindo descendentes de italianos, alemães, afrodescendente e portugueses.

3.2.2 Legitimação das Identidades

Do processo de resgate das identidades aliado ao reconhecimento da limitação agrícola das áreas, dá-se início à mobilização dos municípios para a legitimação de suas iniciativas conjuntas como caminho para o desenvolvimento. A partir daí, tem-se, como principal tarefa, a viabilização de novas alternativas de trabalho e renda aos atores locais.

Para tanto, um grupo de agentes formado por representantes da política local (secretários municipais de agricultura e cultura) e técnicos da Emater passou a articular propostas para a região, buscando a integração dos elementos culturais e naturais presentes no território como caminho para o desenvolvimento sustentável.

Fomos convidados para trabalhar propostas para a agricultura. Entendíamos que a agricultura familiar estava em um momento de crise e que o modelo de agricultura moderna não servia para grande parte dos produtores da região. Mas também se tinha essa idéia de que a busca por caminhos alternativos partia de toda uma conjuntura, não só da agricultura. Passava pela educação, a cultura, a história, pela qualificação do que eles já faziam, e principalmente pelo resgate da auto-estima dos moradores. A idéia era a integração de todos esses elementos, mas não era fácil articular tudo isso (C.F., AGENTE TÉCNICO).

As propostas eram elaboradas no sentido de equalizar a valorização da riqueza natural compreendida como patrimônio, com a geração de novas alternativas de renda para as famílias de agricultores estabelecidas em áreas com limitações legais de uso e exploração do solo.

Neste sentido, como mais uma questão a ser incorporada nas discussões, em 1992, a região foi tombada pela UNESCO¹⁹ como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, considerada patrimônio natural da humanidade e área de preservação e conservação da biodiversidade em todo o Brasil, impondo novos desafios.

Então de repente, eu me dou por conta, olhando o jornal, que havia sido tombada essa região toda. Essa é uma questão que não foi discutida com as comunidades, principalmente com os agricultores, com os envolvidos. Não havia sido discutido com ninguém! A prefeitura de Silveira Martins nunca participou, veio diretamente. Foi um tombamento do Governo do Estado, um ato governamental e pronto. Então, nesse processo nós fomos convidados pela FEPAM para fazer workshop sobre conservação de encostas, dentro de

¹⁹ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

uma Reserva de Biosfera, aí então começamos a alicerçar essas questões às discussões dos Fóruns da Cultura que vínhamos conduzindo. No terceiro Fórum então discutimos o tema ‘Desenvolvimento Social e Econômico numa Reserva da Biosfera’. Dessas discussões tiramos um documento que se chama ‘Diretrizes Básicas para Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia’, documento que foi assinado pelas nove prefeituras. Mas antes desse seminário eu já tinha debatido com os prefeitos a importância da reserva, como a floresta podia se integrar no nosso desenvolvimento. Aí então, sentamos com todos os prefeitos da nossa região e começamos a discutir isso. Dessas discussões é então aprovado que toda a região passasse a ser Área Piloto de Reserva de Biosfera da Mata Atlântica. Aí nos unimos ainda mais (J.L., SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDESUS).

A condição de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a integração dos municípios através das discussões dos Projetos “Identidade” e o de “Educação Patrimonial” promoveu o nome da Quarta Colônia como área piloto do Programa de Execução Descentralizada (PED) do Rio Grande do Sul, que tinha por objetivo fomentar o processo de gestão ambiental no Estado, atendendo aos princípios básicos de desenvolvimento sustentável.

O Estado do Rio Grande do Sul, através de seu órgão ambiental, FEPAM²⁰, ao eleger suas prioridades e municípios participantes, selecionou a Quarta Colônia como uma das áreas propícias para o programa. Os municípios, em parceria com a sociedade civil, propuseram, a partir de fóruns de discussão, os projetos a serem desenvolvidos.

Na Quarta Colônia, foi elaborado o PRODESUS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável, redigido pelo grupo de atores locais já envolvidos nos Fóruns de discussão promovidos pelo Projeto Identidade que, durante o Terceiro Fórum, realizado em 1994, elaboram o documento oficial intitulado “Diretrizes Básicas para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia”, referendado pelos prefeitos de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Agudo.

Neste sentido, o PRODESUS nasceu como instrumento de legitimação das atividades conjuntas entre os municípios, tendo o reconhecimento das identidades socioculturais e socioprofissionais presentes entre os atores como conexão entre eles.

Lê-se em seus documentos oficiais as seguintes diretrizes norteadoras:

Implementar ações para o desenvolvimento sustentável através do manejo adequado dos recursos naturais renováveis, da recuperação de áreas

²⁰ FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental

degradadas e enriquecimento das florestas nativas, integradas ao fortalecimento da agricultura ecológica e diversificada e a usos múltiplos de patrimônio cultural, destacando-se dentre estas a implantação de programas de turismo ecológico, rural e cultural, permeando estas ações com um processo formal e informal de educação ambiental, que buscará reduzir os impactos decorrentes dos sistemas tradicionais de manejo, permitindo assim preservar e recuperar o patrimônio ambiental da Quarta Colônia e estabelecer modalidades sustentáveis e inovadoras de renda (PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA DO RS, 1995, p. 11).

Salienta-se que, além de considerar as características naturais do lugar, o PRODESUS, promoveu a articulação entre os processos de resgate e legitimação das identidades com a concretização de novas possibilidades de desenvolvimento aos municípios, agora, com estratégias centradas em suas especificidades e fortalecidas por um ambiente sociopolítico propício a novas ideias, conforme demonstra o depoimento de um dos agentes técnicos participantes do processo:

Entre 1989, 1990, a Quarta Colônia teve mudanças políticas muito importantes em função das emancipações dos municípios. Os processos políticos todos vinham no sentido de juntar os cacos deixados pela divisão do território entre Cachoeira, Santa Maria e Júlio de Castilhos. Nessa fase se agregam muitas pessoas às discussões na região, contribuindo para a criação de novas idéias. Antes dessas, havia o predomínio de políticos muito conservadores, no caso de Silveira Martins podemos citar os representantes ligados a UDN e PSB que sempre tiveram vitórias avassaladoras. Tinham também algumas lideranças ligadas ao PDT de Brizola, mas estes sempre foram abafados, sem muita expressão. Com as emancipações dos municípios o PMDB ganha visibilidade em função do governo Simon, predominante na época, que vai então subsidiar muito da estrutura da Quarta Colônia, como asfaltamento das estradas de acesso e tal. Também tem o fato que na década de 90 a Emater teve um grande aporte de novos técnicos, com novas visões, muitos vindos de movimentos estudantis e tal. Isso dá a Quarta Colônia uma nova possibilidade de desenvolvimento, criando movimento propício para novos rumos. Nesse cenário que nasceu o PRODESUS, que na verdade é resultado de um trabalho longo feito com os municípios, escolas, prefeituras e instituições (onde entrou a Emater) e que foi de muita importância para consolidação da região (C.F., AGENTE TÉCNICO).

A elaboração do Projeto fortaleceria os laços entre os municípios, promovendo-os a partir de um novo olhar sobre as suas potencialidades, culminando na formalização de sua integração política a partir de um Consórcio gestor de recursos e ações, nomeado Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, o CONDESUS.

Montamos um projeto que era o PRODESUS. Como ele envolvia os nove municípios, nós tínhamos que ter um instrumento legal que pudesse fazer toda a gestão do projeto e a articulação política entre os municípios no processo de aplicação de execução das atividades, então a gente cria o CONDESUS (J. I., SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDESUS).

O CONDESUS, formado por prefeitos e/ou secretários de cada um dos nove municípios, foi formalizado com o objetivo de elaborar e viabilizar projetos e programas de interesse regional, fundamentados nos princípios da sustentabilidade social, cultural e ambiental, tidos como elementos centrais no PRODESUS. Este Consórcio culmina em uma nova fase de demarcação territorial: a de institucionalização das identidades.

3.2.3 Institucionalização das Identidades

A formação do Consórcio, embora tenha se dado como condição para o gerenciamento dos recursos destinados ao PRODESUS, provocou a institucionalização do território a partir do resgate e da legitimação de suas identidades como elo integrador dos municípios que passaram a reconhecer-se se como uma “Região de Encontros”, referindo-se às culturas alemãs, italianas, afrodescendentes e portuguesas. O que pode ser visualizado no “discurso” de apresentação da Quarta Colônia, em página oficial do CONDESUS na rede mundial de computadores:

A Quarta Colônia está situada entre os verdes dos vales, várzeas e campos do Planalto e da Depressão Central, Região Centro do Rio Grande do Sul, da qual fazem parte os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Esta região de encontros preserva sítios de grande relevância científica, sendo neles encontrados fósseis de vertebrados e botânicos do período Triássico, Médio e Superior. A região é Área Prioritária da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, preservando importantes fragmentos da Floresta Estacional Decidual e de uma riquíssima fauna. A calha do rio Jacuí é rica em sítios arqueológicos de tradições indígenas. A sua população preserva, nas suas mais diferentes manifestações, falas, hábitos costumes, artesanato, gastronomia e as referencias vivas das culturas de portugueses, afro-descendentes, imigrantes alemães e italianos. Essas marcas, materiais e imateriais, constituem um patrimônio que, na sua diversidade e biodiversidade, dá sentido às formas de viver, ser e fazer do seu povo (<http://condesus.com.br/>).

O Consórcio, em sua significação, passou a promover as diferentes etnias que compõem o território, abandonando a denominação “Quarta Colônia de Imigração Italiana”, passando a considerar-se apenas Quarta Colônia.

Batistella (2006), explorando os significados das experiências vividas pelos participantes do Consórcio no que tange à sua importância e à contribuição para o desenvolvimento regional, destaca a formação deste como fundamental para o reencontro dos municípios com as suas vocações produtivas e motivação de seus gestores na representação de suas demandas, identificando o CONDESUS como espaço de compartilhamento de objetivos.

Um fator fundamental no nosso crescimento, foi a criação do nosso Consórcio. Antes tínhamos espaço apenas na Associação dos Municípios da região que é a AMCENTRO, que envolve quase trinta municípios pega Jaguari, Santiago, Cachoeira. Mas a realidade dos municípios aqui da Quarta Colônia é totalmente diferente. Nós não temos nada a ver com a comunidade da Jaguari, São Pedro, Mata. Agora, no momento que nós fizemos o nosso Condesus, acho que nós demos um passo importante para nosso crescimento, vivemos uma realidade diferente da maioria dos municípios (INTEGRANTE DO CONSÓRCIO apud BATISTELLA, 2006).

Este processo oficializou e articulou interesses dos nove municípios em ações conjuntas para o desenvolvimento sustentável, tendo como subsídio os elementos endógenos presentes no território, representados pela sua riqueza natural, social e histórica.

Tal integração teve a sua institucionalização no Consórcio, materializando a união dos municípios através da “marca” Quarta Colônia, projetando o território como uma “região de encontros étnicos” fortalecida pelo compartilhamento entre pequenos e “esquecidos” municípios de seus laços históricos e afetivos.

Figura 8 - Logomarca da Quarta Colônia



Neste contexto, a revalorização das identidades socioculturais presentes, assim como o tombamento da região como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, apontou para o turismo como importante oportunidade produtiva a ser incorporada pelos atores locais, a partir da valorização de seus “saberes-fazer” e da paisagem.

O turismo, devido a seu caráter mobilizador, potencializa os elementos materiais e imateriais em bens e serviços, atraindo visitantes e “novos consumidores” para o território, promovendo, assim, alternativas de trabalho e renda aos atores locais.

Sem adentrar em análises acerca de sua funcionalidade, mas explorando as suas consequências para as dinâmicas produtivas no território, pode-se afirmar que o CONDESUS conferiu um novo “desenho” à região, propiciando visibilidade a seus pequenos municípios a partir da demarcação institucional do território, que é marcado pela diversidade cultural (etnias, religião, “formas de vida”) e pela exaltação à natureza, promovendo suas paisagens, formas de agricultura, gastronomia e vivências.

3.3 O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO

Ao re-visitar a história de colonização, da formação e da territorialização da Quarta Colônia, reforça-se a imagem de seu tecido social, marcado pela presença de identidades socioculturais compartilhadas e em constante ressignificação por parte de seus atores sociais. Estes atores, com novas impressões sobre sua história, deixaram para trás um passado de derrotas, esquecimento e atraso, revitalizando a memória da Quarta Colônia em um “novo” território, significado como um local de encontros étnico-culturais e centro de riquezas naturais de referência nacional.

No entanto, salienta-se que o tombamento da região como Reserva da Biosfera, ao mesmo tempo em que ofereceu reconhecimento e valorização de suas áreas como patrimônio, também impôs limitações legais ao uso e à exploração destas, exigindo um repensar de suas dinâmicas produtivas. Neste contexto, nasceu o PRODESUS, objetivando o redirecionamento das atividades produtivas do território para ações de sustentabilidade, caracterizando um processo longo devido às ambivalências colocadas entre técnicos e produtores.

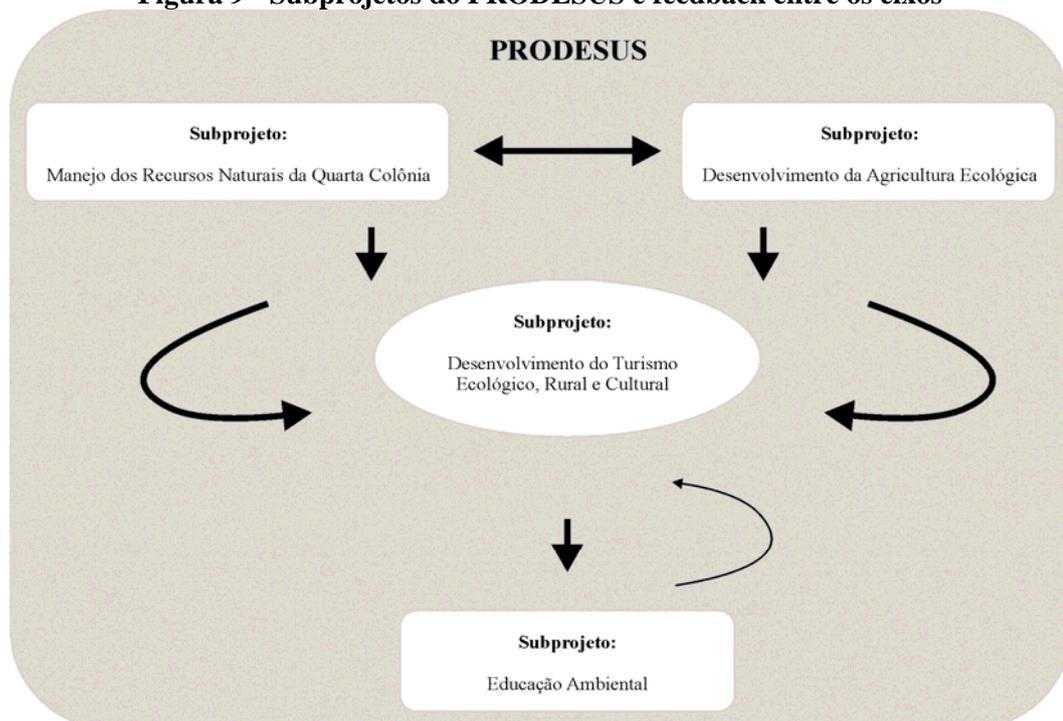
Quando Nós começamos com a Reserva da Biosfera, em 94, todos diziam que íamos matar os agricultores, mas o que se podia fazer! Não podíamos pensar com a cabeça do produtor, então resolvemos buscar as informações, qualificar o projeto e tocar em frente. Não dava para esperar a compreensão dos produtores neste processo. Eles demoraram para perceber as implicações disso tudo e os recursos estavam ali. Foi preciso uma organização representativa muito forte para que pudéssemos pensar esta conjuntura (J.I., SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDESUS).

Em seu corpo estrutural o Projeto idealiza quatro eixos norteadores de ações para o desenvolvimento sustentável: 1) Manejo dos Recursos Naturais da Quarta Colônia; 2) Desenvolvimento da Agricultura Ecológica; 3) Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Educacional; 4) Educação Ambiental.

Em cada um deles, foram desenvolvidas ações de Educação Ambiental e Patrimonial, resgate da memória cultural, técnicas e práticas para o desenvolvimento de uma agricultura com bases ecológica e sustentável, capacitação e qualificação de produtores em processamento de alimentos e implementação do turismo rural, cultural e ecológico no território.

Analisando-se os eixos formadores do PRODESUS, percebe-se uma articulação importante feita pelo eixo turismo, que potencializa os demais eixos por meio de *feedbacks* formados a partir dos focos Ecológico, Rural e Ambiental como oportunidades produtivas.

Figura 9 - Subprojetos do PRODESUS e feedback entre os eixos



Fonte: Elaborado pela autora

Evidencia-se o caráter catalisador do eixo “Desenvolvimento do Turismo”, quando observadas as amarrações feitas entre os quatro subprojetos a partir dele. A ruralidade do território é potencializada a partir do “Manejo dos Recursos Naturais” que exige técnicas mais sustentáveis de uso do solo, implicando o “Desenvolvimento da Agricultura Ecológica” que, por sua vez, necessita de ações de “Educação ambiental” para a sua sustentação ao longo do tempo, promovendo compreensão dos significados e da conjuntura das atividades produtivas em curso.

Tais eixos culminam na projeção do turismo, com foco no ecológico (patrimônio ambiental a ser preservado), no rural, pela presença da agricultura familiar no desenho socioprodutivo do território e ainda o cultural, com materialização nos dialetos, nas formas de vida, nas técnicas artesanais de produção (artesanato e gastronomia) e nas potencialidades naturais a serem exploradas no campo científico, no último caso, por meio de pesquisas nos campo da biologia (riqueza de fauna e flora), arqueologia (sítios de civilizações pré-históricas) e paleontologia, sendo que a Quarta Colônia passa a ser referência a partir da criação e instalação do CAPPA²¹ – Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica, projetado pelo CONDESUS.

A partir desses eixos estruturantes, nascem as rotas turísticas do território: a Rota Gastronômica, a Cultural e a de Ecoturismo, promovidas pelo CONDESUS fazendo-o com base no reencontro dos atores locais com as suas histórias, buscando-se promover a superação das lembranças de um passado ligado ao atraso, sob a resignação de “imigração esquecida” (SANTIN, 1986).

Faz-se importante para contextualização dos acontecimentos, que derivam desta etapa, esclarecer que, dentre os eixos promovidos pelo PRODESUS, o turismo foi o que mais se consolidou no discurso ideológico da Quarta Colônia a partir das ações do CONDESUS, constituindo, aos poucos, lugar no imaginário dos consumidores turistas.

O subprojeto “Desenvolvimento da agricultura ecológica” não teve a repercussão esperada pelos gestores do projeto, resumindo-se a alguns casos isolados que alcançaram êxito em seus propósitos, como explica o agente técnico entrevistado:

²¹ O CAPPA faz parte da Rota Paleontológica do Rio Grande do Sul, tombada como Geoparque pela UNESCO, cuja área contém diversos fósseis, sendo a principal área de Geoturismo do Estado. A estrutura física do CAPPA encontra-se em fase de finalização e abrigará um museu, laboratórios, auditório, salas de aulas, local de hospedagem, restaurante e diversos serviços, estando sua obra em fase de andamento desde 2009. Localiza-se na Rua Maximiliano Vizzotto, 598, ao lado do Monumento de Nossa Senhora da Salette, próximo a rodovia RS 149, no município de São João do Polêsine.

Penso que o desenvolvimento da agricultura ecológica foi o pilar que menos se efetivou. Tivemos ganhos no processo, mas a conversão ecológica das propriedades não aconteceu. Nós da Emater trabalhamos forte no início, ia de encontro às novas diretrizes da Instituição trabalhar a agroecologia, mas ela não se consolidou entre os produtores da Quarta Colônia. Acredito que em partes, por problemas de ordem científica, onde até hoje a gente acompanha debates imprecisos sobre a agroecologia enquanto ciência. De outro lado acredito que o desmonte da Emater nos últimos anos não permitiu continuidade as ações e os produtores foram se desarticulando nesse setor. Ainda há muito que se fazer com os produtores da região (C.F., AGENTE TÉCNICO).

Do conjunto de ações voltadas aos agricultores, deve-se salientar os investimentos em qualificação das atividades não agrícolas, como o processamento artesanal de alimentos.

Neste sentido, as ações institucionais de valorização cultural e natural do território instituem as identidades socioculturais presentes entre os atores, como recursos específicos capazes de promover o desenvolvimento do território a partir de elementos como “saberes-fazer” e formas de vida, materializando-os na produção e na oferta de produtos “típicos”.

Este conjunto de alternativas construiu um novo cenário socioproductivo, conduzindo os atores locais a transformações em suas identidades socioprofissionais a partir de incentivos ao desenvolvimento de atividades não agrícolas como suporte ao turismo.

Deve-se considerar que as atividades de processamento de alimentos, especialmente em áreas de imigração, não constituem uma novidade, pelo contrário, sempre estiveram presente no cotidiano das famílias com o objetivo de aproveitamento da matéria prima produzida (em caráter de excedente) e em menor grau para abastecer o mercado local. O que é “novo”, aqui, é a relação desta atividade com o mercado, onde, de valor de uso, os produtos passaram a ser processados sob valor de troca. Sendo assim, a potencialização destas atividades pelo turismo reascende o lugar do produtor no abastecimento local e regional, não apenas como ofertante de matéria prima, mas também como produtor de bens e serviços diferenciados. Trata-se, neste caso, do que Pecqueur (2004) denomina de singularidades dos recursos ativos específicos, capazes de produzirem caracterização identitária territorial como conhecimento para o uso comum.

Assim entendida, a promoção do turismo vai movimentar as dinâmicas produtivas em curso, mobilizando recursos específicos ligados ao “saber-fazer” e à ruralidade, potencializando-os em produtos e serviços ao mercado turístico.

Faz-se necessário ressaltar que o foco desta tese não centra as suas reflexões acerca dos aspectos técnicos do turismo em exercício no território, mas nas dinâmicas estabelecidas entre atores e instituições, advindas deste, como oportunidade produtiva.

3.3.1 O Turismo na Quarta Colônia

Muitos são os estudos realizados sobre o turismo na Quarta Colônia (NARDI; MIORIN, 2006, LINDNER, 2007). Como esta tese não objetiva reflexões mais acuradas acerca dos conhecimentos desta área científica, a contribuição destes para a compreensão do território dá-se a partir da delimitação de conceitos e análises realizadas por estes especialistas, como suporte no processo de identificação das dinâmicas produtivas exercitadas pelos atores, com vistas ao abastecimento do mercado gerado pelo turismo.

Assim, identifica-se, na Quarta Colônia, o Turismo em Espaço Rural (TER) como a expressão do turismo que leva em conta as especificidades da vida e das atividades de caracterização rural.

Entende-se por Turismo em Espaço Rural (TER) o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas em espaços rurais, englobando produção agropecuária, agregação de valor aos produtos e serviços gerados com o objetivo de resgatar e promover o patrimônio cultural e natural das comunidades nele estabelecidas (MINTUR, 2003).

Esta modalidade do turismo permite sinergia com outras atividades relacionadas ao lazer, ao ecoturismo e à cultural local, propiciando a valorização de hábitos e cultura de comunidades locais, a partir de agregação de valor à produção da agricultura familiar, o que Almeida (2002) resalta como um fator de transformação da família e da comunidade.

Na Quarta Colônia, o processo de construção do território via identidades socioculturais e potencialização ambiental do lugar, estabelece novas relações entre os atores e o seu espaço social, promovendo a valorização dos recursos endógenos considerados como patrimônio cultural e natural existentes, em que a ruralidade ganha projeção. Esta, compreendida em uma perspectiva que engloba as questões culturais e de representação do meio rural, indicando que este espaço possui um sentido que vai além das características paisagistas e das formas de uso dos recursos naturais.

Segundo Schneider (2009), trata-se de uma perspectiva que pretende desvincular o rural da sua base físico-espacial, argumentando que a ruralidade é uma forma de percepção e representação que está relacionada à cultura e à identidade dos indivíduos e atores.

Alves (2004), traçando a relação sociedade moderna e consumo, aponta para o rural como lugar de singularidades, memórias e valores autênticos, pontuando que resultam, daí, as impressões positivas dos bens e dos serviços gerados pelos atores deste espaço.

O excesso de paisagens construídas das metrópoles leva a uma busca pela paisagem natural. A mesmice dos produtos padronizados dá lugar a uma busca de produtos com identidade própria, com vínculos locais. Consumidores cansados com o desencantamento das ofertas tradicionais buscam produtos que remetam ao lúdico, que tenham a capacidade de fazer sonhar. Paralelamente a ânsia pelo novo há uma nostalgia do passado (ALVES, 2004, p. 20).

Neste sentido, aparece a gastronomia “típica” como potencialidade produtiva a ser promovida, fazendo-o a partir dos elementos identitários presentes entre os atores expressos nas formas de vida e “saberes-fazer” passados de geração à geração entre as famílias locais.

O produto colonial, como a “arte de produzir” da Colônia, emerge como a “espinha dorsal” das atratividades turísticas, permeando todas as atividades de turismo a partir da valorização feita pelo consumidor de produtos dessa natureza.

Diante deste cenário, o turismo promovido no território emerge com ações de atratividade em duas dimensões: Natural e Cultural.

3.3.1.1 A “Dimensão Natural” do Turismo na Quarta Colônia

A Dimensão Natural do turismo, em exercício na Quarta Colônia, refere-se aos atrativos promovidos a partir das paisagens do lugar, expressas nos vales, nos morros, na presença de cachoeiras e na riqueza de fauna e flora.

Tais elementos são acionados como potenciais na promoção de atratividade de turistas para o território, juntamente com a condição de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que tombada pela UNESCO, passa a ocupar o status de patrimônio natural da humanidade, oferecendo projeção nacional à Quarta Colônia como área de preservação de recursos naturais

singulares. Diante deste patrimônio, desenvolvem-se atividades em consonância com a sua necessidade de preservação, em que o Ecoturismo ganha papel de destaque.

O Ecoturismo, como uma das modalidades atrelada ao Turismo em Espaços Rurais (TER), possibilita contatos com a natureza e os costumes locais/regionais, valorizando peculiaridades sociohistóricas da vida rural, potencializando a geografia do lugar. Nesta modalidade, realizam-se trilhas por terra e água, passeios de barco, de carroça, saltos de parapluer ou asa delta, caminhadas e ainda visitas às propriedades rurais. As trilhas incluem os municípios de Ivorá (Trilha da Piruva), São João do Polêsine (Trilha do Diácono e Trilhas de Vale Vêneto), Silveira Martins (Trilha do Xaxim), Agudo (Trilha do Chuvisco) e Pinhal Grande (passeio de barco na “Paga Peão”), ilustrando a ativação das potencialidades naturais destes municípios em oportunidades produtivas.

Figura 10 - Fôlder de divulgação das atividades de Ecoturismo na Quarta Colônia



A Quarta Colônia, Área Prioritária da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica está situada entre os campos e várzeas da Depressão Central, vale dos contrafortes da Serra Geral e os campos do Planalto. Com ambientes de rara beleza, esta região preserva fragmentos de uma das florestas mais ameaçadas do Rio Grande do Sul. Na Quarta Colônia, a Floresta Estacional Decidual possui uma grande diversidade de espécies vegetais e animais. São nestas matas que cobrem as serras emoldurando campos, plantações e cidades, que está o grande patrimônio da Quarta Colônia. Percorrer os vales, trilhas, arroios e rios, banhar-se nas cascatas, são vivências únicas, onde a natureza é muito mais que um cenário, é vida (FÔLDER DE DIVULGAÇÃO DO ECOTURISMO DA QUARTA COLÔNIA).

Constata-se, na narrativa do fôlder, que o “produto” oferecido na dimensão natural do turismo refere-se à tranquilidade, ao silêncio, à água limpa, ao ar puro e a demais elementos de subjetividade referentes à qualidade de vida, o que Rodrigues (2000) entende como a procura pelo autêntico, dado pela busca identitária das sociedades modernas em nome do equilíbrio pessoal.

A Quarta Colônia, com sua conformação geográfica natural, viabiliza ao turista experiências relacionadas à fuga do cotidiano citadino, contrapondo o estilo de vida urbano-industrial com espaços abertos de ampla integração dos recursos naturais (NARDI, 2003).

Froehlich (2008), avaliando este cenário, aponta que o ecoturismo contribui para a amenização dos fenômenos psíquicos de estresse, típicos das sociedades modernas, contribuindo para a adaptação funcional dos indivíduos que encontram, assim, uma via de evasão, ou terapia eventual, para suportar melhor as rotinas de suas programadas e racionalizadas continuidades urbanas.

A dimensão natural do turismo proporciona ainda oportunidades de vivência dos visitantes junto às comunidades e à natureza, através de trilhas e caminhadas de significados culturais, como a observação e o acompanhamento das lidas rurais e as peregrinações religiosas, como demonstra o depoimento da agente de turismo a seguir:

Meu produto, digamos assim, é a natureza, a aventura, o rural e o ecoturismo. As caminhadas, que é o que mais promovo, são aventuras, mas não só isso. É também cultura, porque mostramos o povo daqui, como ele vive o que ele come, como trabalha. É um produto diferenciado porque se oferece uma atividade em que corpo e mente podem ser testados. É a questão da interiorização [...] não ‘usamos’ a região, conhecemos ela. O turista chega aqui, se hospeda na região, consome por aqui, mas também leva um pouco de nós na vida dele. Eles ainda reclamam que não tem muita coisa pra levar de lembrança, tipo produtos artesanais, mas a riqueza maior que o meu produto proporciona é a experiência: caminhada com valores regionais. E como se eu saísse da minha casa e fosse para um outro lugar ver como as coisas se comportam, como as pessoas vivem, vivenciando, conversando com os moradores locais, sabendo da história de vida deles, comendo a comida feita por eles. Essa é a tendência do turismo hoje, explorar o regional, o cultural (C., PROPRIETÁRIA DE AGÊNCIA E TURISMO).

O depoimento narra as motivações do agente de turismo na oferta de seus serviços, evidenciando, como motivação para atração aos turistas, a beleza natural do lugar e a história de colonização da Quarta Colônia. A modalidade “caminhadas rurais” recebe turistas de todo o Brasil e objetiva a apresentação da região através de contatos com a natureza e a vivência

junto às comunidade, possibilitando ao turista conhecimento da história, dos valores e dos hábitos dos atores locais, onde se inclui a gastronomia típica.

3.3.1.2 A “Dimensão Cultural” do Turismo na Quarta Colônia

A dimensão cultural é exaltada sob várias representações, expressas nas etnias, nos dialetos, na religiosidade, na arquitetura e, sobretudo, na gastronomia.

O potencial cultural da Quarta Colônia apresenta-se sob a valorização dos elementos históricos culturais, herdados das imigrações italiana e alemã, elevados a patrimônio a partir do resgate, da legitimação e da institucionalização das identidades presentes no território.

Importante lembrar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens de natureza material e imaterial e, portanto portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. No artigo 216º da Constituição Federal, lê-se como definição de Patrimônio cultural:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, paleontológico, ecológico e científico.

Dessa forma, tendo a Constituição Federal brasileira como referência para a legitimação dos patrimônios natural e cultural, o CONDESUS, por meio de eixo turismo, promove ações que propiciam a “vivência” destes elementos, mencionados como atratividade, com destaque para a tranquilidade proporcionada pela paisagem e pela “vida rural” do lugar.

Nesta dimensão, o objetivo é proporcionar conhecimento, vivências e sensações relacionadas com a história e a paisagem natural do território. No quesito vivência, a Quarta Colônia faz-se sentir pelas suas ruas, estradas, jardins e praças, onde a arquitetura, ainda preservada, guarda memórias e sentidos de um passado marcado pela força de trabalho do

imigrante, o qual representa papel fundamental na construção do território por suas “marcas” culturais ainda expressas no dia a dia dos atores locais.

As atividades promovidas fazem referência à relação da Quarta Colônia com o seu passado de imigração, destacando formas de vida, arquitetura²², e ruralidade.

Figura 11 - Fôlder de divulgação da cultura da Quarta Colônia/CONDESUS



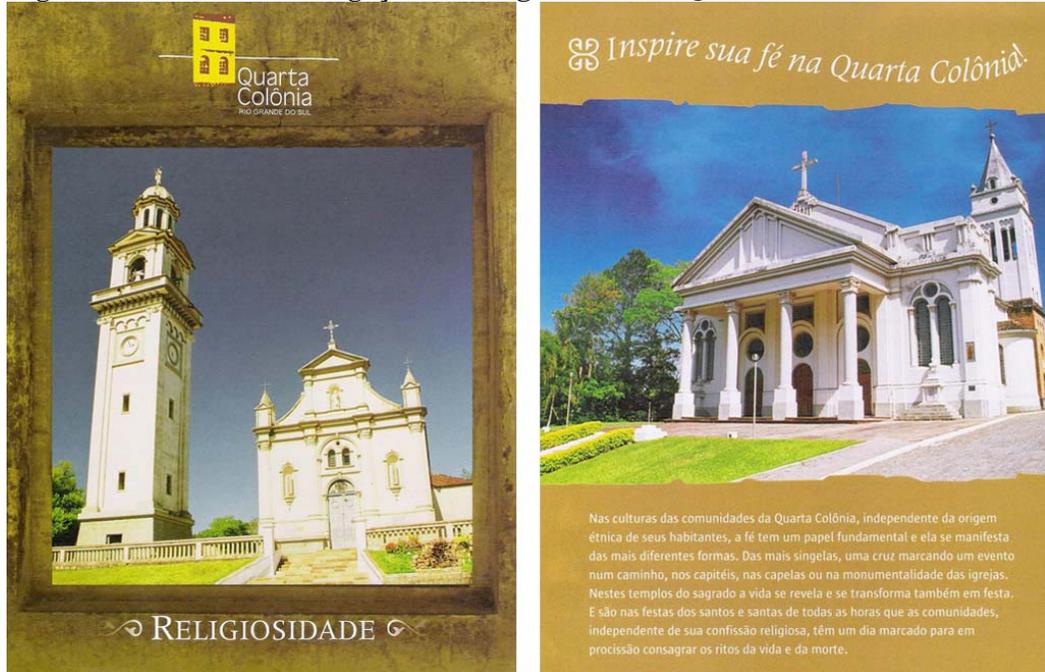
A cultura está nas ruas, nos prédios, nas praças, nas formas de ser e fazer das pessoas. Ela está em cada produto material e imaterial fruto da nossa ação. Como programa a cultura é um processo aberto, dinâmico e a sua expressão assume tanto rostos, formas, ritmos e movimentos quanto forem os seus atores. Na Quarta Colônia ela é a palavra, dialetos alemães e italianos, artesanato, prédios, lavouras, o badalar dos sinos, a gastronomia, as danças, os cantos populares e religiosos. A cultura é uma herança renovada a cada dia e nos cabe o papel de entendê-la, protegê-la e qualificá-la como um patrimônio individual e coletivo (FÔLDER DE DIVULGAÇÃO DA CULTURA DA QUARTA COLÔNIA).

Como parte dessa cultura, a religiosidade emerge com papel de destaque sendo entendida como elemento promotor de atratividade turística por meio de suas festas religiosas,

²² O CONDESUS, em 2007 por meio de convênio com a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – realizou o Planejamento Ambiental da Quarta Colônia, trabalho este sob a responsabilidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no qual o “Inventário do Patrimônio Edificado faz parte”. A arquitetura, móveis, natureza (paisagens) e ainda bens imateriais como técnicas de trabalho (saber-fazer) foram todos inventariados e publicados em 2010, pela Editora da UFSM no material intitulado “Quarta Colônia: Patrimônio Cultural”.

numerosas (frequentes durante todo o ano em todos os municípios) e caracterizadas por um “sentido de comunidade”.

Figura 12 - Fôlder de divulgação da Religiosidade da Quarta Colônia/CONDESUS



Nas ruas da Quarta Colônia, independente da origem étnica de seus habitantes, a fé tem um papel fundamental e ela se manifesta nas diferentes formas. Das mais singelas, uma cruz marcando um evento num caminho, nos capitéis, nas capelas ou na monumentalidade das igrejas. Nestes templos do sagrado a vida se revela e se transforma também em festa. E são nas festas dos santos e santas de todas as horas que as comunidades, independente de sua confissão religiosa, têm um dia marcado para em procissão consagrar os ritos da vida e da morte (FÔLDER DE DIVULGAÇÃO DA RELIGIOSIDADE DA QUARTA COLÔNIA).

As festas religiosas movimentam dinâmicas internas de produção mobilizando famílias de produtores na produção de alimentos coloniais típicos, como cucas, pães, massas e risotos como parte da celebração comunitária.

Nos cardápios apresentam-se pratos característicos de comunidades “camponesas”, como massas, pães e vinhos, evidenciando importantes elementos de vivência da cultural local, colocando a gastronomia como elemento aglutinador e representativo de suas identidades que são então vivenciadas pelos consumidores turistas.

O que mais atrai a gente aqui são as festas religiosas, onde quem ganha é realmente a comunidade. Teve um tempo que achei que eram as igrejas, mas não, é a comunidade mesmo. Em todo lugar por aqui tem uma igreja, o salão e as festas. Para as pessoas daqui é quase uma honra trabalhar nas festas. Elas trazem de volta as pessoas que saíram do lugar, ou mesmo da região e o dinheiro fica ali, ajuda a capela e tal, para reformar a igreja, para comprar equipamentos que facilitem o processo de produção dos produtos para as próximas festas e por aí vai. Tu tem o povo e tem o atrativo, mas fora disso Tu tem alguém para trazer as pessoas de fora, aí os restaurantes ajudam [...] A comida típica mesmo é simples, é o risoto, a polenta, se tu reparar o risoto dos restaurante mais rebuscados, não são o mesmo das festas, porque lá eles já são feitos de forma diferente, na festa da comunidade não, são feitos por eles, para eles mesmos comerem, tem que caprichar, porque a referência entre eles é grande! Acaba que a gente não se importa em ir a uma festa de igreja, comer em bancos de madeira, em pratos riscados e talheres “desparceirados”, faz parte, porque isso é a Quarta Colônia (S.Z., GERENTE BANCÁRIO).

O depoimento acima revela as impressões que emanam dos consumidores turistas ao participarem das comemorações e festas religiosas das comunidades, elencando que a vivência destas, como produto tipicamente identitário do lugar, tem sua compreensão e significado dentro de um aspecto maior, ditado pela história das famílias e os sentimentos de valor que são atribuídos às suas ações.

Nestes, o significado de comunidade, da igreja e da família, estão muito presentes e por isso também ressaltados nos “produtos” turísticos do território como parte de sua cultura, como o fazem as agências de turismo.

A gente mostra a forma de vida local. Nós estamos em uma região que ainda guarda muitas coisas antigas. Os turistas perguntam muito porque Quarta Colônia, já que nunca ouviram falar, eu mesmo só fui descobrir o que é isso aqui de fato fazendo minhas caminhadas. Aqui é o modo de vida deles, são os valores ainda preservados, da família, da hora da refeição, da forma de fazer a comida, a ocupação da terra. Os colonos continuam com os hábitos tradicionais, claro que nem todos, mas muitos preservam [...] a questão família é o que mais chama atenção. Está ali às vezes, só o casal de idosos, mas está lá o quarto dos filhos sempre arrumado, porque ele vem sempre nos finais de semana para as festas, os almoços em família, a religiosidade. Todas as casas têm grutas na frente, é raro não ter um santo cultuado. Isso é algo a ser mostrado para o Brasil, já que estão na quinta ou sexta geração dos imigrantes e eles continuam cultuando esses valores. É um recorte no RS e acho que no Brasil também, não foram todos os lugares que permaneceram assim. Talvez o fato de ter ficado esquecida durante tantos anos, tenha ajudado a manter isso tudo, pensando por esse lado dá para dizer que foi até bom (C., PROPRIETÁRIA DE AGÊNCIA DE TURISMO).

Sob este contexto, os turistas são reportados à gastronomia típica como ponto central da vivência proporcionada. A partir desta, o consumidor é apresentado aos significados da dieta dos imigrantes, que deveriam sustentar as longas horas de trabalho do agricultor em atividades braçais, justificando a presença de massas, pães, polenta, etc., nos pratos ainda oferecidos.

Figura 13 - Fôlder de divulgação da Rota Gastronômica da Quarta Colônia/CONDESUS.



Há muitas formas de conhecer um povo e sua cultura, a gastronomia encontra-se entre as mais marcantes. A região da Quarta Colônia oferece pratos típicos em forma de relíquias passadas de geração a geração como o famoso mehrbeltheich da culinária alemã; o agnolini de salame, a fortaia, o grostoli, a polenta brustulada e o cren da italiana; na cozinha dos afrodescendentes destacam-se o pão de milho e o amalá; na portuguesa, os sonhos e quindins e na culinária campeira o tradicional churrasco, o feijão tropeiro e a rabada (FÔLDER DE DIVULGAÇÃO DA GASTRONOMIA DA QUARTA COLÔNIA).

A narrativa do fôlder expressa a gastronomia na condição de patrimônio cultural identitário, aproveitando inclusive para fortalecer a ideia do território como “encontro de etnias”, promovendo, assim, as culinárias de todas as etnias abarcadas pelo CONDESUS.

Deste propósito, emergem restaurantes de gastronomia típica localizados pela Quarta Colônia, com destaque para o município de Silveira Martins, onde se concentra a maioria dos restaurantes de gastronomia italiana.

Em entrevista com os proprietários desses empreendimentos, percebe-se que a caracterização deles ainda guarda inspiração nas festas religiosas e suas comidas servidas de forma simples pelos moradores locais, como explica um dos entrevistados:

Temos descendência italiana direta. Conhecemos tudo daqui da região inclusive a comida. Desde que aumentou o movimento na Quarta Colônia, percebíamos a necessidade de ter um estabelecimento mais organizado e confortável para os turistas, que aos finais de semana sempre procuram pelas nossas paisagens. A comida entra nesse sentido. Aí montamos o nosso restaurante com inspiração na festa de Santo Antônio de Pádua, padroeiro aqui de Silveira Martins, buscando melhorar alguns aspectos (C., PROPRIETÁRIO DE RESTAURANTE).

Assim, como parte da vivência local, a gastronomia emerge como materialização das identidades socioculturais presentes, expressas nas rotas gastronômicas que incluem restaurantes, pousadas, padarias e agroindústrias.

A partir das duas dimensões turísticas, o novo território solidifica-se. Sob este intuito destaca-se que o CONDESUS, como instituição de representação sociopolítica dos municípios, não constitui uma agência de turismo, ele apenas promove a divulgação de suas dimensões, orientando o turista em suas significações. As rotas idealizadas são efetivadas por agências de turismo presentes na região e fora dela, cabendo ao CONDESUS a realização de investimentos em infraestrutura e ações de capacitação aos atores locais no sentido “melhorias” em seus produtos e serviços.

Os investimentos vão desde a sinalização das principais rodovias de acesso, publicações semanais sobre a Quarta Colônia e ainda a capacitação dos produtores em atividades de processamento de alimentos e a legalização de seus empreendimentos.

3.3.2 Ações de Atratividade ao Território

Ao buscar a qualificação das condições de infraestrutura para recepção e atratividade turística, o CONDESUS, por meio da captação de recursos financeiros, investe em sinalizações nas principais rodovias de acesso ao território (RST 287, BR 158, BR 392) e construção de postos de comercialização para os “produtos da colônia”.

As placas sinalizadoras indicam os elementos do território como paisagem, balneários, paleontologia e comida típica, guiando o turista por caminhos de significações culturais.

Como os municípios encontram-se distribuídos ao longo da RST 287, a sinalização do trajeto por meio da divulgação dos atrativos promovidos, acaba por guiar o turista para “dentro” da Quarta Colônia.

Figura 14 - Placas de sinalização da Quarta Colônia



Fonte: Arquivo da autora.

Este fato, por sua vez, propicia ao turista que ele vivencie os significados do lugar expressos nas paisagens, na arquitetura, nos dialetos e nas formas de vida. Como consequência, a passagem de viajantes pelas estradas dentro do território reverte-se em oportunidade de venda aos produtores locais, tornando as suas moradias como “pontos” de comercialização de produtos típicos da Colônia.

Figura 15 - Postos de comercialização de produtos coloniais



Fonte: Arquivo da autora.

A oportunidade de comercialização viabiliza aos produtores valorização de suas formas de vida, expressas nos produtos por apelos à ruralidade, com representação na “Colônia”, como ilustram as imagens “a” e “c” da figura 15, ao natural (alimentos sem aditivos químicos) e valores familiares advindos da comercialização direta, como ilustra a imagem “b” e o depoimento do produtor.

Aqui em Restinga, nos últimos tempos o pessoal vem trabalhando muito com lavoura de soja, arroz, alguma coisa de gado essas atividades. Nós mesmos plantávamos em uma área pequena que agora arrendamos porque não temos mais condições de cuidar. Aí que abrimos o ponto de produtos coloniais aqui na RS 287. Tem um movimento grande essa estrada e a fama dos produtos da Quarta Colônia aumentou muito nestes últimos 10 anos. Então vendemos aqui tudo que fizemos da parte de pães e cucas, mais outros produtos de vizinhos daqui, uns já são agroindústrias, outros produtores que nem nós. A vantagem que vejo nisso é que nós mesmos vendemos, o consumidor gosta assim, nos perguntam como a gente faz, querem conversar, batem foto das coisas aqui. Estamos aprendendo a lidar com isso (PRODUTOR DE PANIFICADOS).

O depoimento evidencia os elos formados entre produtores e consumidores por meio da comercialização direta, em que as trocas de informação, principalmente no que se refere à

produção (como e por quem os alimentos são produzidos) potencializam os aspectos de vivência significados pelos turistas.

Outra ação de atratividade do território dá-se por investimentos do CONDESUS em reportagens e anúncios nos principais jornais da Região e do Estado. É o caso “Caderno da Quarta Colônia”, com circulação semanal (edições de final de semana) nos Jornais Diário de Santa Maria e Zero Hora e o “Minuto da Quarta Colônia”, veiculado, às sextas-feiras, pela RBS TV Santa Maria. O “Caderno” apresenta histórias da imigração, agenda de eventos, receitas culinárias típicas da gastronomia local e ainda notícias dos principais acontecimentos sociopolíticos dos municípios.

As reportagens remetem à Quarta Colônia como um lugar histórico, dotado de cultura e “saberes” preservados pelo tempo e transformados em atratividades turísticas pela sua beleza, pelo culto ao tradicional, à memória e ainda pela riqueza paisagística.

Figura 16 - Reportagens do “Caderno da Quarta Colônia”



Fonte: Edições nº 196, 23/07/2010, p. 1 e nº 212, 07/01/2011, p. 8, 2 e 1, respectivamente.

Ao analisar-se as narrativas do “Caderno”, nota-se que os aspectos culturais, a arquitetura, a religiosidade, a gastronomia e a natureza constituem os elementos centrais que compõem a teia de significados da Quarta Colônia. A identidade do território é projetada a

partir de seus elementos históricos como patrimônio, compostos pelas diversas etnias, desenhando cenários, formas de vida, produtos e serviços.

Vendrúsculo (2009), ao desvendar “os sentidos de uma identidade territorial em construção”, analisou, durante três anos, as matérias divulgadas pelo Caderno, caracterizando-o como um instrumento de construção da identidade do território, apontando que:

A narrativa de valorização e de positividade semanalmente apresentadas no ‘Caderno Quarta Colônia’, integram uma diversidade cultural e étnica como uma expressão da cooperação e união territorial. A propagação dos elementos como sinais diacríticos de uma identidade territorial visam a integração das forças locais, as quais vão se formando em um processo ‘relacional entre a busca por afirmação e distintividade. Ou seja, a integração local expõe um sentimento de pertencimento e de cooperação onde os atores afirmam-se em torno de uma identidade coletiva com um objetivo específico, que ao acionar, distinguem-se externamente; ao mesmo tempo em que a positividade desta integração e dos elementos potencializados, instiga a valorização interna e a ressignificação do sentimento identitário (VENDRÚSCULO, 2009, p. 87).

O que a autora salienta é que a promoção das possibilidades de vivência do lugar não repercute apenas nos turistas ou fora do território. Elas também exercem significações nos atores locais, reafirmando os seus sentimentos de pertencimento, fortalecendo, assim, os seus laços identitários.

Cammarata assinala (2006, p. 353):

El conjunto de significados y símbolos de la cultura local le dan sentido a un lugar e incide en la realización de las prácticas sociales del habitante. Ese conjunto de valores además de proyectarse en el territorio es transferido al otro - el forastero o visitante – pero al mismo tiempo, el habitante se apropria, imprime marcas en su comunidade o grupo social identificándose con su lugar, con su yo y el nosotros. Tiene sentido y significaciones porque se construye como individuo-habitante, y como trabajador.

Os recursos informativos, ao serem acionados na promoção de visibilidade dos elementos materiais e imateriais do território, remetem o receptor a um universo de significações culturais, representado por meio da oferta de bens e serviços de caráter identitário. Dentre estes, destaque para os alimentos coloniais, considerados símbolos da Quarta Colônia por expressarem as identidades socioculturais e profissionais, herdadas dos imigrantes europeus, em suas caracterizações.

Os referidos alimentos, processados por várias famílias do território como parte de suas atividades produtivas, eram compreendidos pelos gestores do CONDESUS como fundamentais para a territorialização dos “discursos” de vivência promovidos pelo turismo em suas dimensões. No entanto, eram percebidos como tecnicamente atrasados e sem certificação de qualidade, o que lhes impedia circulação nos pontos de varejo da Quarta Colônia ou mesmo fora dela.

Nas palavras do Secretário Executivo do CONDESUS:

Para o produtor as atividades de elaboração de produtos coloniais não aparecem como um fim, mas como mais uma atividade dentro do tempo e energia que ele tem. Muitas vezes elas se sobrepõem, e se ele não domina esta atividade, ela acaba ficando em segundo plano e quase sempre está fadada ao fracasso, precisamos qualificar os processos para termos os produtos com a qualidade necessária [...] A base do produtor está alicerçada em técnicas tradicionais e cheias de problemas [...] Se vai fazer para seus filhos tudo bem, faça como quiser, agora, para fora! Aí não pode ser de qualquer jeito (J.I., SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDESUS).

Em um cenário marcado pela tradição como potencialidade produtiva a ser acionada pelos produtores, foram iniciados processos de capacitação direcionados aos atores inseridos no mercado, buscando-se a qualificação de suas atividades sob a ótica legal-burocrática do mercado, caracterizada pela exigência em selos de origem e qualidade sanitária.

As ações de capacitação deram-se por meio de cursos de qualificação e aperfeiçoamento em BPF – Boas Práticas de Fabricação, gestão dos empreendimentos e ainda captação de recursos para adaptações de instalações nas propriedades e construção de agroindústrias.

3.3.3 Ações de Capacitação

Em continuação aos processos de investimentos na estruturação do território, o CONDESUS iniciou trabalhos de capacitação com os produtores.

Para tal, foram escolhidos trinta empreendimentos processadores de alimentos, selecionados pelos representantes dos municípios envolvidos, segundo as suas capacidades de dar retorno aos investimentos realizados. Estas ações, de caráter empreendedor, foram

executadas pelo SEBRAE (instituição contratada) e pela UFSM impulsionando novas racionalidades produtivas entre os produtores.

Para uma instituição que trabalha com dinheiro público, não podemos trabalhar fora da lei, precisamos legalizar os estabelecimentos. Os produtores precisam compreender esse processo como parte do desenvolvimento deles (J.I., SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDESUS).

De todos os aspectos técnicos derivados deste trabalho junto aos produtores, destaca-se a necessidade de mudanças nas bases produtivas artesanais, como elemento divisor das racionalidades identitárias em curso.

As legislações²³ sanitárias vigentes como certificadoras de qualidade e procedência dos produtos processados, aparecem como propulsoras às transformações nos empreendimentos e nas modificações na caracterização dos produtos coloniais.

As mudanças técnicas e estruturais exigidas²⁴ para obtenção de certificação legal de qualidade se fazem sentir em vários aspectos. Dentre eles, cita-se a transformação de produtos tradicionais elaborados com base em “saberes-fazer” de caráter intergeracional em “novos produtos” (novas formulações ou ainda adaptação das antigas e tradicionais), exigindo adaptações nos sistemas de produção e na própria dinâmica produtiva familiar.

Nos sistemas de produção, em função do uso de equipamentos mais modernos e das instalações de agroindústrias, os produtores passam a trabalhar em uma lógica industrial, mesmo que em pequenas escalas, atentando para a padronização dos produtos, o uso de embalagens e a substituição de muitos de seus insumos por outros químicos de função similar. Exemplo disso é a troca do uso do fermento da batata na elaboração de panificados (pães,

²³ Acerca das Legislações Sanitárias, destaca-se a Lei 1.283/50 que dispõe sobre a Legislação Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, composta por uma série de regramentos e exigências em instalações e equipamentos para a produção e processamento de alimentos, que quando aplicados nos empreendimentos de pequeno porte, inviabilizam seu funcionamento frente aos investimentos necessários. Esta Lei de mais de sessenta anos, somente recebeu modificações significativas, em 1989, com a descentralização dos serviços estatais, proposto pela Constituição Federal de 1988. Com as modificações propostas, a responsabilidade dos serviços de fiscalização e controle de qualidade dos alimentos no Brasil passaram a ser exercidos de acordo com o tipo de matéria-prima: animal ou vegetal. Para fiscalização dos produtos de origem animal, têm-se os Serviços de Inspeção Sanitária, ligado aos órgãos de agricultura nos âmbitos Municipal (SIM), Estadual (SIE) e Federal (SIF). Já para os produtos e origem vegetal, têm-se instituído o Serviço de Vigilância Sanitária, ligado aos órgãos da saúde.

²⁴ O centro das referidas legislações encontra-se em uma série de exigências em infraestrutura (números de salas processadoras, alturas de pé-direito das construções, tipos de piso, revestimento etc.) e equipamentos (materiais em inox, máquinas condimentos e uso de aditivos nos produtos) que quando aplicados nos sistemas de produção artesanais, implicam na modificação dos produtos.

cucas, bolachas) por fermentos químicos, acarretando transformações nos produtos tradicionais.

Fomos orientados a trabalhar com o fermento químico, mais pela praticidade, já que o de batata demora mais e pode dar problema de contaminação na massa. Já o químico é mais rápido, aí a massa não fica muito exposta a contaminação [...] Nós paramos de usar por causa da demanda, realmente não damos mais conta de fazer o da batata, mas sempre que dá no tempo, fizemos aqui para nós, o pão fica bem diferente, para o nosso gosto é melhor, para o dos consumidores não sei. Mas não usamos mais, agora só o químico (N.B., PRODUTOR DE PANIFICADOS).

Também as dinâmicas produtivas familiares passaram por transformações, visto que, de uma alternativa de renda, a produção, o processamento e a comercialização de produtos coloniais torna-se a principal atividade para muitas famílias, mobilizando a força de mão de obra de outras atividades, então exercidas, para esta única.

Ressalta-se que a atividade de produção, processamento e comercialização de produtos caracteriza-se por uma dinâmica produtiva bastante exigente em horas de trabalho, bem como mão de obra “especializada” no ofício da produção artesanal, o que exige, do produtor, um rearranjo dentro suas atividades cotidianas, que inclui horas de trabalho não somente na propriedade, mas também fora dela para a comercialização.

Os resultados advindos desta racionalidade são debatidos e explorados no capítulo que segue, por ora é importante salientar esta etapa de modificação nas dinâmicas de produção, como resultado da institucionalização das identidades do território.

Tem-se que, se, por um lado, o turismo capitalizou o patrimônio cultural, por meio de valorização do saber-fazer passado de geração à geração, de outro lado induziu a transformações no cotidiano dos atores e de seus afazeres, principalmente no que se referem às exigências legais de mercado, inicialmente, favorável a seus produtos e significados produtivos, mas que, num segundo momento, se revelaram incompatíveis com as suas realidades socioprodutivas.

Os produtos gerados sob a designação colonial, ao serem inseridos nos mercados promovidos pelo turismo, passaram a projetar a visibilidade do território, porém exigiram e ainda exigem novos enquadramentos socioprofissionais de seus atores produtores. Contudo, eles são marcados por exigências normativas de mercado, representadas pelas legislações

sanitária²⁵, ambiental²⁶ e fiscal/tributária²⁷, onde o conjunto de regramento que tais normas preveem nem sempre são compatíveis com a capacidade dos produtores de alimentos em nível artesanal (GUMARÃES, 2001).

Esta conjuntura é ilustrada a partir de uma das ações do CONDESUS que, como segmento das iniciativas de atratividade ao território, construiu um Terminal de Comercialização Direta para os produtos coloniais, nomeado “Casa da Quarta Colônia”. O terminal serviria como uma espécie de “vitrine” dos produtos locais, em que, ao mesmo tempo, promoveria a visibilidade do território para fora dele, por meio da circulação dos produtos pelos viajantes, e seria o “convite” de entrada para a Quarta Colônia.

A Casa seria gerida pelos produtores beneficiários e, para tal, formou-se, inicialmente, uma associação de produtores agroindustriais - a “Rede da Casa” (do grupo dos 30 selecionados para as ações de capacitação) e, mais tarde, a “Coopagro” - Cooperativa agropecuária da Quarta Colônia.

Figura 17 - Casa da Quarta Colônia



Fonte: Arquivo da autora

²⁵ Com instruções normativas a partir da Lei 7889/89.

²⁶ Os principais entraves dizem respeito a morosidade e o valor das taxas cobradas pelas licenças Prévia, de Instalação e de Operação, emitidas pelos órgãos seccionais de meio ambiente, ligados às Secretarias dos Estados, no caso do RS, a FEPAM.

²⁷ A legislação fiscal/tributária para agricultores é diferenciada, ele é considerado segurado especial do INSS, contribuindo 2,2% sobre sua comercialização bruta, conforme lei 8212/91, cuja redação foi dada pela lei 8.398/92. A comercialização é realizada pelo bloco de produtor, mas no momento de processar alimentos, este perde a condição de segurado especial do INSS, passando de produtor a empresário de pequeno porte – EPP. Em geral os agricultores ao se legalizarem em função dos encargos optam pela EPP com imposto simples, instituído pela lei 9317/96, onde os encargos como empresa são menores, tendo que contribuir individualmente e mensalmente com 20% sobre um salário-base. A aposentadoria por idade só pode ocorrer aos 60 anos para as mulheres e aos 65 anos para homens, sendo que as mulheres não têm direito ao salário maternidade.

O terminal teve sua obra concluída em 2006 (Imagem “a”) sendo equipado com infraestrutura para comercialização de produtos refrigerados (câmara fria), refeições e artesanato, mas, por problemas burocráticos referentes ao funcionamento do empreendimento, nunca foi ativado, estando, na atualidade, em situação de “concorrência pública” ou leilão, pela Prefeitura Municipal de Restinga Seca, o que é ilustrado na imagem “b”.

Dentre as várias causas identificadas como “responsáveis” para esta situação, deve-se salientar as dificuldades de ordem sanitária nas agroindústrias familiares que, sem legalização de seus empreendimentos, não podem comercializar os seus produtos no varejo (LEONARDI et al., 2010).

Tem-se que a maioria dos estabelecimentos processadores de alimentos coloniais exerce a atividade em caráter intergeracional, ou seja, atividades passadas de geração para geração entre as famílias. O que implica formas e procedimentos próprios de produção, incluindo o uso de instalações e equipamentos²⁸ não condizentes com as exigências da legislação sanitária, perfazendo produtos não certificados sob os aspectos da qualidade legal.

As agroindústrias da Rede da Casa em geral possuem problemas com a legislação sanitária, apresentando validação social e não legal, pois a legislação sanitária possui exigências fora do contexto destas agroindústrias, inseridas em sua maioria na agricultura familiar. As escalas de produção de alguns empreendimentos, principalmente dos que se utilizam de produção artesanal, é pequena, além de existir o risco de perder o caráter original do produto ao legalizar-se, pela adequação da produção a equipamentos não costumeiros dos produtores. Esta mesma escala inviabiliza a capacidade de pagamento dos empreendimentos se legalizados e muda toda uma lógica de produção característica da região (VENTORINI, 2009, p. 36).

Sem a certificação de qualidade dada pelos serviços de inspeção sanitária, os produtos não podem ser comercializados fora das propriedades, sob o risco de serem recolhidos pelo Sistema de Vigilância da Saúde, responsável pela fiscalização dos produtos no varejo. Fato que coloca a “Casa da Quarta Colônia” em situação de risco, visto que parte dos produtores da “Rede da Casa” não possui legalização de seus empreendimentos ou aqueles que possuem têm registro apenas nos Serviços de Inspeção Municipal - SIM - e, portanto, não podem comercializar para fora de seus municípios, sob risco de perda dos produtos.

²⁸ A maioria dos estabelecimentos processadores de alimentos da Quarta Colônia possui a atividade em caráter de complementaridade de renda, não possuindo instalações próprias, como prédios separados das moradias, nem os equipamentos revestidos de inox (o que inclui mesas e utensílios) exigidos pela Legislação Sanitária vigente.

Sobre este fato,²⁹ atenta-se, que dos nove municípios do território, apenas três deles possuem Serviços de Inspeção Municipal em suas prefeituras, Restinga Seca, Faxinal do Soturno e Ivorá, o que coloca o funcionamento da “Casa” em dependência de acordos entre os municípios para superação deste limite.

Desta situação derivam que, como a localização da “Casa da Quarta Colônia” na RS 287 condiz com área pertencente ao município de Restinga Seca, todos os produtos sem registro em órgão sanitário, ou mesmo aqueles com registros municipais em outros municípios do território, que não o de Restinga Seca, não podem ser comercializados no referido estabelecimento, caracterizado pelo varejo.

Um caminho a ser seguido seria a superação dos registros municipais dos estabelecimentos por outros de maior abrangência, como o Estadual – SIE, ou Federal – SIF. No entanto, as exigências técnicas e de infraestrutura por parte desses órgãos, ao mesmo tempo em que inviabilizam a capacidade de pagamento dos produtores (em função da necessidade de grandes investimentos), potencializam a descaracterização da produção artesanal, típica dos alimentos coloniais (saber-fazer identitário) por falta de adaptação dos produtores a novas formulações e procedimentos técnicos.

Somam-se ainda a esta problemática, questões de ordem política nas cidades participantes (investimentos em seus Serviços de Inspeção Municipal-SIM) e, ademais, referentes à organização dos produtores da Rede da Casa e Coopagro, o que fica ilustrado no depoimento a seguir:

Faltou coragem de abrir a Casa da Quarta Colônia, investir esforços e ver o negócio andando. No meio deste caminho também o que atrapalhou a Rede da Casa e a Coopagro foi a questão do mercado. A gente procurava acesso a mercados (me refiro ‘a gente’ porque eu estava lá no meio dos produtores por causa do DRS, um dos programas do Banco), enquanto isso a Rede da Casa achou o atacado e a Casa da Quarta Colônia buscava o Varejo, que era o que os associados viam: varejo e não atacado. A Rede da Casa encontrou feiras e o próprio atacado (supermercado Carrefour e Rede ‘Dois Irmãos’) o que consumiu toda a capacidade de produção e administração deles. Daí se esvaziou a necessidade da Casa da Quarta Colônia (S.Z., GERENTE BANCÁRIO).

²⁹ Com a Legislação Sanitária dos Produtos de Origem Animal, instituída pela Lei 7889/89, tem-se que os empreendimentos com registros nos Sistemas Municipais de Fiscalização (SIM) só podem comercializar seus produtos nos limites dos Municípios. Assim como os com inscrição Estadual (CISPOA) só podem circular dentro do Estado, cabendo aos empreendimentos com inscrição em órgão Federal (SIF) a possibilidade de circulação de seus produtos por todo País e até para fora dele (se em consonância com as políticas de exportação dos países de destino).

Mesmo os objetivos sendo pensados a partir dos recursos endógenos, o mercado trazido pelo eixo turismo incluiu políticas de regulamentação incompatíveis com a realidade dos produtores do território, acarretando em necessidade de transformação e/ou preparação para tal. O que abrange a organização social dos produtores como forma de viabilização de seus empreendimentos, que pequenos produtores não possuem poder de barganha frente ao mercado convencional do varejo, caracterizado por exigências em escalas e selos certificadores de qualidade, de modo que a cooperação seria uma alternativa a ser investida.

A gente tem aqui um problema grave com a participação das pessoas em cooperativas e associações. Existe uma cultura de desconfiança entre os produtores. Ninguém quer trabalhar, só querem ganhar tudo pronto. Eu acredito que a Rede da Casa não ter funcionado é por causa disso, falta de confiança uns nos outros e vontade de trabalhar junto, claro que também tem a questão da legislação sanitária, mas talvez isso a gente tivesse superado se estivéssemos mais fortes. É uma pena não termos conseguido abrir a Casa da Quarta Colônia. Quando olho aquilo lá parado me sinto muito ruim (B., PRODUTOR DE PANIFICADOS).

A partir do depoimento do produtor, evidencia-se a ausência de organizações sociais que promovam o fortalecimento das iniciativas de produção e comercialização dos produtores. Constatou-se que o “novo mercado” proporcionado pelo turismo, além de exigências normativas de ordem sanitária, fiscal e tributária, impõe aos atores sociais a necessidade de fortalecimento de suas organizações representativas, como meio de viabilização de suas atividades, dada sua caracterização como “pequenos produtores” e, sob esta condição, incapazes de, sozinhos, enfrentarem as pressões impostas pelo mercado varejista.

Neste aspecto, o “dilema” vivenciado pelos atores e pelas instituições, no território construído, vem sendo equalizar a preservação dos elementos identitários com as exigências legais, burocráticas do mercado trazido pelo turismo e ainda a efetivação de organizações, sobretudo, profissionais dos produtores, em torno de representações coletivas que lhes fortaleçam para este novo cenário.

Buscando-se analisar a relação das ações de capacitação dos atores e as oportunidades produtivas advindas desta, evidencia-se, por meio dos depoimentos concedidos nas entrevistas, que a qualificação dos atores incide diretamente sobre as oportunidades de mercado.

Com o propósito de compreender esta conjuntura de oportunidades dada pela qualificação, recorre-se à história de construção do território com vistas para o turismo, buscando o entendimento do processo de capacitação dos atores, bem como os elementos propulsores deste processo, incluindo organizações sociais, instituições ministradoras de cursos, bem como os seus propósitos e os resultados.

3.3.4 Qualificações para o Mercado

O CONDESUS, em sua estratégia de promoção de visibilidade aos produtos do território, objetivou a formalização dos empreendimentos como garantia de qualidade aos produtos comercializados, o que possibilitaria circulação livre dos produtos por todo território e até para fora dele, levando-se em consideração a proximidade com o centro consumidor de Santa Maria.

Os cursos promovidos pelo Consórcio e executados pelo SEBRAE e pela UFSM, induziram os produtores a novas práticas produtivas, ancoradas em saberes científicos e necessidade de legalização dos empreendimentos processadores de alimentos, corroborando alterações nas dinâmicas produtivas tradicionais.

Das atividades de qualificação promovidas pelos cursos, é importante mencionar o “espírito” das ações do SEBRAE como empreendedorismo ou estímulo à formação de pequenas empresas, considerando os atores como indivíduos dispostos a correr riscos.

No caso da Quarta Colônia, este foco empresarial, segundo relato dos entrevistados, obteve resistência por parte dos atores envolvidos, devido às inovações trazidas pelos agentes capacitadores, em que as orientações tecnológicas (com vistas à legalização dos empreendimentos), além de oferecerem alterações nos produtos, exigiram consideráveis investimentos de ordem financeira para adequação das instalações, aquisições de máquinas e equipamentos modernos.

Queriam que a gente legalizasse a polpa do morango. Nós aqui produzimos a fruta e vendemos o suco dela. Aí fui pesquisar e descobri que para vender o suco assim em copo não precisa registrar, mas a polpa que uso tem que ter registro no Ministério da Agricultura. Aí precisa ter uma área própria para isso, com mais ou menos oitenta metros quadrados, energia trifásica, câmara-fria, maquinários. Imagina! E tem ainda a questão de que a gente prefere fazer a despolpa com a mão, porque na máquina deixa a polpa ácida, por causa da semente. Então acabou que a gente não fez o registro nem da

polpa, nem do suco, é muito caro, além disso, preferimos a polpa feita a mão (C., DA TERRA ALIMENTOS).

Com o Programa de Agroindústria do Governo do Estado nós aqui com incentivo do CONDESUS, do SEBRAE e da COOESPERANÇA, resolvemos organizar a nossa agroindústria bem como tem que ser, inclusive com abatedouro para os suínos. Começamos com um valor de investimento que era financiado pelo Pronaf, mas quando íamos ajeitando tudo como tem que ser, o custo foi aumentando: levamos um baita susto! Mas a gente estava ‘meio’ preparado e sabia que o negócio era exigente mesmo para a parte de carnes, salames, linguiças, esses produtos [...] o problema é que hoje ainda não conseguimos ser liberados pelo CISPOA, sempre tem uma coisa ou outra que tem que mexer e a gente já está com muitas coisas para pagar, então seguimos aí trabalhando nas feiras, alguma coisa para os mercados e sempre buscando melhorar (F., AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS CÁRNEOS).

O grupo das trinta agroindústrias escolhidas (G30) desencadeou a formação de uma associação de produtores agroindustriais: a “Rede da Casa” e, mais tarde, a COOPAGRO, Cooperativa de Produtos Agropecuários da Quarta Colônia, buscando a viabilização de mercado para os seus associados, bem como a redução de seus custos de produção, a partir de aquisições conjuntas de insumos para a produção.

Primeiro escolheram as empresas, as que já tinham uma organização, todos nós já vínhamos em um ritmo forte de trabalho. Depois que o Sebrae parou, nós decidimos seguir, aí que nos juntamos e formamos a Associação Rede da Casa, com esse nome por causa do terminal Casa da Quarta Colônia que a gente assumiria a gestão. Nos juntamos entre 15 empresas, para comprar e vendermos juntos, foi muito bom, nos primeiros passos nós vendíamos para o supermercado Dois Irmãos em Santa Maria, depois o Carrefour, mas muitos não tiveram espírito empreendedor e não enxergaram o que poderíamos conseguir juntos, então muitos foram saindo. Os que não sabiam trabalhar no coletivo e não queriam mudar, foram excluídos do mercado e acabaram saindo do grupo (B., PRODUTOR DE PANIFICADOS).

Ventorini (2009), pesquisando sobre a formação e os aspectos de organização da Rede da Casa, constatou que a etapa de qualificação, promovida pelo CONDESUS (executada pelo Sebrae), foi fundamental para muitos dos trinta empreendimentos selecionados. Enfatiza que, além da qualificação dos processos produtivos, a organização dos empreendedores em uma Associação fez com que se sentissem capazes de “crescer” na agroindústria, ampliando oportunidades de mercado, como demonstra o depoimento ilustrado anteriormente.

A Associação, também como forma de identificação de procedência dos produtos, passou a trabalhar no ideário da “marca Quarta Colônia”, conferindo selo de origem aos produtos. Este selo legitima o processo de qualificação pelo qual os produtores escolhidos

passaram, conferindo certa “garantia” de qualidade aos produtos, pela procedência deles. Uma certificação social auferida pelo CONDESUS, pelo processo de qualificação realizado pelo Sebrae.

Embora não existam registros oficiais (documentos ou discursos) a respeito desta “estratégia”, ela mostra-se viva por meio de ações de alguns produtores da Rede da Casa que, em sua condição de Associação, promoveram a visibilidade da Quarta Colônia para fora do território pela possibilidade de comercialização dos produtos para outros municípios.

A designação “Rede da Casa” nos produtos, ao mesmo tempo em que orienta o consumidor sobre a sua origem, remetendo-o a um campo imaginário carregado de subjetividades e significações guiadas pelas identidades socioculturais presentes na Quarta Colônia, também demarca a diferenciação dos produtos da Associação, frente aos demais produzidos no território.

Os produtores incluídos no G30, usufruindo do selo, alcançaram espaços extra-locais para a comercialização dos seus produtos. Parte destes produtores, mesmo sem a obtenção de legalização total dos empreendimentos (visto que muitos processam mais de uma matéria-prima – vegetal e animal – o que implica diferentes sistemas de certificação) consegue espaços de comercialização em redes regionais e locais de supermercados³⁰.

Destacam-se, neste cenário, os empreendimentos que obtiveram certificação de seus produtos e, conseqüentemente, legalização de seus empreendimentos, o que lhes possibilitou maiores relações com o mercado. Já os estabelecimentos não incluídos dentro do processo de qualificação, mesmo não sendo beneficiários diretos das ações promovidas pelo Consórcio, beneficiaram-se de mercado eminente para seus produtos a partir do reconhecimento dos “produtos da Quarta Colônia” como de qualidade superior em função de suas técnicas artesanais.

Estes empreendimentos conquistaram espaços de comercialização em pequenas casas varejistas (bares e armazéns), feiras de produtos coloniais locais e de municípios vizinhos, como Santa Maria e Cachoeira do Sul.

Faz pouco que resolvemos investir aqui na Feira de Cachoeira, mais por conta do mercado de Santa Maria estar ficando pequeno para nós de tantos produtos coloniais. Se tu fores ver há uns 10 anos atrás não tinham muitos, agora que aumentaram os feirantes. Lá na Quarta Colônia mesmo, bastante gente faz, mas assim que nem o nosso não tem muitos, mais porque não

³⁰ Caso do Grupo de supermercados Dois Irmãos de Santa Maria (hoje Grupo Peruzzo Supermercados) e Rede Super (Região Central do RS).

querem investir, mas se quisessem tinha um monte de agroindústria de embutidos, mas como os custos são grandes eles preferem ficar acomodados mesmo. O pior para a gente, dessa situação aí, é que eles também vendem sem precisar investir (F., AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS).

É que assim: Santa Maria está muito cheia de produtos coloniais. Todas as cidades de volta aqui da Região fazem esses produtos. Tem nós aqui da Quarta Colônia, tem Jaguari que também foi colônia italiana. Todos querem vender em Santa Maria que é o maior mercado que tem [...] por conta disso que resolvemos investir aqui na nossa estrutura de venda, porque estamos na Quarta Colônia e o maior fluxo está aqui dentro mesmo. Tem também nossa localização que é privilegiada (C., DA TERRA ALIMENTOS).

A valorização dos produtos da Quarta Colônia fez com que muitos produtores investissem na comercialização deles no maior centro consumidor da Região, Santa Maria, no entanto, os relatos dos produtores evidenciam esta estratégia como já ultrapassada sob o aspecto da inovação, salientando que a cidade, atualmente, é alvo de muitos produtores, apontando concorrência, entre eles, por consumidores. Daí a “recente” descoberta do mercado para produtos coloniais na cidade de Cachoeira do Sul.

Também como instituição viabilizadora de espaços de comercialização para produtos de origem colonial, a COOESPERANÇA - Cooperativa de Economia Solidária de Santa Maria – destaca-se como importante na mobilização dos produtores.

Esta Cooperativa, promovida pelo “Projeto Esperança/Cooesperança”³¹, mobiliza agricultores familiares, rurais e urbanos, em torno da comercialização direta de produtos, abarcando parte dos produtores de alimentos coloniais da Quarta Colônia, com grupos de produtores em Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Dona Francisca.

A Cooperativa conta com o Feirão Colonial semanal (aos sábados) com estrutura fixa em Santa Maria, espaços itinerantes pela Cidade (Feiras no início de cada mês) e ainda o espaço “Frutos da Terra”, com localização central na Cidade e aberto diariamente.

³¹ O Projeto Esperança é um dos setores do BANCO DA ESPERANÇA da Diocese de Santa Maria integrado com a Cáritas Regional - RS, que articula experiências de Economia Popular Solidária, no meio urbano e rural. Desde 1987 trabalha na construção do associativismo, solidariedade e cidadania como pilares para geração de trabalho e renda aos produtores rurais e urbanos. No campo da agricultura promove formação e capacitação dos produtores em agroecologia, agroindustrialização, entre outros cursos, bem como iniciativas de comercialização dos produtos de seus associados através da COOESPERANÇA (Cooperativa Mista de Pequenos produtores Rurais e Urbanos).

Figura 18 - Figura 18 - Terminal de Comercialização direta do COOESPERANÇA (Imagens da Feira do Cooperativismo³²)



Fonte: Arquivo da autora

Além de espaço semanal de comercialização, também a Cooperativa organiza capacitações em produção, processamento e gestão de empreendimentos de caráter familiar, não tendo, como princípio norteador, a legalização, por acreditar que a qualidade dos produtos transcende as questões ligadas às certificações sanitárias, residindo na arte do saber-fazer de cada família, como demonstra o depoimento da coordenadora do Projeto:

Os produtores avançaram muito sim, nenhum produtor usava rótulo, por exemplo, não que esteja perfeito, mas hoje eles tem mais consciência. Se ele vai vender em local público tem que estar identificado, a procedência, a validade, valor nutricional. Mas claro que tem muito que andar ainda, na gestão, na qualificação, tem várias coisas que andaram, mas muito pra melhorar. Os nossos problemas continuam quase os mesmos de 15 anos atrás, muitas agroindústrias ainda não conseguiram CISPOA, não porque não querem, mas porque o Estado vai lá e diz nesse espaço não dá pra ter e aí eles seguem conosco, produzindo, vendendo em alguns locais em outros pontos fixos, seguem a caminhada deles, mas sem o apoio que precisam, só no governo que passou, participamos de vários encontros em Brasília, mandamos mais de 150 pessoas para os cursos, conferências e tal que puderam participar. Isso tudo qualifica! Muitos produtores começaram a viajar. No início achavam que não dava pra sair de casa por causa da lavoura, dos animais, deixar a casa sozinha essas coisas, ainda tem carência nessa visão, mas melhoraram muito, a gente passa a importância de se qualificar, de se capacitar no coletivo, debater, conversar, esse é nosso trabalho, não dá pra ficar só no individual, sozinhos eles não crescem (L. D., COOESPERANÇA).

³² A Feira do Cooperativismo – FEICCOP - é realizada durante o mês de julho nos terminais da COOESPERANÇA. Segundo dados da organização do Evento, na Feira de 2011 (18ª Edição), foram 800 empreendimentos, e cerca de 150 mil consumidores que visitaram a Feira.

A capacitação da COOESPERANÇA dá-se no sentido da qualificação integral dos atores, fomentando a importância do trabalho coletivo e os princípios da economia popular solidária. O “conceito” de qualidade dos produtos constrói-se em um sentido mais amplo, considerando a produção agroecológica, a agricultura familiar, o consumo consciente, entre outros.

A preocupação dos gestores do COOESPERANÇA com a legitimação da qualidade dos produtos comercializados pela Cooperativa fez com que, em 1999, o selo “Sabor da Terra” fosse idealizado como selo certificador de qualidade, não sob seu aspecto sanitário exclusivamente, mas, sobretudo, por sua conotação social, dada pela credibilidade dos consumidores às ações do Projeto Esperança.

O Selo faz menção ao natural e ao ecológico como atributos de qualidade dos produtos.

Figura 19 - Selo de identificação de qualidade social auferida aos produtos comercializados pelos produtores da COOESPERANÇA



É ainda relevante elucidar que, além da existência de grupos de produtores ligados ao CONDESUS (G30) e ao COOESPERANÇA, a atividade de produção e o processamento de alimentos, sendo parte do cotidiano das famílias, tornam-se oportunidades de mercado também às famílias que trabalham de forma individualizada.

As famílias, mesmo possuindo vínculos com organizações de caracterização profissional como Sindicatos³³, por exemplo, são desarticuladas de organizações sociais específicas de agroindústrias. Neste contexto, a Emater aparece como a principal instituição de apoio, oferecendo cursos na área de alimentos e elaboração de projetos de financiamento.

³³ As entrevistas evidenciaram que todos os produtores são vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Com relação às ações da Emater, é importante ressaltar a Instituição como de ampla atuação nas políticas e nos programas oficiais de governo voltados para a agroindustrialização familiar no Rio Grande do Sul no final da década de 90.

O Programa “Agroindústria Familiar”, no então governo Olívio Dutra, com vigência entre 1999 e 2002, tinha a Emater como principal instituição de apoio técnico e organização dos produtores, contemplando algumas famílias de produtores da Quarta Colônia. O programa foi extinto como política pública oficial em 2002, tendo, contudo, a Emater atuante durante todo o período de vigência.

Porém com a extinção do programa, a Instituição reduziu drasticamente a sua participação nos processos de acompanhamento das agroindústrias, sob o ponto de vista de um acompanhamento técnico mais efetivo (em caráter de preparação dos atores para o mercado). Esta situação faz-se visível em vários depoimentos coletados para este trabalho:

Olha a gente tem que correr atrás, a Emater mesmo tem deixado muito a desejar. Eles não vêm mais aqui. Só no início quando fizeram meu projeto que tinha um técnico muito bom que era daqui do município, mas depois ele foi embora e não ficou ninguém entendido de agroindústria no lugar daquele. Sabe né: às vezes a gente acha que está tudo bem na produção, mas um de fora sempre ajuda (R., AGROINDÚSTRIA DE CONSERVAS).

Antes eles vinham mais aqui, agora ninguém tem aparecido e a gente também não sente mais o jeito de procurar, vamos fazendo do jeito que achamos que é certo. Não dá para reclamar do mercado das cucas, tem semanas no inverno que não dou conta da procura dos clientes, aí tenho que chamar a guria ‘dali’ para me ajudar, mas se tivesse uma orientação assim mais técnica melhorava pra nós, com certeza. Coisas novas para a gente aprender, derrepente umas máquinas mais modernas essas coisas. Estamos ficando atrasados de novo! Eu acho isso (G., AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS).

A primeira planta quem fez foi um da Emater, que acho até que já se aposentou, mas agora não tem mais nada da Emater, eles nem conseguem mais ajudar muito a gente porque agora viramos empresa também, não sei se é esse o motivo? (S., AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS).

Os produtores demonstram, através de seus relatos, a ausência da Emater nas ações de acompanhamento técnico em suas atividades. O que foi efetivo até o início desta década (em função do Programa Estadual de Agroindústria Familiar) converteu-se em algumas visitas e recomendações que são efetuadas pelos técnicos da Instituição de forma pontual e não continuada. Destaca-se, entre os relatos, a percepção do Produtor da Agroindústria de

Embutidos com relação à ausência da Emater em seu estabelecimento, entendendo esta ação como resultante de sua nova condição fiscal/tributária como “empresário”: “eles nem conseguem mais ajudar muito a gente porque agora viramos empresa”.

Questionados sobre esta situação, as entrevistas com os técnicos da Emater revelam certa frustração deles com suas diretrizes de trabalho, mostrando-se conhecedores de suas limitações técnicas e organizacionais no que se refere ao acompanhamento dos estabelecimentos de agroindustrialização. A seguir, o depoimento do Gerente da Emater Regional de Santa Maria³⁴:

A Emater sempre foi instrumento de uma política pública maior, se tem um política que entende que a melhoria de vida da população rural passa pela qualificação daquilo que eles fazem ou querem fazer, aí entramos. O centro de Treinamento de Tupã, por exemplo, está quase parado. Nos dois últimos anos fizemos apenas dois cursos, o que é lamentável, pois o funcionamento do Centro de Treinamento está no corpo da Emater, existe um setor só para isso, nós temos o capital social, a estrutura, os manuais, tudo pronto. Mas não temos recursos próprios para investir [...] Hoje, por exemplo, a política para trabalharmos são as demandas do MDA, onde entramos com ‘x’ visitas já pré-estabelecidas e tal, tudo isso com o objetivo de não se desperdiçarem recursos. Mas veja bem, a gente deixa de trabalhar muitas coisas que percebemos, mas que não fomos contratados para fazer [...] Com relação ao quadro, temos que hoje somos forte na organização do processo, planejamento e produção, agora não temos capacitação para atuarmos de forma eficiente na gestão e comercialização. Esse é um problema que nós vimos detectando. Por isso parece que abandonamos os agricultores, mas continuamos lá. Como ele venceu algumas etapas do processo, entram outras demandas que nós hoje infelizmente não temos como atender por falta de quadro especializado. No caso da gestão esse é o problema (GERENTE REGIONAL DA EMATER).

Sob uma perspectiva geral, analisando-se o processo de qualificação produtiva do território, os seus agentes e as instituições de capacitação, constata-se que estas acabam por promover diferenças entre os atores no que diz respeito à relação “qualificação e oportunidades de mercado”.

O topo da figura (Quadro 2) é representado pelo G30, produtores escolhidos pelo CONDESUS como capazes de responder, segundo suas capacidades, às necessidades de legalização impostas pelo mercado formal, instituído pelo turismo. Estes produtores, capacitados sob a perspectiva de empreendedorismo do SEBRAE, são responsáveis pela

³⁴ A Emater Regional de Santa Maria atende cinquenta e dois municípios, dentre estes os nove pertencentes à Quarta Colônia.

circulação dos produtos para fora do território, contribuindo para a visibilidade da Quarta Colônia fora dela.

Deste grupo de trinta produtores, parte possui legalização sanitária e tributária de seus empreendimentos (principalmente, os produtores de massas e panificados), comercializando em pequenas e médias redes de supermercados do território e no município de Santa Maria.

Quadro 2 - “Grupos” de produtores segundo Instituições organizativas e de apoio técnico, ações de qualificação e mercado alcançados – 2011.

Instituições organizativas e de apoio técnico	Ações de qualificação	Mercados alcançados
CONDESUS / SEBRAE	- Legalização sanitária - Gestão dos empreendimentos	- Redes de supermercados - Armazéns - Feiras de produtores - Estabelecimentos próprios
COOESPERANÇA EMATER	- Qualificação técnica dos produtores - Princípios da economia popular solidária	- Feiras - Armazéns - Redes de supermercados
EMATER	- Apoio à comercialização - Elaboração de projetos	- Bares - Armazéns - Restaurantes

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora

Outra parte encontra-se em vias de legalização e através da legitimação da marca “Quarta Colônia” encontra espaços de comercialização para seus produtos em pequenas redes de supermercados, armazéns regionais e ainda feiras de produtores, incluindo o Feirão Colonial, promovido pela COOESPERANÇA.

Embora, em número de beneficiados, o G30 não seja o grupo mais expressivo, considera-se este no topo da figura devido à sua priorização nas ações de visibilidade dos produtos do território, a partir das estratégias do CONDESUS, compostas por fôlderes de ampla circulação no território (e fora dele) e pela página oficial do Consórcio na Internet (Rede Mundial e Computadores), onde se verifica a promoção do Turismo Cultural Gastronômico, a partir da listagem dos empreendimentos pertencentes ao G30.

Outro grupo identificado é o COOESP, composto pelos produtores organizados pelo Projeto Esperança/COOESPERANÇA. Este grupo abarca parte dos estabelecimentos produtores do território, onde a ação efetivada pela instituição não se dirige à legalização dos

empreendimentos, mas à viabilização de espaços de comercialização, à troca de informações e à capacitação de seus atores, objetivando a promoção da autonomia destes pelos princípios da economia popular solidária³⁵.

Figura 20 - Cursos de capacitação dos produtores da COOESPERANÇA



Fonte: Arquivo da autora

As ações de capacitação promovidas pela COOESPERANÇA acontecem de forma continuada, tendo seus princípios norteadores na coletividade e na solidariedade como fundamentais na construção de laços de pertencimento e ajuda entre os atores. As imagens demonstram as técnicas de moderação utilizadas pelos agentes capacitadores, em que os

³⁵ A Economia Popular Solidária – EPS - surge a partir de iniciativas de base comunitárias, em geral construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o mercado Solidário). O objetivo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico e no trabalho autônomo, bem como nas cooperativas autogestionárias é, aos poucos, superar o desafio do mercado e viabilizar sua competitividade no mesmo, constituindo-se como uma alternativa a forma de organização do trabalho na produção capitalista, assim como, das próprias relações mercantis. Trata-se, portanto, segundo seus defensores, de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal, no qual as pessoas de baixa renda constroem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material e buscam garantir sua existência através de relações de solidariedade (SINGER; SOUZA, 2000).

momentos de mística (reflexão de cunho espiritualista) são adotados como parte do processo de aproximação e sensibilização dos atores para os valores da economia popular solidária.

Nos espaços de comercialização promovidos pela COOESPERANÇA, visualiza-se a legitimidade da marca Quarta Colônia dentre os produtos ofertados que, por meio de representações étnico-culturais expressas (rótulos de cuca tipo italiana, alemã, etc.), fazem apelo ao consumidor por meio da procedência dos produtos, conforme demonstram as imagens a seguir:

Figura 21 - Produtos coloniais: pães,ucas e bolachas



Fonte: Arquivo da autora

Ressalta-se ainda, no grupo COOESP, a presença de algumas agroindústrias do G30 (o que contribui para a expressividade numérica do grupo), que encontram, na COOESPERANÇA, apoio contínuo para a inserção de seus produtos no mercado, identificando os espaços de feira promovidos pela Cooperativa Solidária como importantes no processo de crescimento de gestão e troca de informações com os consumidores.

Mesmo depois de termos aberto nosso ponto fixo aqui, com o Café colonial continuamos indo na Feira, ela é nossa base. Eu sempre digo: Se isso aqui fechar a gente tem a feira. A Feira é gostosa de se fazer. E Eu tenho de lá um monte de consumidores que vem me comprar aqui. O perfil do cliente da feira é o mesmo do daqui, classe média, classe média alta, com mais de 32 anos, que são realmente consumidores dos nossos produtos, entendem o que estamos ofertando (C., DA TERRA ALIMENTOS).

A partir dos relatos, verificam-se sistemas de produção e imagem dos produtos na Feira, que a COOESPERANÇA, com uma história de mais de vinte anos de promoção da agricultura familiar na Região Central do Rio Grande do Sul, acaba por provocar, de forma semelhante ao CONDESUS, a certificação social dos produtos comercializados. Também neste grupo, o ideário “colonial” busca expressar a relação do produto com todo um universo de significados e valores advindos do “mundo rural”, compreendido pelos consumidores urbanos como produtos naturais e de maior qualidade quando comparados aos da indústria convencional (NEUMANN et al., 2008).

No COOESP, ainda pode-se destacar a ocorrência da Emater como instituição de apoio a alguns empreendimentos. A Emater, mesmo sem expressividade no acompanhamento das atividades, faz-se presente em todos os nove municípios da Quarta Colônia articulando ações técnicas para as famílias produtoras, ainda que de forma pontual e não continuada.

O último grupo, o dos INDIVIDUAIS, é formado por produtores não organizados coletivamente com fins na atividade de produção e comercialização de alimentos coloniais, compondo o maior número de estabelecimentos. Neles, percebe-se a ausência de uma mobilização por parte dos produtores, estando, a maioria deles, inseridos em uma lógica de produção que inclui a atividade de produção e o processamento de alimentos como incremento de renda ou mesmo como tradição familiar, com algum (e, às vezes, nenhum) grau de especialização na atividade.

Estes produtores possuem apoio da Emater para a organização de feiras locais, a elaboração de projetos de financiamento e as orientações técnicas. Conforme já mencionado anteriormente, a instituição, outrora, atuante nas ações de promoção à agroindústria familiar no final da década de 90 e início da atual, hoje, possui atuação limitada no segmento devido principalmente à burocratização de seus serviços.

Parte desse grupo de produtores, embora tendo inviabilizada a comercialização legal de seus produtos (ausência de legalização), abastece mercados locais (bares, armazéns e restaurantes), possuindo ampla visibilidade dentro do território por meio da movimentação de

turistas que, atraídos por pontos de venda nas próprias moradias, concretizam o mercado interno promovido pelo turismo.

Mas também outro tipo aparece nos INDIVIDUAIS, o de empreendedores no ramo de alimentos sem vínculo direto com a agricultura, atores que encontram, na atividade a oportunidade de formação de um negócio como atividade principal. Eles, geralmente, descendem de famílias do território, que saíram em busca de formação profissional e retornaram a partir da promoção da Quarta Colônia pelo turismo. Entre eles, o saber-fazer é resgatado dos antepassados e reconstruído a partir das necessidades do mercado.

Neste grupo, aparecem algumas agroindústrias, restaurantes e cantinas. Nas duas últimas, geralmente, parte dos itens são produzidos pelas famílias (fabrica de massas, pães,ucas, vinhos e embutidos cárneos), sendo a maioria dos produtos adquiridos de terceiros (de dentro e fora do território). Ressalta-se a ocorrência destes atores no grupo dos INDIVIDUAIS, pela não articulação deles com os segmentos de produtores mobilizados em organizações sociais específicas.

Assim, identificados os grupos de atores resultantes do processo de capacitação para o mercado, verifica-se, entre estes, uma característica em comum: a formação convencional dos produtores. Convencional no sentido das qualificações em produção e processamento serem promovidas pelas Instituições no sentido da legislação sanitária, o que prediz não diferenciação ou consonância destas com as tradições artesanais de produção que caracterizam os alimentos coloniais. O SEBRAE, com a finalidade da promoção de empreendimentos legalizados, deixa clara esta postura.

A COOSPERANÇA, por sua vez, mesmo sem objetivar a legalização dos estabelecimentos, oferece cursos de Boas Práticas de Fabricação e tecnologia de processamento de alimentos, ministrados, em geral, por universidades (UFSM/UNIFRA), onde o saber reproduzido é de cunho científico, apresentando poucas ligações com o saber tradicional. Neste caso, evidencia-se um problema de ordem prática aos produtores, uma vez que a Instituição (ou mesmo outras) não consegue proporcionar um acompanhamento técnico efetivo que ministre a relação de adaptação dos saberes-fazer tradicional com o saber científico (que consubstancia as exigências legais do mercado).

Em muitos casos, a transição do artesanal para o industrial, processo que envolve a adaptação dos atores a um conjunto de práticas não comuns em suas rotinas de trabalho, dá-se sob tensão, acarretando em perdas na produtividade dos estabelecimentos e mesmo acidentes

com os trabalhadores, caso evidenciado entre um dos atores entrevistados. Neste caso, destaca-se que uso de novas máquinas e equipamentos, não usuais nas rotinas produtivas artesanais, além de orientações tecnológicas acerca de seu melhor funcionamento, carecem também de cuidados e orientações específicas sobre o seu uso, concedendo maior segurança aos produtores.

4 AS DINÂMICAS PRODUTIVAS DO TERRITÓRIO

Sob a perspectiva da globalização, vive-se um momento em que as relações entre produção, distribuição e consumo no setor de alimentos vêm passando por profundas transformações no que diz respeito aos hábitos alimentares e aos atributos de qualidade auferidos aos produtos pelos consumidores modernos.

De um lado, a concentração do setor de distribuição de alimentos, em que grandes redes de supermercados³⁶ ocupam parte considerável dos espaços do comércio varejista de alimentos no Brasil³⁷ (GUIVANT et al., 2003; ABRAS, 2007) e, de outro lado, a crescente procura por produtos de qualidade superior, definidos como aqueles que possuem atributos positivos em relação à saúde (naturais ou orgânicos), ao meio ambiente (produtos da agricultura ecológica ou orgânica, provenientes de projetos de desenvolvimento local sustentável), ao aspecto social (produtos oriundos da agricultura familiar ou assentamento de reforma agrária) e ao aspecto cultural, como os alimentos artesanais ou de gastronomia típica regional, no caso do sul do Brasil, os chamados produtos coloniais (WILKINSON, 2006; HERNANDEZ, 2005; SILVEIRA; GUIVANT, 2009; SILVEIRA; GUIVANT, 2010).

No entanto, tais transformações, nas relações entre produção-distribuição-consumo, apresentam impactos contraditórios, pois, ao mesmo tempo, que os consumidores valorizam estes alimentos com atributos específicos (considerados de qualidade superior), percebe-se o esgotamento na capacidade dos chamados circuitos curtos de comercialização em atenderem esta demanda. Entendem-se, aqui, como circuitos curtos, aqueles em que a comercialização ocorre com a proximidade entre produtor-consumidor, pautada na confiança mútua que confere credibilidade aos produtos comercializados e onde operam as convenções cívico-domésticas³⁸ (SILVEIRA; GUIVANT, 2009).

Neste sentido, tal aspecto assume relevância para este trabalho, ao considerar-se que, no Rio Grande do Sul, as feiras como espaço de comercialização direta demonstram

³⁶ Na atualidade, as grandes redes de supermercados brasileiras cumprem o papel de gerar opções ao consumidor, o que inclui espaços de comercialização para diferentes produtos e respectivas formas de produção (produtos orgânicos e coloniais, por exemplo) (WILKINSON, 2006; SILVEIRA et al., 2008).

³⁷ Tal concentração assume tamanhos impressionantes, sendo que, em Porto Alegre, em 2007, três grandes redes de supermercados eram responsáveis por mais de 70 % do comércio de alimentos no varejo (ABRAS, 2009; SILVEIRA; GUIVANT, 2009).

³⁸ São aquelas em que “os atores estão reunidos por um forte conhecimento interpessoal e suas ações são fundadas na confiança, as compras dos consumidores se efetuam mais diretamente e de maneira fiel junto aos produtores, na fazenda, sobre o mercado ou por meio de cooperativas de consumidores” (FONSECA, 2002, p. 09).

esgotamento como canal de comercialização (SILVEIRA; GUIVANT, 2010), processo que se agrava neste início de século como comprovam vários trabalhos de pesquisa na área (SCHULTZ, 2001; SCHULTZ; PEDROSO; NASCIMENTO, 2002; DOS ANJOS, GODOY; CALDAS, 2005, SILVEIRA; GUIVANT, 2009).

Do mesmo modo, as demais formas de varejo caracterizadas como circuitos curtos têm tido participação reduzida no setor de alimentos, perdendo espaço para os chamados circuitos longos, definidos, de forma sintética, como aqueles em que a relação entre produtor e consumidor é mediada por atores distribuidores, definindo-se por mercados em que as convenções jurídico-mercantis³⁹ passam a assumir papel fundamental (SILVEIRA; GUIVANT, 2010).

Como paradigma destes circuitos longos, apontam-se as grandes redes de supermercados, onde se busca atribuir caráter genérico aos produtos, despessoalizando os produtores, tendo, na indiferenciação e na comercialização em massa, a sua característica de operação (SILVEIRA; GUIMARÃES; GENRO, 2008).

Neste espaço de comercialização, os chamados produtos diferenciados aumentam significativamente o seu espaço, mas exigem, dos produtores, novos esforços em logística (frequência, regularidade, escala no fornecimento), promoção (estratégias de rotulagem e marketing que divulguem a sua marca) e a propaganda (a qual, no caso das grandes empresas do setor alimentar, utiliza a grande mídia, o que está fora do alcance dos agricultores familiares e das pequenas agroindústrias artesanais e/ou de pequeno porte).

Deste modo, percebe-se que a inserção em circuitos longos está distante das possibilidades dos estabelecimentos dedicados ao processamento de alimentos de caracterização artesanal, ou colonial, analisados nesse estudo. Tais empreendimentos assumem relevância na mobilização regional em prol do turismo, representando a oferta de produtos “autênticos”, vinculados a aspectos históricos e culturais.

Sob a ótica do consumidor, tais produtos teriam a especificidade de se diferenciarem dos produtos convencionais oriundos de processos industriais (MUCHNICK, 2006) em função de seus atributos de origem simbólica como cultura e ruralidade, valorizando dinâmicas de produção imbuídas de tradição.

³⁹ Entende-se por convenções jurídico-mercantis, os aspectos que envolvem as transações comerciais pautadas em mecanismos de mercado (preço, quantidade, qualidade, regularidade) e os referentes a contratos calcados nas regras jurídicas presentes no país.

Estes produtos, dadas as especificidades de seus sistemas tradicionais de produção, isentos de certificação legal de qualidade e distribuídos em circuitos de mercado local, quando colocados em espaços convencionais de distribuição, regrados pelos aspectos legais do mercado, carecem de adaptações produtivas e estruturais de seus empreendimentos produtores, como condição de permanência nos espaços de comercialização.

No caso da Quarta Colônia, o mercado gerado pelas ações de visibilidade dos recursos materiais e imateriais do território, dados pelo turismo “via” CONDESUS, vem possibilitando aos produtores de alimentos coloniais novas oportunidades produtivas oriundas da resignificação de seu trabalho como patrimônio cultural, em função de suas identidades socioculturais, materializadas nos produtos. No entanto, o turismo entendido como mercado emerge com novas necessidades, caracterizadas, sobretudo, pelas inovações técnicas exigidas pelo conjunto de leis e normativas que regem o mercado formal.

Contudo, tais leis e normativas, em muitos casos, são incompatíveis com a estrutura dos produtores artesanais (instalações e equipamentos) e convertem-se em barreiras mercadológicas para eles, impulsionando a necessidade de adaptações nas dinâmicas produtivas tradicionais, promovendo uma série de rearranjos nos sistemas produtivos, visando a obtenção de certificação de qualidade e, em consequência, possibilidade de circulação de seus produtos, em caráter formal (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Tais adaptações dão origem a diferentes Sistemas de Produção de alimentos de caracterização colonial. Ambos guiados pelas identidades socioculturais presentes entre as famílias, mas orientados pelo mercado e o seu conjunto de regramentos técnicos e normativos, promovendo o surgimento de duas redes de abastecimento ao turismo, distintas em sua estruturação, mas complementares na distribuição dos produtos dentro do território e fora dele. A seguir os Sistemas de Produção e as Redes de Abastecimento ao turismo.

4.1 OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COLONIAIS

Analisando-se o contexto produtivo dos estabelecimentos produtores, verifica-se a ocorrência de dois sistemas de produção, compreendidos no contexto desta tese, como o conjunto de elementos mobilizados para a produção, como mão de obra, insumos, máquinas, equipamentos e tecnologia utilizada. Estes itens aparecem acionados em interação dinâmica e

organizados em função de um objetivo específico: produção e comercialização de alimentos coloniais.

Tais Sistemas apresentam-se distintos entre si no que se refere à caracterização de suas práticas, identificadas a partir de elementos indicadores de suas dinâmicas produtivas como origem da matéria-prima, tecnologia utilizada, presença do saber-fazer, mão de obra utilizada, condições de legalização dos estabelecimentos e comercialização dos produtos. As diferentes combinações destes elementos constituem dois sistemas de produção com características e propósitos distintos: o **Sistema de Produção Tradicional** e o **Sistema de Produção Transformado**.

Quadro 3 - Sistemas de Produção de Alimentos Coloniais na Quarta Colônia – 2011

Sistemas de Produção	Indicadores	Porcentagem de propriedades (%)
Tradicional	Matéria prima produzida pelo produtor. Mão de obra familiar – produção e processamento. Matéria prima adquirida de terceiros em complemento a produzida. Tecnologia artesanal (sem instalações próprias para o processamento, o uso de equipamentos artesanais, a ausência de máquinas modernas). Saber-fazer presente por meio de receitas (formulações) familiares passadas entre as gerações. Empreendimentos sem legalização (sanitária, ambiental e fiscal). Produtos comercializados nas propriedades, feiras de produtores ou entregues a domicílio, por encomenda, e vendidos com bloco de produtor.	43,3 %
Transformado	Matéria prima adquirida em complemento a produzida. Matéria prima toda adquirida de terceiros. Mão de obra familiar com incremento de contratações para o processamento. Tecnologia (instalações próprias, uso de máquinas e equipamentos modernos). Saber-fazer transformado a partir de adaptações ou substituição de receitas familiares, por novas formulações. Empreendimentos legalizados ou em vias de legalização (sanitária, ambiental, fiscal). Comercialização dos produtos em redes de varejo (padarias, médias e grandes redes de supermercados), feiras de produtores. Comercialização dos produtos com nota fiscal ou bloco de produtor.	56,7 %

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pela autora

4.1.1 Sistema Tradicional

Para compreensão dos sistemas identificados, tem-se, como ponto de partida, a atividade de produção e comercialização de alimentos coloniais como continuidade das atividades agrícolas das famílias, constituindo o Sistema Tradicional de Produção com 43,3 % dos produtores entrevistados.

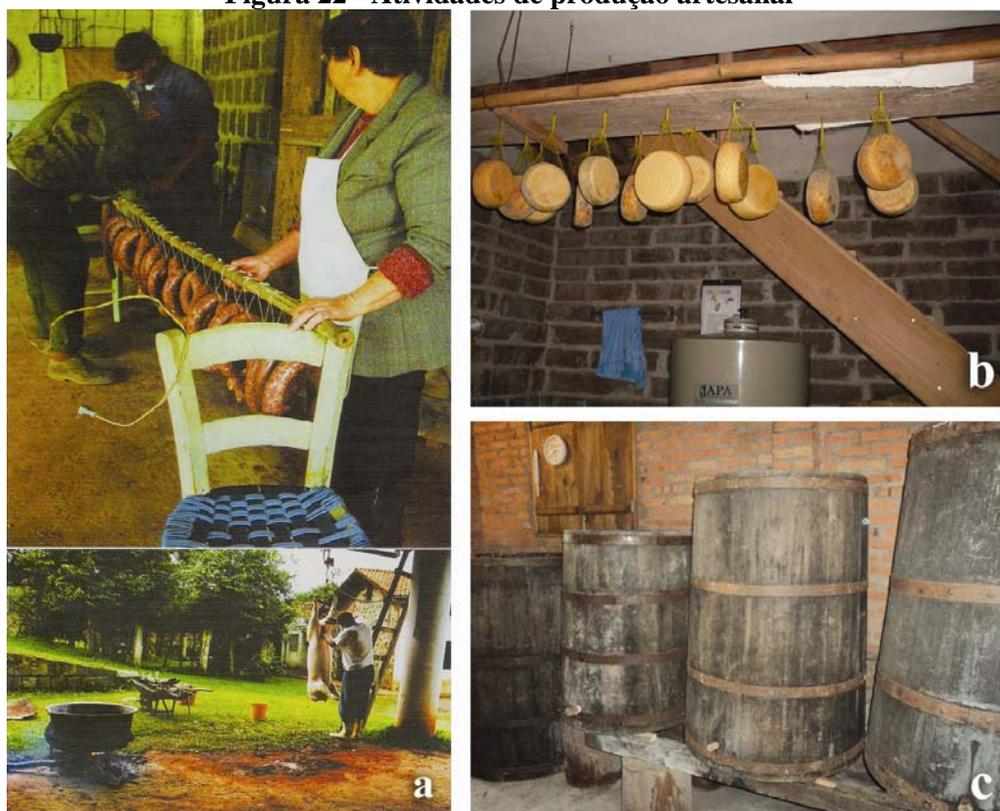
Nesta conjuntura, a produção de alimentos coloniais aparece como forma de aproveitamento da matéria prima produzida e incremento de renda às famílias produtoras. A comercialização dá-se em caráter de excedente, uma vez que a produção ainda é voltada para o consumo da família, destacando-se eventuais ocorrências de aquisição de matéria prima de terceiros, em complemento a produzida.

No Sistema Tradicional, os alimentos coloniais são processados a partir de formulações ou receitas passadas entre as famílias, de geração a geração, como patrimônio cultural delas, não seguindo padronização, sendo regidos pela arte do saber-fazer presente entre os seus produtores, como ilustra o depoimento da produtora de panificados a seguir:

A minha receita aqui é de família. Praticamente igual à da Nona. Tem coisas que a gente mudou, mais porque os produtos mesmo mudaram. Como a farinha de trigo, por exemplo. Na época da Nona a farinha que usavam era do trigo que plantavam por aqui, diz que era melhor pra Pão e cuca [...] Sim, se busca 'uma certa' ordem no jeito de fazer, mas padronizar a gente não se preocupa, até porque um dia sai de um jeito por causa do tempo, do fermento, essas coisas. Já num outro dia o pão pode sair diferente. Nós pensamos que isso não é um problema, porque a qualidade sempre buscamos, o que acontece é que nós fazemos sem muitas regras sabe, a gente só faz, tu entende? (N., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

Como consequência das atividades agrícolas, os produtores não possuem instalações próprias de produção, sendo que o processamento é feito, na maioria das famílias, nas cozinhas das moradias, com utensílios adaptados e equipamentos construídos por eles mesmos, como fornos, cantinas e defumadores. Sob estas condições, os estabelecimentos produtores não possuem certificação legal de seus produtos no que diz respeito aos aspectos sanitário e ambiental.

Figura 22 - Atividades de produção artesanal



Fonte: a) Bevilacqua et al. (2010); b-c) Arquivo da autora

Destas rotinas produtivas, a comercialização do excedente é feita por encomenda nas casas dos consumidores, entregues em domicílio ou vendidos em feiras, como mais um produto a ser ofertado, junto a outras matérias-primas, como feijão, leite e hortigranjeiros. Para circulação destes produtos, os agricultores utilizam o bloco de produtor⁴⁰.

As imagens anteriores mostram ações do dia a dia das famílias, como “carneadas” e, posterior, processamento da carne em embutidos (imagem “a”), uso variado dos espaços de produção, no caso da imagem “b”, a secagem de queijos juntos às pipas de vinho e ainda o uso de equipamentos e utensílios próprios, passados entre as famílias como patrimônio. Caso das pipas de carvalho, ilustradas na imagem “c”.

⁴⁰ Conforme lei 8212/91, cuja redação foi dada pela lei 8.398/92, o agricultor pode comercializar com bloco de produtor somente produtos *in natura*. Para produtos processados, deve submeter-se aos encargos de Empresário de Pequeno Porte - EPP, com inscrição de CNPJ na receita federal e imposto “simples”, instituído pela lei 9317/96. No entanto, no Rio Grande do Sul, desde 2000, foi publicado o Decreto n. 40.248 de 17 de dezembro de 2000, em que fica autorizada a comercialização de produtos das agroindústrias por meio de emissão de nota do Bloco do Produtor, desde que os agricultores estejam devidamente cadastrados no Programa Agroindústria Familiar - SAA-RS e fazendo uso do selo “Sabor Gaúcho”, além de estarem cadastrados na Secretaria da Fazenda como microprodutores rurais e produzindo 100% da matéria-prima a ser processada (DILLENBURG; RAUPP, 2009). Com o término do programa, em 2002, os benefícios desta política foram desconsideradas pelas instituições fiscalizadoras.

Os Sistemas de Produção Tradicionais possuem significação de sua produção no contexto da agricultura familiar. Nela, o processamento da matéria-prima produzida aparece como continuidade das atividades exercidas pelos produtores, implicando incremento de renda à economia das famílias, a partir da valorização turística de suas práticas tradicionais, centradas na mão de obra familiar, formulações passadas entre as gerações e tecnologia de caracterização artesanal, conferindo singularidade aos produtos.

4.1.2 Sistema Transformado

De outro lado, o estímulo à atividade de processamento de alimentos coloniais, dado por novas possibilidades de mercado, fez com que as famílias investissem na agroindustrialização, qualificando os seus processos produtivos, bem como as suas instalações e os equipamentos, com vistas à legalização de seus empreendimentos, caracterizando os Sistemas de Produção Transformados, em que se enquadram 56,7% dos entrevistados.

Neste sistema, quanto à origem da matéria-prima, verifica-se que ela, em sua maioria, é adquirida de terceiros em complemento à produzida ou, em alguns casos, adquirida de terceiros em seu montante integral.

Analisando-se este item, percebe-se, entre as famílias, que a relação da disponibilidade de mão de obra está diretamente relacionada à produção da matéria-prima, uma vez que, na distribuição dos trabalhos internos das famílias, produzir (cultivar/criar) implica em atividades com alto grau de exigência em horas de trabalho, sendo esta mesma mão de obra também responsável pelas atividades de processamento e comercialização.

No caso dos produtores de “mais idade” (acima de 70 anos), o envolvimento com as atividades agropecuárias vai diminuindo pela exigência física que as tarefas impõem. Na relação produção, processamento e comercialização do produto final, a produção da matéria-prima utilizada acaba por perder espaço na racionalidade produtiva dos produtores (principalmente pelas limitações de mão de obra), fazendo com que os produtores passem a investir na agroindustrialização dos produtos e a sua comercialização, adquirindo toda ou parte da matéria-prima necessária de terceiros.

Diante deste cenário, a produção vai sendo, aos poucos, diminuída, até dar espaço à sua ausência nos sistemas produtivos. Esta observação é ainda acrescida do aumento do preço

dos insumos das atividades agrícolas e pecuárias, como outro fator desestimulador da produção da matéria-prima.

Meu avô plantava arroz, quando meu Pai tinha uns 15 anos, começaram a criar porco, tinham uns três chiqueiros por aí, daí quando o Pai herdou resolveu aumentar o número de porcos, chegou a ter mais de 500. Mas aí começou a aumentar muito o preço do farelo, da ração. Quando a bóia come o porco aí fica brabo! E a gente ainda tinha ciclo completo, aí se não dávamos as injeções que tinham que se feitas, os leitãozinho não vinham, aí não se criavam os bichos. Acabava que os menorzinho eram só prejuízo. Aí foi indo. No final das coisas se tinha muita despesa, já quase nem dava mais lucro e muito trabalho com aquela bicharada pra cuidar, depois pra entregar carga. Aí o Pai foi desistindo e vendeu tudo. Ele tinha uns amigos noutros municípios que estavam tudo quebrando, aí ele vendeu antes de acontecer o mesmo com a gente. Aí agora com a agroindústria compramos as carcaças, é mais barato e a gente trabalha menos um pouco (F., AGROINDÚSTRIA DRESCHER).

Os pequenos têm que produzir de tudo um pouco, daí que temos nossa matéria-prima, mas assim, tudo não dá mais para fazer. As gurias foram estudar, já estão casadas e tudo, não vão voltar mais, aí ficamos eu e a mulher trabalhando. Vou te dizer que andamos cansados os dois, é bastante trabalho. Agora, os porcos compramos e carneamos aqui, uns dois por semana. Os pintos também compramos e engordamos com milho e tal. Agora produzir tudo não conseguimos mais por causa da idade, isso é serviço de gente nova (L., PRODUTOR FEIRANTE).

Nas famílias em que há ocorrência de mais membros envolvidos na atividade, a divisão do trabalho dá-se sob outra perspectiva, observando-se a permanência das atividades agrícolas, incluindo o processamento como agregação de valor. Nestes casos, a compra da matéria-prima de terceiros ocorre em caráter complementar, sendo a aquisição feita quando acontecem problemas com a produção ou o aumento sazonal na demanda dos produtos, como ilustra o depoimento da produtora e processadora de bananas em continuidade:

Começamos em função do aproveitamento daquilo que a gente produz, que não se comercializa. É porque mercado tem, um mercado bastante amplo e ao mesmo tempo restrito. No nosso mercado consumidor só a banana tipo A que é comercializada, a banana vamos dizer tipo B, sendo uma segunda classificação não tem saída no supermercado, então fazemos o aproveitamento dessa banana. Isso também faz com que a gente cuide da natureza, porque a casca da banana, a raspa da banana, ou a banana que não está em condições de consumo, ela vai para a ração animal então, utilizamos para as ovelhas, para os porcos, e para o gado. Fazemos o aproveitamento dessas partes que seria lixo se não usássemos [...] O meu irmão cuida da produção e eu cuido da indústria, então duas coisas, ele é meu fornecedor e

eu cuido da parte da transformação da banana [...] A gente atende a parte dos supermercados aqui na região. Vendemos para alguns supermercados, não todos que eu não tenho produção para isso. A questão do clima também interfere, por exemplo: nós temos períodos que temos uma grande produção e demanda por comercialização, sendo que há períodos que temos problemas com a produção. Então nossa capacidade de fornecimento diminui muito. Na realidade há períodos que tu tem a banana, como agora (eu estou em fase de produção natalina), o que termina me comprometendo aceitar toda a banana produzida pelo meu irmão, aí eu tenho que ter gente disponível pra trabalhar comigo. Bom... Vou te dizer que aí está um dos meus problemas, ter quem trabalhe direito, como preciso (S., AGROINDÚSTRIA DELÍCIAS DA TERRA).

Nos sistemas de Produção Transformados, constatam-se investimentos em tecnologias distintas das do sistema de Produção Tradicional, a partir do uso de máquinas e equipamentos de caracterização mais moderna, como fornos elétricos, uso de aditivos químicos na cura de salames e defumação, prensas de inox na confecção de queijos, tanques de salga, etc.

A utilização destes equipamentos, em substituição aos tradicionais, acarreta modificações nos produtos finais, no que se refere à sua apresentação (formatos, padronização, cor, cheiro, sabor, etc.), onde o saber-fazer presente entre as famílias, como patrimônio sociocultural passa por transformações, impulsionado pelas exigências sanitárias. Conseqüentemente, a formulação desses produtos, ou as receitas familiares passadas entre as gerações, sofrem adaptações ou, em alguns casos, são substituídas.

A perspectiva de funcionamento destes empreendimentos é voltada para o mercado formal, desta maneira, a legalização faz-se presente em parte destes e outra parte está em processo de legalização, sendo que os aspectos legais mais contemplados são o sanitário, com 64,28% dos estabelecimentos, seguido do tributário, em que 28,57% destes comercializa os produtos com nota de produtor e 71,42% com nota fiscal. Neste último caso, o enquadramento jurídico dos empreendimentos, considerados como empresas, acaba por inviabilizar em muitos casos, o funcionamento dos referidos empreendimentos.

Neste sentido, dentre os entrevistados, os produtores mais “afetados” pelas questões legais/tributárias condizem com os processadores de matéria-prima animal, que reclamam das duras taxas que pagam para liberação de seus empreendimentos, como o faz o produtor de embutidos a seguir:

Nós tínhamos agroindústria, mas tudo com CPF vendíamos com bloco de produtor, só que haviam alguns mercados que não queria negociar assim, porque parece que tributa o ICMS duas vezes pra eles, aí fomos fazer o CNPJ, que colocamos no nome da guria. A agroindústria está no nome dela,

para mim não perder a aposentadoria sabe. Aí um dia apareceram uns fiscais aqui perguntando sobre nosso registro de empresa e tal. Eu disse que era registrado no SIM de Restinga e que tirava uma nota no fim do mês e vendia com bloco de produtor. Aí ele disse: *isso aí de bloco de produtor foi o Olívio Dutra* que inventou para funcionar um Programa de Agroindústria no governo dele, mas hoje não se sabe como coletar os impostos. Olha Vocês vão ir querer vender em lugar maior, Santa Maria e outros municípios da região e não vão querer comprar de Vocês desse jeito. Aí foi que nós fizemos o CNPJ. Mas tem muitas desvantagens para a gente. Quando era CPF, o CRMV, por exemplo, nós pagávamos trinta e sete reais por ano, agora que viramos empresa e temos contador, ele jogou nosso capital social lá em cima e aí mudamos de faixa de imposto. Bah, agora de CRMV pagamos seiscentos e trinta e cinco reais. E outra coisa ainda, a lei exige que a gente tenha veterinário responsável, mas pra quê? Nós temos que pagar um por fora. Eu pago mil e duzentos para um conhecido meu, mas ele não faz nada. No contrato diz horário de quatro horas dia, mas o meu nem entra na indústria. Olha, com esse dinheiro tudo que a gente usa e não aproveita te digo que o cara se vê da sala pra cozinha (S., AGROINDÚSTRIA DESCHER).

O depoimento anterior evidencia uma série de problemas de ordem fiscal enfrentados pelos produtores à medida que modificam os seus sistemas produtivos, incluindo a transformação de seus estabelecimentos em empresas, com aumento de escala, necessidade de ampliação de mercado e, conseqüentemente, mudanças em seus enquadramentos tributários.

A produção e a comercialização dos produtos sob a lógica da empresa implicam readaptações nos sistemas produtivos que acabam por refletir nas identidades socioprofissionais dos produtores. De produtores a empresários (de CPF a CNPJ, como cita o produtor), a incidência de novos tributos, as exigências legais e as necessidades de adaptações técnicas fazem com que os produtores percam os seus vínculos com as instituições que sempre recorreram como Sindicatos, Emater e secretarias de agricultura.

Percebe-se um desamparo técnico e legal aos produtores, compreendidos como categoria socioprofissional, em momentos de transição de seus estabelecimentos. Evidentemente, eles não deixam de ser agricultores, mas, por enquadramento fiscal tributário, passam a conviver com novas exigências legais, nem sempre de suas posses de conhecimento.

Como agricultor, as orientações eram buscadas no ambiente da agricultura, por meio das instituições que o compõem, porém, a partir de um novo enquadramento profissional legal burocrático, os órgãos de apoio anteriormente usados não mais servem.

Outro dia um cunhado meu que é da Universidade me mandou pesquisar um programa de governo federal, de microempreendedor individual, o MEI, que parece que é bom e a gente podia usar pra diminuir esses impostos que a gente vem pagando. Fui ver na internet e nos enquadrámos desde que não

ultrapasse trinta e seis mil bruto ano, tem 361 itens para se enquadrar e um deles é derivados de carne. Tinha também os endereços para esclarecimento nas cidades, aí Restinga tinha dois escritórios cadastrados. Fui lá perguntar, aí sobre veterinário não sabiam me dizer. Eu queria saber dessas taxas para o CRMV e tal, se eu ia poder voltar a pagar o que era antes. Mas não souberam me dizer. Só disseram que eu iria pagar sessenta e nove reais por mês. Essas coisas da informação são muito complicadas para a gente porque o trabalho assim de carne, de agroindústria, envolve vários departamentos, tem a agricultura, tem o escritório, tem a parte ambiental e a gente vai indo, porque um não sabe nada do outro (S., AGROINDÚSTRIA DRESCHER).

O depoimento retrata a angústia do produtor de embutidos na busca por informações de funcionamento fiscal/tributário, condizente com a sua “posição” de empresário do ramo industrial de alimentos, mesmo que a sua realidade produtiva não seja expressiva em escala. Sua fala evidencia a falta de informações nos serviços institucionais que ele sempre recorreu e que, agora, não legislam mais sobre a sua nova condição socioprofissional. Neste aspecto, a ausência de instituições apoiadoras às novas atribuições dos produtores aparece como importante limite a ser superado para a sobrevivência de seus empreendimentos.

Ainda, considerando-se os elementos dos Sistemas de Produção Transformados, tem-se que, nestes empreendimentos legalizados, os produtos são comercializados em centros convencionais do varejo regional (supermercados, padarias). Mas muitos não conseguem acessá-los pela incapacidade de trabalhar com os preços pagos pelas grandes redes, tidos como baixos e impossíveis de pagar os custos de produção gerados pela nova escala.

É muito difícil pra Nós essas redes de supermercado, porque é difícil competir com os preços da sadia e perdigão, por exemplo. A gente acaba tendo que vender muito barato e aí não dá para cobrir os custos, entende? Pra ti ter uma ideia, meu salame é só de carne suína, eu não misturo com de gado e aí tu sabe que o rendimento de uma carcaça de porco não é muito grande, aí o salame fica caro pra mim, não posso vender mais barato e também misturar carnes a gente não quer, nosso salame é só de suíno (S., AGROINDÚSTRIA DRESCHER).

Hoje meu custo pra trabalhar aqui o café, do nosso jeito é de um salário mínimo por dia, tenho 15 empregados trabalhando comigo e faço questão que sejam da comunidade que a gente conhece as famílias e tal. Se vamos entregar pra fora, em mercado grande (sem contar a feira) não posso cobrar o valor que os produto merecem, tudo colonial, ainda feito, muitos deles com a mão, isso sai caro para agente, porque precisamos de mais mão de obra. Aí optamos pelo fortalecimento do nosso ponto de venda. Dá muito trabalho, mas é nosso (C., DA TERRA ALIMENTOS).

Os produtos são comercializados em pequenas casas de varejo, como bares e armazéns, que abastecem os municípios, ou ainda em postos de comercialização direta (próprios ou de terceiros) localizados ao longo do território, caso do depoimento anterior.

Já nos municípios menores, como Dona Francisca e Ivorá, desprovidos de redes de varejo (pequenos e médios supermercados) e que se localizam mais no interior do território, estes estabelecimentos aparecem como importantes no abastecimento local, caso específico de panificadoras.

Figura 23 - Estabelecimentos de produtos coloniais



Fonte: Arquivo da autora

A partir da caracterização dos dois sistemas, o Tradicional e o Transformado, verifica-se que eles interagem no mesmo espaço, “disputando” mercado a partir do ideário colonial (ou produtos típicos da colônia).

No entanto, a visibilidade de cada um, bem como a disponibilidade de manterem as suas caracterizações frente ao mercado consumidor, depende de um conjunto de elementos a serem observados nas famílias como mão de obra utilizada, gestão, perspectivas de sucessão das atividades, qualificação dos atores e oportunidades de mercado geradas dessa condição.

A relação entre estes elementos delimita as dinâmicas produtivas do território, compreendidas como as relações estabelecidas entre os fatores de produção disponíveis em cada família e a capacidade destas em transformá-las em produtos.

Estes elementos são explorados no quadro a seguir, objetivando a ilustração da ocorrência deles entre as famílias entrevistadas.

Quadro 4 - Elementos socioprodutivos observados nas famílias processadoras de alimentos coloniais, como determinantes para as dinâmicas produtivas na Quarta Colônia - RS

Item considerado	Variações Observadas	Porcentagem (%)
Mão de obra utilizada	Familiar	62,5
	Contratada	37,5
Responsável pela atividade	Homem	16,66
	Mulher	12,5
	Ambos	70,84
Sucessão das atividades entre os membros da família	Com expectativa	54,17
	Sem expectativa	45,83
Qualificação	Participaram de cursos	87,5
	Não participaram	12,5
Oportunidades de mercado	Mercado formal	45,84
	Mercado não formal	54,16

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora

Do total dos 30 produtores entrevistados, os dados demonstram que 87,5% deles passaram por algum tipo de capacitação com vistas à qualificação de suas técnicas produtivas, incluindo cursos de Boas Práticas de Fabricação com 71,42%, seguidos de instruções acerca de gestão de empreendimentos com 52,38%.

Entre as Instituições promotoras destas capacitações deve-se dar destaque para o SEBRAE, com 61,90% dos entrevistados e EMATER com 33,3%.

A pesquisa apontou que 8,33 % dos entrevistados afirmam nunca terem passado por processos de capacitação no formato de cursos, mas apresentam, em seus relatos, momentos de troca de experiências com outros produtores, promovidos por encontro em festas, eventos e palestras.

A gente sempre viu a mãe fazendo, era de casa a gente se envolver com a massa e os agnoline. Curso nunca fizemos mas já nos chamaram pra dar esse cursos, tipo assim, numa tarde fazer os produtos entre uns quantos sabe? Aí uns aprendem com os outros (O., PRODUTOR DE AGNOLINE E MASSAS).

Eu entregava os porcos pra um lá de Santa Maria que tinha agroindústria, aí ele foi me dando as dicas. Me emprestou um livro que fui estudando e que me ajudou a lembrar da época que a mãe fazia. Naquela época, a gente não ajudava, nem dava bola pra aquilo sabe? Mas aí fui pegando gosto e vendo que dava dinheiro e que podia dar certo pra nós, aí que surgiu a oportunidade da gente fazer um curso assim do jeito certo, quem fez foi meu genro, lá em Nova Petrópolis, depois disso que começamos a melhorar a agroindústria (S., AGROINDÚSTRIA DRESCHER).

Com relação às oportunidades de mercado, as entrevistas apontam para 54,16% dos produtores inseridos no mercado de caracterização não formal, como pequenos mercados, armazéns, padarias e feiras de produtores, e 45,84% em mercado formalizados, como é o caso de pequenas e médias redes de supermercados.

É possível traçar correlações entre qualificação dos produtores e oportunidades de mercado, sendo que os mais qualificados sob a perspectiva de especialização de suas técnicas produtivas (que inclui máquinas, equipamentos e instalações) são os detentores das oportunidades de mercado proporcionadas pela legalização dos empreendimentos.

Além disso, analisando-se as “forças” que possibilitam os processos de qualificação das técnicas produtivas, as entrevistas evidenciaram a ligação dos produtores às organizações sociais de representação socioprofissional (associações e cooperativas) como fundamentais ao estímulo de capacitação dos atores.

Neste processo, aparecem a COOESPERANÇA (Cooperativa de Produtores rurais e urbanos ligados ao projeto Esperança de Santa Maria) e o CONDESUS como os principais órgãos promovedores de ambientes de capacitação aos produtores, destacando-se certo “afastamento” da EMATER das atividades de acompanhamento e qualificação dos produtores.

Na Feira davam uma época muitos cursos, fizemos uns três, tudo nos ajudou a melhorar, tinha coisa que a gente não ligava, tipo entregar a chimia no pote de Nescafé sem tirar o rótulo. Hoje a gente não faz mais isso, nem sei como a gente não percebia (PRODUTOR LIGADO A COOESPERANÇA - SM).

O CONDESUS, a Universidade e o Sebrae escolheram as empresas, as que já tinham dado o primeiro passo, vendiam em supermercados e tal. Aí começamos a trabalhar os cursos. Primeiro o de boas práticas de fabricação, depois o de gestão e te digo que melhoramos muito, foi muito bom tudo aquilo, só que depois que acabou o convênio com o SEBRAE, por motivo financeiro, a gente que vinha num ritmo de trabalho não podia parar, aí que montamos a nossa associação das agroindústrias da Quarta Colônia, para injeção de conhecimento, motivação para ampliar os negócio e ganhar alguma coisa juntos. A gente já tava no caminho pelo CONDESUS (B., AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS).

Sim, a Emater sempre esteve por aqui com a gente, mas foi mais no início, na época do Programa aquele de agroindústria, que tinham muitos cursos. Alguns daqui até viajaram para Tupanciretã pra fazer esses cursos. Sempre foi bom porque a gente se estimula, faz bem claro. Na verdade sentimos falta hoje dessas coisas, porque os outros cursos que vem, ou não são pra nós ou ensinam de um jeito que a gente não pode fazer, com muito investimento e tal, a Emater sempre foi para o agricultor né? (F., AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS).

A organização social dos produtores contribui significativamente para a sua qualificação, sendo esta determinante para a consolidação dos empreendimentos e a posterior colocação nos espaços de mercado proporcionados pelo turismo. Os entrevistados revelam esta condição apontando a boa aceitação dos cursos promovidos e ainda transmitindo sentimentos de saudosismo a uma época que, segundo eles, havia mais acompanhamento aos produtores.

Importante salientar que mesmo com objetivos e formas de capacitação distintas, ambas as instituições identificadas contribuem para a capitalização das oportunidades promovidas pelo turismo. No entanto, a efetivação dá-se de acordo com as capacidades existentes dentro das famílias em transformar os seus recursos internos (materiais e imateriais) em produtos.

A produção e a comercialização de alimentos coloniais para o turismo depende da alocação dos atores de um conjunto de capacidades de naturezas diversas, denominadas, aqui, de capacidades instaladas, mobilizáveis, adquiridas ou aprimoradas e capacidades adicionadas.

Conceitua-se, no presente estudo, capacidades instaladas como as instalações, os equipamentos, a mão de obra e conhecimento inter-geracional disponível em cada família envolvida, enquanto capacidades mobilizáveis são entendidas desde a experiência na atividade de comerciar (a habilidade para o “brique”), aos chamados recursos ou capital social, incluindo o círculo de confiança diante de consumidores (credibilidade), os laços comunitários, a habilidade de gestão e as experiências associativas que podem representar potencial de ação coletiva (compartilhar serviços, transporte e trabalho).

As capacidades instaladas e as mobilizáveis disponíveis em cada família ou grupo de agricultores podem significar fator decisivo no “sucesso” dos estabelecimentos, no entanto, em seus processos de qualificação, necessitam de um conjunto de capacidades adquiridas ou aprimoradas relacionadas à capacitação de seus processos produtivos. Estas capacidades advindas de novas experiências de aprendizagem (ou trocas de experiência) são fundamentais para a continuidade das atividades, como é o caso de receitas caseiras reelaboradas em cursos de processamento de alimentos, por exemplo.

A outra “fonte de apoio” sucede das capacidades adicionadas, assim chamadas devido à sua característica de vir de fora e somar-se ao esforço dos atores produtores, como os

serviços de apoio técnico, envolvendo crédito, acompanhamento técnico, aquisição de insumos, apoio logístico para constituição e distribuição de redes⁴¹ de empreendimentos de alimentos, etc.

Deste modo, pode-se considerar que os empreendimentos, em sua viabilização, agregam, em diferentes níveis, as capacidades instaladas, as mobilizáveis, as adquiridas e as aprimoradas, assim como as adicionadas, estando as suas potencializações diretamente ligadas à preparação dos atores para enfrentamento do mercado proporcionado pelo turismo.

Ao analisar-se as dinâmicas produtivas em exercício nos Sistemas de Produção identificados, percebe-se, de um lado, as identidades socioculturais como base propulsora das atividades e, de outro o saber científico como fomentador de transformações nos “saberes-fazer” resultantes das identidades presentes entre os atores.

No caso dos alimentos de caracterização colonial, este processo de transformação nem sempre se faz condizente com o discurso de tipicidade e da singularidade dos produtos, já que, sob os aspectos da legalização sanitária, manter o saber-fazer característico do produto nem sempre é possível.

Assim, têm-se os produtos tradicionais, representando as identidades de origem e os produtos transformados como representação de uma nova identidade em evidência. A relação entre estas representações estabelece o que se chama, aqui, de Redes de Abastecimento ao Turismo - RAT, compreendidas como “redes” por meio de laços identitários tecidos entre os atores, através de sentimentos de pertencimento ao lugar e compartilhamentos de suas identidades socioprofissionais.

4.2 AS REDES DE ABASTECIMENTO AO TURISMO

Entre os três grupos identificados, o G30, COOESP e INDIVIDUAIS, são efetuadas relações de trocas no que se refere ao abastecimento do turismo, onde a interação entre os

⁴¹ O objetivo de constituição de redes de Agroindústrias seria “juntar esforços em funções em que se necessita uma escala maior e maior capacidade inovativa para sua viabilidade competitiva” (PEREIRA; NEVES; CASAROTTO FILHO, 2004, p. 22). Como exemplo destas redes, pode-se citar a UCAF - Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste catarinense, criada em novembro de 1999, tendo como finalidade “apoiar, através da prestação de serviços, os agricultores familiares organizados em grupos e proprietários de pequenas agroindústrias. Através de sua equipe técnica, presta assessoria nas áreas de produção, gestão, controle de qualidade, conversão, Marketing, responsabilidade técnica e comercialização, buscando propiciar produtos com qualidade, procedência e legalização” (folder de divulgação da APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, versão impressa e disponível em: www.apaco.org.br).

diferentes tipos de empreendimentos é dada pela demanda do consumidor, constituindo as Redes de Abastecimento ao Turismo - RAT.

Essa noção de rede foi explorada por Mior (2005), ao analisar estratégias de desenvolvimento em algumas regiões europeias, identificando os arranjos institucionais territoriais e as relações de cooperação entre os atores como fundamentais para a potencialização dos elementos internos em oportunidades produtivas. Os laços tecidos pela noção de pertencimento dinamizam redes de troca entre os atores no que se refere à partilha de saberes, qualificação e mercado, em que se levando em consideração o papel da legalização dos empreendimentos na estruturação destas redes constata-se dois tipos: a Rede Estratégica de Abastecimento e a Rede Informal de Abastecimento.

A Rede Estratégica de Abastecimento - REAT formada por empreendimentos legalizados ou em vias de legalização é denominada de “Estratégica” por promover visibilidade ao território com produtos de sua marca, comercializados dentro e fora da Quarta Colônia. Com relação aos Sistemas de produção dos atores pertencentes a esta Rede, visualiza-se a predominância de Sistemas Transformados, onde a produção e a comercialização de alimentos coloniais possuem a sua racionalidade produtiva com foco na legalização dos empreendimentos como uma oportunidade de Negócio.

Já a Rede Informal de Abastecimento - RIAT é assim denominada pelas limitações mercadológicas impostas aos estabelecimentos não legalizados sob as normativas sanitárias do mercado. Seus Sistemas de produção apresentam-se como Tradicionais, em que a racionalidade produtiva é guiada pela Tradição com seus conhecimentos e saberes-fazer de origem.

Se, na primeira, a certificação dos produtos dá-se pela legalização dos empreendimentos a partir do uso de mecanismos de regulação A distância (como selos certificadores de qualidade), na segunda, efetiva-se pelas relações de proximidade e vivência, construídas socialmente entre produtores e consumidores.

Considerando-se os elementos produtivos presentes nos Sistemas Tradicional e Transformado, tais como mão de obra utilizada, saber-fazer, equipamentos usados, mais a relação dos empreendimentos com o mercado, evidenciam-se distintas racionalidades no que se refere às identidades socioculturais como alicerce dos processos produtivos.

Quadro 5 - Distribuição dos estabelecimentos (%) nas Redes de Abastecimento ao Turismo, segundo motivação dos atores na produção e seus contextos Produtivos

Redes de Abastecimento - RAT -	Motivação (Racionalidade)	Contexto Produtivo	Estabelecimentos %
RIAT (Rede Informal de Abastecimento ao Turismo)	Tradição	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento da matéria-prima e aquisição de terceiros em caráter complementar; - Mão de obra familiar e contratação eventual de funcionários temporários; - Qualificação da mão de obra (família); - Produtos não legalizados (legislação sanitária); - Produção para o consumo e venda do excedente; - Comercialização direta (encomendas, domicílio, feiras de produtor, entrega em pequenos pontos de venda); 	56,7
REAT (Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo)	Negócio	<ul style="list-style-type: none"> - Produção da matéria prima voltada para o processamento e aquisição de terceiros em caráter complementar; - Mão de obra familiar e contratada de forma permanente; - Qualificação da mão de obra (família e funcionários); -Empreendimentos legalizados (legislação sanitária); - Produção para o mercado; -Comercialização direta (estabelecimento próprio, feiras de produtor, redes de supermercados); 	43,3

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pela autora

4.2.1 A Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo - REAT

A Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo é marcada pela presença de empreendimentos legalizados (ou em processo de legalização) com investimentos em marketing e produção com vistas para o mercado extraterritorial.

Os estabelecimentos estão situados geograficamente no “centro” da Quarta Colônia, mais precisamente nos municípios e arredores de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, estabelecidos em uma localização considerada rota turística “oficial” do território. Usufruem de fácil acesso, boas condições de rodovia, sinalização de seus estabelecimentos e trabalhos institucionais de divulgação e atratividade de seus serviços como roteiros aos turistas. Desta forma, a maioria constitui “alvo” de fiscalização (sanitária e ambiental) e público prioritário dos investimentos em qualificação, dado às suas visibilidades.

A Rede, formada pela relação entre os estabelecimentos, abarca empreendimentos do G30, COOESP e INDIVIDUAIS e é considerada estratégica por permitir legalmente a

circulação de bens e serviços “típicos”, dentro e fora do território, fomentando a visibilidade do mesmo pela comercialização formal dos produtos.

Destaca-se, ainda, na Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo, a função de “atravessadores” de alguns dos postos de comercialização direta, onde se verifica a revenda de produtos de outros estabelecimentos produtores que, não possuindo postos fixos de comercialização, formam “parcerias” com produtores, de dentro e fora do território.

A iniciativa de parcerias com produtores do território, segundo os entrevistados, objetiva fortalecer os laços entre as famílias produtoras, oferecendo espaço de comercialização para os produtos locais. Além disso, vislumbra enriquecer a diversidade de produtos a serem ofertados aos turistas, já que, quando observada a variedade de tipos de produtos ofertados, se notam muitos empreendimentos com produtos semelhantes, com destaque para pães, cucas, bolachas e salames.

Já a busca por produtos “de fora” do território deve-se, segundo os entrevistados, ao alto preço e à baixa qualidade dos produtos produzidos que, em alguns setores, ainda não se qualificaram, destacando-se, nesta situação, queijos e vinhos.

A seguir alguns depoimentos que ilustram essa conjuntura:

A gente aqui faz muitos itens, mas tem coisas que precisamos comprar de fora. O queijo vem daqui da nossa comunidade e o salame de Cotiporã e Veranópolis. O que nós queremos com o estabelecimento é representar a diversidade daqui. O produtor sabe plantar e fazer o produto, mas ele tem a dificuldade de vender. Nós com o espaço que temos, acabamos usufruindo de uma maior facilidade, entre aspas, para acessar o mercado, então a gente viabiliza este espaço para o produtor. Fazemos um trabalho com ele. Para Você ter uma idéia, hoje nós envolvemos diretamente 47 famílias da Região e umas 20 ou 22 agroindústria do Estado todo [...] muita coisa tem que vir de fora daqui da Quarta Colônia, no início nós comprávamos mais daqui, mas tivemos muitos problemas com a copa, com o salame feito com tripa mal lavada, carne de porco macho, essas coisas assim. Teve gente que nós investimos pra ver crescer, mas quando nos demos por conta estavam cobrando muito caro pelos produtos, quando comparados com outros fornecedores que negociamos, aí começou a ficar inviável pra nós e desistimos deles (C., DA TERRA ALIMENTOS).

A maioria dos produtos que estão aqui são feitos por nós. O pão, as bolachas, o salame. Mas a gente viabiliza o espaço para outros produtores de nossa confiança que não tem o espaço que nós temos, é bom para eles e para nós também, que aí acabamos tendo mais produtos diferentes aqui nas estantes. Pegamos sempre produtos diferentes dos nossos, porque também igual não vale a pena, mesmo assim a gente pega às vezes (R., AGROINDÚSTRIA GIACOMINI).

Praticamente tudo é nosso, nós que produzimos, mas aí tem coisas que são interessantes colocar aqui junto para vender. Agora no inverno, por exemplo, nós não temos vinho, graspa essas coisas. Como o pessoal compra direto aqui de nós o pão e as geleias, acabam levando os outros produtos porque estão aqui expostos juntos e tem saída com o frio. O pessoal não sai muito, aí quando precisam comprar as coisas, o bom é ter tudo num mesmo lugar, entende? Para nós não afeta e ajudamos quem a gente acredita (A., DELÍCIAS DE IVORÁ).

Ao analisar-se os sistemas produtivos e as relações dos estabelecimentos com o mercado, verifica-se, na Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo, a produção e a comercialização de alimentos coloniais como a atividade principal dos atores, exercida sob a racionalidade de um **Negócio**, perfazendo 43,3% dos empreendimentos entrevistados (Quadro 05).

A racionalidade em exercício apresenta-se em sentido empreendedor, objetivando produtos certificados pelos processos técnicos de padronização, secundarizando o saber-fazer “tradicional”, na maioria dos casos incompatível com as exigências legais de instalações e procedimentos.

Na verdade, quando analisado o contexto sociogeográfico do território, o que inclui história, valores e cultura, mais a configuração natural do espaço, constata-se importantes limitações no uso do solo, o que pressupõe a necessidade de diversificação das atividades produtivas.

Dado que a racionalidade, com viés na tradição, possui limitações mercadológicas, ora por condições sanitárias dos empreendimentos, ora pela ausência de perspectiva de sucessão, os atores, em consonância com o novo mercado, negociam as suas potencialidades, transformando os seus produtos e os sistemas de produção.

A produção para o mercado exige aumento na escala produtiva das famílias e, conseqüentemente, descaracterização de receitas tradicionais devido às preocupações com a padronização dos produtos (aparência) e aos riscos de sua contaminação, levando os produtores a exercitarem as suas atividades segundo normas de ciências e tecnologia de alimentos, estabelecidas pelas obrigações legais de sanidade.

Os processos legais de certificação de qualidade, que incluem técnicas, insumos, máquinas e instalações específicas, estão diretamente relacionados ao “tipo” de produto final e, portanto, são considerados fatores determinantes para a compreensão das racionalidades

identitárias em evidência. Assim sendo, a produção e a comercialização de alimentos coloniais, embora ainda dotada de sentimentos de afeto por parte de seus atores, dá lugar a uma racionalidade produtiva, pautada pela lógica do negócio, investindo em novos elementos como escala de produção, saber científico e conquista de espaços de mercado.

4.2.2 A Rede Informal de Abastecimento do Turismo - RIAT

A Rede Informal de Abastecimento do Turismo é formada por estabelecimentos processadores de alimentos coloniais que estão na atividade como resultado da valorização de seus saberes tradicionais. Em sua maioria, são considerados estabelecimentos de produção e comercialização de caráter informal (não legalizados), usufruindo das oportunidades de mercado geradas pelo turismo. Com relação aos grupos organizacionais identificados, tem-se que parte dos produtores pertence ao COOESP e a maioria deles, ao dos INDIVIDUAIS.

Tais estabelecimentos apresentam-se geograficamente descentralizados entre si, a maioria deles em localidades rurais distantes das rotas oficiais de turismo, no interior dos municípios e outros localizados em pontos estratégicos de movimentação rodoviária.

São responsáveis por parte do abastecimento de alguns dos empreendimentos de atração gastronômica como cafés, pousadas e festas religiosas. Algumas famílias destacam-se por receberem turistas em suas propriedades, casos específicos de acordos firmados entre produtores e agências locais de turismo com ênfase na ruralidade, caso das Agências de Ecoturismo.

Os estabelecimentos situados em áreas rurais comercializam os seus produtos em feiras de produtores dos municípios, em pequenos estabelecimentos comerciais locais (armazéns) ou ainda em suas propriedades.

Figura 24 - Placas indicadoras de produtos coloniais no interior dos municípios



Fonte: Arquivo da autora

Ressalta-se que, mesmo nas estradas de acesso ao interior, se verificam placas sinalizadoras das localidades produtoras, as quais, como atratividade ao turismo, simbolizam a valorização das atividades de produção, fazendo menção ao saber-fazer das famílias como patrimônio do território.

Na imagem “a”, capturada no interior de Silveira Martins, visualiza-se a indicação das agroindústrias situadas na “Linha 1”, localidade conhecida pela presença expressiva de estabelecimentos processadores de alimentos. A imagem “b”, também em Silveira Martins, ilustra a importância dos produtos coloniais para o cenário turístico do município, auxiliando o viajante turista em sua significação. Por sua vez, a imagem “c”, registrada no interior de Ivorá, demonstra a visibilidade da “linha Simonette”, como “a região das cantinas”, promovendo atratividade a seus estabelecimentos produtores.

A Rede Informal de Abastecimento ao Turismo é caracterizada, sobretudo, pela apresentação “informal” de seus empreendimentos, geralmente, postos anexos às moradias ou ainda em espaços específicos de comercialização junto às residências. Como ilustram as imagens a seguir.

Figura 25 - Sinalização dos estabelecimentos Placas indicadoras de produtos coloniais



Fonte: Arquivo da autora

Os estabelecimentos localizados ao longo das faixas rodoviárias, como a RS 287 e as estradas vicinais de acesso a Silveira Martins, São João do Polêsine e Faxinal do Soturno, usufruindo de maior visibilidade em decorrência da movimentação diária de pessoas, potencializam as suas atividades em oportunidades de venda nas próprias moradias.

Estes estabelecimentos não constituem “alvos” dos serviços de fiscalização sanitária nem de políticas públicas específicas para o setor. De outro lado, beneficiam-se diretamente das ações de promoção de visibilidade do território por meio do turismo. A seguir, alguns depoimentos que ilustram esta condição:

Movimento sempre tem. Eu mesma trabalho com massas e pães há uns 16 anos, sempre atendendo encomenda, agora nos últimos anos que me animei a botar essa peça aqui que está no nome do meu marido. O movimento para mim, desde que vim para este ponto melhorou muito, porque passa bastante carro por dia, tem vezes que o que boto aí nas prateleiras não vencem. Não sei se é resultado do turismo, até dá pra dizer que é, porque é consumidor de fora, mas o que ajuda mesmo nas vendas é a localização. Somos caminho para Porto Alegre. Quando a ponte caiu por causa da enchente do Jacuí é que percebemos isso. Com o desvio por dentro da Quarta Colônia, nós aqui da faixa, ficamos muito mal porque não passava quase nada por aqui, agora voltou tudo de novo (N., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

A gente tem nossa clientela de sempre, trabalhamos com o agnoline há 30 anos, já somos bem conhecidos. Hoje eles vêm buscar aqui em casa porque a gente não tem mais tempo de fazer as entregas, então trabalhamos com os clientes fixos. O turismo é uma coisa boa quando é bem explorado, aumenta nosso movimento de pedido sim. Na cidade fazem propaganda de nossos produtos e é fácil chegar até aqui, a localidade já é conhecida como o lugar das agroindústrias, tem as placa indicando e tudo, isso ajuda bastante, mas de forma geral, aqui para nós não altera muito, porque temos uma capacidade de 40 mil quilos de agnoline por semana, mais que isso não conseguimos porque somos só Eu a e mulher (O., PRODUTOR DE AGNOLINE).

Hoje somos reconhecidos, com certeza! Vendemos muito para fora do Estado, vai bastante produto para o Mato Grosso, mais do que para aqui, encostam os caminhões aí e levam de três a quatro mil litros. Chegam até aqui pelo trabalho de anos que temos produzindo e sempre procurando melhorar, vai que a gente pega nome, essa coisa de ser da Quarta Colônia. Mas claro que não é só isso, o finado Pai sempre foi caprichoso e deixou para nós o gosto de trabalhar com a uva (A., CANTINA DE SUCOS, VINHOS E QUEIJO).

A racionalidade produtiva evidenciada na Rede Informal de Abastecimento ao turismo aparece como **Tradição**, perfazendo 56,7% dos estabelecimentos entrevistados. Neste contexto produtivo, a atividade surge como aproveitamento da matéria-prima produzida e, portanto, sem escalas de produção pré-estabelecidas, uso de tecnologias artesanais (máquinas, equipamentos e instalações adaptadas pelos próprios produtores), sem certificação legal de qualidade de seus processos produtivos.

Em uma lógica de produção não amarrada às exigências de mercado (escala produtiva e especialização), a comercialização da-se por encomendas (entregas em domicílio ou vendidos na própria Unidade de Produção) e em feiras locais de produtores.

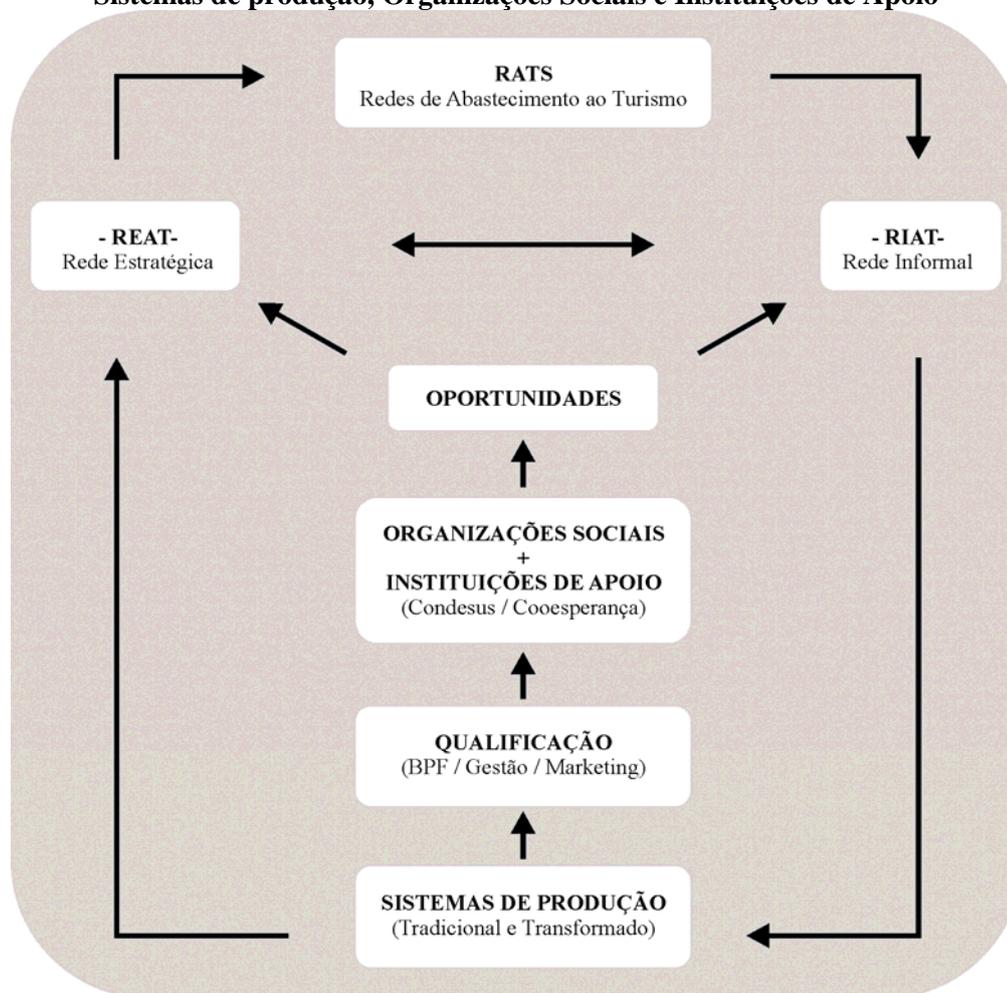
Assim, as atividades de produção e comercialização de alimentos coloniais, como Tradição, aparecem como continuidade e manutenção de conhecimentos herdados de gerações passadas, constituindo uma atividade dotada de significados de valor, como memória e afeto em função de vínculos tradicionais ainda existentes entre as famílias.

Destaca-se que ambas as redes são importantes para o cenário turístico do território, uma pela capacidade de levar “o nome” deste para além das fronteiras territoriais, promovendo atratividade turística, caso da “Rede Estratégica”, e outra pela importância de preservar os estilos de vida deixados pelos antepassados, como forma de sustentar, por meio

de práticas, o discurso oficial de um turismo alicerçado na valorização da tipicidade e da tradição, papel que é exercitado pelos atores presentes na “Rede Informal” de abastecimento.

O turismo em curso no território, consubstanciado pela natureza e cultura presente, promove *feedback* entre as redes a partir de laços identitários firmados entre os atores por sentimentos de pertencimento ao lugar, dando contorno às dinâmicas produtivas, como demonstra a figura 26.

Figura 26 - Esquema representativo das Dinâmicas Produtivas do Território a partir de seus Sistemas de produção, Organizações Sociais e Instituições de Apoio



Fonte: Elaborado pela autora

Os Sistemas de Produção (Tradicional e o Transformado), devido ao turismo e às exigências legais do mercado de alimentos, são impulsionados a transformações em suas bases produtivas (saber-fazer, tecnologia, mão de obra, matéria-prima), a partir dos processos

de qualificação dos atores, seus produtos e serviços por meio de cursos de capacitação em Boas práticas de fabricação (BPF), gestão dos estabelecimentos e informações em marketing.

Os cursos, promovidos via Sebrae, Emater e Universidades, ou fomentados por organizações sociais presentes no território como a COOESPERANÇA, embora com objetivos distintos, quando consideradas as preocupações com legalização dos empreendimentos, potencializam as atividades “enraizadas” em oportunidades de mercado.

No território, o mercado de abastecimento ao turismo apresenta-se sob redes, considerando-se as relações de troca e incentivo entre os atores, unidos por sentimentos de pertencimento ao lugar. Assim, tem-se as Redes Estratégica - REAT - e Informal - RIAT - de abastecimento ao Turismo.

A REAT é formada por empreendimentos legalizados ou em processos avançados de legalização, comercializando os seus produtos, dentro e fora da Quarta Colônia. É considerada estratégica por permitir visibilidade ao território para fora dele, pela possibilidade de circulação legal dos produtos.

A RIAT, formada por estabelecimentos e produtores não legalizados, é responsável pela oferta de produtos dentro do território, como festas religiosas e de comunidades e, mesmo não formalizados, usufruem de oportunidades geradas pelo turismo que valoriza as suas formas de vida, o que inclui a elaboração de produtos típicos da colônia.

Salienta-se que, entre as redes, se observam *feedbacks* traçados a partir dos atores, propiciando trocas de oportunidades entre si. A REAT comercializa produtos da RIAT, promovendo estímulos aos atores desta rede em função de capacitações promovidas entre eles, como demonstra o depoimento que segue:

Nós aqui na ‘Casa’ temos o queijo que é feito por um grupo de mulheres daqui da comunidade. Não são legalizados, mas a gente tem o cuidado de trabalhar a qualidade com elas. Vou te dizer que não tem quem não leve depois de provar. Estamos pensando em comprar umas formas para Elas para padronizar um pouco os formatos, mas a gente não quer assim muito padronizado, igual, porque é assim mesmo o colonial, diferente um do outro porque cada família faz de um jeito, tudo enformado a mão como se diz. A gente tem um esquema aqui de oferecer para provar tudo que temos na casa, desde que não seja produto lacrado. Os queijos têm bastante saída sempre [...] De legalização o queijo é hoje nosso problema, elas fazem cursos, são beneficiárias do programa Balde Cheio aqui do Município, recebem assistência, curso uma vez por mês, tão no caminho. A gente dá espaço para o produto delas aqui, porque sabemos que o produto é bom. E elas vendo que o produto tem saída se estimulam a melhorar ainda mais (C., DA TERRA ALIMENTOS).

Estas trocas perfazem as dinâmicas produtivas do território, constituídas a partir das identidades socioculturais ali presentes e potencializadas em oportunidades produtivas pelo crescente mercado proporcionado pelo turismo.

Assim, tem-se que os diferentes Sistemas de Produção e as Redes de abastecimento ao turismo traçadas por relações entre estes proporcionam a identificação de distintas racionalidades entre os atores acerca da mobilização de suas identidades. Tais identidades são tidas como recursos específicos a serem ativados na oferta de produtos singulares, caracterizando a produção e a comercialização de alimentos coloniais para o turismo na Quarta Colônia.

5 RACIONALIDADES IDENTITÁRIAS E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O TURISMO

O resgate do patrimônio histórico e natural do território e a promoção deles como recursos específicos resultaram em transformações na percepção dos atores sobre as suas identidades.

A localização deste território, próximo a dois municípios de economia dinâmica e centros regionais de distribuição de produtos e serviços (Santa Maria e Cachoeira do Sul) fez com que o desenvolvimento (na perspectiva da modernização agrícola) não se efetivasse no território, deixando-o na condição de memória intocada. Desta forma, todo o arcabouço cultural deixado pelos imigrantes significava a materialização do fracasso de seus antepassados. Uma história dotada de aventuras, sofrimento e descaso.

Por outro lado, a condição de imigração esquecida possibilitou a preservação da cultura local que, depois de décadas de esquecimento, foi resgatada pelas ações do Programa de Educação Patrimonial realizado nos anos 90 do século passado pela Secretaria de Cultura de Silveira Martins (mais tarde, estendida aos demais municípios). O programa re-valorizou os elementos socioculturais e naturais presentes na condição de patrimônio, fortalecendo os laços de pertencimento entre os atores, re-significando os sentidos do lugar.

O processo de mobilização dos recursos internos e a potencialização deles em oportunidades produtivas foram dados pelo Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – PRODESUS que, a partir do tombamento da região como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, promoveu novas oportunidades produtivas aos atores do território, com destaque para o turismo.

O Projeto, a partir do eixo “Desenvolvimento do turismo Ecológico, Rural e Cultural”, passou a potencializar atividades turísticas nas dimensões *Natural* e *Cultural*. A primeira, territorializada a partir das condições geográficas e naturais da região, como presença de cascatas, áreas de morro e riqueza de fauna e flora, potencializadas a partir do ecoturismo. A segunda, expressa a partir dos elementos de vivência, como agricultura, formas de vida, religiosidade, festejos e gastronomia.

Segundo Cammarata (2006) estas dimensões conduzem a duas realidades distintas: a do “plano real”, com lugares ricos em elementos de valorização natural e a do “plano das imagens”, revelando representações acerca desses lugares, focalizando questões que nem

sempre coincidem com o real, mas que contribuem como experiência, a partir de suas ilustrações da vida cotidiana.

Os elementos identitários são, pois, institucionalizados como patrimônio sociocultural, como decorrência da formação de um Consórcio gestor de planejamento e ações integradas entre nove municípios, o CONDESUS (ver capítulo 3). Nesta conjuntura, evidencia-se que o processo de constituição da Quarta Colônia, como território construído socialmente e delimitado institucionalmente pelo CONDESUS, tendo o seu alicerce nas características socioculturais do lugar, fomentou a valorização de saberes, formas de vida e cultura como elementos diferenciadores do território.

É o que Haesbaert (1997) chama de abordagem culturalista do território, onde a sua construção simbólica projeta limites a partir de suas identidades, em que as relações de confiança, sedimentadas entre os atores por meio do processo histórico-cultural de colonização das áreas, construíram formas de interação social que ainda resguardam características “da colônia”, como mútua ajuda, relações de confiança e o uso da força de trabalho familiar (SILVEIRA, 1994), contribuindo para a caracterização do território como um lugar de memórias e tradição.

Neste sentido, a produção de alimentos “típicos” coloniais enseja a materialização das identidades socioculturais do território, a partir da oferta de produtos diferenciados, dotados de cultura, saber-fazer e memórias, constituindo oportunidade produtiva aos produtores.

No entanto, as identidades socioculturais de origem, expressas no saber-fazer herdado entre as famílias, encontram-se em processos de transformação, dados pela necessidade de capacitação dos atores e pela qualificação de seus produtos sob os “moldes” legais do mercado, exigentes em padronizações e qualidade impessoal dos produtos, concedidas pelos selos de certificação sanitária.

Neste aspecto, Wilkinson (2008) aponta que o desafio dos novos mercados com base na valorização das culturas e arranjos locais persiste na capacidade dos atores transformarem os seus processos e os produtos locais em redes de abastecimento com capacidade de fazer tais produtos “viajarem” e manterem as suas características específicas, mesmo frente a consumidores desconhecidos. O autor ressalta ainda que este processo só é possível com um trabalho de padronização da qualidade em condições compatíveis com as técnicas tradicionais, em que os valores não são limitados por normas definidas.

Em contraponto a esta observação, a Quarta Colônia em seu processo de desenvolvimento endógeno, em curso há cerca de 20 anos (a partir do PRODESUS), ao mesmo tempo em que potencializa os recursos internos em oportunidades de mercado, suscita a transformação das características específicas do lugar sob a ótica dos saberes de caracterização científica, secundarizando os saberes e as técnicas tradicionais.

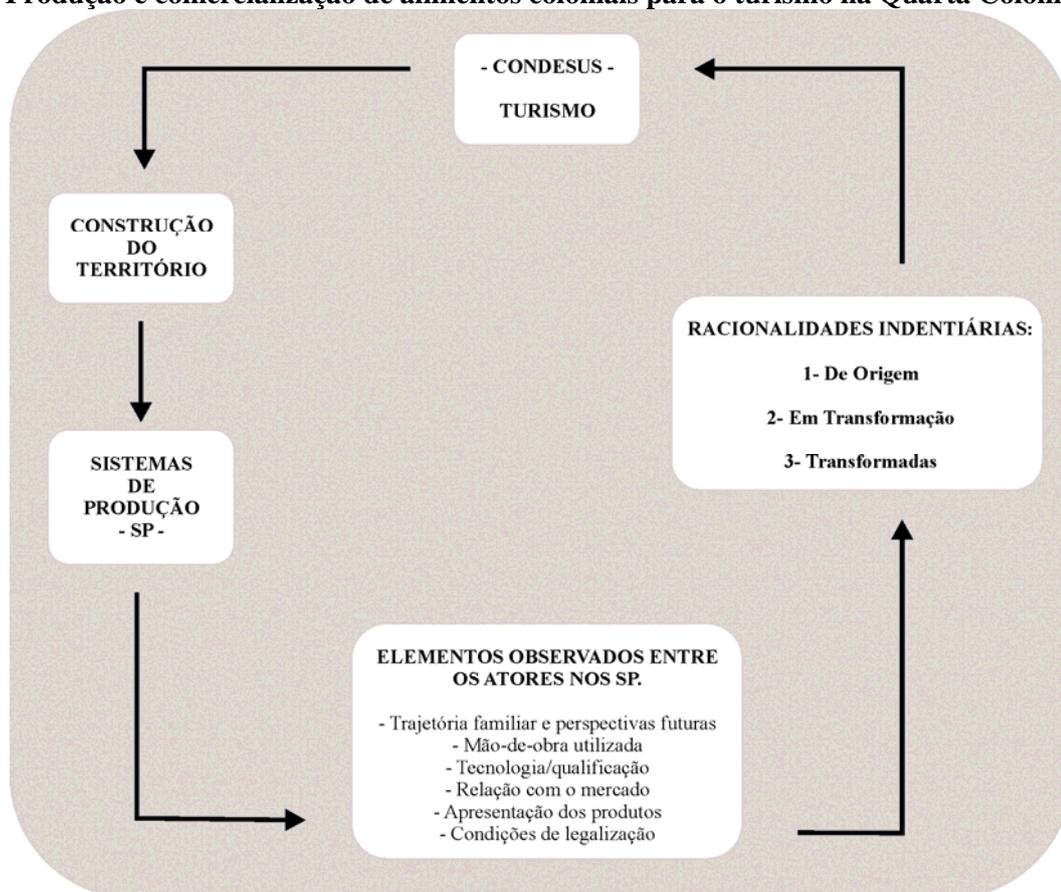
Como resultado desta estratégia, observam-se, nas dinâmicas produtivas em curso, de um lado, os Sistemas de Produção Tradicionais, com produtos típicos elaborados sob técnicas artesanais e, de outro, os Sistemas de Produção Transformados, a partir de modificações nos saberes de origem, em função da necessidade de investimentos em máquinas, instalações específicas e utilização de insumos convencionais na elaboração dos produtos.

Embora guiados pelo “discurso” de valorização das identidades socioculturais presentes no território, materializados em alimentos de caracterização colonial, cada um dos Sistemas apresenta motivações e expectativas próprias com relação às suas atividades: o “produto típico” como reivindicação identitária de um povo (VENDRÚSCULO, 2009) e manifestação sociocultural do lugar, enquanto os “produtos transformados”, como resultado dos investimentos institucionais nas identidades histórico-culturais entendidas como oportunidades de negócio, implicando diferentes racionalidades dos atores sobre suas identidades.

5.1 RACIONALIDADES IDENTITÁRIAS DE ORIGEM, EM TRANSFORMAÇÃO E TRANSFORMADA

O resgate histórico do processo de constituição do território, consubstanciado por investimentos em qualificação de seus atores, aliado à observação e à análise dos Sistemas de Produção e a relação destes com o mercado, permite identificar três racionalidades em curso entre os atores, no que se refere à ativação de suas identidades socioculturais e profissionais como ativos específicos: as racionalidades **de Origem, em Transformação** e a **Transformada**.

Figura 27 -Percurso utilizado para identificação e análise das Racionalidades Identitárias na Produção e comercialização de alimentos coloniais para o turismo na Quarta Colônia



Fonte: elaborado pela autora

O ponto de partida para explanação das racionalidades identitárias evidenciadas efetiva-se a partir do resgate, da legitimação e da institucionalização das identidades presentes no território, por meio da criação de um Consórcio gestor de ações entre os nove municípios, o CONDESUS, que institucionalizou a Quarta Colônia como território, promulgando o turismo como eixo articulador de suas atividades.

As estratégias de ação do Consórcio buscam inspiração nos recursos materiais e imateriais presentes, considerados como patrimônio do lugar. Estes elementos acionados em oportunidades produtivas geram a visibilidade das formas de vida vigentes entre os atores, constituindo singularidade e especificidade aos produtos e aos serviços produzidos.

Neste sentido, a gastronomia típica, como materialização das identidades da Quarta Colônia, passa a compor o centro das atratividades turísticas, tendo por representação a produção e a comercialização dos “produtos coloniais”.

O reconhecimento da trajetória dos atores, bem como as dinâmicas produtivas estabelecidas entre eles, possibilitou, por meio de um conjunto de elementos (ver capítulo 4), a identificação de diferentes racionalidades entre os atores, no que se refere às suas identidades – socioculturais e profissionais - como ativos específicos a serem convertidos em oportunidades de mercado.

Salienta-se que, para Weber (1991), a racionalidade expressa um padrão que tem por base a ação racional, tanto com relação a valores como com relação a fins. Assim sendo, tem-se que as racionalidades expressas em torno das identidades – as racionalidades identitárias- indicam o sentido de ser da ação ou ainda a objetivação das experiências vividas pelos atores sociais do território, a partir de valores culturais, étnicos e profissionais, impulsionando seus modos de vida e sistemas de produção específicos. Neste sentido, a procura pela racionalidade exprime o sentido que cada ator dá à sua própria conduta, conduzida por suas identidades.

Seguindo este conceito analítico, as racionalidades identitárias constatadas, e expostas a seguir, viabilizam compreender as motivações dos atores no que concerne à mobilização de seus elementos identitários em oportunidades produtivas e ainda a compreensão dos processos de transformação de suas identidades, daí derivados.

Assim descrevem-se as três racionalidades em curso no território apontando os seguintes elementos:

- a) caracterização das racionalidades identitárias com relação à Tradição/saber-fazer, Sistemas de Produção e identificação das identidades socioprofissionais de seus atores;
- b) importâncias e limitações acerca dos saberes dos atores sociais do território e perspectivas de sucessão deles, entre as famílias do território;
- c) que resistência ao processo de desenvolvimento em curso no território, via CONDESUS, cada racionalidade está construindo?

5.1.1 Racionalidade Identitária “De Origem”: Tradição como oportunidade

A racionalidade identitária “de origem” tem a atividade de produção e comercialização de alimentos coloniais como ação de continuidade aos conhecimentos herdados de gerações passadas, expressas no saber-fazer tradicional das famílias.

Esse “saber-fazer” materializado em um contexto de produção, marcado por cultura e todo um sistema de conhecimento local que abriga processos produtivos específicos, delimitados pelas condições de localização do lugar. Sob este viés, as motivações para a produção perfazem uma atividade dotada de significados de valor sentimental como memória e afeto, em função de vínculos tradicionais entre os atores e a história deles com os seus antepassados.

A elaboração de produtos típicos, como parte do “cotidiano das famílias”, refere-se a costumes e ações passadas como herança e tradição entre as gerações, sendo, agora, potencializadas em oportunidades produtivas para o mercado, através do turismo e a sua valorização das formas de vida do território.

Suas representações sociais expressam o colonial, como forma de vida “original” dos imigrantes europeus, materializando essa condição em uma série de atividades cotidianas que, exercidas entre os atores como patrimônio sociocultural, caracterizam hábitos, costumes e valores “de origem”, em que a racionalidade acerca da mobilização de suas identidades em oportunidades produtivas demonstra vínculos com uma tradição seguida por sentimentos de continuidade e preservação de valores e saberes.

A re-valorização das identidades socioculturais e o advento do mercado suscitado pelo turismo promovem alterações neste conjunto de valores e hábitos, anteriormente seguidos de forma emotiva ou por uma sequência de práticas, sendo, agora, acionados como oportunidades produtivas às famílias. A partir disso, os produtos passam a ser produzidos com um fim, o mercado, demonstrando ações pensadas e programadas com relação a um objetivo: produção e comercialização de alimentos coloniais para o turismo.

É o que Weber denomina de ação racional com relação a fins, em que as ações desenvolvidas e efetivadas em relação a expectativas de outras pessoas são utilizadas como “condições” ou “meios” para se alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente como o sucesso (ARON, 2003).

Na racionalidade identitária “de origem”, os atores, a partir de ações racionais com relação ao mercado, usufruem das oportunidades dadas pelo turismo, embasados na valorização de suas ações identitárias, inserindo-se em espaços de mercado condizentes com as suas dinâmicas socioprodutivas, caracterizadas por formulações artesanais e Sistemas de Produção Tradicionais.

Daí decorre a inserção desses atores produtores na Rede Informal de Abastecimento ao Turismo, onde a valorização de seus produtos pelos consumidores turistas possibilita-lhes usufruírem de espaços alternativos de mercado sem a necessidade de investimentos e adaptações em suas estruturas.

Os meios específicos para a produção de alimentos de caracterização “originalmente” tradicionais, estando dispostos em Sistemas de Produção Tradicional, ainda apresentam uso de instrumentos e técnicas artesanais, usados propositalmente entre os atores em função do produto que objetivam elaborar, mesmo a maioria deles tendo passado por atividades de capacitação, como demonstra o quadro em continuidade.

Quadro 6 - Caracterização socioprodutiva da Racionalidade Identitária “de origem”

Sistema de Produção	Rede de Abastecimento ao turismo	Representações Identitárias	Capacitação dos atores	Identidades Sócioprofissionais	Perspectiva de sucessão
Tradicional	RIAT	Tradição	Com: 91 %	Produtores Agricultores	Positiva: 36,36 %
			Sem: 9%		Negativa: 63,64%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora

Levando-se em consideração que, para Weber, a racionalidade com relação a um fim é definida com base nos conhecimentos do ator e não do observador, as observações das dinâmicas de produção nos Sistemas Tradicionais, ao evidenciarem diferentes combinações dos meios de produção disponíveis em cada sistema, demonstram-se racionais em relação à adequação de seus objetivos.

O saber-fazer mantido como patrimônio das famílias é o meio utilizado para a obtenção de produtos específicos, o alimento “tipicamente” colonial, onde os utensílios, as máquinas e as instalações artesanais, juntamente com as formulações familiares, propiciam a diferenciação de seus produtos frente a outros do território.

É a ação racional com relação a um fim (produzir para o mercado), a partir da perspectiva de uma ação racional com relação a valores, dada pela tradição artesanal. Esta última movida ou suscitada por um conjunto de valores dados pelos sujeitos às suas ações, o que inclui “respeito” à tipicidade dos produtos.

A motivação para a elaboração dos produtos e dá-se pela tradição, mesmo que a maioria dos entrevistados categorizados nesta condição tenha passado por processos de capacitação (91% dos entrevistados), que foram promovidas pelas instituições a que estão relacionados, no caso dos Sistemas de Produção Tradicionais, a COOESPERANÇA e a EMATER.

Verifica-se, nesta racionalidade, que a tradição cultuada entre as famílias, a partir de receitas, produtos e uso de utensílios específicos, continua sendo passada entre as gerações como forma de perpetuar a lembrança dos antepassados. O que é ilustrado nos depoimentos a seguir:

O agnoline aprendemos a fazer com nossos Pais, que eram da Itália mesmo, assim sempre fizemos. Agora depois que me aposentei, que estamos investindo em mais tempo pra fazer. A receita é nossa mesmo, igual a dos Pais, se bem que a farinha essa que compramos hoje não é a mesma daquele tempo, até porque chegou a ter moinho por aqui. Se plantava trigo nessas áreas. Fora a farinha o jeito, a receita é a mesma, a gente faz questão e os clientes também, gostam assim do agnoline verdadeiro, se for para mudar até é melhor que se pare de fazer (O., PRODUTOR DE AGNOLINE).

Tem ainda aí o forno que os Nonos fizeram, não uso mais porque dá muito trabalho por causa da lenha, a sujeira. Aí uso forno elétrico claro, porque também não temos tempo pra tudo isso, mas o forno está bom ainda, às vezes usamos pra não deixar se estragar, mas também porque a gente se lembra deles (V., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

Não usamos mais o tacho⁴² aquele ali, não dá mais porque solta gosto nos doces, está muito velho e a gente tinha que ter conservado melhor porque cansamos de ver a Nona em volta daquele tacho fazendo os doces. Mas aí a gente não tem mais a saúde de antes e isso aí desgasta a pessoa para limpar. Aí usamos tacho novo, mas claro que não me desfaço desse aí, até a gurria disse que vai querer pra levar pra Santa Maria na casa deles, pra guardar assim, tipo enfeite, memória daqueles tempos. Nós damos força pra essas coisas, porque não queremos que a lembrança se perca (J., PRODUTORA DE GELEIAS).

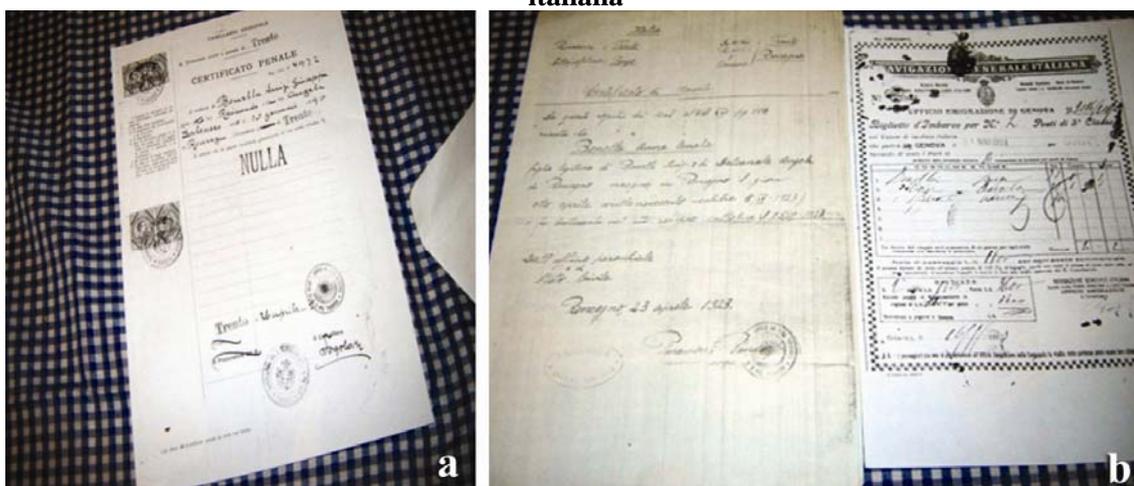
Os depoimentos transmitem sentimentos de zelo, afeto e respeito com os processos de produção herdados de forma intergeracional, assim como os equipamentos guardados como uma maneira de cultivar lembranças. Estes equipamentos, mesmo não sendo mais empregados para produção, correspondem à afirmação de suas identidades e ao fortalecimento dos laços de pertencimento tecidos entre as famílias.

⁴² Tachos são utensílios de cozinha passíveis de serem levados diretamente ao fogo. Nos “afazeres domésticos” constituem grandes panelas utilizadas para elaboração de doces. De uso comum no meio rural.

Percebe-se que mesmo não permanecendo no lugar de origem, os atores, através dos pertences herdados, agora, como objetos e não mais como utensílios (no sentido do significado do uso), buscam expressar o “ser do Lugar”.

Como estes depoimentos, têm-se vários outros relatos de heranças como fornos, tachos, panelas, máquinas moedoras e trituradores repassados como herança e patrimônio entre as gerações, juntamente com documentos centenários trazidos pelos primeiros imigrantes, como é o caso de certidão de “ficha limpa”, que muitos ainda guardam e orgulham-se ao apresentarem como reforço de suas identidades profissionais. É como se afirmasse: chegamos, aqui, como trabalhadores e não como refugiados ou exilados de nosso país de origem.

Figura 28 - Documentos apresentados pelos imigrantes italianos ao governo Imperial Brasileiro, quando chegavam ao Brasil: a) Certificado Penal; b) Documentos de legalização da imigração italiana



Fonte: Arquivos da autora

Neste sentido, analisando-se as identidades socioprofissionais dos atores, nota-se que, a partir dos Sistemas de Produção Tradicionais, com uso da mão de obra familiar, ausência de máquinas e equipamentos “modernos”, reprodução de receitas (formulações) familiares, comercialização em pequenas escalas e não formalização das atividades de processamento, eles seguem identificando-se como agricultores e fazendo menção ao produto colonial típico como resultado dessa condição.

Colonial é o nosso produto, o do agricultor daqui da Colônia (O., PRODUTOR DE AGNOLINE).

Olha pra mim o colonial de verdade é aquele produto sem química, sem conservante, com o fermento da batata, se nós formos ver as cucas e pães e por aí vai. É o produto que vem da agricultura feita aqui (N., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

O produto colonial é o da gente, o feito aqui pela nossa gente, com os nossos produtos, do nosso jeito. A gente é da colônia, não precisa se esforçar pra provar isso. É uma coisa natural nossa (A., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

Ao analisarem-se as suas dinâmicas diárias, verifica-se que as rotinas de trabalho dividem as horas entre produção, processamento e comercialização dos produtos, sendo arte *in natura* e parte processada sob designação de “produtos coloniais típicos”. A racionalidade no que tange à produção ainda segue a lógica agrícola, respeitando a sazonalidade dos produtos, a necessidade de diversificação das culturas nas propriedades e a venda de alimentos coloniais para o mercado como incremento de renda.

Sendo assim, as suas identidades socioprofissionais aparecem ainda fortemente vinculadas à condição agricultor, em que as ocupações referentes à produção e à comercialização dos produtos, por eles processados, não constituem prioridade dentre as atividades, conformando-se apenas como mais uma delas, por isso, denominados, aqui, como produtores/agricultores. Evidenciou-se que isso se deve, em parte, à consciência dos atores dos riscos impostos pelas exigências legais do mercado, que os conduz ou os afasta da especialização da atividade (em função dos investimentos necessários) e, outra parte, às perspectivas de sucessão das atividades na família, o que se esclarece adiante.

No que tange aos investimentos em legalização dos estabelecimentos (máquinas, equipamentos, utensílios e instalações próprias), verificou-se que as legislações vigentes (tanto sanitária como tributária), além de reestruturarem as condições de saber-fazer presentes, historicamente, entre as famílias, impõem aos atores produtores novas dinâmicas produtivas, referenciadas em saberes científicos, secundarizando o saber-fazer tradicional, que é o diferencial dos produtos. Além disso, estes investimentos para a legalização de alguns empreendimentos perfazem um montante financeiro que os produtores nem sempre estão dispostos a fazer, ou mesmo têm condições.

Refere-se, aqui, aos Perfis Agroindustriais ou o tipo de produto a ser processado, em que cada matéria-prima (animal e vegetal) possui um conjunto de normas e regras de processamentos específicos a serem seguidos, salientando que, dentre os perfis abarcados pelas entrevistas, as agroindústrias de produtos de origem animal são as que mais “sofrem” com os processos burocráticos de legalização.

Tem-se que os serviços de fiscalização e certificação sanitária SIM, CISPOA e SIF, que regem este segmento produtivo, por força da legislação vigente, atuam com base em exigências em infraestrutura: pé-direito, câmaras frias, embutidores, pasteurizadores rápidos, etc) e esta conduta técnica acaba por inviabilizar a legalização de empreendimentos com pequena escala de produção e baixo capital financeiro.

Um aumento na escala de produção (em muitos casos necessários para dar conta do pagamento dos investimentos realizados) reflete-se em vários setores dos sistemas produtivos, como a necessidade de contratação de mão de obra (nem sempre disponível na qualidade desejada⁴³), aquisição de matéria-prima de terceiros para dar conta das novas demandas e também se faz na identidade socioprofissional dos atores.

Em primeiro lugar, uma vez presentes como empreendimentos legalizados, esta condição impõe que as agroindústrias, com escala de produção expressiva, sejam registradas como Empresas de Pequeno Porte - EPP⁴⁴, e, em função desta situação, o produtor perde a condição de agricultor e todos os benefícios advindos dela, como aposentadoria rural e ainda as linhas de crédito e financiamento como o PRONAF.

Uma vez de posse desses conhecimentos, muitos dos produtores não se dispõem a legalizarem as suas atividades, mantendo-se sob condições tradicionais, comercializando os seus produtos a partir da Rede Informal de Abastecimento ao Turismo – RIAT, como o fazem 58,44% dos atores entrevistados categorizados sob esta racionalidade (Quadro 06).

O número destaca uma parcela dos atores inseridos no mercado sem condições legais de comercialização, quando considerada a burocracia da normatização do mercado. A comercialização dos produtos não certificados ocorre a partir de demandas dos consumidores que buscam produtos “típicos do território” como materialização das atratividades promovidas pelo CONDESUS e suas ações de turismo, instaurando, entre os atores, racionalidades utilitaristas de suas identidades.

⁴³ Nas entrevistas, muitos dos atores “reclamam” da ausência de mão de obra no território. No caso dos Sistemas de Produção Tradicionais, onde o saber-fazer é a arte que conduz o processo produtivo, a ausência de pessoas dotadas deste conhecimento, implica em ameaças as caracterizações dos produtos que precisam ser “tipicamente” coloniais.

⁴⁴ A legislação tributária para agricultores é diferenciada, ele é considerado segurado especial do INSS, contribuindo 2,2% sobre a comercialização bruta conforme lei 8212/91, cuja redação foi dada pela lei 8.398/92 de 7 de janeiro de 1992. A comercialização é realizada pelo bloco de produtor, mas no momento de processar alimentos perde a condição de segurado especial do INSS passando de produtor á empresário de pequeno porte - EPP, em geral os agricultores ao se legalizarem em função de encargos optam pela EPP com imposto simples, instituído pela lei 9317/96, onde os encargos como empresa são menores, tendo que contribuir individualmente e mensalmente com 20% sobre um salário-base; a aposentadoria por idade só pode ocorrer aos 60 anos para as mulheres e aos 65 anos para homens, e as mulheres não têm direito ao salário maternidade.

Sob uma racionalidade identitária com representação na “originalidade”, o diferencial é a arte que permeia a produção colonial, onde o saber utilizado, sendo de caráter intergeracional, compõe uma rede de significados culturais e familiares, que fazem menção a todo um “universo” territorial, implicando, assim, produtos com características próprias, como demonstra o depoimento dos produtores:

Aqui a gente vive muito bem, o lugar é bonito, agradável. Aí ficamos eu e a mulher trabalhando ali na cozinha, vendo televisão, conversando, ouvindo música, nem dá pra ver o tempo passar. Tem semanas que produzimos trinta mil quilos de agnoline só nós dois. É tudo feito como se fosse pra gente comer, tudo direitinho como tem que ser, com o melhor salame (Tu sabe que o agnoline verdadeiro é com salame e não com frango?) Temos as nossas lembranças todas. Posso te afirmar que aqui em casa trabalhamos com prazer (O., PRODUTOR DE AGNOLINE).

Sempre fiz as bolachas com a finada Mãe. No inverno então isso aqui tudo venta de um jeito que nós só saíamos de casa porque precisava mesmo. Daí se aprendia tudo, bolacha, cuca, pão, grustolli. Tudo tem um jeitinho da gente. Também lembro que isso ajudava a passar o tempo pra nós. Hoje continuamos fazendo porque ajuda na renda e o pessoal pede bastante, não deixam Nós parar. Na feira mesmo estamos indo os últimos dias, o marido não quer mais. Mas fazendo a gente segue sempre, isso é da gente daqui. Aí vamos seguir vendendo em casa Eu acho (J., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

Os dois depoimentos denotam a relação das atividades com o lugar onde os seus atores estão inseridos. A paisagem, as condições geográficas e os sentidos das atividades compõem o cenário de significação de suas atribuições.

Nós víamos a Mãe e o Pai sempre fazendo essas coisas de produtos coloniais, mais o salame, que sempre tivemos a criação de porco. Era uma trabalhadeira sempre. Como não tínhamos muita coisa para fazer mesmo, a gente pegava junto, não é que nem hoje que essa gurizada que está aí que nem quer saber, porque se ocupam com outras coisas, eu até acho bom isso, mas naquele tempo nós pegava junto no serviço, era assim com todas as famílias por aqui, tu pode perguntar para os mais antigos daqui que todos vão dizer que aprenderam com ao mais velhos. Daí que o salame sempre fizemos. Só depois, que fizemos uns curso e tal. Vieram aqui me oferecer. Foi um veterinário de Restinga, por causa de uma casa de colônia que nós vendíamos, aí fizeram visita na propriedade pra saber como a gente fazia e tal. Sabe que eu até fico pensando que podiam ter nos fechado os trabalho aquela vez, mas o que fizeram é mandar nós ajeitar uma peça específica ali pra trabalhar, botar uma lâmina de inox na mesa e fazer o curso esse de embutidos. Não aprendi muita coisa porque Eu já sabia fazer, mas foi bom porque aí aprendi jeitos mais fáceis e práticos de lidar. Conheci a tripa sintética, que na verdade é melhor pra gente do que lavar as do porco, essas

coisas. Mas te digo que o meu salame ainda é o do Pai (L., PRODUTOR DE EMBUTIDOS).

No sentido da caracterização das atividades, tem-se a capacitação dos produtores como importante indicador de que a ação é definida com relação a um fim. As entrevistas apontaram que 91% dos atores passaram por processos de qualificação de suas dinâmicas de produção, salientando que a perspectiva que diferencia o fim propositado entre os atores dos diferentes sistemas (Tradicional e Transformado) diz respeito à legalização dos empreendimentos que, na Racionalidade Identitária “de origem”, prediz motivações para melhoria de suas técnicas de produção, mas não transformações delas.

O depoimento do produtor de embutidos, anteriormente mencionado, ilustra isso quando manifesta a sua satisfação com relação aos resultados obtidos em seus produtos, através dos cursos. Para ele, o fato da tripa de preenchimento do salame não ser mais a do “porco” (utilizado, originalmente, pelos antepassados), mas a tripa sintética, não altera os sentidos do processo. Evidentemente, a composição foi modificada sob o ponto de vista nutricional e sanitário, mas os significados da tradição e da herança permanecem. Como fica explícito na frase dita por ele: “mas te digo que o meu salame ainda é o do Pai!”.

No saber-fazer, encontram-se os sentidos do produto, que são expressos nas motivações que guiam as iniciativas dos produtores para fazê-los da forma que fazem, no contexto de trabalho em que os produtos são elaborados, assim como as caracterizações profissionais que eles evidenciam, neste caso, produtores/agricultores.

Neste sentido, a perspectiva de sucessão das atividades entre as famílias emerge como importante elemento na continuidade e na perpetuação dos saberes tradicionais. A pesquisa apontou que, dentre os atores entrevistados pertencentes ao grupo dos Tradicionais, apenas 36,36% deles apresentam perspectivas positivas de sucessão. Acredita-se que isto se deve às novas ambições profissionais dos jovens que, motivados pela possibilidade de estudos em nível superior dentro do território (com extensões da UFSM e da UAB) ou ainda fora dele, devido à proximidade com dois centros de estudos superior regionais (Santa Maria e Cachoeira do Sul), acabam por seguir profissões diferentes das dos pais agricultores.

Por outro lado, como fator determinante para a compreensão da sustentabilidade dos Sistemas de Produção Tradicional, sob condições artesanais, percebe-se que, quando a sucessão das atividades ocorre, ela aparece como propulsora de estímulos à especialização das

atividades e à profissionalização dos empreendimentos, como demonstram alguns produtores entrevistados:

Vamos investir no futuro dele. A gente está um pouco ansioso com esse projeto sabe! Por um lado achamos que é bom, principalmente porque o filho volta pra casa, Ele não se dá muito bem na cidade, o emprego é bom lá, mas o que ele quer é ficar aqui fora com uma agroindústria formada. Estamos vendo essas coisas de investimento e tal, é bastante coisa, mas produção temos e ele quer muito isso aí, diz que é pro futuro dele, aí essas coisa não se nega pra um filho. Se der tudo certo como ele está investindo, vai se dar melhor que a gente aqui fora, focando numa coisa só, sem correria com as hortas, além disso ele tem mais estudo e isso já muda o futuro (C., PRODUTORA DE LEITE)

Temos os guris aí direto com a gente fazendo tudo, desde as parreiras, até a produção dos sucos e do vinho, sempre acompanhando o trabalho. Ainda são muito pequenos pra ter certeza se vão mesmo ficar aqui, mas o gosto pelo trabalho com a uva eles herdaram graças a Deus. Mas te digo assim: comparando comigo e o meu irmão, melhoramos o que o Pai nos deixou e já o Pai tinha melhorado as coisa que herdou do nosso avô, então eu penso que a tendência aqui é a gente deixar uma coisa melhor ainda pros Guris. Falta pouco pra gente ficar com tudo direitinho. Mercado temos bastante, então eu penso que eles vão seguir sim. A gente tem essa motivação pra trabalhar (S., PRODUTOR DE UVAS E PROPRIETÁRIO DE CANTINA DE SUCO E VINHO).

Os depoimentos delineiam as perspectivas de sucessão das atividades pelos filhos como continuidade de valores e cultura, mas também como possibilidade de qualificação dos empreendimentos a partir da viabilidade de especialização deles, dadas pelas melhorias proporcionadas pelas gerações antecessoras e melhores condições de estudo das atuais gerações.

De outro lado, 63,64% dos atores categorizados nesta racionalidade apresentam perspectivas negativas de sucessão. Nestes casos, não se percebem estímulos para investir na qualificação e na especialização das atividades, sendo que os atores limitam-se a realização de cursos e palestras, rejeitando as propostas de crédito e financiamento, justamente pela ausência de continuidade que justifique os seus investimentos.

O único filho que tivemos é professor de educação física. Ele não lida com massas, tem bastante trabalho na cidade. Mora ainda aqui conosco, mas não vai seguir com os agnoline, isso a gente está consciente. Somos eu e a mulher, a última geração que lida com o produto assim, do jeito verdadeiro da Itália, então não tem porque a gente aumentar as coisas por aqui, pra quê? (O., PRODUTOR DE AGNOLINE).

Na verdade estamos parando com os produtos, até na feira a gente já não está mais indo, vendemos por aqui o que ainda dá pra fazer. A feira hoje é

motivação pra gente, mas é muita responsabilidade com os fregueses e quase não damos mais conta de tudo. A aposentadoria nos ajuda a ficar mais descansados um pouco, sempre ajuda né. Mas acho que o maior motivo mesmo de nós estar querendo parar é a falta de motivação com as coisas. Não sei se é a idade, mas parece que antes nós tínhamos mais ilusão com o mundo sabe, agora as gurias saíram, são duas mulheres que temos de filhos, uma enfermeira e outra ainda estuda e vem às vezes só no final de semana, as gurias nem querem saber dessas coisas, até dizem pra gente parar com o pão e as bolachas, é que sempre viram nós aqui trabalhando, sem tempo pra mais nada. Vai acontecer de nós parar de vez sim (J., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

Os depoimentos expressam a desmotivação dos produtores para qualificarem os seus Sistemas de Produção. A ausência de perspectivas de continuidade de suas atividades pelos filhos inibe possibilidades de investimentos, ao mesmo tempo em que denotam alguma “satisfação” ao encaminharem os seus filhos em atividades profissionais fora do ambiente da agricultura.

É só nós e não sabemos por quanto tempo ainda vai. Fazer as coisas sempre se faz, mas pra vender assim pra fora acho que vamos parar. Nosso mercado é forte em Júlio de Castilhos, mas já tivemos problemas com a fiscalização de lá por causa do salame, agora estamos parados por aqueles lados. Mas te pergunto se vale a pena nós investir agora? Pensamos que não, os filhos não vão ficar com isso aqui, até vêem a gente trabalhar, a guria até me ajuda nos final de semana quando vem, mas não querem seguir. Eu até acho certo porque pra seguir com os salames, por exemplo, o investimento é grande pra legalizar, e os riscos? Quem me garante? Não vamos investir sem ter pra quem deixar, pra quê! Aí vamos fazendo o que dá e levando na feira (L., PRODUTOR DE EMBUTIDOS).

O depoimento do produtor de embutidos explicita as limitações impostas pela legislação sanitária vigente, que se coloca como obstáculo para a comercialização de seus produtos em mercados já “consolidados”, por meio de relações de proximidade e confiança, estabelecidas pelo seu trabalho. Aliado a este fato, a falta de perspectiva de sucessão das atividades entre os filhos apresenta-se como forte argumentação para a não realização de investimentos em suas estruturas produtivas.

Se, por um lado, a possibilidade de formação profissional capacita os atores do território, de outro lado, compõe alternativa de trabalho fora dele, contribuindo, em parte, para a baixa perspectiva de sucessão das atividades em famílias com Sistemas de Produção Tradicional.

Somam-se a este fato percepções “derrotistas” ainda vigentes em algumas famílias, em que a história de trabalho, sacrifício e suposto fracasso de seus antecessores imigrantes servem de referência para as novas gerações trilharem caminhos distintos dos seus antepassados.

Os filhos estão seguindo outros caminhos, tenho uma guria que faz farmácia e o outro é da computação, nenhum vai seguir aqui, não querem ser da agricultura como nós (A., PRODUTORA DE PANIFICADOS).

O guri ainda mora aqui com a gente, mas não tem trabalho na agricultura, tem a profissão dele, nós damos força, claro, precisa ter uma vida mais fácil que a nossa. Não te digo que é ruim, mas desse trabalho de todo o dia assim, de compromisso com entrega, com qualidade, tem que gostar, porque é trabalho que não chega e pouco dinheiro, mas foi sempre assim! Por isso que digo que tem que gostar se não, não fica, aí damos força para Ele (O., PRODUTOR DE AGNOLINE).

Mesmo apresentando limitações com relação às exigências legais e burocráticas do mercado, a racionalidade identitária “de origem” aparece como a grande inspiradora dos rumos de desenvolvimento endógeno traçados pelo CONDESUS, em que as identidades socioculturais e profissionais, presentes de forma histórica entre os atores, consubstanciam os discursos de exaltação ao lugar.

5.1.2 Racionalidade Identitária “Em Transformação”: representações sobre o território

O processo de construção do território, a partir do resgate das identidades socioculturais e a institucionalização delas por meio de ações conjuntas entre os municípios constituintes do CONDESUS, idealizam a Quarta Colônia como um lugar de memórias dadas pelos tempos passados. A exaltação à sua história, marcada pelo reconhecimento e pela valorização das heranças deixadas pelos imigrantes italianos e alemães compõem uma teia de significados que buscam expressar os sentidos do lugar.

Este processo, calcado em representações sociais sobre as identidades presentes, no caso, principalmente italiana e alemã, expressa o “ser do lugar” a partir de seus valores, seus hábitos e seus conhecimentos específicos, partilhados e exaltados no território por meio de discursos e imagens de significação identitária.

Neste aspecto, as ações turísticas objetivam a visibilidade de seu patrimônio histórico material e imaterial, tanto na dimensão natural, com a exaltação às paisagens como símbolo da ruralidade do lugar, quanto na dimensão cultural, através da valorização das formas de vida deixadas pelos imigrantes, com expressividade maior na culinária “típica”.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – PRODESUS, como os “novos rumos” do território, ao articular ações, elaboração de projetos e captação de recursos, promoveram o lugar através da exaltação à sua beleza natural, histórica e cultural, constituindo, com base nesses elementos e nas imagens derivadas deles, o discurso ideológico da Quarta Colônia:

Na exuberância do verde, entre vales e morros, encontra-se a Quarta Colônia – uma região no centro do Rio Grande do Sul, formada por nove municípios [...] Formada por descendentes dos colonizadores portugueses, escravos africanos e descendentes dos imigrantes alemães e italianos, a região encanta pelos traços vivos das tradições, da riqueza cultural e dos variados e deliciosos sabores de sua gastronomia [...] Venha sentir de perto a simplicidade e a hospitalidade da Rota Gastronômica da Quarta Colônia (<http://conesul.br>).

Esta ideologia⁴⁵ é marcada pela projeção do passado histórico de colonização europeia, como ainda resistente às transformações da sociedade moderna, preservando valores de receptividade, ajuda mútua, simplicidade e tradição, não mensuráveis entre os atores sob seus aspectos concretos, mas presentes nas significações de suas ações, o que torna o discurso oficial da Quarta Colônia (promovido pelo CONDESUS), como de caráter simbólico.

No caso específico da tradição, ela faz-se territorializada em produtos coloniais a serem ofertados pelos atores do território como partilha de suas formas de vida. O ideal do “típico colonial” apresenta-se caracterizado por elementos de singularidade e tipicidade, não materializados integralmente entre os atores e os seus Sistemas de Produção, visto que muitas das formulações ou receitas passaram por adaptações no decorrer dos anos, mas que continuam sendo acionadas como elementos simbólicos, pelos discursos e pelas ações de promoção dos produtos do território, sob seu sentido lúdico e ideológico.

⁴⁵ O significado de ideologia, refere-se a um sistema de idéias que busca elaborar uma compreensão da realidade. Como proposto por Karl Marx, através da ideologia, são montados os imaginários lógicos da identificação social com a função precisa de ocultar ou apaziguar diferenças e conflitos existentes entre as classes sociais. O conceito objetiva dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, oferecendo ao espectador a aparência do universal. É possível, também, perceber que o discurso ideológico, na medida em que se caracteriza por uma construção imaginária (no sentido de imagens), deve necessariamente fornecer, além de representações coerentes para explicar a realidade social, um “corpus” de normas coerentes para orientar a prática – política (ARON, 2003).

Assim, tem-se a Racionalidade Identitária “em Transformação” como ação racional com relação a um fim, promovendo ideologicamente os elementos de exaltação à história e à beleza da Quarta Colônia, por meio de um despertar de sentidos e sensações subjetivadas pelas ações de promoção do lugar. Estes elementos, acionados em caráter simbólico pelas Instituições, são promovidos como atratividade ao território, orientando a subjetivação do turista. O que pode ser constatado nas placas de sinalização distribuídas nas rodovias de acesso à Quarta Colônia.

Figura 29 - Placas indicadoras dos elementos naturais e culturais do território



Fonte: Arquivo da autora.

Como recursos de apelo imaginário, as sinalizações dispostas ao longo das principais rodovias promovem atratividade por meio de símbolos carregados de singularidades, objetivando a informação histórica do lugar e a promoção de seus elementos materiais e imateriais. As placas territorializam as etnias italiana e alemã (imagem “b”) transportando o turista e as suas significações para um universo dotado de história e singularidades, expressas na exaltação a natureza (imagem “a”) e na gastronomia (imagem “c”).

Cammarata (2006), afirmando que as potencialidades turísticas materiais e imateriais constituem fatores de territorializações, aponta que:

La dimensión territorial del espacio turístico caracteriza a una transformación sócio-espacial compuesta por dos tipos de espacios; el material o construído y el inmaterial basado en las imágenes y representaciones que se conforman en connotaciones mercantiles de la promoción turística sobre el espacio material (CAMMARATA, 2006, p. 357).

É da territorialização desses sentidos que emergem as oportunidades produtivas aos produtores, destacando a gastronomia com os seus produtos típicos, como complemento e materialização do discurso ideológico do lugar. No que tange aos alimentos de caracterização colonial, eles possuem as suas representações no natural, na abundância, na fartura e ainda sob o desígnio do “original ou verdadeiro”.

Aqui nós temos a tábua de frios, que é composta por salame italiano (verdadeiro e não o industrial) copa, queijo colonial. Temos a preocupação com a caracterização do produto, que deve ser verdadeira, tudo feito artesanalmente, nós conhecemos e sabemos o que queremos servir ao nosso cliente. A Quarta Colônia é referência em produtos de qualidade, boa comida, simples, mas bem feita. Por isso quando não encontramos o que precisamos aqui, entre os produtores da Quarta Colônia, precisamos trazer de fora. Não priorizamos os daqui se eles não têm condições de oferecer a qualidade que precisamos (PROPRIETÁRIO DE RESTAURANTE).

O depoimento do proprietário de restaurante demonstra uma preocupação com a caracterização dos produtos que, segundo ele, devem ser verdadeiramente coloniais. Evidentemente os indicadores desta condição estão na apresentação dos produtos, o que não garante que eles, de fato, sejam feitos sob “saberes tradicionais”. Daí o simbolismo ideológico do tradicional como algo bom ou melhor que o industrial, quando comparados entre si.

A Representação sobre o território, a partir das racionalidades “em transformação” expressa a necessidade de modificações nas rotinas produtivas, já que o saber tradicional não consegue sustentar o discurso ideológico de qualidade promovido pelo turismo. Neste sentido, as condições de produção exigidas pelas legislações vigentes repercutem como elementos transformadores dos saberes tradicionais, fazendo com que as racionalidades identitárias, advindas desta ideologização, passem por transformações.

Como representação sobre o território, a gastronomia emerge como “distintivo da Quarta Colônia” (VENDRÚSCULO, 2009), tendo seus “produtos típicos” como indicadores de suas identidades, presentes a partir da constituição histórica do lugar e os saberes herdados deste processo, moldando o cenário imaginado pelo turista. Aspecto que, deve-se ressaltar, é acionado pelas agências de turismo.

Eu apresento a região, aquilo que é bem significativo, os sítios, as igrejas, localização das moradias, geralmente em áreas que surpreendem os turistas pela dificuldade de acesso, os cultivos e a comida, claro. Eles não vêm só por causa da gastronomia, o perfil do caminhante é a descoberta do lugar. Eles vêm atraídos pela história, pela beleza paisagística, querendo ter essas descobertas. Mas aí aparecem mais coisas, como a comida típica. Então associamos isto à história. Tem ainda a hospitalidade, a ajuda entre eles, que acaba por ter a mesa farta como um exemplo disso. Não tem um lugar em que a gente chegue que não é bem recebido. Se o turista dorme em uma pousada e tomou a sopa de agnoline, por exemplo, e quer levar este agnoline, geralmente vamos atrás, se é um produtor, tento mostrar como ele trabalha, como ele vive (C., AGENTE DE TURISMO).

As palavras da agente de turismo expressam a forma com que as instituições promovem a visibilidade da Quarta Colônia, exaltando o antigo e o tradicional como tranquilidade, cultura e memória, tendo a gastronomia como parte deste cenário. Daí a emergência de uma racionalidade identitária marcada fortemente por um sistema de valores, configurados no território, embasados no resgate de suas identidades.

A ação racional com relação a valores, idealizada por Weber, tem a sua expressividade presente entre os atores, seja na exaltação destes elementos, pelos agentes de desenvolvimento do território (técnicos e políticos), como nos costumes ainda preservados entre os atores produtores como dialetos e saberes-fazer.

Os depoimentos dos agentes entrevistados são indicadores desta configuração, em que os relatos apontam a “ideologização” do território, fazendo-o com base em elementos simbólicos, materializados nos “discursos oficiais” e reprisados por seus agentes representativos.

Aqui nós temos tudo, a cultura, o patrimônio natural o que é riquíssimo. Mas o que é mais fascinante é vermos que o sentido de comunidade vai se dar dentro da igreja, a busca conjunta de interesses, as ações conjuntas. Nas paróquias vão se condensar uma série de questões enquanto organização social que nós, o CONDESUS, só promovemos a visibilidade disso, explicando os sentidos riquíssimos dessas ações. A comida é um exemplo disso, aquilo que se converte mais diretamente em serviço para o turista, mas que só tem sentido no lugar, junto com os outros elementos aqui. Nas comunidades dos agricultores se toma o vinho que eles fazem, se fala o dialeto que ainda persiste, se come os cardápios característicos deles e assim vai se montando um ambiente de preservação que é muito importante para a sobrevivência deles e para o País todo como patrimônio (J.I., SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDESUS).

Eles chegam aqui sem as informações da comida e tal, até porque a culinária italiana e alemã são reconhecidas em todo o mundo, não tem só aqui. Como meu produto é oferecer vivência, eles vão descobrindo a culinária durante a

estada por aqui. Aí é que aparecem as agroindústrias, por exemplo. Eu sempre sei qual a que está localizada no roteiro que estamos seguindo, aí se surge no grupo a curiosidade, vamos até ela. Os produtores já são meus conhecidos, alguns não, mas nunca tive uma porta fechada, todos sempre nos recebem bem, mostram as cantinas, os fornos, as parreiras, isso é a Quarta Colônia: receptividade, valores. A comida é só uma parte dela, então não podemos vender, digamos assim, um turismo só de gastronomia, é diminuir o lugar (C., AGENTE DE TURISMO).

Das etnias acionadas em representação ao território, as culturas italiana e alemã fazem-se presentes com mais visibilidade quando comparadas as culturas portuguesa e afrodescendente,

Flores (2006), buscando a compreensão dos processos territoriais, atenta para o território como um espaço de interação social, seja por meio de valorização de práticas culturais existentes de forma histórica, ou ainda pela criação de novas oportunidades derivadas de trocas, entre o passado e o presente. Segundo o autor, o território, a partir de diferentes racionalidades, apresenta um caráter multidimensional no que se refere às formas de valorização e exercício das culturas locais, cujos resultados estão relacionados às potencialidades criadas pela mobilização e pela interação entre as parte que o constituem, ou seja, os seus atores.

Talvez a explicação do fenômeno de maior visibilidade das culturas italiana e alemã, nos discursos ideológicos do território, esteja justamente no fato de que os atores, em suas representações, promovam estas etnias como as “originais” em contraponto às demais, que não possuem manifestação e organização legitimada nas imagens promovidas pelo CONDESUS, visto que a organização dos atores dá-se em função, principalmente, destas etnias quando focalizados os Sistemas de Produção e a comercialização de alimentos coloniais (produtos italianos/produtos alemães) justificando-os como detentores dos saberes-fazer especificamente coloniais.

Esta não é uma afirmação, visto que este trabalho não objetiva investigações acerca das diferentes etnias no que tange à expressividade de suas manifestações dentro do território. De todo modo emerge como uma condição relevante a ser analisada dentro do discurso ideológico proposto pelo CONDESUS.

No entanto, as imagens, as placas sinalizadoras, os rótulos e a caracterização dos produtos ofertados reafirmam os sentidos do lugar, principalmente pelo viés cultural das etnias alemã e italiana, fortalecendo estas representações sobre o território. Estas significações

são materializadas nas relações sociais cotidianas estabelecidas entre os atores, que ainda prezam pelo sobrenome e pela origem familiar como condição de confiança a ser verificada.

Para a gente ter laços com a etnia, abre portas, com certeza. Essa história de que o gringo confia na família e só abre a porta para os de fora quando sabe quem é, é pura verdade! Quando eles sabem da origem, de onde a gente vem que trocamos uns dialetos e tal, passamos a ter as fronteiras rompidas, não somos mais considerados de fora. E isso não é institucional, o Banco não busca isso. No meu caso aconteceu e ajudou bastante nos projetos, nas relações com os produtores. Tudo isso se deu em uma base de confiança cedida a mim, em parte com a ajuda da minha descendência (S.Z., GERENTE BANCO DO BRASIL DE FAXINAL DO SOTURNO).

O depoimento do gerente bancário denota a “facilidade”⁴⁶ que a sua condição italiana conferiu-lhe quando reconhecidas as suas origens. O sentimento de acolhida possibilitou-lhe motivação para o trabalho assentada na realidade “dos seus”, exaltando os laços de proximidade e o compartilhamento de significações, estabelecidos pela história das etnias no território.

Tem-se a origem histórica da Quarta Colônia como a grande legitimadora da ideologia do território que, se apresentando sob caráter simbólico, materializa-se nas relações entre os atores, por meio dos sentimentos de pertencimento ao lugar, expressos nas relações familiares e nas redes de valores cultuadas entre eles.

Toda esta “teia de significados” compõe a Quarta Colônia idealizada pelo CONDESUS, compondo-a como um lugar de memórias, natureza e história, onde a materialização destes elementos encontra-se sob processos de construção, a partir da valorização de suas atividades e transformação delas por meio do turismo.

O resultado deste processo está em uma nova racionalidade que se territorializa entre os atores, a partir da re-significação de suas identidades socioculturais e profissionais como oportunidades de negócios.

⁴⁶ No caso dos Gerentes do Banco do Brasil, tem-se que estes não podem residir na mesma Cidade por mais de quatro anos, a fim de evitar laços e facilidades com seus clientes. Se pelo lado da Instituição isto é benéfico, pelo lado pessoal, faz com que os sujeitos precisem construir sua aceitação enquanto parte das comunidades a que são enviados. No caso do entrevistado, sua descendência italiana foi “acionada” como um código social de aceitação e confiança na referida comunidade.

5.1.3 Racionalidade Identitária “Transformada”: Legitimação do território

A ideologização do território como um lugar de memórias, história e cultura, com expressividade no campo da gastronomia, emerge como incentivo à especialização dos Sistemas de Produção de alimentos de caracterização colonial. No entanto, o mercado proporcionado pela visibilidade destes serviços, através do turismo, apresenta-se constituído por uma série de regramentos de ordem sanitária, tributária e ambiental, que acabam por promover transformações nestes Sistemas.

Os saberes “de origem”, assentados nos elementos identitários expressos no saber-fazer tradicional ao serem qualificados sob a perspectiva da legalização, com base no saber científico, resultam em novas configurações produtivas entre os atores, representadas por transformações em suas identidades, sobretudo socioprofissionais.

Assim a Racionalidade Identitária “Transformada” é resultado da interação entre a tradição da Racionalidade Identitária “De origem” e os incentivos à especialização das atividades tradicionais, promovidos pelos discursos ideológicos do CONDESUS, expressos na Racionalidade Identitária “Em Transformação”.

Aqui, os atores, tendo como referencial os seus saberes, convertem os seus sistemas de produção, sob a lógica convencional do mercado, exigente em padronização e certificações legais de qualidade, transformando-se pelas oportunidades produtivas. Para tal, a especialização dos sistemas produtivos apresenta-se como “condição negociada”, em que os estabelecimentos, embora imbuídos de tradição, percebendo o seu potencial produtivo, potencializam as suas atividades em oportunidade de negócio, no sentido de empreendimentos comerciais.

As identidades presentes entre os atores permutam os seus sentidos, construindo novas referências a partir dos discursos ideológicos de exaltação à tradição e à tipicidade como ponto de partida para as iniciativas de valorização dos elementos identitários do território.

A Racionalidade Identitária “Transformada”, como ação racional com relação a um fim, apresenta o seu propósito de produção e comercialização de alimentos com foco direcionado ao mercado, tendo a legalização dos empreendimentos como condição legitimadora de suas novas atribuições. Sob esta racionalidade, o melhor meio de atingir os objetivos delimitados é a formalização dos “negócios”, o que possibilita aos atores que seus

produtos “viajem” e obtenham novos mercados, maximizando as oportunidades de ganho e rendimentos de suas atividades.

Weber (1991), ao delimitar os tipos de ação, quando se refere à racional com relação a um objetivo, identifica-a como o traço característico do mundo contemporâneo, marcado pela ampliação da esfera das ações.

Neste caso, o enquadramento legal dos empreendimentos no mercado, que se faz pelas certificações impessoais de qualidade dadas aos produtos por meio de selos certificadores, propicia a circulação dos produtos por todo o território, e até para fora dele, promovendo maior visibilidade à “marca” Quarta Colônia, ampliando, assim, o alcance dos produtos.

A exposição destes produtos em mercados extraterritoriais funciona como um convite gastronômico aos consumidores identificados com o apelo identitário dos produtos, ao mesmo tempo em que as ações de atratividade potencializarão oportunidades produtivas aos atores locais.

Analisando-se os elementos que indicam a racionalidade nas ações dos atores como conduzidos por Racionalidades Identitárias “Transformadas”, compreende-se os processos de “negociação de identidades”, pelos quais os produtores estão sendo conduzidos.

Quadro 7 - Caracterização socioprodutiva da Racionalidade Identitária “Transformada”

Sistemas Produtivos	Rede de Abastecimento ao Turismo.	Representações Identitárias	Capacitação dos atores	Identidades Socioprofissionais	Perspectiva de sucessão
Transformados	REAT	Profissionalização	Com: 100%	Pequenos Empresários	Positiva: 92,8 % Negativa: 7,2 %

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora

Partindo-se dos aspectos produtivos, têm-se os Sistemas de Produção como Transformados, a partir da contratação da mão de obra, do uso de máquinas, equipamentos e instalações específicas para o processamento dos produtos em escala e investimentos em legalização dos empreendimentos, o que acarreta transformações nos produtos, tanto em apresentação, como sabor e, conseqüentemente, caracterização.

Eu trabalhava fora meio turno e ganhava meio salário. Em casa sempre fiz pão, geleia, bolachas e cucas pra vender pra fora. Sempre tive compradores,

porque como aqui não tem muitos mercados, as pessoas compram de quem elas sabem que faz. O marido sempre envolvido na produção, uma coisa ou outra, aí que decidimos sair do fumo, ir parando aos poucos, daí investimos na agroindústria. Tinha um programa do Estado só pra isso, não era muito dinheiro, mas pegamos o que dava e fomos construindo aos poucos aqui, até acabar a construção, compramos os equipamentos e tudo. Levamos um tempo até nos adaptarmos com o aumento do movimento da clientela até o tempo do forno a gente custou a pegar, pois eram mais fornadas para serem feitas. Agora só estou aqui na agroindústria. Não dá mais tempo pra nada, nem pra mim nem para o marido. Contratamos um funcionário fixo pra dá conta das encomendas que aumentaram bastante desde que construímos aqui. É outra coisa pra gente trabalhar num lugar próprio, mas temos muitos custos, por isso não dá para parar mais [...] o tipo de cuca e pão que hoje estamos fazendo não é bem o mesmo de antes, só o pão colonial que ainda sigo fazendo com o fermento de batata, mas te digo que o que mais sai é o pão de centeio, o de sanduíche, essas linhas mais de pão light que também fazemos. Isso não é bem colonial mas as pessoas pedem bastante, então focamos mais neles (A., AGROINDÚSTRIA DE GELEIAS E PANIFICADOS).

No depoimento, percebe-se que o saber-fazer, expresso não somente nas técnicas de processamento, mas também nos tipos de produtos elaborados, é transformado pela especialização dos sistemas produtivos.

Considerando “tendências” de mercado, o produtor passa a processar novos “tipos” de produtos, em consonância com a demanda dos consumidores, neste caso, expresso na produção de alimentos *lights* e *diets*, mencionados pela produtora de panificados como os de “maior saída”, constituindo produtos com novas caracterizações, distintas dos alimentos coloniais.

Cammarata (2006) anota que a dimensão territorial do turismo calcada em recursos imateriais pode constituir mercados potenciais para as formas de vida vigente, materializando sentidos e significados em produtos típicos. Contudo, a mercantilização destes produtos está atrelada às ações de especialização das atividades e à qualificação das estruturas produtivas, isto em consonância com novas tendências de mercado e consumo, o que inclui alimentos “naturais”, de caracterização orgânica, ecológica ou colonial, denominação dada aos produtos regionais do Sul do Brasil.

Analisando-se as transformações nos produtos, resultado do processo de especialização de suas atividades, fica explícita uma condição negociada de suas identidades, expressas nas formulações (receitas) e nos significados de suas atividades produtivas, outrora marcadas por sentimentos e valores representados pela integração e pelas trocas efetivadas entre as famílias como continuidade de suas atribuições agrícolas.

As exigências técnicas impostas pela legislação sanitária, que rege especificamente as normatizações de produção, resultam em novos produtos, com sabores e apresentações distintas das “originais”, mas ainda processados sob a designação do “colonial”, como ilustra o depoimento a seguir.

Sempre fizemos salame italiano. O Pai e a Mãe vieram da Itália, então se fazia, mas pouco só pra gente de casa mesmo. Daí a gente fazia, folgada de tempos em tempos, plantava fumo, milho, feijão, essas coisas. Daí nós vimos que o fumo era uma vez por ano só, e quando recebia o dinheiro estava sem 'nenhum em casa' [...] o pessoal da Emater incentivaram nós a montarmos uma Agroindústria Familiar. Começamos a fazer em casa, numa quantia um pouco maior, logo em seguida surgiu a primeira feira em Faxinal, depois no Projeto Esperança em Santa Maria no qual estamos até hoje, aí eu vi que tirava dinheiro toda a semana, todo dia quase! Aí nos animamos a montar a agroindústria mesmo, com o abatedor de gado e de suíno. Antes a gente fazia numa peça própria, mas vendo a coisa funcionar resolvemos fazer as coisas certas, até porque estavam já me perseguindo no comércio que eu era 'frio' sabe? Aí fizeram o projeto. Muda pra gente trabalhar porque agora é tudo maior, precisamos vender até pra pagar os investimentos que fizemos, que foram grande, aí estamos até hoje nos ajustando. Os cursos todos ajudaram bastante, mas é que a gente já fazia. Mas trocou a máquina, tipo de tripa, os condimentos essas coisas e o produto mudou um pouco. Mas seguimos tentando deixar ele igual ao do Pai [...] a cor é diferente, mas o consumidor até prefere mais o salame assim vermelhinho do que os mais escuros né? Isso aí é um pouco de química no produto, mas é pouco porque não usamos muito, mas sempre tem que usar porque agora estamos com um consumidor mais de centro, que prefere o nosso produto, o da colônia, mas que faz comparação com os outros que ele vê. Aí muda um pouco sim, bem o colonial não é mais, nem tem com ser, porque mudamos tudo as máquinas, os condimentos essas coisas, mas acho que é para melhor. Melhor pra nós (F., AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS).

A importância da especialização das atividades para inserção dos produtos no mercado, discurso promovido na ideologização do território, é refletida entre os atores que buscam capacitar os seus saberes tradicionais sob a perspectiva de novas abordagens produtivas, dada pelo saber científico.

As entrevistas comprovam este cenário, quando 100% dos atores atuantes em Sistemas de Produção Transformados assumem terem participado de cursos de capacitação em tecnologia de alimentos e/ou gestão de empreendimentos, evidenciando que as representações identitárias constroem-se a partir de racionalidades utilitaristas de suas identidades. Neste caso, ilustrada pela transformação dos Sistemas Tradicionais em especializados para a oferta

de produtos de qualidade sob a ótica do saber científico, tido como condutor dos mecanismos de certificação dos produtos para o mercado.

No entanto, a produção colonial como um negócio, além de exigir qualificação dos recursos humanos, determina a necessidade de adaptações nos procedimentos técnicos de produção (saber-fazer), modificando a singularidade dos produtos, explicitando, mais uma vez, a necessidade de negociação das potencialidades tradicionais para a sua inserção como oportunidades, que se dão via turismo.

Atrelado a esta questão, ocorre a necessidade de re-arranjos familiares no que diz respeito à divisão da mão de obra disponível entre as atividades produtivas da propriedade e o processamento de alimentos. Acontece que, com o aumento dos serviços na propriedade, a mão de obra familiar disponível não é suficiente para dar conta de todas as atividades, acarretando a necessidade de contratação de funcionários, feita, em grande parte, em caráter temporário, aumentando os custos produtivos.

Estas modificações são tão significativas na racionalidade produtiva das famílias que se fazem sentir em todos os setores da vida coletiva, nas mentalidades, nas concepções sobre a identidade e até na ideia que as pessoas têm sobre si mesmas.

Nós começamos bem familiar mesmo, nós os irmãos, mas temos também área de lavoura. Aí uns cuidam mais lá. Mas a agroindústria estar nesse tamanho hoje foi uma necessidade, a gente começou nos fundo de casa, com a padaria e depois puxamos a varanda e começamos com os embutidos ali, carneava um porco por semana e fazia ali mesmo. Depois passou um ano e a gente foi aumentando. Vendíamos de porta em porta aqui na Quarta Colônia e em Santa Maria, aí claro que as coisas vão aumentando e a gente vai ficando conhecido, vai tendo outras necessidades. Começamos em novembro de 1998. No início eu abatia, mas não posso por lei, tenho só fábrica, não tenho abatedouro, essas coisas de fiscalização e tal. Com os embutidos vou te dizer que é sempre um problema pra nós porque não temo nem SIM aqui no Município e a gente tenta o CISPOA. Já tentamos três vezes, mas sempre falta alguma coisa. A padaria sim está ok, aí vendemos tranquilo pra muitos lugares, mas vendemos também o salame, claro. Mas por certo não dava, até estamos diminuindo o salame, ainda tem bastante, mas com o perigo da fiscalização a gente não investe muito mais. Com a padaria temos quatro funcionários que trabalham para a gente dar conta da demanda, mas é difícil achar mão de obra boa, que saiba o serviço, que pega bem o trabalho, porque não é bem assim sair fazendo, temos nosso jeito e tal, mas claro que seguimos os cursos que fizemos, nós e os funcionários. Nosso maior mercado é fora, a gente faz toda a região, agora o turismo é bom pra nós, claro, vendemos direto no ponto, sem custos, venda direta. A gente abre todos os dias de segunda a domingo, com a queda da ponte então aumentou ainda mais o movimento, mas claro que meu foco ainda é para fora, porque aqui na Quarta Colônia mesmo, tem bastante gente que faz os produtos. O

nosso mudou um pouco depois da indústria, uma necessidade da gente, agora temos mais cuidados com o padrão, as formas. O fermento não é mais o de batata pra durar mais, até porque produzimos muito mais hoje e o químico é mais prático. A gente cresceu sim, mas foi uma necessidade pra trabalhar melhor, agora temos muito mais custos e trabalho, as coisas mudaram desde aquele tempo, a gente olha pra trás e nem se reconhece mais direito, tudo na vida da gente mudou, o tempo, as prioridades. Agora somos uma empresa, temos que entender que é diferente (R., AGROINDÚSTRIA DE PANIFICADOS E EMBUTIDOS).

Verifica-se que a transformação dada pela lógica da legalização dos empreendimentos também se dá na base da organização familiar. Os investimentos financeiros, necessários para aquisição de equipamentos e construção de instalações adequadas, ao transformarem a lógica da atividade de processamento de alimentos de complementaridade de renda à atividade principal, alteram todo o sistema produtivo.

O aumento da escala, dado pelo alcance de mercado, reorienta a organização da unidade de produção familiar, priorizando o processamento de alimentos. Tal reorientação gera consequências variadas, como a necessidade de carrear mão de obra para o processamento, retirando-a de outras atividades, inclusive da produção de matéria-prima, instaurando a competitividade interna entre os fatores de produção. Tal situação conduz à necessidade de uma maior especialização da unidade de produção, abandonando a competitividade sistêmica da agricultura, dada pela diversificação de suas fontes de renda, o que propicia maior flexibilidade ao produtor diante das flutuações de mercado.

Tal aumento de escala, portanto, pode levar a contratação de mão de obra, o que significa incluir trabalhadores que podem não ter o saber-fazer que diferencia o produto, mudando as suas características e a necessidade de adquirir matéria-prima.

Observa-se ainda outra consequência decorrente da necessidade de ampliação do mercado, em que a dinâmica de Validação Social da Qualidade, dada pela caracterização colonial, perde o seu sentido ao sair do território, precisando acionar mecanismos simbólicos de referência à qualidade dos produtos como tal.

Os produtos, agora, processados sob técnicas convencionais de produção e, portanto, semelhantes aos das grandes indústrias de alimentos, perdem as suas características artesanais e, por conseguinte, o poder de diferenciação perante o consumidor, quando expostos em mercados fora do território, por isso, o apelo à “marca” Quarta Colônia, como legitimadora da condição de “produtos típicos da colônia”.

Neste particular, percebe-se que mesmo sob processos de transformação, os produtores ainda buscam evidenciar as suas identidades socioculturais como atributos de diferenciação e caracterização de suas atividades como típicas do território. Entretanto, a partir da utilização de novas bases técnicas, transformadoras dos produtos, esta diferenciação efetua-se somente a partir de simbolismos como a utilização de rótulos e embalagens como significações de “origem”.

Neste quesito, dentro do território, a legitimação como “produtos típicos” é dada pela conjuntura sociohistórica do lugar, reafirmada pelos discursos de ideologização promovidos pela Racionalidade Identitária “em transformação” que prediz a Quarta Colônia como dotada de singularidades históricas e seus produtos advindo de Sistemas Produtivos ainda carregados de tradição. Mas, fora do território, os produtos só adquirem estes significados perante o consumidor, se recorrentes ao nome da Quarta Colônia, como estratégia de certificação de origem de seus produtos, por isso, a designação desta nos rótulos, em muitas vezes eclipsa o nome da Agroindústria produtora.

Assim, os atores a partir de racionalidades transformadoras de suas identidades, ao inserirem-se na Rede Estratégica de Abastecimento ao Turismo - REAT, ao mesmo tempo em que ampliam as suas potencialidades produtivas, pela possibilidade de novos mercados, são submetidos a novos desafios dados pela competitividade dos grandes circuitos de mercado.

O conjunto de práticas socioculturais mobilizadas para a oferta dos produtos legalizados acaba por ter implicâncias territoriais na economia, nas dinâmicas de produção e nos modos de vida até então vigentes, impulsionando transformações nas identidades dos atores, tanto socioculturais, com a introdução de novos valores e referências, quanto socioprofissional, quando os atores passam de produtores a empreendedores do setor de alimentos, com todo o formato jurídico que advém desta condição.⁴⁷

O processo de qualificação dos produtores promovido pela Racionalidade Identitária “em transformação”, presente entre as instituições promotoras dos processos de capacitação, o faz sob a perspectiva da especialização, provocando a profissionalização dos produtores como empreendedores do setor de alimentos, conduzindo a racionalidade deles a novos enquadramentos profissionais: produtores empresários.

⁴⁷ Empresa de Pequeno Porte – EPP – Lei 9317/96.

A legalização dos empreendimentos surge, assim, como a legitimação das novas atribuições produtivas dos atores, fazendo-o a partir de Sistemas de Produção especializados e empreendimentos legalizados. É o que Weber (1991) assinala como resultado da afirmação positiva de uma ordem legal, em que a ação racional com relação a um fim é considerada a partir das consequências possíveis da conduta, neste caso específico, a possibilidade legal de circulação dos produtos como maximização dos ganhos.

De produtores, os atores passam à condição de empresários do setor de alimentos, com uma racionalidade voltada para a otimização de seus empreendimentos pelo uso da tecnologia e da padronização dos produtos na busca pela competitividade em circuitos convencionais de consumo. Neste sentido, as novas dinâmicas socioprodutivas configuram novos desafios e rearranjos ocupacionais entre os membros das famílias.

Nós aqui, veja bem, temos que produzir, que vender, que cobrar e assim ... a pequena agroindústria, não tem como ter um responsável por cada setor, não podemos pagar isso, então trabalhamos até dizer chega, agora mesmo, olha a hora que estamos. Eu por exemplo, até queria ter um funcionário só de gestor, mas nossa empresa não tem essa condição de pagar um funcionário assim qualificado desse jeito, então nós fazemos os cursos para irmos fazendo esse papel com qualidade. O meu caso por exemplo, não sou mais uma pequena agroindústria, sou micro-empresendedor, pela ANVISA mesmo sou uma indústria, desde 2003 tenho alvará assim, então eu não sou mais produtor, sou empresário, as taxas, tudo ... Mas é isso mesmo, a gente foi informado disso, eu sabia que seria assim. Tem que se estar preparado, vou te dizer que para começar tudo certo tu tem que arrancar com uns oitenta mil, se não nem começa. A gente investiu, conquistamos as condições e corremos atrás, trabalhando, não temos mais hora para nada, os parentes reclamam, uns falam até que a gente agora está 'cheio', mas é uma condição que nos foi colocada sabe. É assim mesmo, a gente teve que mudar nossas prioridades, mas é assim, nossa força de vontade tem que entender isso aí (B., PANIFICADORA).

A trajetória de produtores com propósitos de agregação de valor a suas matérias-primas através de saberes tradicionais, como diferenciação de seus produtos, reverte-se em uma nova condição socioprofissional, a de pequenos empresários em conexão com mercados convencionais, designando a estes, novos desafios a serem superados, principalmente no que se refere ao campo da cidadania (referindo-se a existência do indivíduo, seus direitos e deveres).

Os novos “enquadramentos” profissionais, aos quais os produtores vêm sendo submetidos sob o ponto de vista jurídico-legal, não promulgam uma categoria profissional específica e condizente com o campo da agricultura. De **produtores** passam a **empresários**,

com todo o aparato técnico-burocrático⁴⁸ que esta condição obriga, quando na verdade, sob o ponto de vista do significado de suas atividades e motivações acerca dessa, suas identidades socioprofissionais ainda se encontram no campo da agricultura.

Segundo Ghelen (2009), a cidadania remete o sujeito a uma condição de existência social, estabelecida na sociedade, pelas condições de direitos e deveres garantidos. Portanto, a cidadania é um direito público, porém, conforme cita o autor, sob contratos negociados.

Assim, a afirmação das condições de cidadania da identidade socioprofissional dos produtores empresários ainda é um processo em construção no território. Para tanto, é dever do Estado prover esta condição, implantando políticas para o segmento como a assistência técnica voltada, de forma específica, para o setor, linhas de crédito e legislações certificadoras de qualidade que, a partir de arranjos entre as instituições apoiadoras do segmento, reconheçam e identifiquem produtos e processos resultantes de formas de vida como legítimos.

O desafio é fazer emergir um cidadão que se oriente pelo convívio com os que são cultural ou etnicamente diferentes e que, ao mesmo tempo, reconheça as competências profissionais, priorizando conceitos de sustentabilidade para o equilíbrio social, cultural, ambiental, econômico, político e institucional; é fazer emergir um cidadão múltiplo, que se faça representar de múltiplas formas (GHELEN, 2009, p. 32).

Levando-se em consideração tais desafios, observou-se a ocorrência de lacunas na formação e no acompanhamento técnico aos “novos” empreendimentos. A EMATER, como instituição de acompanhamento técnico, não mais atua (principalmente pela caracterização dos atores como empresários) no segmento; o SEBRAE, como instituição promotora de pequenas empresas, após o vencimento de suas obrigações (geralmente delimitada por um pacote de ações) retira-se, e as Universidades, como extensão do conhecimento científico, não administram a equalização deste com os saberes tradicionais, trazendo à tona um debate acerca de suas ações fora do âmbito acadêmico.

A realidade de uma nova condição socioprofissional, ao mesmo tempo em que confere vantagens, principalmente pelo viés de acesso legal ao mercado, também impõe importantes

⁴⁸ Lembrando que segundo a Lei 9317/96, o produtor quando em caráter de comercialização de produtos processados fica proibido de fazê-lo por meio do bloco de produtor, devendo para tanto instituir uma Empresa de Pequeno Porte –EPP, com nota fiscal e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ, o que por sua vez inviabiliza sua condição de agricultor. Exemplo disso é a perda do direito a aposentadoria rural.

desafios a serem superados na condição de atores profissionais sob novas atribuições produtivas.

Completando as reflexões a partir das ações caracterizadoras da Racionalidade Identitária “Transformada”, tem-se as perspectivas de sucessão das atividades nas famílias como significativas para a efetivação destas novas configurações socioprofissionais, em que os dados apontam para 92,8% dos entrevistados com perspectivas positivas de sucessão, implicando, assim, maiores disponibilidades à transformação e ao investimento.

Os depoimentos de Pai e Filho, expostos a seguir, ilustram este cenário.

Temos investido em função do guri, que estudou turismo e quer seguir aqui com a gente. O café construímos para ele. Ele nos encorajou a isso, porque só nós não damos conta das coisas aqui, tem a venda, as hortas, essas coisas de trabalho do rural e já estamos com uma certa idade que não vencemos muito. É uma boa para nós isso aí, chama mais gente para cá. Os serviços de produção colonial sempre fizemos, mas mudar as coisas, investir e tal, é coisa do guri. A gente acha que ele vai seguir por aqui, mas não dá pra ter certeza porque ele gosta dos estudos (PROPRIETÁRIO DE VENDA DE PRODUTOS COLONIAIS E CAFÉ COLONIAL - PAI).

O Café sempre foi um objetivo meu, estudando e viajando com a faculdade eu ficava imaginado um café meu aqui. Tem a Mãe com os produtos dela, que sempre tiveram boa saída na venda, faltava um lugar pra receber as pessoas. Sempre vi que faltava isso aqui na Quarta Colônia, lugar com estrutura para receber os turistas, aí que decidimos pelo café. Temos bastante movimento, eventos, final de semana. O forte é no inverno, mas sempre tem movimento. Eu acho que vou seguir por aqui sim, acredito que o turismo vai trazer muita coisa para cá ainda, aí to investindo nisso, mas sou Eu né, pelo Pai acho que não saía nada (PROPRIETÁRIO DE VENDA DE PRODUTOS COLONIAIS E CAFÉ COLONIAL - FILHO).

Os depoimentos, acerca da profissionalização do empreendimento que gerenciam de forma conjunta, expressam ações de continuidade dos saberes tradicionais, agora especializados, a partir de oportunidades de ampliação dos negócios, pela inserção de seus produtos em mercado extraterritoriais ou mesmo atratividade de consumidores a seu estabelecimento no território, o que é dado pelo Café Colonial.

Os estabelecimentos, quando legitimados perante o mercado, constituem possibilidade de trabalhos futuros aos descendentes mais jovens pela oportunidade de crescimento e renda que eles evidenciam, bem como o *status* profissional que a condição de pequenos empresários lhes confere. Este último, indicativo de superação da condição de imigração esquecida e

fracassada, agora “superada” pela possibilidade de estudo e novas ocupações de seus sucessores.

Destaca-se que os 7,2% de entrevistados sem perspectivas de sucessão referem-se a famílias jovens, ainda sem filhos ou aquelas em que os jovens seguiram outras profissões, fora do território.

Dessa forma, a Racionalidade Identitária “Transformada” aponta a continuidade das atividades produtivas de caracterização colonial, tendo a especialização dos atores como condição negociada para usufruírem das oportunidades de mercado, gerada pelo turismo no território. As novas atribuições empreendedoras são, pois, legitimadas pela legalização de seus empreendimentos, conferindo aos atores produtores, novas identidades socioprofissionais.

5.2 LIMITES E POTENCIALIDADES DAS DIFERENTES RACIONALIDADES PARA A CONSOLIDAÇÃO DO “NOVO” TERRITÓRIO

A compreensão das diferentes racionalidades identitárias expressas nos sistemas de produção dos atores do território permitiu tecer algumas considerações a respeito dos limites e das potencialidades delas para a consolidação do “novo” território, o que se considerou nesta seção.

Diante das dinâmicas produtivas, constata-se que racionalidade identitária “de origem”, com ação racional com relação a um objetivo tem o seu “fim” na tradição artesanal como forma de diferenciação dos produtos, frente aos demais produzidos e comercializados no território. Nela, as identidades socioculturais aparecem por meio do saber-fazer tradicional, que caracteriza a singularidade da produção, em que o alimento produzido não é simplesmente comida, tendo a sua produção e a comercialização condicionada por valores e significados (GOODMAN; WATTS, 1997).

Assim posto, com relação aos saberes tradicionais, herdados de forma social e histórica entre os atores, verifica-se que o sentido dado à arte de cada produtor é que orienta a elaboração dos produtos como típicos do lugar. Enquanto, no processo industrial (convencional), o fundamento é a padronização do produto, no colonial, sob a racionalidade “de origem”, o “como fazer”, apresenta a arte da variável humana, como a própria diferenciação (SILVEIRA; HEINZ, 2005).

O saber-fazer, como parte da identidade sociocultural das famílias, possibilita “graus” de diferenciação aos produtos produzidos em Sistemas Tradicionais de Produção a partir da utilização de técnicas e equipamentos de caracterização tradicional, compondo o produto originalmente da colônia.

Neste sentido, como ação racional, os atores sabem, com base em seus conhecimentos, como combinar os fatores de produção disponíveis, em sua melhor forma, para a obtenção de produtos “típicos” e o fazem de forma consciente, compreendendo as vantagens e as desvantagens que advêm desta condição.

Percebe-se que a razão das dinâmicas produtivas opera-se em torno das identidades socioculturais presentes que, potencializadas pelo turismo, se revertem em oportunidades de geração de trabalho e renda aos atores por meio da elaboração e da oferta de produtos imbuídos de tradição, cultura e valores. É o Pecqueur (1992) salienta como territorialização do lugar, onde, do ponto de vista material, os territórios constroem os seus sistemas produtivos locais considerando as suas formas de vida e os conhecimentos específicos.

Neste entendimento, a racionalidade marcada pela priorização do saber-fazer tradicional é tida como fundamental para a caracterização dos produtos frente aos turistas que buscam “consumir” a cultura do lugar em todas as suas expressões, o que inclui gastronomia típica.

Sob este aspecto, as identidades socioculturais constituem pontos de partida para os atores mobilizarem-se em torno de laços de pertencimento e valorização de seus saberes, onde a racionalidade identitária “de origem” emerge como basilar para a sustentação dos discursos de exaltação ao território como fonte de cultura e história.

Tais saberes, materializados em produtos alimentares de caracterização colonial, valorizados pelo consumidor turista como típicos do lugar, fazem com que os atores reforcem as suas identidades a partir da valorização de seus produtos, resignificados em patrimônio cultural pela institucionalização do território pelo CONDESUS.

No entanto, estes produtos produzidos sob sistemas de produção tradicionais com base em saberes-fazer artesanais, por não possuírem certificação sanitária, enfrentam restrições legais para a circulação em mercados convencionais (embora muitos o façam), sendo encontrados nas Redes Informais de Abastecimento ao Turismo, abastecendo as pousadas, os cafés, os restaurantes, as pequenas casas varejistas, as feiras de produtores do território e de cidades vizinhas.

Ainda, no sentido dos obstáculos colocados por esta racionalidade, tem-se que as baixas perspectivas de sucessão entre os atores produtores, compõem importantes limitações para a propagação das atividades tipicamente coloniais. As restrições financeiras e os riscos, que a necessidade de legalização dos estabelecimentos produtores impõem aos atores, contribuem para que os jovens não queiram permanecer na atividade, buscando novas ocupações ou mesmo especializando-se em outras profissões.

De outro lado, as famílias que apresentam perspectivas positivas de sucessão partem da qualificação e da especialização de seus sistemas produtivos como condição negociada para manutenção das identidades socioculturais como oportunidade de geração de renda e o fazem no sentido da utilidade destas como possibilidades de negócio.

Assim sendo, confirma-se a hipótese sugerida, na tese, de que as racionalidades identitárias presentes entre os atores na Quarta Colônia efetivam-se a partir de racionalidades utilitaristas de suas identidades, devido às oportunidades de mercado promovidas pelo turismo.

Contudo, frente a este quadro de “mercantilização das identidades”, salienta-se que a preservação dos saberes e dos valores “de origem” é primordial para a caracterização do território e que a ausência de estratégias institucionais de preservação das identidades originais pode condenar à outrora “imigração esquecida”, à perda de suas raízes. O que implicaria o “desmonte” de recursos específicos e possibilidades de competitividade que se dão via saberes enraizados culturalmente entre os atores.

Buscando-se superar as limitações impostas pela tradição, caracterizadas, sobretudo, pela necessidade de adequação dos saberes tradicionais às exigências legais do mercado legal e burocrático, emerge a racionalidade “Em Transformação”, que, em ideologização ao território, é construída como elemento de apelo simbólico, pelo CONDESUS, que faz surgir, entre os atores, novas concepções com relação às suas identidades.

A ideologização da Quarta Colônia como um lugar de memórias, dada por sua história de colonização e ações de exaltação à natureza, colocam o território em um plano simbólico, com materialização na tradição cultural e na preservação ambiental, elencando estes elementos como recursos específicos a serem ativados como singularidades do lugar.

Neste contexto, o desafio imposto às instituições do território vem sendo a busca de novas alternativas de geração de trabalho e renda aos produtores que, inseridos em áreas não

agricultáveis sob o ponto de vista legal - Apps, encontram, na agroindustrialização de alimentos, forma de capitalização de seus saberes-fazer.

Esta estratégia potencializada pelo turismo, como eixo central do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - PRODESUS, tem, na produção e na comercialização de alimentos coloniais, a sua representação. Porém, esta alternativa só se materializa sob negociação de suas especificidades dadas pela arte de cada produtor, o que acaba por colocar as identidades socioculturais e profissionais dos atores sob processos de transformação.

Esta constatação permite confirmar a segunda hipótese da tese, segundo a qual a legitimação das dinâmicas produtivas do território tem a sua inspiração nas identidades socioculturais de origem presentes entre os atores, sendo que a promoção de alterações nelas podem acarretar modificações nas identidades socioprofissionais dos atores produtores.

A contribuição da Racionalidade Identitária “Em Transformação” para a consolidação do “novo” território opera-se a partir da ideologização de seus elementos endógenos, outrora, percebidos como obstáculos a serem superados e, agora, promovidos a atrativos turísticos pela sociedade consumidora moderna, marcada pelo distanciamento dos indivíduos de suas raízes.

Por esta razão, as atividades turísticas em curso fazem exaltação aos elementos de vivência dos atores locais, oferecendo experiências de significações simbólicas, que possuem materialização nas formas de vida dos produtores, marcadas pela simplicidade, pela ruralidade e pela gastronomia. Daí decorre a frase exaltada nos discursos de atratividade turística promovidos pelos pôsteres do CONDESUS: “Viva a Quarta Colônia”.

Dentro deste contexto, verifica-se, a partir dos depoimentos coletados, que alguns indivíduos estão voltando ao território, atraídos pelas novas oportunidades, sendo que parte dos atores entrevistados relata ter saído da Quarta Colônia em busca de conhecimentos e novas possibilidades de trabalho, mas assume o seu retorno motivado pela alternativa de construção de seus “negócios”, considerando, para tal, a valorização do território no cenário regional.

Diante disso, o peculiar é que tais negócios, formados a partir de saberes resgatados dos antepassados (agroindústria artesanais recriadas), acabam por valorizar a memória do lugar, através da redescoberta de hábitos e valores, mesmo que, sob o aspecto da tradição, eles encontrem-se no campo simbólico, não materializados na “originalidade”, mas em processos de construção de “novas” materializações de suas identidades.

E é o avanço da construção destas novas identidades que faz emergir a terceira racionalidade em evidência no território: a Racionalidade Identitária “Transformada”. Ela é marcada pela adaptação dos saberes tradicionais às exigências legais burocráticas da sociedade moderna que, no caso da produção e da comercialização de alimentos coloniais, inclui o uso de mecanismos de regulação à distância, dado pela necessidade de validação legal dos produtos por meio de selos certificadores de procedência e qualidade.

Tal racionalidade materializa-se nos novos elementos agregados às dinâmicas produtivas, secundarizando o saber-fazer tradicional em prol do saber científico, que é reivindicado pelas instituições reguladoras do mercado varejista como legitimador da qualidade sanitária dos produtos.

Desse modo, os estabelecimentos produtores de alimentos coloniais adquirem dimensão de empreendimentos, produzindo produtos alimentares sob as normativas da ciência de alimentos, sendo submetidos a técnicas industriais de processamento com ênfase na utilização de máquinas e equipamentos modernos, diferentes daqueles usados por seus antepassados. Conseqüentemente, a caracterização dos produtos também é transformada, ainda que processados sob a ótica artesanal, em face à conjuntura de suas origens, os produtos diferenciam-se daqueles processados em Sistemas Tradicionais de Produção em função dos elementos produtivos mobilizados para tal.

Sob este aspecto, pode-se citar mão de obra contratada (e, portanto, sem o saber fazer específico), uso de máquinas e equipamentos para a padronização dos produtos e a adoção de aditivos industriais na formulação dos produtos. Tais transformações são dadas pelo aumento de escala de produção dos empreendimentos e suas logísticas produtivas que, devido à ampliação do fluxo de produção, os produtores não mais se arriscam a utilizarem conservantes naturais como o sal e o alho (no caso de embutidos cárneos) ou fermentos naturais, como o de batata, utilizado na fabricação de pães.

Destaca-se que estas modificações, como ação racional dos atores com relação a um objetivo, fazem-se sentir não somente nos ambientes de produção, mas também sobre as representações dos indivíduos em suas instâncias profissionais. Sob novas diretrizes fiscais tributárias, os atores passam de produtores para empresários do setor de alimentos, fazendo derivar desta condição todo um cenário de exigências e deveres condizentes com um enquadramento socioprofissional, com o qual eles não estão habituados.

Assim sendo, pode-se confirmar a terceira hipótese desta tese, constatando-se que as transformações nas identidades socioprofissionais dos atores são promovidas pelas exigências em qualificação dos processos de produção de alimentos, impostas pelo mercado do turismo. E é justamente neste setor que se encontra a principal limitação da Racionalidade Identitária “Transformada”: a incapacidade das instituições promotoras desta transformação, para garantir direitos aos produtores empresários a partir de alterações em suas identidades socioprofissionais.

Os atores empresários, além de perderem condições de seguridade social, como o direito à aposentadoria rural, passam a trabalhar em um universo social e burocrático muito distinto do que estavam acostumados. As organizações de apoio a que eles sempre recorreram não mais garantem suporte técnico e jurídico às suas novas atividades, fazendo com que eles busquem a superação de suas limitações de forma individualizada, caracterizando-os como um empreendedor no sentido de um indivíduo disposto a correr riscos.

Os depoimentos dados pelos representantes das instituições de apoio atuantes no território confirmam este cenário. A EMATER justifica a sua ausência como decorrente do processo evolutivo dos produtores (o objetivo da Instituição é auxiliar no crescimento do agricultor, quando isso ocorre fundam-se as justificativas de sua inserção) reconhecendo, inclusive, falhas em seu quadro pessoal, que não dispõe de técnicos habilitados para trabalharem a gestão dos empreendimentos, o que seria fundamental na caminhada evolutiva dos atores.

A instituição com foco no acompanhamento da produção e da comercialização dos produtos agrícolas não consegue garantir assistência aos estabelecimentos em processos de agregação de valor, pontualizando suas ações em organizações de feiras, visitas eventuais às propriedades produtoras ou oferta de cursos de capacitação de produtores, quando demandados.

O SEBRAE, como instituição técnica contratada, tem a sua participação também por demanda, não oferecendo capacitação continuada aos atores. Além disso, o seu viés de fomento ao empreendedorismo busca trabalhar com indivíduos inovadores, dispostos a assumir riscos, o que, no caso dos produtores da Quarta Colônia, implica uma pequena parcela deles, representada pelos jovens que retornam ao território com objetivos empresariais bem definidos.

A COOESPERANÇA, por sua vez, promove a organização dos produtores dentro de um “espírito” de condição socioprofissional, mobilizando pequenos produtores, rurais e urbanos, em torno da economia popular solidária, fomentando a capacitação de seus atores na busca de autonomia de suas organizações, por meio de princípios de cooperação e solidariedade. No entanto, no que se refere à qualificação técnica dos produtores, a Instituição segue reproduzindo as lacunas observadas no SEBRAE e na EMATER, sem conseguir articular a relação saber tradicional x saber científico, uma vez que o apoio técnico aos produtores é feito de forma pontual por Universidades parceiras da COOESPERANÇA, que o executam sob linguagem científica.

Por último, aponta-se que o território, embora imbuído de especificidades e recursos endógenos, que desfrutam de reconhecido potencial produtivo, não consegue promover a legitimidade de suas singularidades sob a ótica legal e burocrática do mercado, sendo incapaz de garantir condições de cidadania (existência, direitos e deveres específicos) a seus atores sob diferentes enquadramentos profissionais. De um lado, os produtores informais, sem acompanhamento técnico e capacitação de suas potencialidades, e, de outro, os produtores empresários sem reconhecimento jurídico (sob os aspectos da legislação fiscal e tributária) de seus novos enquadramentos socioprofissionais.

Neste ponto, constata-se que a ausência de organizações, que representem e ofereçam apoio aos atores em suas diferentes identidades socioprofissionais, constitui centralidade nas demandas do território, já que a instituição legitimadora dele, o CONDESUS, embora efetiva na articulação política entre as partes que o compõem (Prefeituras Municipais consorciadas), não constitui instância de representação civil dos atores da Quarta Colônia, apresentando inclusive racionalidade identitária específica (“Em Transformação”) distinta das dos grupos de produtores, representados pelas Racionalidades “De Origem” ou “Transformada”, o que nos leva a considerar a postura do Consórcio, quando comparada aos dos atores sociais, como de auto representação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo realizado, foram identificadas as racionalidades identitárias presentes na produção e na comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia, RS, utilizando-se a sociologia compreensiva proposta por Max Weber como recurso analítico da abordagem empírica, buscando-se por meio da abordagem em questão a compreensão dos sentidos das manifestações produtivas em curso no território estudado.

Através da reconstrução e da análise dos processos sociohistóricos ocorridos na região, verificou-se a sua transição de “região geopolítica a território de desenvolvimento”. Esta transição foi dada por meio do resgate, da legitimação e da institucionalização das identidades presentes entre os atores, feita com base na história de seus antepassados.

Este processo faz emergir um “novo” território, demarcado institucionalmente pela consolidação de um Consórcio, gestor de ações conjuntas entre nove pequenos municípios, próximos entre si e “irmanados” na busca de estratégias que os fortaleçam, social e economicamente frente aos maiores municípios da região. Tais estratégias encontram-se centradas na ativação dos recursos materiais e imateriais presentes, como elementos singulares a serem promovidos para o mercado, por meio do turismo.

Deste cenário, emerge a valorização dos alimentos de caracterização colonial, processados artesanalmente por práticas que simbolizam saberes-fazer tradicionais que permanecem ou estão sendo recriados como representação do território. Tratando-se de um território que foi projetado a partir dos sentidos de sua história, marcada pela presença da cultura dos imigrantes europeus, seus valores, saberes e cultos, ainda expressos no cotidiano das famílias.

Por meio dos conceitos de ação social e racionalidade, buscou-se a compreensão das formas de ativação das identidades socioculturais e profissionais presentes entre os atores locais, como oportunidade produtiva. Foram, desse modo, identificados dois Sistemas de Produção de alimentos coloniais, analisados no capítulo quatro: o Tradicional, caracterizado pelo saber-fazer artesanal, presente entre as famílias como parte da tradição de seus antepassados, e o Transformado, identificado a partir de modificações nas práticas produtivas dos produtores, decorrentes da legalização de seus empreendimentos sob os moldes das legislações sanitárias e tributárias vigentes no setor de alimentos que, dentre as suas

normatizações, secundarizam o saber tradicional em função do científico para a circulação legal de seus produtos no mercado.

Das oportunidades de comercialização, promovidas aos atores a partir da valorização de seus produtos identitários pelo turismo, surgem duas redes de abastecimento, distintas em sua estruturação, mas complementares na distribuição dos produtos. A Rede Estratégica de Abastecimento ao turismo, composta por empreendimentos legalizados ou em vias de legalização de suas atividades produtivas e a Rede Informal de Abastecimento, assim denominada por ser constituída por estabelecimentos não legalizados conforme as normativas sanitárias do mercado.

Por meio destas Redes, os produtos circulam dentro e fora do território, contribuindo para a sua representação a partir de identidades expressas na designação “produtos típicos da Colônia”. As trocas efetuadas entre os atores por meio das Redes permitem a identificação de laços de pertencimento entre os produtores, que compartilham suas identidades socioculturais como inspiração para as suas atribuições no território.

Analisando-se as dinâmicas estabelecidas entre os Sistemas de Produção e as Redes de Abastecimento, observaram-se três racionalidades distintas presentes entre os atores, com relação à ativação de suas identidades, socioculturais e profissionais, como recursos específicos: a Racionalidade Identitária “De Origem”, a “Em Transformação” e a “Transformada”.

A caracterização de cada um delas, descritas no capítulo cinco, permite compreender as transformações em curso na Quarta Colônia, onde as identidades culturais e socioprofissionais “De Origem”, presentes de forma histórica entre os atores, inspiram a ideologização do território.

O referido território é exaltado pelo CONDESUS como uma região de “encontros étnicos”, dotada de memórias, saberes e paisagens singulares, mobilizando tais recursos em oportunidades produtivas aos atores locais, caracterizando uma Racionalidade Identitária “Em Transformação” pela exaltação (simbólica) de seus valores étnicos e culturais, voltadas para uma perspectiva de mercado com foco no turismo.

Por sua vez, o turismo, ao mesmo tempo em que potencializa oportunidades aos atores locais, exige transformações em seus saberes tradicionais pela lógica legal e burocrática do mercado. Como resultado deste processo, presencia-se uma nova racionalidade, marcada pela

transformação das identidades em legitimação ao “novo” território, a Racionalidade Identitária “Transformada”.

Tais transformações evidenciam-se, principalmente, nas identidades socioprofissionais dos atores que, de produtores, passam a pequenos empresários, acarretando amplas modificações em seus Sistemas de Produção, relações com o mercado, rearranjos familiares, configurações jurídicas e significados de suas atribuições, que se fazem sentir em todos os aspectos sociais e de organização das famílias.

Neste sentido, salienta-se a ausência de mecanismos legais que reconheçam juridicamente os novos enquadramentos profissionais advindos da evolução socioeconômica dos atores em condições de empreendedorismo. Trata-se, pois, de questão fundamental a ser equalizada pelas políticas públicas como garantia de cidadania e incentivos a serem concedidos aos atores em processo de transição de suas identidades socioprofissionais.

Comprovou-se que o processo de desenvolvimento, em curso no território, caracteriza-se pela mobilização de seus recursos específicos, presentes nas dimensões natural e cultural que quando ativados em produtos artesanais, passam a ser reconhecidos e exaltados (a partir das Instituições) como típicos da colônia.

No entanto, a articulação necessária para a potencialização desses elementos em produtos, realiza-se a partir de interferências externas às organizações civis, ausentes e não representativas dos produtores. As ações de potencialização das identidades são efetivadas apenas no campo sociopolítico, ideologizado nas ações do CONDESUS, o que faz com que a racionalidade identitária “Em Transformação” destaque-se como a representação do território, por ser a racionalidade “comercial” promovida pelas Instituições de visibilidade da Quarta Colônia, materializada em propagandas, folders, placas sinalizadoras e discursos oficiais do CONDESUS.

A Racionalidade “De Origem”, por sua vez, entendida como a inspiradora dos processos em transformação, manifesta-se como superação do estigma “imigração esquecida”, contribuindo para o resgate de auto estima dos atores locais que, mesmo usufruindo de suas identidades em caráter utilitarista, colabora para a sustentação dos discursos ideológicos promovidos pelo CONDESUS, que manifestados no campo simbólico, materializam-se nos Sistemas de Produção Tradicionais.

Já a Racionalidade Identitária “Transformada” é responsável pela promoção dos serviços e dos produtos que consubstanciam a imagem do território para fora dele, graças a

possibilidade de comercialização dos produtos em espaços de mercado extraterritoriais em função das condições legais dos empreendimentos, o que implica em novos enquadramento socioprofissionais de seus atores, fazendo emergir dessa condição, importantes desafios a serem superados no campo da assistência técnica, crédito e deveres jurídicos tributários (taxas e impostos condizentes com a realidade de produtores – empresários), nas quais as Instituições promotoras dessa “nova” racionalidade possuem papel de destaque.

Salienta-se ainda, como “achado” desta tese, uma série de lacunas na organização dos produtores, que se apresentam desarticulados entre si, no que se refere a reivindicações de interesses comuns. Isto inclui ausência de instituições de apoio técnico, de capacitação e mesmo de representação socioprofissional que os fortaleça diante de um novo cenário socioprodutivo.

Por fim, assinala-se o presente trabalho como contribuição no conhecimento e análise do território estudado, a partir de reflexões a cerca de suas dinâmicas organizativas, apresentadas de forma complexa e multidimensional, o que torna sua realidade empírica, rica para realização de investigações de caráter sociológico.

Neste sentido, aponta-se como limitação deste estudo, o tempo de investigação e tamanho da amostra utilizada, que devido a composição do objeto investigado (nove municípios) sugere a necessidade de um acompanhamento mais longo (em horas investigadas) das rotinas estabelecidas pelos atores sociais, bem como amostras maiores que representem os municípios formadores da Quarta Colônia de forma mais homogênea (em entrevistados por Município). Tais ações não foram possíveis frente ao tempo e recursos disponíveis para a pesquisa.

Finalizando, acredita-se que o desenvolvimento deva partir de ações conjuntas entre atores locais e as suas instituições representativas, mobilizando de forma participativa, os recursos específicos existentes em ações de projeção econômica compartilhadas entre as parte que o constitui.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília: IPEA, 1998.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. *Revista Super Hiper*, edição especial - Panorama 2008, jan-2009.

_____. *Revista Super Hiper*, edição especial - Panorama 2006, jan-2007.

ACHUTTI, L.E.R. *Fotoetnografia da biblioteca do Jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C., MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.

ALMEIDA, J.A.; RIEDL. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ALVES, H.; FABRÍCIO, I. *Turismo e desenvolvimento: a dimensão cultural*, Serra da Mantiqueira - MG. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2004.

ARANTES, A.A. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BATISTELLA, L. F. *A experiência vivida pelo ser-gestor no desenvolvimento regional em um consórcio de pequenos municípios*. 2006. 278 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFSC, Florianópolis, SC, 2006.

BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; COSTA, R.H.; SILVEIRA, C.B. (Org.). *Abordagens políticas e espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-8.

BEVILACQUA, D.; RORATO, G.Z.; COLUSSO, I. *Quarta Colônia: patrimônio cultural*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

BLUME, R.; SHNEIDER, S. Do território ao desenvolvimento territorial: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003. *Anais...* Brasília: SOBER, 2003. CD-ROM.

BONI, L. A.; COSTA, R. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS, 1984.

BOUCHER, F. Desarrollo rural, acciones colectivas y concentraciones agroempresariales. In: JORNADA HEMISFÉRICA DE PRODAR, 12, Y ENCUENTRO NACIONAL DE AGROINDUSTRIA RURAL DE GUATEMALA, 3, [?].

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Le capital social*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. 1980

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Estudos preliminares das microrregiões: Território Centro - RS*. 2009. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. SDT, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, 2003.

BRUNET, R. *Le territoire dans les turbulences*. Paris: Reclus, 1990.

CAMMARATA, E. B. El turismo como práctica social y su papel en la apropiación del território. In: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M.; SILVEIRA, M.L. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CENCI, A. *Análise do Perfil das Agroindústrias Familiares situadas na Região do CONDESUS*. 139 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). CPGEXR, UFSM, 2007.

CERDAN, C. S. D. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais: sistemas de produção de queijo em Sergipe. In: SABOURIN; TEIXEIRA (Org.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. Brasília: Embrapa, 2002.

CHADDAD, F. R. Denominações de origem controlada: uma alternativa de adição de valor no agribusiness. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - FEA/USP, 1996.

COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Cambridge, MA. Cambridge University Press, 1990.

COLONOMOS, A. Emergence d'un objet et perspectives internationalistes. In.: CHARILLON, F. et al. *Sociologie des réseaux transnationaux*. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA. Projeto de desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia do RS. *Programa Nacional da Mata Atlântica - Projeto de Execução Descentralizada* (Documentos referenciais do CONDEUS), Faxinal do Soturno, RS, 1995.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA - CONDESUS. Faxinal do Soturno. Ata da reunião agosto de 1996. Livro 1, p. 6.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA - CONDESUS. Site oficial. Disponível em:
<http://quartacolonia.prumosweb.com.br/quartacolonia_condesus.jsp> Acesso em: 05 mar. 2010.

DESJARDINS, D. R. Les Systèmes agroalimentaires localisés en Amérique latine: un facteur de compétitivité de iagro-industrie rurale sur des marchés globalisés. In: *Économies et sociétés*, Série Systemes agroalimentaires. A.G. n. 25, 2006.

DILLEMBURG, E.T.; RAUPP, A.K. A Agroindústria no sistema sindical. In: BARROSO, L.A.; ZIBETTI, D.W. (Org). *Agroindústria: uma análise no contexto socioeconômico e Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2009.

DUFUMIER, M. Les projets de développement agricole: *Manual d'expertise*. Paris: Ed. Khartala/CTA, 1996.

FELDMAN-BIANCO, B.; CAPINHA, G. (Org.). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERREIRA, J.M. Carvalho. *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill, 1995.

FLORES, M. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - uma visão do estado da arte*. Série Territórios com Identidade: São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br>> Acesso em: 3 abr. 2008.

FONSECA, M. F. da. *Cenários no SAA no Século XXI: Algumas tensões e negociações encaradas pelo enfoque orgânico e Agroecológico*. EMBRAPA. Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte, 02 set. a 15 out. 2002.

FROEHLICH, J. M. R.V. Imprimindo sabores - gastronomia e identidade territorial na Quarta Colônia - RS. In: *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober*, Rio Branco - AC: CD-ROM, 2008.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 1, n 11, jan./jun. 2004.

GEHLEN, I. Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi. 265 f. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

GÓMEZ, C. A. C.; BOUCHER, F.; REQUIER-DESJARDINS, D.¿ Cómo activar los sistemas agroalimentarios localizado en América Latina? Un análisis comparativo. In: *Revista Agroalimentaria*, n. 22, enero-junio, 2006.

GOODMAN, D.; WATTS, M. (Ed.) *Globalizing Food: agrarian question and global restructuring*. London: Routledge, 1997.

GOODMAN, D. The “ Turn Quality” and Alternative Food Practices: Reflections and Agenda. *Journal of Rural Studies*, v.19, Issue 1, January 2003.

GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P.R.C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar Rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., Fortaleza, 2007. CD-ROM.

GUIMARÃES, G.M. *A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte*. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), CPGEXR, UFSM, Santa Maria, 2001.

GUIVANT, J. et al. *Relatório Final de Pesquisa CNPq: os supermercados e o consumo de frutas, legumes, verduras (FLV): orgânicos certificados*. Florianópolis: UFSC, 2003.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF e São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. *Revista Geo*, Rio de Janeiro, v. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

HERNANDEZ, J. C. Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R.W.D. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados do Censo Econômico e Agropecuário*, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

_____. *Dados do Censo Populacional*, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

ITAQUI, J. (Org.). *Quarta Colônia: inventários técnicos*. Condesus Quarta Colônia. Santa Maria-RS: UFSM, 2002.

ITAQUI, J.; VILLAGRÁN, M. A. *Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia*. Santa Maria-RS: Palloti, 2002.

JEAN, B. La question rurale: comprende le rural et construire la ruralité. In: JEB. *Territoires d'avenir: pour une sociologie de la ruralité*. Québec: PUQ, 1997.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LEONARDI, A. et al. Redes de cooperação em agroindústrias familiares: a Casa da Quarta Colônia. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 1, n. 34, 42-59, jan/jun, 2010.

LINDNER, M. *Turismo rural e desenvolvimento local: estudo da rota gastronômica de Santa Maria*, Silveira Martins, RS: Editora da UFSM, Santa Maria, 2007.

LOCKIE, S. The Invisible Mouth: Mobilizing “the Consumer”. In: *Food Production-Consumption Networks*. Agro-Food Networks and Food Politics - Theme I - Theorizing Food Production-Consumption, University of California: Santa Cruz, 2001.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISHER, T. (Org.). *Gestão Contemporânea, cidades estratégias e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.53-68.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*. Assen, The Netherlands: Van Gorcun, 2003.

MAZOYER, M. R. Atores Sociais. In: GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. (Org.). Coord.UAB/UFRGS; SEAD/UFRGS. *Organização social e movimentos sociais rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MAZOYER, M. R. *História das Agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, A. (Comp.). *Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos*. Montevideo: Imprenta Rosgal S.A., 2006.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó-SC: Argos, 2005.

MOITY-MAISI, P. et al. Systèmes agroalimentaires localizes: terroir, savoir-faire, innovation. Paris: INRA, 2001. (Collection Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement; n. 32).

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. Representações sociais: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUCHNIK, J. Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificación y competencias de los consumidores. *Revista Agroalimentaria*, Mérida - Venezuela, n. 22, enero-jun. 2006.

MURDOCK, J.; MARSDEN, T. *The spatialization of politics*: local and national actor-spaces in environmental conflict. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, 20, 1995.

NARDI, O.; MIORIN, V.M.F. Turismo em espaço rural e desenvolvimento local na Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 5., *Anais Ordenação, segmentação e regionalização do turismo*. Santa Maria, RS: FACOS/UFSC, 2006.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.16, n. 43, 2001.

NEUMANN, P. S. *O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção*. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - UFSC, Florianópolis, SC, 2003.

NEUMANN, P.; SOUZA, R. *Relatório Final de Pesquisa à FAPERGS: Diagnóstico e Cadastro das Unidades de Produção de hortigranjeiros e de produtos coloniais da*

microrregião da Quarta Colônia e Estudo regional de mercado na Região central do Estado. UFSM/CCR/Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, 2008.

OSTROM, E. (Org.). *Local commons and global interdependence*. London: Sage Publications, 1995.

PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.: Raízes, Campina Grande, v. 24, n.1-2, p.10-22, jan./dez., 2005.

PECQUEUR, B. *Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud*. France: Université Joseph Fourier, 2004.

_____. Qualite et développement: L'hypothese du panier de biens. In: *Symposium sur le développement regional*. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

_____. Territoire, territorialité et developpement. In: *Annales de Coloque Industrie et Territoire*, IREPD, Grenoble, 20-22 octobre, 1992.

PEREIRA, M. C S., NEVES, R. I. S. E CASAROTTO FILHO, N. *Redes de agroindústrias de pequeno porte - A Experiência em Santa Catarina, Florianópolis, SC, BRDE*, 2004.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. *Labour, markets and agricultural production*. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

PREZOTTO, L. *A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária*. 143 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - UFSC, Florianópolis, 1999.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAFESTIN, C. *A geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A.B. O rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A.; FROELICH, J.M.; RIEDEL, M. (Org.) *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

RS VIRTUAL (Rio Grande do Sul). *História, turismo e informações sobre municípios do RS*. Disponível em: <<http://www.riogrande.com.br/turismo/quarta.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2009.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN; TEIXEIRA (Org.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. Brasília, DF: Embrapa, 2002.

SABOURIN, E.; DJAMA, M. *Dynamique des marches de proximité en province nord de Nouvelle Calédonie, Pouembout*. Paris, CIRAD, Petit Bibliothèque du MAUSS, 2002.

SACOS dos ANJOS, F.; GODOY, W.I.; CALDAS, N.V. *As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências*. Pelotas-RS, Prec/UFPEL, 2005.

SANTIN, S. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: EST, 1986.

SANTOS, B. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SENEDA, M.C. *Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência e saúde coletiva*, Abrasco, v. 5, n. 1, p187-192. jan/jun 2000.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: *Sociologias*. Porto Alegre, v. 1, p 88 -125. jan./jun. 2004.

SILVEIRA, P. R. C.; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: SEMINÁRIO SOBRE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., São Luis Gonzaga. *Anais...* São Luis Gonzaga: UERGS, 2005.

SILVEIRA, P.R. C. et al. O Turismo e a recreação das agroindústrias rurais tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO, 5, Santa Maria. Anais... CITURDES. Santa Maria: UFSM, 2006.

SCHULTZ, G. *As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição*. 192 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, UFRGS, 2001.

SCHULTZ, G.; PEDROZO, A. P.; NASCIMENTO, M. F. L. *As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição*. In: PLANETA ORGÂNICO. 2002. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

SILVEIRA, P.R. et al. Construção da identidade territorial em sistemas agroalimentares localizados: o caso da Região da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul - Brasil. In: CONGRESSO DA REDE SIAL, 4., Mar Del Plata, Argentina: Rede Sial, 2008a. CD-ROM.

SILVEIRA, P.R.C.da et al. Redefinindo riscos alimentares em sistemas agroalimentares localizados: o desafio da validação social da qualidade em mercados extra-regionais, Mar Del Plata, Argentina, CONGRESSO DA REDE SIAL, 4, Mar Del Plata, Argentina: Rede Sial, 2008b. CD-ROM.

SILVEIRA, P.R.C.da.; GUIVANT, J.S. As Relações colaborativas e conflitivas na comercialização de alimentos e bebidas orgânicas: uma análise a partir do caso dos processados orgânicos do RS, CONGRESSO DA ANPPAS, 5., Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2010. CD-ROM.

SILVEIRA, P.R.C.da.; GUIVANT, J.S. Conflitos e desafios na comercialização de produtos orgânicos nas grandes redes de supermercados: o caso dos processados orgânicos no Rio Grande do Sul. CONGRESSO DA SOBER, 47., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2009. CD-ROM.

SILVEIRA, P.R.C. da; ZIMERMANN, S.A. A Qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: FROELICH, M; DIESEL, V. *Espaço Rural e Desenvolvimento Regional*. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2004.

SILVEIRA, P.R.C. *Reflexões sobre o modo de gestão de sistemas de produção agrícolas familiares: um estudo exploratório*. 209 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - CPGER, UFSM, Santa Maria, 1994.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.) *A Economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CITURDES, 5 Santa Maria. *Anais...* Santa Maria, 2006.

SORJ, B. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, M. et al. *A demanda e as perspectivas do turismo nos municípios da Região da Quarta Colônia- RS: relatório final de pesquisa*. Porto Alegre: FACOS - UFSM, 2008.

SPANEVELLO, R.M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 223 f. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, 2008.

SPANEVELLO, R.M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: COONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., Londrina. *Anais*. Londrina, PR: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. CD ROM.

SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SPINK, M.J.P, MENEGON, V.N. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M.J.P (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

SPONCHIADO, B. A. *Imigração & 4ª Colônia*. Nova Palma & Pe. Luizinho. Santa Maria-RS: UFSM, 1996.

TRAGTENBERG, M. Textos selecionados de *Max Weber*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

TRIVINÕS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2009.

TULIK, O. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003.

VENDRÚSCULO, R. “*Somos da Quarta Colônia*”: os sentidos de uma identidade territorial em construção. 209 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - UFSM, Santa Maria, 2009.

VENTORINI, F. E.O. *Agroindústrias familiares rurais e a construção de redes: estratégias da Quarta Colônia- RS*. 2009. Relatório de Conclusão de Curso Superior Tecnológico em Agroindústria. UERGS, 2009.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento. In: _____. (Org.) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.

WEBER, M. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1991 (v. I).

_____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1994. v.1.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WIKLUND, M. *Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen*. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/24>>. Acesso em: 22 jun. 2008.

WILKINSON, J. *Mercado, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: PGDR/Editora da UFRGS, 2008.

_____. A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina, Vila Maria-São Paulo, SESC, SEMINÁRIO DE CULTURA E ALIMENTAÇÃO, I, *Anais*, São Paulo out. 2006.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PRODUTORES

Nome do entrevistado: _____

Caracterização do estabelecimento: _____

1- ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO FAMILIAR:

- a- DESCENDÊNCIA ÉTNICA
- b- COMPOSIÇÃO FAMILIAR - ESPOSA(O)/FILHOS(AS)
- c- OS FILHOS TRABALHAM NA ATIVIDADE? POSSUEM PERSPECTIVA DE SUCESSÃO?
- d- POSSUI HISTÓRICO FAMILIAR NA ATIVIDADE?
- e- QUAL O PAPEL DA MULHER NO EMPREENDIMENTO? PRODUÇÃO – GESTÃO – COMERCIALIZAÇÃO, ETC...
- f- FAZ PARTE DE ALGUM SINDICATO/ASSOCIAÇÃO?

2- ASPECTOS DE PRODUÇÃO:

- a- QUAIS OS PRODUTOS PRODUZIDOS?
- b- MÃO-DE-OBRA UTILIZADA:
- c- TECNOLOGIA
- d- A MATÉRIA-PRIMA É PRODUZIDA OU COMPRADA
- e- QUAL A SITUAÇÃO LEGAL DA AGROINDUSTRIA?
- f- O QUE MOTIVA A LEGALIZAR? E O QUE DESMOTIVA?
- g- ONDE COMERCIALIZA OS PRODUTOS?
- h- PARTICIPA DE EVENTOS?
- i- ONDE SE DÁ A VENDA MAIS SIGNIFICATIVA: DENTRO OU FORA DA QUARTA COLÔNIA?

3- ASPECTOS DE QUALIFICAÇÃO:

- a- RECEITAS (FORMULAÇÕES) FAMILIARES?
- b- RECEITAS RE-APRENDIDAS?
- c- QUAIS CURSOS?
- d- PROMOVIDOS E OU MINISTRADOS POR QUEM?
- e- QUEM FEZ (FAZ) OS CURSOS? FAMÍLIA, EMPREGADOS OU AMBOS?

4- OUTRAS OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES

Nome do entrevistado: _____

Condição profissional: () Técnico () Político () Outro: _____

1- ATUAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO

a- AÇÕES NO TERRITÓRIO

b- AÇÕES JUNTO AOS ATORES

c- “RELAÇÕES AFETIVAS” (FAMILIARES, ÉTNICAS, ETC.) COM O TERRITÓRIO

2- PERCEPÇÕES

a- A CERCA DAS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DOS ATORES

b- A CERCA DA CONJUNTURA SOCIOPRODUTIVA DO TERRITÓRIO

c- AÇÕES DO CONDESUS

d- CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

3- PERSPECTIVAS PARA O TERRITÓRIO**4- OUTRAS OBSERVAÇÕES**

APÊNDICE C – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DA TESE

PRODUTORES

Entrevistados durante os meses de janeiro a março de 2010.

Nome do entrevistado	Atuação no Território	Localização	Descendência Étnica
1- Rita Weber	Produtora de panificados e conservas	Silveira Martins	Italiano
2- Salete	Produtora de derivados de banana	São João do Polêsine	Italianos
3- Natalena Bolzan	Produtora de Panificados	Restinga Seca	Italianos
4- Lucas Somavilla	Produtor Feirante	Pinhal Grande	Italianos
5- Gentila Weber	Produtora de Panificados	Silveira Martins	Italianos
6- Bisognin	Produtor de Panificados	Faxinal do Soturno	Italianos
7- Agroindústria Pippi	Produtores de embutidos cárneos	Pinhal Grande	Italianos
8- Agroindústria Fellin	Produtores de embutidos cárneos	Faxinal do Soturno	Italianos
9- Agroindústria Parlacto	Produtores de queijos e laticíneos	Pinhal Grande	Italianos
10- Cantina de produtos coloniais Loro	Ponto de venda, Café Colonial e produtores de panificados, embutidos cárneos, geléias e queijos	Silveira Martins	Italianos
11- “Da Terra Alimentos”	Ponto de venda e Produtores de produtos coloniais	Agudo	Alemães
12- Delícias de Ivorá	Produtor de Panificados	Ivorá	Italianos
13- Cantina Vô Beppi	Produtores de sucos e vinho	São João do Polêsine	Italianos
14- Agroindústria Drescher	Produtor de embutidos cárneos	Restinga Seca	Alemães
15- Agroindústria Cervo	Produtor de Panificados	Faxinal do Soturno	Italianos
16- Fernando	Produtor de Panificados	Restinga Seca	Italianos
17- Produtos coloniais Moro	Produtores de panificados, licores e farinhas	Silveira Martins	Italianos
18- Restaurante La Sorella	Produtores de massas	Silveira Martins	Italianos
19- Restaurante Val de Buia	Produtores se massas	Silveira Martins	Italianos
20- Cantina Vale Vêneto	Produtores de massas	São João do Polêsine	Italianos
21- Cantina Simonetti	Produtores de sucos e vinhos	Ivorá	Italianos
22- Odill Savegnado	Produtor de agnoline	Silveira Martins	Italianos
23- Jurema	Produtora Feirante	Ivorá	Italianos
24- Norma	Produtora Feirante	Nova Palma	Italianos
25- Celina Quatrin	Produtora Feirante	Ivorá	Italianos
26- Cantina do Nico	Produtor de licores, panificados, geléias	Silveira Martins	Italianos
27- Célio	Produtor Feirante	Dona Francisca	Alemães
28- Vilma Barichelo	Produtora Feirante	Ivorá	Italianos
29- Fabiana	Agroindústria de panificados	Restinga Seca	Italianos
30- Cantina Santa Flora	Produtor de sucos e vinhos	Faxinal do Soturno	Italianos

APÊNDICE D – AGENTES

Entrevistados no período de janeiro a maio de 2010.

Nome	Atuação	Descendência étnica
1- José Itaquí	Secretário executivo do CONDESUS	Sem relações com imigrantes europeus
2- Cláudio Fioreze	Técnico da Emater. Em 2011, Secretário adjunto da Secretária de agricultura familiar do Estado- RS	Italiano
3- César Augusto Bittencourt de Medeiros	Gerente da Emater Regional Santa Maria	Sem relações com imigrantes europeus
4- Sérgio Zambonato	Gerente em 2010 do Banco do Brasil em Faxinal do Soturno	Italiano
5-Carmem	Agente de Turismo	Italiana
6- André Simonetti	Secretário de Agricultura de Ivorá	Italiano
7- Irmã Loudes Dill	Coordenadora do COOESPERANÇA	Sem relações com os imigrantes europeus
8- Ivaldete Borim	Assistente social da Emater em Silveira Martins	Sem relações com imigrantes europeus
9- Jorge Zacarias	Técnico da Emater de Faxinal do Soturno	Sem relações com imigrantes europeus
10- Neuza Lorenz	Assistente social da Emater em Restinga Seca	Sem relações com imigrantes europeus
11- Neumar Stefanello	Técnico da Emater de Ivorá	Italiano